

CASIMIRO MANUEL MARTINS AMADO

**O IMPACTE DO ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA DO
PROFESSORADO PRIMÁRIO OFICIAL PORTUGUÊS NO
ASSOCIATIVISMO DA CLASSE
(1925-1930)**

II VOLUME

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ÉVORA 2000

CASIMIRO MANUEL MARTINS AMADO

**O IMPACTE DO ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA DO
PROFESSORADO PRIMÁRIO OFICIAL PORTUGUÊS NO
ASSOCIATIVISMO DA CLASSE
(1925-1930)**



II. Do fecho da União do Professorado Primário (Outubro de 1927) ao seu encerramento definitivo e à fusão da Lutuosa dos Professores Primários com o Montepio Oficial do Professorado Primário (Abril de 1930)

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ÉVORA

2000

4. DO FECHO DA UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO À ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA EM ABRIL DE 1928

4.1. A filha Lutuosa sobrevive à morte da mãe União

Em 3 de Novembro de 1927, poucos dias depois do fecho da União e da prisão dos seus dirigentes, apareceu um novo título da imprensa da classe do professorado primário: *A Escola Primária*. Decerto que se tratou de uma mera coincidência, que o novo jornal estava já em preparação há bastante tempo, mas a verdade é que o *timing* do seu aparecimento é um indicador muito preciso de que o grupo vencido em Viseu atingira, finalmente, um alto grau de estruturação. A Direcção do novo jornal é repartida por Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça – dois ex-membros da Delegação Executiva anterior à dirigida por Carvalhão Duarte –, e por um professor da Casa Pia especializado no ensino de surdos-mudos, José da Cruz Filipe. Se este último não tem currículo no movimento associativo da classe, o mesmo não se poderá dizer dos restantes dois. Faria Artur fora o anterior Secretário Geral da União, e Gil de Oliveira Mendonça o membro da sua Delegação Executiva responsável pela direcção do órgão da imprensa da União, *O Professor Primário*. Julgamos que terá sido precisamente Gil de Oliveira Mendonça o principal motor desta nova iniciativa publicística. Ele que já se revelara, enquanto director de *O Professor Primário*, um grande entusiasta da tarefa que lhe fora confiada no seio da Delegação Executiva de que fazia parte.

O editorial do primeiro número, “O nosso programa”, se bem que seja datado de 3 de Novembro, parece-nos que estava já redigido antes dos recentes acontecimentos da União. Numa pequena *Nota* informa-se que *A Escola Primária* deveria ter aparecido em

29 de Outubro e que só se atrasou por dificuldades “na concessão da competente licença”.

Os directores do novo periódico fazem, desde logo, questão de marcar a sua posição perante a União do Professorado Primário:

“Entendemos que a União é indispensável ao prestígio da Classe e, por isso, ela não pode deixar de ter aqui um forte e acérrimo defensor.

Mas defender a União não é prostrarmo-nos num incondicional *amen* ante tudo que emane dos Corpos Gerentes. Enquanto à imprensa da Classe não for marcado lugar condigno dentro da União, este jornal, que pretende viver com a máxima independência, reserva-se o direito de discutir, louvando ou censurando, os actos dos Corpos Gerentes – e para isso a ninguém mais temos que pedir licença, fora da nossa consciência.

Se temos horror à louvaminhice incondicional, igualmente repudiamos os ataques sistemáticos. Dentro da União não temos ídolos a endeusar, nem inimigos a destruir”¹.

Declarando-se dispostos a auxiliar “lealmente e o melhor que pudermos” os Corpos Gerentes “sejam eles quais forem”, os responsáveis por *A Escola Primária* avisam, contudo, que não os pouparão também, “quando os julgarmos desviados do bom caminho”. Efectivamente, o fecho imediato da União acabaria por mudar os dados do jogo, e o novo jornal, durante os dois anos que se seguiram, não terá de se haver com quaisquer Corpos Gerentes. *A Escola Primária* destacar-se-á, entretanto, na imprensa da classe como o título que melhor faz a cobertura dos acontecimentos relativos à União do Professorado Primário no período que decorre entre a prisão dos seus dirigentes (Outubro de 1927) e o fecho da sua sede (Janeiro de 1928). Isso se fica a dever a vários factores, o principal dos quais será o facto de estar sediado em Lisboa, ao contrário dos restantes jornais da classe, sediados no Porto (*A Federação Escolar e Educação*

¹ Cruz Filipe, Gil de Oliveira Mendonça e A. de M. Faria Artur, “O nosso programa”, *A Escola Primária*, 3/11/27.

Nacional) e em Braga (*Escola Moderna*). Por outro lado, os seus directores, especialmente Cruz Filipe (um dos membros da Comissão Administrativa a quem foi confiada a direcção provisória da União até ao fecho da sede em Janeiro de 1928), estão muito próximos da principal fonte de informações sobre o caso (o Ministério da Instrução Pública).

Logo no primeiro número *A Escola Primária* insere algumas informações sobre os mais recentes desenvolvimentos. Por um lado, anuncia que Mário Sedas Nunes já fora restituído à liberdade, graças à intervenção de Acácio de Gouveia e outros colegas² que se dirigiram ao Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos pedindo que interviesse no sentido de que aos dirigentes associativos presos fosse feita justiça e com toda a brevidade possível. O mesmo grupo de professores conseguiu também do Director Geral de Instrução Primária que intercedesse junto do Ministro a fim de que a União do Professorado Primário não fosse dissolvida. Na verdade, foi nomeada uma Comissão Administrativa para tomar “a seu cargo a salvaguarda dos bens da União” e promover “a convocação de um Congresso extraordinário em Lisboa, a fim de tomar conhecimento dos factos sucedidos e estudar a melhor forma de facilitar a vida da União”. Obtiveram, além disso, do Director Geral a promessa de um inquérito rápido, de forma a evitar que os professores presos fossem deportados imediatamente sem que as suas responsabilidades tivessem sido antes apuradas com exactidão.

Para além de dar estas informações sobre os últimos acontecimentos da União, *A Escola Primária* tece algumas considerações sobre o assunto. Desconhecendo as provas que a polícia tem para manter a acusação a alguns dos dirigentes presos de que os mesmos tinham entendimentos com a Internacional do Ensino de Moscovo e

² Outra versão é a do *Diário de Notícias* que refere que a policia de Informações do Ministério do Interior informou que Mário Sedas Nunes foi posto em liberdade por se ter provado, com base em correspondência que lhe fora apreendida, que ele “nada tinha com os entendimentos da União do Professorado e dos elementos extremistas”.

procuravam, à sombra da União, “fazer nas escolas propaganda de doutrinas extremistas”, os directores de *A Escola Primária* desafiam o Governo para, no interesse da classe, tornarem públicas essas provas. Pessoalmente convencidos de que os Corpos Gerentes seriam incapazes de trair o seu mandato subjugando a União a quaisquer ideias políticas, não põem de parte, em absoluto, que haja alguém com culpas, não devendo, nesse caso, a classe inteira ver a sua União dissolvida por causa dos “pretendidos desmandos de meia dúzia”.

Adoptando um tom semelhante, o artigo de fundo de *Escola Moderna* de 6 de Novembro de 1927 dá-nos conta de que “Durante a semana ontem finda, foi assunto de todas as conversas, quer adentro dos arraiais da nossa classe, quer mesmo fora deles, o encerramento da União do Professorado Primário, por parte do Governo da República, e a concomitante prisão de todos os membros da sua Delegação Executiva”³. Tal como *A Escola Primária*, também *A Escola Moderna* deseja que rapidamente tudo se esclareça, mas parece mais sensível do que aquela aos argumentos do Director Geral segundo os quais uma purga da União pode ter de ser feita, defendendo, contudo, que isso não deverá implicar o seu fim:

“Sim, porque, no dizer do nosso Director Geral, não é intenção do Governo da República acabar com a União do Professorado Primário: as medidas excepcionais ora tomadas visam somente a um necessário depuramento daquele organismo associativo (...)”⁴.

³ [Anónimo (Director ?)], “Vida associativa – A União do Professorado Primário”, *Escola Moderna*, 6/11/27.

⁴ *Idem, Ibidem.*

Outra das publicações da classe que também acolhe favoravelmente a ideia de uma depuração da União do Professorado Primário é *Educação Nacional*. Informa que o Director Geral revelou que o Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães,

“(…) não tinha a intenção de esfacelar o organismo associativo do professorado, mas sim transformá-lo e integrá-lo nos verdadeiros princípios da ordem, para que ele seja um excelente colaborador da acção ministerial e o verdadeiro intérprete das reclamações da classe. A União terá, de futuro, uma orientação decididamente patriótica, e não aquela que alguns desorientados lhe quiseram imprimir”⁵.

Na sua edição de 13 de Novembro de 1927 *Escola Moderna* voltará a pôr o assunto em destaque, fornecendo algumas informações mais recentes, e entre elas a de que o Director Geral parece disposto a aceitar a realização, em breve, de um Congresso da Classe. Para além disso, publica um curto artigo de A. Pereira de Carvalho apelando à serenidade da classe o qual adianta uma explicação para o que se está a passar com a União do Professorado Primário que seria, depois, retomada também por outros:

“Não cremos, sem que os factos à evidência no-lo provem, na cumplicidade dos colegas atingidos, antes a concebemos filha dum personalismo que o futuro se encarregará de explicar devidamente”⁶.

“Calma e Serenidade” pede o Editorial de *A Escola Primária* de 17 de Novembro de 1927. Reclama contra “os grandes colossos da imprensa de Lisboa” por terem exagerado o caso, e por terem prejudicado o professorado primário associando

⁵ [Anónimo], “A reabertura da União do Professorado Primário”, *Educação Nacional*, 6/11/27. *Educação Nacional* transcreve estas informações do *Diário de Notícias* sem qualquer comentário, indiciando um assentimento completo à ideia de a União do Professorado Primário poder manter-se sob a tutela do Ministro. Aliás, o título referindo a nomeação da Comissão Administrativa como tratando-se de uma *reabertura* da União é também um sinal disso mesmo. Dá-se também a informação de que esta comissão reformará os Estatutos da União e nomeará os novos Núcleos concelhios, “em virtude dos actuais terem sido dissolvidos”. Aliás, na tomada de posse da referida Comissão, Joaquim Cerqueira de Vasconcelos aconselhou os seus membros a dissolverem todos os Núcleos imediatamente, “exceptuando aqueles que ao Governo deram prova do seu patriotismo, protestando contra a acção dos antigos dirigentes da União”. [Anónimo], “União do Professorado Primário”, *Educação Nacional*, 13/11/27.

⁶ Prof. A. Pereira de Carvalho, “Serenidade”, *Escola Moderna*, 13/11/27.

toda a classe a uma acusação que, quando muito, diz respeito a pouquíssimos professores. Não descarta, no entanto, a possibilidade de que alguns sejam mesmo culpados: “Faça-se um inquérito bastante rigoroso e, depois dele, castigue-se quem porventura tenha prevaricado, que a esses nenhuma solidariedade nos liga”⁷.

Esta mesma edição de *A Escola Primária* publica o primeiro grande esclarecimento na imprensa da classe acerca da história dos acontecimentos ocorridos em volta da União do Professorado Primário nas semanas que se seguem à prisão dos seus dirigentes. Não é, obviamente, o nosso objectivo traçar aqui tudo o que lhe diz respeito, uma vez que nos ocupa a questão do papel do associativismo mutualista na vida associativa da classe e não propriamente a história da União do Professorado Primário. Por momentos, ele parece ter-se eclipsado, mas depressa volta a ser claro que continua a desempenhar o papel fundamental que vinha tendo na evolução institucional da União do Professorado Primário desde a criação da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública.

O eclipse foi, de facto, de curta duração, pois logo neste mesmo número de *A Escola Primária* – a par com declarações de solidariedade para com a Delegação Executiva entretanto presa – encontramos um artigo de Alves de Oliveira no qual este a ataca ainda com base nos desentendimentos decorrentes da oficialização da Lutuosa. É certo que este artigo, datado de 20 de Outubro, foi, supostamente, redigido antes da prisão dos dirigentes da União, mas é também certo que a oportunidade da sua publicação neste contexto⁸, não pode ter deixado de ser avaliada pela Direcção de *A Escola Primária*. Sendo assim, decerto que a inclusão deste artigo de Alves de

⁷ [Anónimo (Direcção)], “Calma e Serenidade”, *A Escola Primária*, 17/11/27.

⁸ Num número que teve a maior repercussão entre a classe do professorado primário, número este que a Direcção do jornal anuncia ter sido “enviado a todos os professores de Portugal” (com o pedido de devolução aos que não quiserem tornar-se assinantes).

Oliveira foi fruto de uma decisão ponderada. Por isso, soa falso a explicação⁹ que Alves de Oliveira dá na edição seguinte para a interrupção dos seus esclarecimentos sobre os aspectos ligados à oficialização da Lutuosa e à actuação da Delegação Executiva no mesmo caso. A menos que admitamos que o artigo tenha sido publicado à revelia de Alves de Oliveira (que o enviara previamente para o primeiro número que estivera previsto para 29 de Outubro) ou que, por lapso dificilmente explicável, ele não tivesse ordenado a sua retirada a tempo. Em qualquer dos casos, do ponto de vista da Direcção de *A Escola Primária* a decisão da sua publicação representa um golpe profundo *intencionalmente* desferido na unidade associativa da classe. Trata-se de uma grave quebra de solidariedade com a Delegação Executiva atendendo a que os seus membros continuam presos e com eles também Carlos Martins, o Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência, a instituição arqui-inimiga da Lutuosa e de Alves de Oliveira. Julgamos, por isso, que a publicação deste artigo deve ser considerada como uma iniciativa conjunta – nada ingénua – dos directores de *A Escola Primária* e do Secretário Geral da Lutuosa.

Aliás, na escolha do sobretítulo “Coisas e casos associativos” e do título “Nós e a Delegação Executiva”, a Direcção de *A Escola Primária* e Alves de Oliveira indicam, claramente, que o artigo deve ser entendido no contexto das lutas intra-associativas da classe as quais entendem que não devem parar por causa dos recentes acontecimentos. Sendo tão notório o desejo de afrontar a Delegação Executiva encarcerada, pode, eventualmente, dar-se o caso de a própria datação do texto não passar de um artifício para dissimular o facto de o texto em causa ter sido produzido propositadamente para

⁹ “Acontecimentos ulteriores que encheram de luto a nossa alma de professor primário, impedem-nos de continuar, por enquanto, a série de artigos que, sob esta epígrafe [«Nós e a Delegação Executiva»], nos propusemos escrever e publicar. Acusado, não podemos desistir duma justificação necessária, é certo; mas sentimos que, por agora, nos cumpre calar a nossa justa revolta, embora à custa dum esforço que a dignidade ofendida quase não tolera. Saberemos esperar”. Alves de Oliveira, “Nós e a Delegação Executiva”, *A Escola Primária*, 24/11/27.

esta ocasião. Em todo o caso, decerto que a publicação (e talvez também a redacção) deste artigo, nestas circunstâncias da vida associativa, é tudo menos inocente.

Alves de Oliveira começa por justificar o recurso a *A Escola Primária* para publicar as suas explicações com o facto de a Delegação Executiva lhe ter fechado as portas de *O Professor Primário*. O passado fornece-lhe as munições para manter acesa a guerra. Afinal, a melhor arma de que os inimigos da Delegação Executiva encarcerada podem lançar mão neste momento sem terem de recorrer – sujando-se – à estafada acusação de bolchevismo é a evocação das tomadas de posição menos felizes dos anteriores Corpos Gerentes da União relativamente à Lutuosa. Nestas condições Alves de Oliveira é, obviamente, o melhor artilheiro para lançar a metralha e cumpre o seu papel na perfeição a coberto de a redacção do artigo ser anterior à prisão dos dirigentes da Delegação Executiva. O artigo em análise recorda as principais acusações que lhe fizeram por causa da oficialização da Lutuosa e destina-se a rebatê-las a todas elas. Considerando “descabida” a atitude da Delegação Executiva, o Secretário Geral da Lutuosa não a poupa:

“Em momento de bem deplorável irreflexão, teve a Delegação Executiva o mau gosto de provocar um disparatado incidente a propósito da legalização da Lutuosa, traindo, assim, a missão que a classe lhe incumbiu e que deveria ser puramente no sentido de estabelecer e manter a mais perfeita harmonia entre todos, condição primordial para a completa união, para a união de facto, da grande família do professorado primário português, que àquela Delegação Executiva cumpre, acima de tudo, promover e nunca suscitar questões injustificadas, semeando a irritação e a discórdia nas nossas fileiras, como agora fez, talvez sem o prever”¹⁰.

Aproveita também a ocasião para, outra vez, se defender das duas principais acusações que lhe foram feitas em *O Professor Primário*: a primeira por não ter dado

¹⁰ Alves de Oliveira, “Coisas e casos associativos. Nós e a Delegação Executiva”, *A Escola Primária*, 17/11/27.

conhecimento prévio da legalização da Lutuosa à Delegação Executiva, e a segunda porque os Estatutos da Lutuosa foram alterados profundamente ao ponto de desaparecerem completamente as relações de interdependência que sempre existiram entre a Lutuosa e a União. Rebate a primeira acusação informando, “à guisa de parêntese”, que

“(…) mais duma vez, falando em Lisboa com o Sr. Secretário Geral da União, com vários vogais do Conselho Federal e da Delegação Executiva, lhes dissemos que tratávamos, naquele momento, de dar execução ao voto da Assembleia Geral que mandava legalizar a Lutuosa”¹¹.

Depois, a propósito desta mesma acusação de deslealdade, acrescenta que nada obrigava a Direcção da Lutuosa a dar conhecimento aos Corpos Gerentes da União acerca do quer que fosse, porque

“(…) nada havia no Estatuto da Lutuosa que impusesse à sua Direcção o dever de consultar a Delegação Executiva da União para se determinar no desempenho das funções a seu cargo; e que, por isso, o facto da Direcção ter actuado por sua conta e risco era lógico e perfeitamente regular, não podendo, portanto, ser considerado uma incorrecção ou deslealdade com fins menos honestos ou menos convenientes”¹².

Além disso, – recorda Alves de Oliveira – a Direcção da Lutuosa quando tratou de conseguir a sua legalização através da publicação do Decreto nº 14.075 mais não fez senão cumprir o mandato recebido da Assembleia Geral de Viseu para que assim procedesse.

Seguidamente, Alves de Oliveira ocupa-se da acusação de secessão da Lutuosa em relação à União: repete os argumentos já anteriormente avançados de que as

¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹² *Idem, Ibidem.*

alterações estatutárias “eram sem importância, nada prejudicavam a Lutuosa [e] tinham sido impostas superiormente a troco da legalização e, só por isso, a Direcção as aceitara”¹³. Caso contrário, – insiste – não o teria feito, pois seria uma deslealdade e um abuso grave fazê-lo. Em seu entender, na verdade, em matéria de interdependência entre a Lutuosa e a União, “tudo ficara conforme o votou a Assembleia de Viseu”.

Sentindo-se injustiçado pela forma como a Delegação Executiva publicou o esclarecimento em sua defesa que enviou para *O Professor Primário* – acompanhando-o com “uma pequena e agressiva nota de Redacção” e fechando-lhe as portas do boletim da União –, o que mais lamenta é que não tenha podido defender-se do artigo de A. Pereira de Carvalho ali publicado em 11 de Setembro: “Isto é: consentiram o ataque, atacaram por sua vez, e cortaram-nos o direito à defesa !!!”¹⁴. Daí a sua decisão de se defender agora em *A Escola Primária* das acusações recebidas: “Foi, pois, este procedimento estranho, esta coisa inaudita, que nos forçou a trazermos a nossa desafronta, que seria e há-de ser correcta e serena para este jornal, que benevolmente no-la aceitou”¹⁵. Na verdade, embora no número seguinte suspenda, provisoriamente, os prometidos esclarecimentos, *A Escola Primária* tornar-se-á, durante os próximos anos, o órgão oficioso da Lutuosa no qual Alves de Oliveira terá, sempre que quiser, a oportunidade de defender os seus pontos de vista e de propagandear a Lutuosa.

Neste momento a defesa da Lutuosa equivale para Alves de Oliveira ao ataque à Delegação Executiva, e embora afirme que não há da sua parte “o menor propósito de hostilidade à União a que pertencemos e que sempre temos ajudado a construir”, certo é que, particularmente nas circunstâncias em que a União do Professorado Primário se

¹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

encontra, a publicação deste artigo de combate contra os dirigentes da União que se encontram presos há quase três semanas – e, por isso, impedidos de responderem – representa, sem dúvida, um golpe intencional em que, mais uma vez, a questão mutualista foi decisiva no traçar do rumo do associativismo da classe do professorado primário. A pretexto de defender-se por causa do desencontro de posições entre si e a Delegação Executiva acerca da oficialização da Lutuosa o que Alves de Oliveira faz é um ataque visando *pessoalmente* os membros da Delegação Executiva. Põe em causa o seu carácter e não apenas a sua actuação institucional, conforme se torna bem claro na parte final do artigo:

“Pela União, tudo ! Mas a União não pode ser *grilheta*, não pode ser *mordança*, porque é um baluarte para defesa da liberdade de todos nós e que a classe para tal fim ergueu com muito sacrificio e muito carinho.

A União não pode adoptar para seu uso a ignominiosa lei da rolha, porque a União fizemo-la todos nós para que defenda e encarne, em tudo, a Luz, a Justiça, a Razão, o Direito e a Verdade.

Nem os seus Corpos Gerentes, a sua D.E., podem considerar-se com poderes absolutos que nos dêem a ideia de que na Rua Damasceno Monteiro, há discípulos do velho déspota que tinha por divisa – *L'État c'est moi*”¹⁶.

No número seguinte de *A Escola Primária*, como já dissemos, Alves de Oliveira explicou por que motivo interrompia, de momento, a sua defesa. Mas, logo aí, deixou bem claro que se tratava apenas de uma interrupção (“Saberemos esperar”)¹⁷ e que não estava disposto a abandonar o filão. Na verdade, assim aconteceria, embora não de imediato. Com efeito, só depois da Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Abril de 1928 se voltarão a reagrupar os adversários e os partidários desta instituição, e a questão mutualista da classe voltará, a partir dessa data, a marcar fortemente os destinos

¹⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁷ Alves de Oliveira, “Nós e a Delegação Executiva”, *A Escola Primária*, 24/11/27.

do seu associativismo. Quando essa Assembleia Geral acabar classificada como “parada de forças revolucionárias” tornar-se-á evidente que, mais ainda do que enquanto a União existiu, agora que ela foi fechada a Lutuosa funcionará como pólo aglutinador de um sector do professorado primário contra o outro.

No mesmo número de *A Escola Primária* em que Alves de Oliveira publica a sua *Nota* explicando porque interrompe os seus esclarecimentos – estavam ainda na prisão os dirigentes da União e outros professores presos em finais de Outubro – a Direcção do jornal publica um artigo intitulado “Intriga” cujo intuito é a caracterização global da vida associativa da classe do professorado primário. O ponto de vista aí defendido é de que o mal-estar associativo que caracterizou os meses que antecederam o fecho da União não teve nada de extraordinário, pois essa é a regra do seu funcionamento:

“A União tem os seus Corpos Gerentes escolhidos ao ano, e é de ver que, sempre que um novo organismo associativo surge, aparece logo, a par e passo, o ditosinho insidioso, que dá, pelo menos, os corpos gerentes caídos a maquinarem torpezas contra os que estão na efectividade dos cargos. Não há professor primário que não saiba isto¹⁸.

Refutam os autores do artigo (não assinado e, portanto, da responsabilidade conjunta dos membros da Direcção) que a explicação para o que se passou após o Congresso de Abril de 1927 não deve andar longe disto. A oposição gritando “que os Corpos Gerentes não fazem nada, que deviam seguir este ou aquele caminho (...)”, e os novos dirigentes eleitos “vá de armar em perseguidos, dando largas aos mais teatrais esgares de vítimas (...)”. Nenhuma razão, portanto, segundo *A Escola Primária*, para que se recorra a quaisquer outras explicações para o sucedido:

¹⁸ [Anónimo (Direcção de *A Escola Primária*), “Intriga”, *A Escola Primária*, 24/11/27.

“Em Viseu estabeleceram-se duas correntes em volta de dois professores que aspiravam ao secretariado geral da União.

Não eram, como alguns jornais de grande informação quiseram fazer crer, uma corrente extremista e outra conservadora. No fundo, essas correntes eram apenas caracterizadas por pequeninos nadas associativos, por pessoalismos sem a mínima relação com os conservantismos pesados ou extremismos agudos. Não há professor que não saiba que esta é a grande verdade, e tudo o mais – é intriga”¹⁹.

Seja qual for a explicação, é certo que se antes do Congresso de Viseu já existia um fosso separando dois grupos principais no seio do professorado primário, a partir desse momento o fosso alargou-se. E certíssimo é também que, quer na formação desse fosso, quer no seu alargamento, as polémicas geradas a partir da criação da Caixa de Previdência, ou seja as questões originadas à volta das instituições mutualistas da classe, desempenham um papel fundamental. Vimos como Acácio de Gouveia foi derrotado no Congresso de Viseu por causa da forma como atacara Carlos Martins no Congresso de Lisboa em Agosto de 1926, e vimos como, desde o Congresso de Viseu, continuou a ser o associativismo mutualista o factor decisivo da destruição da coesão no seio da União do Professorado Primário.

Se o fecho da União abrandou o fragor da discussão dos problemas das instituições mutualistas da classe, nem por isso o silenciou. Com efeito, já vimos como *A Escola Primária* não hesitou em publicar um artigo de Alves de Oliveira atacando a Delegação Executiva por questões deste foro, mesmo enquanto os seus membros estão sob prisão. Quanto a *Escola Moderna* – antes que a Direcção do jornal dê por terminada a discussão acerca do assunto, em meados de Novembro –, este jornal inserirá nas suas

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

páginas dois artigos²⁰ de Mário Sedas Nunes em ambos atacando Alves de Oliveira por causa da oficialização da Lutuosa.

O primeiro deles foi publicado na edição de 30 de Outubro, portanto, já com a União do Professorado Primário fechada. Mário Sedas Nunes volta a vincar que escreve na sua qualidade de sócio da Lutuosa e que, relativamente a Alves de Oliveira, reconhece que “aquele nosso prestimoso colega bastante tem feito em prol da Lutuosa”²¹, não duvidando das suas “boas intenções”. Não concorda, porém, com o seu procedimento oficializando a Lutuosa, por causa da maneira que qualifica de “desastrosa” como a questão foi conduzida.

A sua argumentação assenta na distinção entre *oficialização* e *legalização*. E explica que na confusão entre as duas esteve o erro de Alves de Oliveira:

“Pode-se legalizar sem oficializar. E não foi isto que sucedeu com a Lutuosa. Esta foi oficializada.

Legalizar era apenas a aprovação dos seus Estatutos, era dar personalidade jurídica à Lutuosa. E era isto apenas o que a classe pretendia como num artigo dos Estatutos daquela estipulava. Mas não foi isto o que a Direcção da Lutuosa fez. Ela foi mais longe. Pediu a protecção do governo para a nossa instituição e assim agora as nossas quotas são descontadas nas folhas dos vencimentos e as deliberações da classe são submetidas à aprovação do governo; fez-se o que se chama *oficialização*.

Há, portanto, uma grande diferença no que se fez para o que a classe queria, e isto reputamos muito grave”²².

São, portanto, duas as implicações da oficialização que Mário Sedas Nunes reputa como especialmente graves: que as quotas sejam descontadas nas folhas dos vencimentos, e que as deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos Estatutos fiquem dependentes da aprovação do Governo. Em seu entender, o Decreto nº 14.075

²⁰ Artigos redigidos e enviados para publicação certamente antes de o seu autor ter sido preso.

²¹ Mário Sedas Nunes, “A Lutuosa”, *Escola Moderna*, 30/10/27.

²² *Idem, Ibidem*.

tem como consequência que “a Lutuosa, de futuro, [fique] dependente do Estado e não da União”. Ou seja, que a União fique sem qualquer autoridade sobre a Lutuosa, na medida em que os Núcleos desta, doravante, “não são os Núcleos da União, são apenas agrupamentos de professores para tratar exclusivamente dos assuntos da Lutuosa”²³. Aliás, Mário Sedas Nunes compreende que a opção pela oficialização tornava inevitável este resultado, pois “doutra maneira não podia ser visto que o governo, oficializando a Lutuosa, não podia permitir nos seus Estatutos Núcleos-sindicatos da classe”²⁴.

No número seguinte de *Escola Moderna* continuaria Sedas Nunes a defesa dos seus pontos de vista explicando, em concreto, de que maneira a oficialização da Lutuosa pode ser prejudicial para a União, por causa da nova forma de pagamento das quotas. Nos receios de Mário Sedas Nunes fica muito claro quanto a Lutuosa pesava na adesão do professorado primário à própria União do Professorado Primário, ao ponto de ele julgar que esta corre perigo com a separação entre ambas agora inevitável por força do Decreto nº 14.075. Já outros o tinham dito antes: para muitos professores primários o que era mais importante era a pertença à Lutuosa, de onde esperavam vantagens palpáveis. Foi já por isso que, no Congresso de Agosto de 1924, se decidira condicionar a inscrição na Lutuosa à inscrição prévia na União do Professorado Primário. Condicionamento contra o qual nunca pararam as reclamações, na medida em que essa obrigatoriedade aumentava o esforço financeiro de quem tinha de pagar, primeiro, as quotas do Núcleo e as da União para poder pagar, depois, também as da Lutuosa. Ora, com o desconto das quotas nos vencimentos e a “independentização” da Lutuosa em relação à União, não restam dúvidas a Mário Sedas Nunes para considerar que Alves de

²³ *Idem, Ibidem.*

²⁴ *Idem, Ibidem.*

Oliveira (“aliás um bem intencionado”) prestou um mau serviço à União ao não se ter limitado a conseguir a *legalização*:

“A oficialização da Lutuosa pode trazer enfraquecimento à União, quer pelo atraso de pagamentos à mesma, visto que os federados, na sua generalidade costumavam pagar as quotas do Núcleo na ocasião das da Lutuosa, quer pela saída de federados que não sentem a organização, que ainda os há, infelizmente, pois de agora em diante não é preciso pertencer à União para ser sócio da Lutuosa”²⁵.

Porém, Mário Sedas Nunes aponta ainda um outro defeito à oficialização que Alves de Oliveira conseguira para a Lutuosa: é que, com a entrada em vigor do Decreto nº 14.075, os legados passarão a ser menores porque sujeitos à lei da contribuição do registo por título gratuito. O Estado arrecadará, assim, uma parte que, de marido para mulher, lhe consta ser de 20%, pelo que “Dez contos que antes da oficialização deixávamos, ficam agora reduzidos a oito”²⁶, visto que “Legado é, para todos os efeitos, à face da lei, uma herança e como tal sujeita àquela contribuição”. E tudo isto apenas por Alves de Oliveira e os restantes membros da Direcção da Lutuosa não terem previsto que mantendo a palavra *legado* nos Estatutos se ficava sujeito àquela lei, o que se teria podido evitar muito simplesmente – como se fez nos Estatutos da Caixa de Previdência – substituindo a palavra *legado* por *subsídio*. E Mário Sedas Nunes salienta neste outro erro de Alves de Oliveira uma terrível particularidade que torna o caso “interessante e impressionante”:

“Os legados da Caixa de Previdência, instituição que a classe tanto contrariou como é do domínio de todos, não sofrem desconto algum, quando os da Lutuosa, instituição esta que a classe tanto defendeu, fica agora sujeita à lei da contribuição por título gratuito”²⁷.

²⁵ Prof. Mário Sedas Nunes, “A Lutuosa”, *Escola Moderna*, 6/11/27.

²⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁷ *Idem, Ibidem.*

Finalmente, replica a Alves de Oliveira que tinha justificado a pressa na oficialização da Lutuosa com o facto de muitos Núcleos se terem manifestado nesse sentido. Discorda Mário Sedas Nunes alegando que, “sendo o assunto muito melindroso, não era razão bastante muitos Núcleos se manifestarem, para assim se proceder”. Pelo contrário, em seu entender, o que a Direcção deveria ter feito era ter convocado todos os sócios e tê-los ouvido numa Assembleia onde se pesassem os prós e os contras da oficialização antes de ser tomada uma decisão. Em síntese, insiste, a oficialização foi um mau negócio:

“Alves de Oliveira, o colega errou ! E o futuro, o grande mestre da vida, dirá quem tem razão; se os que defendem a oficialização se os que a atacam”²⁸.

Em liberdade²⁹, Alves de Oliveira continua à frente dos destinos da Lutuosa, mas também ele já está prestes a viver as primeiras decepções com a oficialização da Lutuosa. Numa *Nota Oficiosa* publicada em *Escola Moderna* a 13 de Novembro de 1927 Alves de Oliveira vem informar que, ao contrário do que foi posto a correr, “sobre os legados ou subsídios da Lutuosa pagos aos herdeiros de sócios falecidos, não incide imposto algum”³⁰. É também neste mesmo número do jornal de Braga que uma *Nota da Redacção* dá por terminada nas suas páginas a polémica sobre a oficialização da Lutuosa, por entender que continuá-la “nada de novo nem de interessante pode trazer para a classe”. Antes, porém, a Redacção vinca a sua posição sobre o assunto a qual é discordante da de Mário Sedas Nunes:

“A nossa opinião é que a legalização representou um alto benefício para a «Lutuosa», e foi uma medida absolutamente necessária.

²⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁹ Ao contrário de Carlos Martins que, por estar preso, não esteve presente na primeira Assembleia Geral da Caixa de Previdência, realizada no dia 31 de Outubro de 1927.

³⁰ Prof. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários – Aclaração necessária”, *Escola Moderna*, 13/11/27.

De resto, manter a União ou deixar de a manter é uma coisa que depende da vontade de todos e nem para isso precisamos de estar amarrados a nenhum *poste*³¹.

Estavam, no entanto, longe de terminar as discussões em volta da Lutuosa e a diversidade de opiniões mantinha-se. Assim, a «*Página Escolar*» do jornal *Novidades*, em 27 de Dezembro de 1927 ainda publicará um artigo³² do professor Alfredo Neves, de Barcelos, preocupado com as notícias segundo as quais o legado da Lutuosa estava sujeito ao imposto de transmissão. Defende aí que a Direcção da instituição providencie junto do Ministro das Finanças ou um decreto isentando do pagamento desse imposto ou, em alternativa, a correcção do Decreto nº 14.075 com a substituição da palavra “legado” pelo termo “subsídio”. Além disso, este professor defende também que se procure saber se há outros aspectos dos Estatutos da Lutuosa que de acordo com o referido Ministro também sejam deficientes e que tenham de ser alterados. Tudo para que os interesses dos associados da Lutuosa e dos seus herdeiros sejam salvaguardados.

A «*Página Escolar*» do jornal *Novidades*, dirigida por Mário Sedas Nunes, é, sem dúvida, nesta fase, o baluarte mais crítico da Direcção da Lutuosa. Não surpreende, por isso, que Mário Sedas Nunes venha a ser o principal crítico de Alves de Oliveira não só na Assembleia Geral de Abril, mas ao longo dos meses que se seguiram. É ele quem se afirma como o maior crítico interno, perfilando-se, mais do que uma vez, para lhe suceder na Secretaria Geral, mas sempre sem êxito.

Várias vezes reclamará por ela não informar adequadamente os sócios sobre a próxima Assembleia Geral³³. E resumirá muito bem as suas expectativas em relação a esta reunião numa pequena *Nota* publicada em 13 de Fevereiro de 1927:

³¹ *Idem, Ibidem.*

³² Prof. Alfredo Neves, “Lutuosa dos Professores Primários”, *Novidades*, 27/12/27.

³³ A pouco mais de um mês da data em que se realizará a Assembleia Geral [Mário Sedas Nunes] queixa-se: “A Direcção da Lutuosa ainda nada disse acerca do dia e local da próxima Assembleia Geral. É tempo de se dizer qualquer coisa. Os sócios precisam de conhecer já o regulamento da próxima

“É bom que a classe se vá preparando para ela [a Assembleia Geral], de forma a levar os seus estudos para o aperfeiçoamento da Lutuosa que devemos sempre acarinhhar e proteger, sem no entanto deixarmos de mostrar os nossos pontos de discordância num ou noutra assunto”³⁴.

As discussões em matéria de mutualismo não desapareceram, portanto, por efeito da repressão de finais de Outubro a qual afectou a União, mas afectou também a Caixa de Previdência, na medida em que Carlos Martins foi preso conjuntamente com os dirigentes da União. Note-se, no entanto, que ninguém tira partido disso, ou seja, que ninguém aproveita a ocasião para atirar uma pedra sequer a Carlos Martins ou à Caixa de Previdência. O momento é ainda de concentração da classe na sua própria defesa e não no ataque ao exterior. Até à Assembleia Geral da Lutuosa que se realizará no próximo Abril as suas energias concentrar-se-ão dando a ilusão dum certo consenso.

Um dos teorizadores dessa estratégia de sobrevivência do associativismo da classe ao fecho da União do Professorado Primário é Márcio, colunista do jornal *Escola Moderna*, que num artigo aí publicado trata de contabilizar as possibilidades associativas que se apresentam à classe após o fecho da União. Reconhece duas saídas para o transe em que ela se encontra. Perante o “facto consumado” ninguém deverá satisfazer-se com a recordação das grandezas passadas quando “a União era como que o ninho de amor da grande família professoral”, mas das fraquezas a classe do professorado primário deve fazer forças e nunca desanimar:

“Saibamos tirar o melhor partido dessa dissolução, guardando zelosamente os frutos que a União nos legou, e ao mesmo tempo, elevando bem alto os nossos corações, esforcemo-nos por alicerçar solidamente a futura União espiritual das

Assembleia a fim de os Núcleos da Lutuosa o discutirem e elegerem os seus representantes à referida assembleia” [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 6/3/28.

³⁴ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 13/2/28.

nossas almas de educadores, a fim de se caminhar para a perfectibilidade por que todos ansiamos!”³⁵

Retomando uma tese que *Educação Nacional* tinha começado a defender logo a partir do fecho da União segundo a qual a União era uma inutilidade e a imprensa da classe poderia sozinha conseguir dos poderes públicos o aquela nunca logrou obter-lhe, Márcio confia também à imprensa a manutenção da “União espiritual” que lhe permita resistir ao fecho da União:

“E como poderoso vínculo dessa nova União, solicitemos o poderoso concurso da Imprensa portuguesa – não só da pedagógica, mas muito especialmente da grande imprensa diária, em razão da excepcional influência que, de contínuo, exerce sobre todos os indivíduos – porque também ela, não só por patriotismo, mas ainda por interesse próprio, tem o imperioso dever de se empenhar na cruzada em prol da Instrução Popular”³⁶.

Como já explicámos noutro lugar, o surgimento de *A Escola Primária* logo após o fecho da União não o devemos entender a esta luz, pois trata-se de um processo que já estava pronto e que se explica pelo rumo seguido pelos vencidos do Congresso de Abril de 1927. Bem diferente é o caso da «*Página Escolar*» do jornal católico *Novidades* cuja criação é, decerto, consequência desta necessidade da classe de sobreviver ao fecho da União, tanto que o seu Director é precisamente um dos membros da sua última Delegação Executiva – Mário Sedas Nunes.

Márcio considera, no entanto, que há ainda outra forma de a classe alimentar a chama associativa, e essa outra forma consiste em “guardar religiosamente os bons frutos da primitiva União, entre os quais avulta a nossa sempre querida «Lutuosa»”³⁷. Após ter historiado a vida da instituição mutualista que a classe criou e ajudou a

³⁵ Márcio, “Um precioso fruto da União”, *Escola Moderna*, 8/1/28.

³⁶ *Idem, Ibidem.*

³⁷ *Idem, Ibidem.*

crescer, manifestando o seu entusiasmo pela recente legalização e pelas alterações estatutárias que introduziram a modalidade de Assistência entre as suas finalidades, Márcio conclui apontando-a como sucessora natural da União no coração do professorado primário:

“(…) já que, ao presente, não nos é possível manter ou reorganizar a antiga União, – ao menos acarinhemos e defendamos a sua filha dilecta – a «Lutuosa dos Professores Primários» !”³⁸.

Na verdade, Márcio tem razão: morta a União, a Lutuosa terá o condão de funcionar durante algum tempo como catalisadora das energias associativas da classe e como vínculo até mesmo entre professores que estavam desavindos anteriormente ao seu fecho. Porém, logo na sua Assembleia Geral de Abril de 1928 assistiremos à reabertura de todas as feridas antigas havendo ainda lugar para o aparecimento de algumas novas não apenas entre os adversários e os partidários da Lutuosa, mas também entre os seus próprios sócios. Até lá, no entanto, a Lutuosa apresentar-se-á como a única reserva de vida associativa em que a classe pode respirar alguma autonomia e onde pode continuar a sentir a sua própria força colectiva.

4.2. O Decreto nº 15.208 e a suspensão do Decreto que oficializara a Lutuosa

O encerramento da União em nada afectou, no imediato, o curso normal da vida da Lutuosa. As dificuldades com que em breve terá de se haver não têm qualquer relação com aquele acontecimento. Aliás, para já, as notícias são boas, tanto que logo nos primeiros dias de Novembro de 1927 uma *Nota Oficial* informa os sócios de que

³⁸ *Idem, Ibidem.*



uma circular de 25 de Outubro findo, emitida pela Direcção dos Serviços da 10ª Repartição da Contabilidade Pública, deu instruções para a execução do disposto no Decreto nº 14.075 relativamente ao desconto das quotas nas folhas de vencimento. Espera-se, portanto, que o primeiro desconto feito dessa forma seja o das quotas relativas ao mês de Dezembro.

No entanto, como o Ministro das Finanças chamara a atenção do seu colega da pasta da Instrução para a existência no Decreto nº 14.075 de alguns aspectos que contrariavam a legislação em vigor sobre instituições mutualistas, em *A Escola Primária* de 8 de Dezembro de 1927 já se noticia a ida de Alves de Oliveira a Lisboa a fim de se encontrar com o Director Geral de Ensino Primário e Normal, com o Director dos Serviços dos Seguros Sociais Obrigatórios, e com o Secretário Geral do Ministério da Instrução, para discutirem a forma de conseguir a harmonização entre os Estatutos da Lutuosa e as leis em vigor.

A Escola Primária informa também os seus leitores de que soubera já pelo próprio Secretário Geral da Lutuosa que ele tinha sido bem recebido por todas as entidades às quais se dirigira, e que “em todas encontrou os melhores desejos de harmonia, tendo-se já aplanado, felizmente, todas as dúvidas, que apenas visavam a dar forma legal à letra dos Estatutos, garantindo assim mais e melhor a nossa instituição”³⁹. Tanto optimismo não deixa dúvidas de que nem Alves de Oliveira nem *A Escola Primária* perceberam ainda os apuros em que a Lutuosa estava metida.

O próprio Secretário Geral da Lutuosa confirmaria, depois, em *Nota Oficiosa* publicada na edição de 2 de Fevereiro de 1928 do mesmo jornal, que a questão levantada pelo Ministro das Finanças “se encontra completamente solucionada, sem o

³⁹ [Anónimo (Alves de Oliveira)], “A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 8/12/27.

menor prejuízo, antes até com benefício, para esta instituição”⁴⁰. Nesta mesma *Nota* informa também que já se está a fazer o desconto das quotas nas folhas de vencimento com toda a regularidade e que a Direcção da Lutuosa em breve publicará “instruções e esclarecimentos aos Núcleos da Lutuosa que continuarão a ser a base de toda a vida da instituição”. Esta referência aos Núcleos da União, feita decorridos poucos dias após o encerramento da Sede da União do Professorado Primário, – extinta, portanto, toda e qualquer esperança de que ela se mantivesse em funcionamento – é completada na *Nota* publicada por Alves de Oliveira no número seguinte de *A Escola Primária*. Aí estabelece a existência de uma certa forma de continuidade entre a Lutuosa e a União. O fecho da última determinou, é certo, o desaparecimento dos seus Núcleos, mas o professorado primário continuou a ter Núcleos concelhios da Lutuosa dos Professores Primários. Assim, o fecho da União do Professorado Primário não reduziu a zero o associativismo da classe, pois – graças à oficialização – a Lutuosa tinha passado a ter também os seus próprios Núcleos. Claro que enquanto a União existiu eles não chegaram a funcionar, de facto, em separado dos da União, e que nestes se tratava de todas as matérias associativas, inclusive das da Lutuosa. Agora, porém, o professorado primário continuará – graças à controversa oficialização da Lutuosa – a ter Núcleos concelhios, mas isso ficou-se a dever à oficialização da Lutuosa, sendo esta, sem dúvida, uma eventualidade que ninguém previra quando o Decreto nº 14.075 foi publicado.

Alves de Oliveira sente, no entanto, a necessidade de esclarecer cuidadosamente que os novos Núcleos são apenas da Lutuosa e que não podem servir para tratar de assuntos estranhos a esta instituição:

⁴⁰ [Anónimo (Alves de Oliveira)], “A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 2/2/28. O tom é de grande optimismo, tanto que a *Nota* afirma que a Lutuosa continua “a aumentar, dia a dia, o seu grau de prosperidade, já pelo número de novas inscrições que constantemente se dão, já pelo seu estado financeiro que é cada vez mais garantido(...)”. *Idem, Ibidem*.

“Ao contrário do que alguns associados julgavam, os Núcleos da Lutuosa não desapareceram.

Sancionados pela letra do art. 4º do Decreto nº 14.075 (...) os Núcleos da **Lutuosa dos Professores Primários** têm existência regular e continuam a desempenhar as funções que, pelo mesmo decreto, lhes são atribuídas (...).

(...)

Todos os associados de cada concelho formam, pois, os **Núcleos Concelhios da Lutuosa**, os quais devem ter sempre a sua *comissão executiva* escolhida por todos os interessados.

A estes Núcleos, porém, não é lícito tratarem assuntos estranhos aos interesses da instituição a que pertencem: existem exclusivamente para a Lutuosa.

E nestas condições, a sua existência é regular, como dissemos, e imprescindível”⁴¹.

Tal como já dissemos, o descanso de Alves de Oliveira durou muito pouco e, bem depressa, o seu nervosismo aumentará. Na *Nota Oficiosa* de 1 de Fevereiro de 1928 afirmava que se tinham dissipado já todas as nuvens que se tinham levantado para a Lutuosa em termos de legalidade, e que “nenhum motivo para apreensão subsiste (...) não tendo, assim, fundamento algum certas *atoardas* que alguém parece empenhado em fazer correr e acreditar”⁴². Porém, no comentário da Direcção da Lutuosa ao Balancete relativo ao trimestre que decorrerá entre 1 de Novembro de 1927 e 31 de Janeiro de 1928 continua a haver referências a dificuldades não especificadas com as quais a instituição se continua a confrontar. Pela certa que seriam dificuldades de ordem técnica e legal, como facilmente se depreende:

“(...) julga a Direcção que nada mais é preciso acrescentar, pois a eloquência dos números e dos factos é suficiente para mostrar a importância e o valor da Lutuosa

⁴¹ Alves de Oliveira, “A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 16/2/27. Entre as funções regulares dos Núcleos Concelhios da Lutuosa Alves de Oliveira indica a cobrança das quotas dos aposentados, dos associados sem colocação, e de todos aqueles cujos vencimentos não são pagos pelo Ministério da Instrução Pública. Cfr. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários – Núcleos da Lutuosa”, *A Escola*, 25/2/28. Na «Página escolar» de *Novidades* esta *Nota* é intitulada “Núcleos da 2ª Lutuosa”, o que bem pode ser uma forma de o seu Director, Mário Sedas Nunes, distinguir a Lutuosa pós-oficialização da anterior. Cfr. “Lutuosa dos Professores Primários – Núcleos da 2ª Lutuosa”, *Novidades*, 28/2/28.

⁴² [Anónimo (Alves de Oliveira)], “A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 2/2/28.

dos Professores Primários e ainda para responder àqueles que, escudados nas suas ciências e teorias, tantas vezes falíveis, obstinadamente cerram os olhos à luz forte da Razão e da Verdade”⁴³.

Quem primeiro anunciou a publicação de um Decreto suspendendo a oficialização dos Estatutos da Lutuosa foi a «*Página Escolar*» de *Novidades*, em 13 de Março de 1928. Percebe-se que Mário Sedas Nunes recebe a notícia sem qualquer mágoa, defendendo mesmo que não vale a pena fazer qualquer esforço para adaptar os Estatutos da Lutuosa à legislação sobre instituições de previdência. Posição, aliás, inteiramente de esperar da parte de quem encontrara tantas desvantagens na oficialização:

“Se, de facto, os Estatutos não estão de harmonia com a lei que regula aquelas instituições e nela se pretende integrar a nossa Lutuosa, parece-nos que não se torna necessário tomar tal medida que decerto irá lançar entre os sócios a incerteza do futuro dos seus entes queridos”⁴⁴.

Também em *A Escola* (jornal que substitui provisoriamente *A Federação Escolar*) de 14 de Março de 1928 o artigo de fundo é dedicado à análise do anunciado decreto. A perspectiva é igualmente optimista, de inteira compreensão relativamente à posição do Governo, e de esperança de que a Lutuosa ainda venha a beneficiar com este contratempo. Por esse motivo, o temor inicial foi substituído pela confiança de que, brevemente, o problema estará ultrapassado:

“Esta medida, emanada do Ministério da Instrução Pública, deve ter um carácter provisório, pois estando a realizar-se em breve uma Reunião Magna dos sócios da Lutuosa, ali devem ser feitas e aprovadas várias alterações aos Estatutos, que a legislação em vigor sobre mutualismo exige para maior garantia dos associados e mesmo da instituição.

⁴³ Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários”, *Escola Moderna*, 19/2/28.

⁴⁴ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Lutuosa dos Professores Primários”, *Novidades*, 13/3/28.

Não será difícil depois conseguir a sua aprovação, se nas sessões que vão realizar-se se conseguir introduzir e fazer votar os pontos de vista que o Estado impõe, para que fique dentro das formas legais, formas rígidas e justas que o Estado não poderia deixar de impor a toda e qualquer instituição que queira ver os seus estatutos aprovados.

Por isso, não devem alar-se os amigos e associados da Lutuosa (...).

Não há motivos para receios, visto que tudo se congrega para que a Lutuosa saia deste transe mais forte e duradoura”⁴⁵.

A única alteração que *A Escola* descortina na vida corrente da Lutuosa derivada da suspensão do decreto nº 14.075 é a que diz respeito ao facto de o pagamento das quotas deixar de ser feito nas folhas de vencimento e voltar a efectuar-se através dos Núcleos, como sempre acontecera desde que a instituição fora criada até Novembro último⁴⁶.

Na edição de 18 de Março de 1928 de *Educação Nacional* insere-se uma *Nota Oficiosa* recebida da Lutuosa dos Professores Primários pela qual se percebe que, afinal, a sua Direcção não estava muito preocupada com o Decreto suspendendo a oficialização. Esperava ver solucionado o problema na Assembleia Geral da instituição que se realizaria no mês seguinte:

“O anunciado decreto referente a esta instituição de previdência do professorado visa apenas a suspensão temporária do estatuto, a fim de lhe serem introduzidas algumas alterações, conforme a legislação aplicável, para o que, breve, reunirá a respectiva assembleia geral”⁴⁷.

⁴⁵ [Anónimo (António Augusto Martins ?)], “A Lutuosa”, *A Escola*, 14/3/28.

⁴⁶ Sendo assim, a nova forma de cobrança das quotas decorrente da oficialização da Lutuosa conseguida por Alves de Oliveira em Agosto de 1927 apenas esteve em vigor durante os meses de Dezembro de 1927 e Janeiro, Fevereiro e Março de 1928.

⁴⁷ [Anónimo (António Figueirinhas ?)], *Educação Nacional*, 18/3/28.

Finalmente, foi só no *Diário do Governo* de 20 de Março de 1928 que se publicou o Decreto nº 15.208 que suspendeu o Decreto nº 14.075. Era aí dado como motivo para a suspensão o facto de se ter

“verificado que os mesmos Estatutos [da Lutuosa dos Professores Primários] não estão conformes com a legislação em vigor sobre instituições de previdência, tornando-se assim indispensável modificá-los em harmonia com aquela legislação, o que terá lugar logo que a estação competente sobre eles se pronuncie”⁴⁸.

Dois dias mais tarde, em 22 de Março de 1928, destacado como *fundo*, *A Escola Primária* publicava um artigo de Alves de Oliveira (datado de 17 de Março e redigido, portanto, antes da publicação do Decreto nº 15.208) no qual o Secretário Geral da Lutuosa já não esconde a sua apreensão e onde é muito claro que ele não encara a situação tão pacificamente quanto poderíamos ser levados a julgar com base na leitura da *Nota Oficiosa* publicada alguns dias antes em *Educação Nacional*. Três aspectos devem ser evidenciados na forma como o Secretário Geral da Lutuosa encara agora os novos problema que a instituição enfrenta. Em primeiro lugar, sobressai a sua aceitação da exigência governamental de uma revisão dos Estatutos:

“Sem receio de errar, podemos garantir que os poderes públicos nenhuma má vontade têm contra a nossa Lutuosa. Estes, apenas exigem que a letra do seu Estatuto se harmonize com as disposições legais que regulam as instituições de previdência e mutualismo, no nosso país. Foi o que ainda há dias aconteceu com uma associação congénere, a dos sargentos de terra e mar, e outras”⁴⁹.

Em segundo lugar, Alves de Oliveira – contraditoriamente com a sua proclamada compreensão dos objectivos governamentais – começa a interpretar as

⁴⁸ Decreto nº 15.208, *Diário do Governo*, nº 56 (I Série), de 20 de Março de 1928.

⁴⁹ Alves de Oliveira, "Cartas do Norte – A Lutuosa", *A Escola Primária*, 22/3/28.

dificuldades de legalização da Lutuosa como sendo obra de *inimigos da Lutuosa* que conseguem manipular os próprios poderes públicos:

“Há, é certo, a acção ferozmente destrutiva dos inimigos da Lutuosa.

Guerra que não pára ! Que não desiste ! Sem tréguas !

(...)

As tramas que na sombra se preparam para iludir a boa fé dos próprios governantes, não vingarão, por fim”⁵⁰.

Em terceiro lugar, reafirma a sua aposta em que “a tenacidade e a fé que animam mais de *cinco mil almas*, formando quadrado, denodadamente, à volta da Lutuosa” serão capazes de vencer a forças que combatem a Lutuosa:

“E porque assim sucede, é que o esforço destruidor de quem quer que seja não consegue, por mais que faça, abrir brecha na muralha imensa que resguarda a Lutuosa dos Professores Primários.

O entusiasmo, a confiança, não diminuem. Antes se acrisolam mais e mais”⁵¹.

É esta imagem de uma Lutuosa batida pelo vento forte dos seus inimigos, protegida pela boa vontade dos poderes públicos e, principalmente, pela serenidade e pela fé dos seus associados que Alves de Oliveira manterá inalterável durante os dois anos que ainda restam à instituição até ser decidida a sua fusão com o Montepio. Não admite nem admitirá nunca a menoridade da Lutuosa por causa das suas deficiências *técnicas* enquanto instituição de previdência, e insistirá sempre em culpar os *inimigos da Lutuosa* pelas dificuldades que a instituição vai ter do ponto de vista da sua legalização.

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

O novo Decreto, porém, não preocupa a Redacção de *A Escola* – com posição idêntica à que já vimos tomar a Mário Sedas Nunes – que mostra até um certo agrado em que seja suspensa a oficialização da Lutuosa. Isso se pode depreender da brevíssima referência que é feita ao assunto na edição de 24 de Março de 1928:

“Na respectiva secção vai o decreto que a faz voltar à 1ª forma.

(...)

Pensem em conservar o que é bom e já tanto bem fez.

Seja nossa e só nossa a Lutuosa”⁵².

Por outras razões, quem também fica, obviamente, satisfeito com as dificuldades vividas pela Lutuosa é a Administração da Caixa de Previdência. A *Nota Oficiosa* que o seu Administrador-Delegado envia à imprensa da classe a pretexto de desfazer alguns equívocos é, no fundo, aproveitada para propagandear a excelência e a superioridade da Caixa entre todas as instituições do género:

“Não é o decreto que aprovou os Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública que vai ser suspenso, como algumas pessoas chegaram a supor, mas sim o decreto que aprovou os Estatutos da Lutuosa dos Professores Primários, com sede no Porto.

Os Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública foram rigorosamente elaborados em harmonia com as disposições legais reguladoras das instituições de previdência, oferecendo assim esta Caixa todas as garantias aos seus associados, motivo por que é já grande o número dos sócios, afluindo constantemente as inscrições.

Esta Caixa de Previdência, mercê da sua excelente organização, sendo já uma sólida instituição, tem um largo futuro diante de si, sendo inquestionavelmente, no seu género, a melhor organização do país”⁵³.

⁵² [Anónimo], “Lutuosa”, *A Escola*, 24/3/28. Ou seja, não há nenhuma vantagem em oficializá-la, devendo a instituição continuar “só do professorado”, isto é, sem se sujeitar a qualquer aprovação oficial.

⁵³ “Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública”, *Educação Nacional*, 25/3/28. Cfr. também *A Escola*, 21/3/28. Na «Página Escolar» de *Novidades* já em 13/3/28 tinha sido publicada uma pequena *Nota* de propaganda: “Continua a inscrição de sócios na Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública, instituição oficial instalada naquele Ministério, cujo desenvolvimento aumenta de dia para dia, pela absoluta garantia que oferece aos seus associados”. [Anónimo], “Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública”, *Novidades*, 13/3/28. Note-se que desde finais de Outubro que tinha cessado a

A situação era, de facto, favorável à Caixa de Previdência, pois os poderes públicos pareciam dispostos a não continuar a permitir o funcionamento de instituições mutualistas sem sólidas bases técnicas. Assim, as dificuldades que a Lutuosa atravessa neste momento não devem ser interpretadas, em nosso entender, como resultado de quaisquer iniciativas inimigas da parte da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública. Obviamente, isso não impede, por exemplo, que Carlos Martins encarasse a publicação do Decreto nº 15.208 com agrado. Mas isso também não significa necessariamente que ela se tenha ficado a dever à sua intervenção ou a qualquer contributo seu.

Julgamos essencial insistir nesta ideia de que as vicissitudes por que vão passando as instituições mutualistas que estudamos não ficam todas a dever-se a motivos de ordem político-ideológica. É preciso ter presente que estamos perante um processo de desenvolvimento do mutualismo que evolui de instituições *empíricas* para instituições mais *científicas*. Um processo com avanços e recuos – que não cabe aqui estudar – como se percebe pelo caso da Lutuosa. Hesitações que também se verificam, exemplarmente, na legislação sobre a matéria que é publicada na Primavera de 1928.

publicação deste tipo de *Notas*, o que deve explicar-se pela prisão nessa altura do Chefe da Secretaria da Caixa, o professor Carlos Martins. Em *A Escola Primária* de 16/2/28 publica-se um “comunicado” enviado pela Caixa de Previdência com a informação de que ele voltou ao serviço: “(...) tendo reassumido as suas funções o Chefe da Secretaria desta Caixa de Previdência, por lhe ter sido levantada a suspensão que há dois meses fora superiormente ordenada, os serviços da mesma Caixa vão ser normalizados (...)”. *Ibidem*. Em *A Escola* de 18/2/28 foi também noticiado o seu regresso ao lugar de Chefe da Secretaria, e com evidente satisfação: “(...) não lhe provaram as acusações feitas. Ainda bem e daqui lhe damos um grande e fraternal abraço. A verdade triunfa e com isso todos lucrarão”. Também a «Página Escolar» de *Novidades* ao anunciar o regresso ao serviço de vários dos professores presos em Outubro entre eles indica o nome de Carlos Martins.

Só a consulta dos processos que, eventualmente, constarão dos arquivos do Ministério do Interior poderá fazer luz sobre as acusações concretas que pendiam sobre Carlos Martins. Como o nosso objectivo não é historiar aqui o fecho da União do Professorado Primário ou as prisões de Outubro de 1927, consideramos que o seu conhecimento é *relativamente* dispensável. Seria, no entanto, certamente, muito útil para a definição do perfil do fundador da Lutuosa e “actual” Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública.

Na verdade, em 11 de Abril de 1928 foram publicados dois decretos sobre a matéria que logo foram suspensos pelo Decreto nº 15.431 de 7 de Maio de 1928, isto é, menos de um mês após terem sido publicados. O primeiro deles foi o Decreto nº 15.342 que criava a Caixa Nacional de Previdência e remodelava a indústria de seguros, e o segundo foi o Decreto nº 15.343, também de 11 de Abril de 1928, que revia o Decreto nº 5.638 de 10 de Maio de 1919 que criara em Portugal o Seguro Social Obrigatório e que promulgava uma nova organização do Seguro Social Obrigatório na velhice e invalidez colocando-o a cargo do Estado por intermédio do Instituto Nacional de Seguros e Previdência (não se aplicava aos funcionários do Estado com direito a aposentação, e, por isso, não se aplicava ao professorado primário).

Relativamente ao associativismo mutualista da classe do professorado primário o que é fundamental nesta legislação é a determinação feita pelo Decreto nº 15.343 de que as instituições de previdência (caso da Lutuosa e da Caixa de Previdência) calculem as suas quotas com base em tábuas estatísticas de mortalidade, isto é, que a idades diferentes correspondam quotas diferentes. Compreende-se, portanto, muito bem, a esta luz, que a aproximação da publicação deste último Decreto tenha coincido com a suspensão do Decreto nº 14.075 que oficializara os Estatutos da Lutuosa dos Professores Primários em Agosto de 1927 (os quais previam quotas iguais para todos os sócios sem atender à idade de cada um).

E compreende-se igualmente que, embora o Decreto nº 15.343 tenha sido suspenso quase de imediato⁵⁴, os poderes públicos não tenham voltado a repor o Decreto que anteriormente oficializara os Estatutos da Lutuosa. O recuo existiu, é

⁵⁴ A história do mutualismo em Portugal está por fazer, apesar dos contributos notáveis de Vasco Rosendo. Julgamos, no entanto, que as suas investigações perseguem objectivos hagiográficos incompatíveis com uma investigação capaz de pôr a claro tudo o que diz respeito à história da “miríade” de instituições mutualistas que existiram o país, especialmente alguns aspectos menos nobres.

verdade, mas não foi ao ponto de, pela positiva, se continuar a dar aprovação oficial ao funcionamento *empírico* de quaisquer instituições mutualistas.

No caso da Lutuosa, como consequência da publicação do Decreto nº 15.208, a sua próxima Assembleia Geral seria obrigada a proceder à alteração dos Estatutos de forma a que os mesmos pudessem vir a ser, outra vez, aprovados oficialmente. No entanto, mesmo depois de feitas as alterações que tinham sido indicadas como necessárias para a nova aprovação oficial dos Estatutos, estes nunca voltarão a ser oficializados, julgamos nós que precisamente por causa da evolução entretanto havida no campo da legislação mutualista. Porém, tanto a Direcção da Lutuosa como *A Escola Primária* sempre encararão a situação como resultante duma campanha orquestrada pelos inimigos da Lutuosa procurando que a Caixa de Previdência se imponha sobre a instituição mutualista da classe.

Na verdade, a evolução do mutualismo e da legislação mutualista implicavam reais dificuldades para as Lutuosas. No caso português, essa evolução e essas dificuldades comprovam-se inteiramente no *Parecer* do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral sobre Lutuosas publicado no *Diário do Governo* em 5 de Junho de 1928⁵⁵. Fica aqui bem claro de que forma os Governos têm tratado o assunto, quais as principais desvantagens deste tipo de instituições, concluindo-se mesmo que, até de acordo com o Decreto de 2 de Outubro de 1896⁵⁶, elas *não podem sequer ser permitidas*:

⁵⁵ Foi transcrito pela «Página Escolar» de *Novidades* (Cfr. *Novidades*, 19/6/28) e por *A Escola* (Cfr. *A Federação Escolar* 24/11/28).

⁵⁶ Acerca da evolução da legislação sobre instituições mutualistas em Portugal até à publicação deste Decreto Cfr. Vasco Rosendo, *Op. Cit.*, pp. 557-580. Vasco Rosendo apresenta este Decreto de 2 de Outubro de 1896 como a principal peça legislativa sobre instituições mutualistas no período que vai de 1896 a 1931. Relativamente à legislação produzida neste interregno Cfr. *Idem, Ibidem*, pp. 583-596.

“O que fica exposto basta para acentuar o carácter anti-técnico das Ltuosas organizadas pela forma exposta. São elas associações de organização primitiva, rudimentar e simplista, que só anacronicamente poderiam ser hoje consentidas, pelo que a nossa comissão é de parecer que não seja dada aprovação a nenhum dos Estatutos organizando tais colectividades.

Reconhece porém a nossa comissão a necessidade de acentuar que o presente parecer se restrinja apenas às Ltuosas que pretendem organizar-se sob a forma exposta, nada impedindo que, com esses ou outros nomes, se possam instituir agremiações destinadas ao mesmo fim, com cotizações periódicas e estabelecidas segundo bases técnicas e conforme disposições legais que regem as associações mutualistas”⁵⁷.

Julgamos que este *Parecer* foi uma peça essencial na evolução da legislação sobre mutualismo e decisiva para que as Ltuosas vissem impossibilitada a sua oficialização a menos que adoptassem Estatutos conformes à exigências do mutualismo moderno. Por esse motivo, a Ltuosa não voltaria nunca mais a ver os seus Estatutos oficializados. Ao contrário do que sempre pretendeu a quase totalidade dos apoiantes da Ltuosa, as dificuldades legais com que a instituição se deparava não tinham, portanto, origem em qualquer espécie de má vontade de quem quer que fosse contra a instituição, ou seja, o problema da Ltuosa não era, na realidade, tanto de cariz associativo e era, principalmente, de ordem técnica e legislativa⁵⁸.

Isso mesmo não puderam ou não quiseram⁵⁹ nunca ver Alves de Oliveira e os directores de *A Escola Primária*. E um bom exemplo dessa cegueira encontramos-lo

⁵⁷ *Diário do Governo*, nº 127, I Série, 5/6/1928. Cfr. “Parecer sobre «Ltuosas»”, *Novidades*, 19/6/28.

⁵⁸ E aqui reside uma boa parte da complexidade do fenómeno do associativismo mutualista da classe do professorado primário no período em estudo. É que, ironicamente, do lado da Ltuosa (tecnicamente, o lado errado) estavam os que politicamente estavam do lado certo, enquanto do lado da Caixa de Previdência (tecnicamente, o lado certo) estavam os que politicamente estavam do lado errado.

⁵⁹ Quanto a nós, esta insistência em atribuir aos seus inimigos da Caixa de Previdência e afins as dificuldades que a Ltuosa está enfrentando para se legalizar *definitivamente* assenta, sobretudo, na incapacidade para ver que existia, de facto, um problema *técnico* com as instituições do tipo a que a Ltuosa pertencia.

neste jornal quando publica, alguns dias apenas após o referido *Parecer* ter sido conhecido, o seguinte comentário aos problemas da Lutuosa:

“A Lutuosa dos Professores Primários que tanto carinho tem merecido ao professorado e pessoal do Ministério da Instrução está a ser alvo duma guerra surda, que, certas criaturinhas, com fins incompreensíveis, lhe vêm movendo.

Mas nós conhecemos estes *operadores* e o seu campo de operações; conhecemo-lhes as virtudes e os defeitos e saberemos ser gratos ao serviço que andam a prestar à melhor instituição de previdência que é também a melhor obra do professorado primário.

Forcem-nos a perder a paciência e ouvirão o que merecem”⁶⁰.

Entretanto, cada vez mais se aperta o cerco sobre a instituição e a «*Página Escolar*» do jornal *Novidades* de 17 de Julho de 1928 informará que – como seria de prever por quem acompanhasse a evolução legislativa e das sensibilidades governativas sobre a matéria – “foi indeferido um requerimento da «Lutuosa» em que era pedido para as quotas voltarem a ser novamente descontadas nas folhas de vencimentos”⁶¹. Por outro lado, à medida que as dificuldades aumentam, aumentarão também as acusações aos partidários da Caixa de Previdência de conspirarem e moverem influências para matar a Lutuosa. É esse, por exemplo, o tom adoptado pelo Editorial de *A Escola Primária* de 19 de Julho de 1928, onde sobressai a ideia de que o problema da Lutuosa não é técnico mas exclusivamente político. As dificuldades que ela vem enfrentando ficarão a dever-se apenas à *intriga* e a manobras de *baixa politiquice* junto das autoridades. Apenam, por isso, os Directores daquele jornal da classe aos homens do Governo para que eles se não deixem manipular e procedam de forma a que o Estado proteja a instituição em lugar de dificultar o seu trabalho. Estão convencidos de que as dificuldades que tem havido em matéria de Estatutos são obra dos inimigos da Lutuosa

⁶⁰ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária), “Notas e Comentários”, *A Escola Primária*, 14/6/28.

⁶¹ [Anónimo (Mário Sedas Nunes), “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 17/7/28.

que têm conseguido mover influências dentro do próprio Ministério da Instrução Pública:

“(…) à volta da Lutuosa também parece que se vem fazendo bom gasto dessa baixa politiquice horrível que, fazendo as delícias de alguns não deixa de ter o seu nefasto reflexo pelas encruzilhadas ministeriais.

A Lutuosa, sem fazer mal a ninguém, tem encarniçados inimigos, que a guerreiam por todas as formas, à luz do dia e na sombra.

Alguns factos simbólicos o poderiam comprovar.

São decorridos três meses, depois que a Assembleia de Coimbra se ocupou das alterações ao Estatuto, que a própria Direcção dos Seguros Sociais indicou, alterações que punham os estatutos bem dentro dos preceitos legais que regem as instituições mutualistas.

Pois ainda não houve tempo de o assunto ser oficialmente resolvido!”⁶².

A mesma convicção de que a Lutuosa é vítima de má vontade governamental instigada de fora está também patente no artigo que o professor Pompeu Faria de Castro, entretanto, publicará em *A Escola Primária* e no qual, tratando das causas do analfabetismo e das medidas necessárias para combatê-lo, considera que “há pessoas, mais ou menos ocultas nos ministérios, que contrariam os professores primários em todas as suas criações e aspirações justas e dignas, como acontece actualmente com a sua Lutuosa, instituição humanitária que lá fora seria acarinhada por todos os homens de Estado”⁶³.

A crise da Lutuosa na Primavera-Verão de 1928 não tem, no entanto, apenas uma vertente teórica. Do ponto de vista prático, a crise viveu-se ao nível da cobrança das quotas que teve de voltar a ser feita através dos Núcleos. Obviamente, foi difícil para a Direcção aceitar este retrocesso, mesmo apesar da esperança que depositava na

⁶² [Anónimo (Direcção de A Escola Primária), “Pela Lutuosa”, *A Escola Primária*, 19/7/28.

⁶³ Pompeu Faria de Castro, “A extinção do analfabetismo”, *A Escola Primária*, 13/9/28.

Assembleia Geral de Abril de 1928 onde esperava ver resolvidos todos os problemas da instituição procedendo às necessárias alterações estatutárias. Porém, essas expectativas serão frustradas e em Maio ainda Mário Sedas Nunes interpelará a Direcção da Lutuosa a este propósito:

“Com a suspensão do decreto que aprovou os Estatutos da Lutuosa dos Professores Primários deixaram de ser pagas as respectivas quotas nas folhas dos vencimentos. Já decorreu um mês e até hoje ainda os sócios não pagaram o seu débito porque a Direcção da Lutuosa emudeceu, não tendo dado até à data as devidas providências. Por que se espera ? A Direcção da «Lutuosa» dorme. Dorme e sonha”⁶⁴.

Só em 3 de Julho de 1928, finalmente, a «*Página Escolar*» informará – decerto transcrevendo uma *Nota Oficiosa* da Lutuosa – que “tendo deixado de ser descontado nas folhas dos vencimentos as quotas da Lutuosa, devem os seus associados pagar aos tesoureiros dos respectivos Núcleos as suas quotas até ao dia 30 do mês imediato àquele a que disser respeito”⁶⁵. Não se julgue, contudo, que a Direcção da Lutuosa cruzou os braços. De facto, deve ter continuado sempre a insistir na reposição da situação conseguida com o Decreto nº 14.075, e indício disso é o facto de em 17 de Julho de 1928 a «*Página Escolar*»⁶⁶ noticiar que foi recusado um novo requerimento da Lutuosa para que os descontos voltassem a ser feitos nas folhas.

⁶⁴ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária), “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 16/5/28.

⁶⁵ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária), “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 3/7/28.

⁶⁶ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária), “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 17/7/28.

4.3. *A Escola* e a criação de um Fundo de Reserva na Lutuosa

Com a suspensão de *A Federação* Escolar e a proibição imposta a António Augusto Martins de dirigir qualquer jornal, a sua actividade como “jornalista da classe” prossegue, no entanto, através do recurso a outras pessoas que vão aparecendo como directores dos títulos sucessivos que honram os compromissos da empresa proprietária de *A Federação* Escolar com os seus assinantes. Tudo ou quase tudo indica ser também isso que se passa com *A Escola*, aparecendo sob a direcção de António Fernandes, mas continuando a ser, de facto, o jornal de António Augusto Martins⁶⁷. A única dúvida que nos fica em relação a isto diz respeito, precisamente, aos *artigos de fundo* de Fevereiro e Março de 1928 que têm como tema a Lutuosa e a necessidade de criação nela de um Fundo de Reserva⁶⁸. O tom dos artigos em causa não é o característico de António Augusto Martins, mais dado a intervenções *políticas* do que a deslindar questões técnicas. Não sabemos ao certo quem os redigiu, mas admitimos a possibilidade de que tenha sido Justino Teixeira da Mota⁶⁹.

O primeiro dos editoriais de *A Escola* dedicados ao assunto é ainda de carácter geral. Por um lado, destaca-se aí a importância que a Lutuosa dos Professores Primários teve na história do mutualismo em Portugal enquanto instituição inspiradora de outras

⁶⁷ No Editorial do primeiro número parece claro que António Augusto Martins não faz segredo, embora não possa arrancar a máscara: “Lançamos hoje, no seio da classe do professorado primário, este primeiro número de *A Escola*. Será um novo jornal? Diremos que sim, quanto ao título, quanto à sua ténpera de lutador em prol das reivindicações da classe, ele é velho, até duma velhice cheia de tradições nobres e cavaleirosa, que muito vivem na recordação de milhares de professores primários. [...] O jornal é novo, mas por transmigração, anima-o o espírito velho de velhos lutadores. [...] estamos, porém, certos de que ao fim desta meia dúzia de palavras, não há leitor que nos não conheça”. [Anónimo (António Augusto Martins?)], “Eis-nos”, *A Escola*, 1/2/28.

⁶⁸ No artigo de fundo da edição de 14 de Março a situação da Lutuosa será abordada na perspectiva da *política associativa* da classe. O optimismo que aí se manifesta em relação à capacidade de a instituição sobreviver à suspensão do Decreto nº 14.075 não deixa espaço para qualquer observação menos favorável à gestão da Lutuosa pós-Carlos Martins. Mas, sendo político, é um texto que dificilmente pode ter sido redigido por António Augusto Martins, a menos que também ele tenha decidido fazer parte do “quadrado” a que se referira Alves de Oliveira, empenhado não na defesa deste Secretário Geral mas na defesa da instituição e do espírito associativo da classe que nela resiste.

⁶⁹ Eram sócios, ocupando-se o primeiro do jornal e o segundo da Livraria Escolar Progredior. Justino Teixeira da Mota será, aliás, o enviado de *A Escola* a Coimbra para fazer a cobertura da próxima Assembleia Geral da Lutuosa. Cfr. [Anónimo], “Justino Teixeira da Mota”, *A Escola*, 11/4/28.

do mesmo género que surgiram noutras classes. Depois, a determinado momento, são irmanadas as duas figuras que encabeçaram a instituição:

“(...) o professor Carlos Martins, que com o seu esforço ingente e generoso conseguiu criar e desenvolver a nossa Lutuosa e Alves de Oliveira, que desde que a sua sede é no Porto a ela tem dedicado o melhor do seu trabalho e do seu esforço”⁷⁰.

Ora, não é verosímil que António Augusto Martins coloque assim, em equivalência, Carlos Martins e Alves de Oliveira depois da forma como apreciou a acção deste último no processo de oficialização da Lutuosa e a julgar pela reacção que teve ao artigo de Raio X – cuja identidade nos quer parecer que fosse, já nesta altura, do conhecimento do Director de *A Federação Escolar*. Por isso, julgamos que a série de textos que *A Escola* publica sobre a Lutuosa entre 11 de Fevereiro e 14 de Março de 1928 não sai da caneta de António Augusto Martins, a menos que, num momento de *realismo político*, ele tenha compreendido que a Lutuosa – gostasse-se ou não da sua actual Direcção e, particularmente, do seu actual Secretário Geral – era agora a única réstia de esperança para o associativismo da classe, a semente que era preciso proteger para que, mais tarde, pudesse desabrochar em seara abundante.

Nesta perspectiva, a defesa da criação de um Fundo de Reserva na Lutuosa seria até uma medida perfeitamente consistente com a preocupação em manter viva a instituição onde bruxuleia a chama associativa. Explica o fundista da edição de 18 de Fevereiro de 1928 de *A Escola* que esta ideia nem sequer é nova na instituição – e bem sabemos que tem inteira razão. Por outro lado, entende que a nova modalidade definida na Reunião de Coimbra em Outubro de 1926 – acabando com o pagamento de quotas variáveis em função dos sócios falecidos e instituindo as quotas fixas – embora

⁷⁰ “Lutuosa”, *A Escola*, 11/2/28.

parecesse, à primeira vista, ser preferível, não o é, de facto. Na sua opinião, a única forma de pôr a instituição “a cobro de qualquer eventualidade ou de qualquer altura em que a taxa de mortalidade aumente duma forma que nos assuste”⁷¹ é a criação de um Fundo de Reserva:

“Desejávamo-la pôr a coberto de qualquer obstáculo que viesse empanar a maneira rápida como os pagamentos são feitos e obter a certeza de que os nossos filhos e a nossa família receberão integralmente a cota inicial e subscrita. Para isso, para conseguirmos esse «desideratum» era de toda a conveniência a criação dum Fundo de Reserva”⁷².

Uma semana mais tarde, um novo artigo dedicado ao assunto entrará a explicar como se poderia constituir o tal Fundo de Reserva. Começar-se-ia por destinar-lhe as jóias dos novos sócios às quais se juntaria, depois, um capital a estipular pago por cada sócio, de uma só vez ou em prestações. Admitindo que esse capital pudesse rondar os 100\$00 por sócio e sendo os sócios mais de 5000, ao fim de um ano haveria um Fundo de Reserva de quinhentos mil escudos, verba essa que asseguraria, só em juros, o suficiente para pagamento das despesas correntes da instituição. Para além disso, o capital acumulado constituiria uma garantia sólida que escudaria a classe contra quaisquer adversidades inesperadas e que “afirmaria à Nação que a nossa Classe não é uma Classe de desordeiros, mas sim uma agremiação de homens conscientes que acima dos seus interesses põem os interesses dos seus descendentes”⁷³. Convencido da pertinência da sua proposta, o articulista sugere à Direcção da Lutuosa que o assunto seja agendado para a Assembleia Geral que se aproxima. Percebe-se, no entanto, que esta recomendação é mais um desafio do que uma mera sugestão. As relações entre o

⁷¹ [Anónimo], “Ainda a Lutuosa”, *A Escola*, 18/2/28.

⁷² *Idem, Ibidem*.

⁷³ [Anónimo], “Lutuosa – Um Fundo de Reserva”, *A Escola*, 25/2/28.

jornal substituto de *A Federação Escolar* e a Secretaria Geral da Lutuosa continuavam, de facto, a não ser boas, como se percebe pela nota da Direcção do jornal inserta na edição de 18 de Fevereiro estranhando que todos os jornais da classe tivessem recebido mais cedo o último Balancete elaborado pela Direcção quando a Redacção de *A Escola* é a que fica mais perto da Lutuosa. A única explicação que a Direcção do jornal encontra é de que houve “grande gaffe, se não houve ... grande propósito”⁷⁴. Em qualquer dos casos, *A Escola* sente-se melindrada pela preterição.

É possível que os artigos de fundo de *A Escola* acerca da criação de um Fundo de Reserva na Lutuosa sejam artigos de combate à sua Direcção, De facto, o autor dos artigos, fosse quem fosse, bem sabia que essa medida estava totalmente fora das perspectivas de Alves de Oliveira sobre a Lutuosa. O Secretário Geral considerava como indicadores fiáveis da prosperidade da instituição o razoável número de novos sócios que se iam inscrevendo e o valor do saldo em caixa. Posição, portanto, completamente diferente da do fundista de *A Escola*:

“Dissemos no penúltimo nº de «*A Escola*» que era de toda a conveniência para o futuro da Lutuosa dos Professores Primários, a criação dum Fundo de Reserva. Novamente o afirmamos, pois só a desejamos ver rica e prosperar indefinidamente.

É esse o nosso maior anseio e a nossa mais grata aspiração.

Sabemos que ela caminha num traço de prosperidade contínua, e que os sócios entram para ela duma maneira animadora.

Mas é isso o bastante ?

Pela nossa parte não o é. Advogamos a criação dum Fundo de Reserva (...)”⁷⁵.

Finalmente, na edição de 3 de Março de 1928 *A Escola* publicou um último artigo de fundo reafirmando a necessidade de a Lutuosa ser dotada de um Fundo de Reserva. Transcreve-se no corpo do artigo uma carta dum “professor dos mais distintos

⁷⁴ [Anónimo], “Ainda a Lutuosa”, *A Escola*, 18/2/28.

⁷⁵ [Anónimo], “Lutuosa – Um Fundo de Reserva”, *A Escola*, 25/2/28.

e um dos espíritos mais cultos da nossa Classe” – não identificado – concordando com a campanha que o jornal vem fazendo a favor da criação do Fundo de Reserva, mas discordando da forma que tem sido proposta para a sua constituição. Em seu entender, o Fundo de Reserva não deveria ser fixo, mas deveria ir aumentando continuamente, bastando para isso acrescentar à quota mensal uma importância, a fixar, entre \$50 e 1\$00, destinada a esse Fundo. Procedendo-se assim, haveria ainda a vantagem de evitar “cobranças suplementares, sempre custosas e difíceis de fazer”⁷⁶.

E, mais uma vez, neste último artigo dedicado ao assunto o fundista de *A Escola* incumbe a Direcção da Lutuosa de estudar a melhor forma de a Classe apreciar o problema para poder decidir como lhe aprouver já na próxima Assembleia Geral. A sua sugestão é de que se encarregue do trabalho de estudar o assunto uma Comissão ou um Núcleo aos quais se fornecerão, previamente, todos os elementos e dados que forem necessários para o efeito. No final do texto, insistirá de novo na indispensabilidade do Fundo de Reserva para que a instituição seja realmente sólida como convém a uma instituição do género:

“A Lutuosa caminha duma maneira que só nos desvanece e nos orgulha, mas a sua libertação só se realizará quando a par da sua vida financeira desafogada tenha um Fundo de Reserva que a ponha ao abrigo de todas as conjecturas”⁷⁷.

Na edição de *A Escola* publicada no dia em que se iniciou em Coimbra a Assembleia Geral da Lutuosa (11 de Abril de 1928) coube ao autor das *Notas* definir a sua posição em relação à criação do Fundo de Reserva. Entende que dela depende o futuro da própria instituição mutualista e julga que esta ocasião é a mais propícia para

⁷⁶ [Anónimo], “Lutuosa – O Fundo de Reserva”, *A Escola*, 3/3/28.

⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*.

solucionar o problema, propondo, portanto, que ele seja abordado “com o firme propósito de uma solução racional e positiva”, a fim de que a Lutuosa possa salvar-se:

“Se o fizerem e o resolverem [a criação do Fundo de Reserva] ficará a Lutuosa com uma garantia de vida que a há-de fazer prosperar eternamente, e a porá em condições de poder resistir a qualquer transe por que tenha de passar”⁷⁸.

O comportamento de *A Escola* nesta fase da vida da Lutuosa e da vida associativa da classe rege-se, sem dúvida, pelo instinto de sobrevivência como é natural a quem pretende resistir a todo o custo. É certamente isso que explica o facto de colocar toda a ênfase na criação de um Fundo de Reserva que assegure a “prosperidade eterna” da instituição. E será também por isso que adopta uma atitude de convivência pacífica com o Secretário Geral da Lutuosa, com uma postura bem diversa da que teve *A Federação Escolar* no período anterior ao fecho da União do Professorado Primário. Já dissemos que não sabemos que papel desempenha exactamente António Augusto Martins na nova publicação, mas se ele, de facto, tivesse sido o autor destes *fundos* sobre a Lutuosa essa seria a prova máxima de como face a dificuldades extremas para o associativismo da classe esta teve a capacidade de reduzir ao mínimo as suas divergências internas e de se entrincheirar toda ela na sobrevivente Lutuosa dos Professores Primários. Mas só por alguns meses, visto que na Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra em Abril de 1928 se tornará, mais uma vez, muito claro que dentro da classe do professorado primário há pactos que não duram muito.

⁷⁸ [Anónimo], [sem título], *A Escola*, 11/4/28.

5. DA ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA DE ABRIL DE 1928

À DE ABRIL DE 1929

5.1. A Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1928

Foi o jornal *A Escola* quem primeiro, entre a imprensa da classe, anunciou que a Assembleia Geral da Lutuosa se realizaria em Coimbra nos dias 11 e 12 de Abril de 1928¹. Antes disso, Mário Sedas Nunes já reclamara, várias vezes, por a Direcção não haver maneira de dar notícias sobre o assunto. Agora, a *Convocatória*², datada de 16 de Março, anunciava três pontos em discussão: a) Relatório e contas da Direcção; b) Reforma dos Estatutos; c) eleição dos Corpos Gerentes.

No dia anterior ao início da Assembleia Geral Mário Sedas Nunes dedicou o *fundo* da «*Página Escolar*» do *Novidades* à apreciação da obra da Direcção em final de mandato, focando especialmente o episódio da oficialização. Continua aí a acusar a Direcção da Lutuosa de ter sido “precipitada e leviana”, por se ter decidido pela oficialização e não se ter limitado simplesmente à legalização como a classe pedira. Na sua opinião, a tranquilidade com que a vida da Lutuosa decorria dispensava a oficialização e, em qualquer caso, os sócios deveriam ter sido previamente ouvidos. A Delegação Executiva cometeu, portanto, um “acto despótico” – ao não auscultar a classe – mas cometeu, além disso, também um erro estratégico “porque não fazia

¹ [Anónimo], “A Lutuosa – Reunião dos seus sócios em Coimbra em 11 e 12 de Abril”, *A Escola*, 17/3/28.

² Augusto Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários – Convocação da Assembleia Geral”, *A Escola*, 21/3/28. Cfr. também *In A Escola Primária*, 22/3/28; *Escola Moderna*, 25/3/28; *Educação Nacional*, 25/3/28. O Regulamento do Congresso foi publicado em *A Escola*, 4/4/28, em *A Escola Primária*, 5/4/28, e em *Novidades*, 10/4/28.

sentido algum que, tendo o Estado já a Caixa de Previdência nós fôssemos oferecer-lhe a Lutuosa dos Professores Primários (...)”³.

O director da «Página Escolar» faz o esperado balanço negativo da política seguida pela actual Direcção da Lutuosa, mas, mais do que isso, ele apresenta-se esperançado em que a instituição enverede rapidamente por novos rumos. Parece até claro que se apresenta como candidato contra Alves de Oliveira: “(...) as direcções passam e fica a Lutuosa. Tenhamos fé, muita fé. Em volta da Lutuosa dos Professores Primários cerremos fileiras e continuemos a acarinhá-la e cada vez mais, se é possível”⁴. E em Coimbra acabaria, depois, por confirmar a posição aqui anunciada e por se comportar como o grande crítico de Alves de Oliveira – sem que este, no entanto, alguma vez lhe tenha dado espaço suficiente para se afirmar. Aliás, também já nesta edição da «Página Escolar» – publicada, como dissemos, na véspera da reunião – Mário Sedas Nunes comentava negativamente alguns dos pontos do Regulamento do encontro com destaque para o facto de não estar prevista a habitual meia hora antes ou depois da Ordem de Trabalhos e de ser diminuto o tempo disponibilizado aos sócios para intervirem na Assembleia⁵.

A Escola refere que a imprensa da classe, apesar de não ter sido convidada, compareceu em massa. A isso se deve que tenhamos o relato da Assembleia Geral em cinco versões diferentes: a da «Página Escolar» do jornal *Novidades*, e as dos jornais da classe: *A Escola*, *Educação Nacional*, *A Escola Primária*, e *Escola Moderna*. Obviamente, cada uma delas espelha a posição do respectivo jornal em relação à Lutuosa. Uma abordagem mais factual encontra-se em *Educação Nacional* e *Escola*

³ Mário Sedas Nunes, “Pela Lutuosa – A Assembleia Geral de amanhã”, *Novidades*, 10/4/28.

⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁵ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões”, *Novidades*, 10/4/28.

*Moderna*⁶. Mas o relato de *A Escola Primária* é claramente pró-Direcção da Lutuosa e pró-Alves de Oliveira, ao contrário do que sucede com os relatos de Mário Sedas Nunes na «Página Escolar» e de Justino Teixeira da Mota em *A Escola*. Neste último caso sucede até que, ostensivamente, se omite qualquer referência ao conteúdo da intervenção do Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos (o dirigente ministerial que deu a cara pelas prisões de Outubro – inclusive a do próprio Justino Teixeira da Mota). Na verdade, este último relato não só não indica o conteúdo da sua alocução como nem mesmo refere o nome do Inspector-Chefe e, apenas de passagem, vagamente, alude a um “delegado do governo” que interveio na sessão.⁷

Com tanta abundância de relatos e com “repórteres” tão empenhados – no caso de *A Escola Primária*, da «Página Escolar» e de *A Federação Escolar*, não é difícil *reconstruirmos* o decurso dos trabalhos da Assembleia Geral da Lutuosa. Conforme o previsto, tiveram o seu início na tarde do dia 11 de Abril. Depois das palavras de abertura de Alves de Oliveira, foram lidos o Relatório e as Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal. Na discussão que se seguiu logo se destacou Mário Sedas Nunes expressando a sua discordância por a Direcção ter decidido oficializar e não simplesmente legalizar a instituição. Mas não se ficou por aí e, de imediato, apresentou

⁶ De facto, *Escola Moderna* “deixa de contar” no debate dos problemas mutualistas da classe a partir do aparecimento de *A Escola Primária*, pois para esta publicação se deslocam Alves de Oliveira e os seus correligionários. Assim, apenas um texto de Márcio – de redacção anterior à realização da Assembleia Geral, mas de publicação posterior (15 de Abril) – se encontra em *Escola Moderna* tomando posição acerca da Lutuosa e da sua Assembleia Geral. Por um lado, Márcio situa este encontro na tradição associativa da classe no quadro da União do Professorado Primário (“a Árvore cujas raízes, carinhosamente [os professores primários] trataram, para agora a todos cobrir com os seus ramos protectores, como que num gesto gentil de reconhecimento”). Por outro, considera que em Coimbra os sócios irão, certamente, testemunhar à Direcção da Lutuosa “o seu louvor pela defesa intransigente que tem sabido fazer da Instituição”. Márcio, “A próxima Assembleia da Lutuosa”, *Escola Moderna*, 15/4/28.

O relato da Assembleia Geral feito por *Escola Moderna* destaca-se dos restantes apenas ao transcrever uma afirmação de Joaquim Cerqueira de Vasconcelos que eles não referem: “Não venho aqui coarctar a liberdade de pensamento e discussão da Assembleia Geral; estou aqui a representar o governo como um amigo e não na qualidade deprimente para o bom nome, brio e espírito de ordem da classe – de fiscal!”. [Anónimo], “Lutuosa dos Professores Primários – Ainda a sua última Assembleia Geral em Coimbra”, *Escola Moderna*, 29/4/28.

⁷ Cfr. [Anónimo (Justino Teixeira da Mota)], “Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários –Reunião em Coimbra”, *A Escola*, 18/4/28.

à Assembleia uma proposta de transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência. Porém, a proposta – que só conhecemos pelo relato da «*Página Escolar*» da autoria do próprio Mário Sedas Nunes – caiu em saco roto e não chegou sequer a ser aceite a sua discussão nem no primeiro nem no segundo dia dos trabalhos. Às tantas foi até dada como extraviada, acabando por aparecer, mais tarde, guardada na pasta de Alves de Oliveira.

Na verdade, a proposta apresentada por Mário Sedas Nunes defendia a reorientação da Lutuosa numa linha que retomava alguns aspectos do pensamento de Carlos Martins sobre a matéria, mas que dele se distanciava num ponto essencial: não só a defendia a sobrevivência da Lutuosa mas até entendia que o mutualismo da classe deveria ser dominado por esta instituição:

“Considerando que a Lutuosa dos Professores Primários foi oficializada ficando assim subordinada ao Estado e tendo a mesma qualidade da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública que é obrigatória para os professores que pela primeira vez são nomeados;

Considerando que o Montepio Oficial do Professorado Primário é uma instituição também oficializada e obrigatória para os professores que pela primeira vez são nomeados dando também um legado à família do professor falecido;

Considerando que o Estado há-de vir a reconhecer que não tem necessidade de possuir três instituições para os professores primários, com o mesmo objectivo;

Considerando que os professores pela primeira vez nomeados são obrigados a entrar para a Caixa de Previdência o que provocará o decrescimento da Lutuosa;

Considerando, por último, que o Estado não tem para os professores primários uma instituição de assistência que tão necessária se torna pelas dificuldades económicas da classe;

Proponho:

Que seja encarregado o Grémio de Coimbra, podendo agregar quem entender, de estudar a transformação da Lutuosa dos Professores Primários em

caixa de assistência, passando os legados para o Montepio Oficial do Professorado Primário, mas conservando os sócios os direitos adquiridos”⁸.

Nesta proposta estão, pois, plasmadas as preocupações do seu autor apontando a necessidade de ser repensada a função da Lutuosa enquanto instituição mutualista da classe. Não se deixa impressionar com o cenário optimista traçado pelo Secretário Geral ao apresentar o Relatório e as Contas da Direcção com referências a um aumento de 5001 para 5194 sócios e à existência de um capital disponível de 484.406\$00. Pelo contrário, Mário Sedas Nunes, retomando um discurso já antigo, prefere considerar que a Lutuosa corre perigo por causa da concorrência das outras duas instituições mutualistas obrigatórias, admitindo mesmo que ela venha a sucumbir ou por falta de novas inscrições ou até porque o próprio Estado se decida a extingui-la como desnecessária.

Sem fazer quaisquer referências às transformações sugeridas por Mário Sedas Nunes, Alves de Oliveira respondeu-lhe apenas que a Direcção da Lutuosa se tinha limitado a legalizá-la, pelo que a instituição continuava a gozar de total independência em relação ao Estado, consistindo a sua única interferência a cobrança das quotas por meio das folhas de vencimentos. Em apoio da posição do Secretário Geral da Lutuosa interveio, depois, Acácio de Gouveia estranhando que Mário Sedas Nunes estivesse a defender agora uma ideia oposta à que defendera há um ano atrás. De seguida, o professor Carlos Alberto, de Coimbra, manifestou-se favorável à proposta de Mário Sedas Nunes, posição que também foi corroborada por Manuel Bismarck, do Porto, defendendo este que para a criação duma Caixa de Assistência se tenha em conta a proposta que o Núcleo de Évora apresentara nesse sentido no Congresso de Viseu. Em

⁸ [Mário Sedas Nunes], “Em Coimbra – Realizou-se com grande entusiasmo e regular concorrência a Assembleia Geral da «Lutuosa dos Professores Primários»”, *Novidades*, 17/4/28.

seu entender, essa Caixa de Assistência deverá ser criada a par da Lutuosa e não transformando nela a Lutuosa.

Finalmente, esta primeira sessão da Assembleia Geral encerrou-se com o professor Manuel Patrício, de Ovar, defendendo a instituição de um Fundo de Reserva na Lutuosa. Apresentou cálculos segundo os quais ele poderia ascender, dentro de quarenta anos, a alguns milhares de contos. Por essa razão entende que a instituição não corre qualquer risco de desaparecer desde que se proceda, de imediato, à criação de um Fundo de Reserva no valor de 2000 contos.

A sessão foi, depois, encerrada no meio de aplausos, não sem que antes Acácio de Gouveia tenha lembrado que se tinha estado ali a defender a conveniência de uma Caixa de Assistência numa altura em que os Estatutos não estavam em discussão e sem que qualquer proposta de alteração aos mesmos tivesse sido apresentada. Além disso, acrescenta, seria necessário estudar todos as implicações da proposta apresentada por Mário Sedas Nunes, por exemplo, relativamente à forma como se faria nesse caso a mudança dos legados para o Montepio.

Na segunda sessão dos trabalhos, na noite do dia 11 de Abril de 1928 a Assembleia ocupou-se da revisão dos Estatutos, tendo sido decidido ler todo o articulado – e só esse – em relação ao qual havia necessidade de proceder a alterações que os harmonizassem com a lei. Na verdade, para além da afectação a um Fundo de Reserva de 12% do valor da receita global da Lutuosa (ingressando os restantes 88% no seu capital disponível), todas as outras alterações em apreciação dizem respeito a normas de tipo administrativo⁹, ou seja, contrariamente ao que se poderia supor, afinal,

⁹ O relato de *Educação Nacional* afirma que se trata de “alterações feitas de harmonia com a nova lei associativa”. Cfr. [Anónimo], “A Lutuosa dos Professores Primários – Os novos estatutos foram aprovados na Assembleia Geral, tendo-se dado vários incidentes”, *Educação Nacional*, 22/4/28.

as principais alterações não são de ordem técnico-mutualista. Não sabemos por que motivo se não procedeu aqui aos ajustes exigidos pela legislação mais recente sobre instituições mutualistas. Provavelmente, a explicação para isso está no facto de a Direcção da Lutuosa – e Alves de Oliveira em particular – não serem minimamente sensíveis à necessidade de “cientificizar” o mutualismo.

Aprovadas as alterações aos Estatutos, a Mesa recebeu uma proposta apresentada pelos delegados do Núcleo de Arcos de Valdevez, mas ela nem sequer foi lida e só a conhecemos porque Mário Sedas Nunes a transcreveu, na íntegra, no corpo do seu relato da Assembleia Geral. Tem um teor muito semelhante à que ele próprio apresentara na véspera:

“Considerando que os vencimentos do Professorado Primário, pela sua exiguidade são incompatíveis com mais despesas em associações mutualistas e de beneficiência;

Considerando que as associações desta natureza sustentadas por professores são muito numerosas – «Assistência aos Funcionários Tuberculosos», «Institutos do Professorado», «O Montepio», «Caixa de Previdência do M. I. Pública», «Lutuosa do Professorado » e uma nova «Lutuosa do Montepio»;

Considerando que os fins de algumas destas instituições são idênticos;

Considerando que cada uma destas associações comporta avultadas despesas com os seus corpos gerentes e expediente;

Considerando que a «Lutuosa do Professorado» foi prejudicada pela «Caixa de Previdência do M. I. Pública» e por uma «Lutuosa» que o «Montepio do Professorado» instituiu;

Considerando que a «Lutuosa dos Professores Primários» não tem condições de existência por falta de novos sócios, que são obrigados a inscrever-se nas outras instituições de previdência;

Considerando que o Montepio do P. P. é uma instituição exclusivamente criada e sustentada por professores;

O Núcleo de Arcos de Valdevez propõe:

Que seja nomeada uma comissão para estudar a fórmula pela qual a «Lutuosa do P. Primário» seja integrada na «Lutuosa do Montepio», ultimamente criada, com todo o seu activo e passivo, de maneira que os seus actuais associados conservem os seus direitos;

Que seja instituído, nessa única lutuosa, um legado ilimitado com o mínimo de 10.000\$00;

Que as associações mutualistas da classe vão pensando na assistência ao professor doente e inválido que se debate na miséria, enquanto nós andamos preocupados, simplesmente, com as futuras gerações deixando definhar a actual”¹⁰.

Tal como dissemos, esta proposta foi apresentada mas não foi lida. Gerou-se, então, grande tumulto na Assembleia quando Mário Sedas Nunes insistiu para que a sua própria proposta, entregue na véspera, fosse discutida. E mais tumultuosa ainda se tornou a reunião quando ele afirmou que ela não era posta à discussão por ter sido escamoteada pela Direcção ao ponto de nem sequer se encontrar na Mesa. O relato da «Página Escolar», por razões óbvias, descreve com detalhe a sequência deste episódio:

O Sr. Alves de Oliveira, serenamente, abre a sua pasta e tira a proposta dizendo:

«A sua proposta, Sr. Mário Sedas, guardei-a com todo o cuidado. Não desapareceu. Está aqui». O Sr. Mário Sedas responde: «Agradeço a V. Ex^a o seu cuidado mas devo lembrar-lhe que ela não devia estar na sua pasta mas sim sobre a mesa da presidência»¹¹.

De nada valeu, contudo, que a proposta tenha reaparecido, visto que a assembleia acabou por rejeitar a sua discussão.

Na manhã do dia seguinte (12 de Abril de 1928) decorreu a terceira e última sessão da Assembleia Geral. Na abertura, Alves de Oliveira explicou que o Director Geral do Ensino Primário não pudera vir, mas que na sala se encontrava o Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos em representação sua e do Ministro

¹⁰ [Mário Sedas Nunes], “Em Coimbra – Realizou-se com grande entusiasmo e regular concorrência a Assembleia Geral da «Lutuosa dos Professores Primários»”, *Novidades*, 17/4/28. A proposta é assinada por Manuel Gonçalves Laje (professor de Távora), embora o relato indique também o professor Joaquim Moura de Oliveira (professor de Soajo) como um dos delegados proponentes.

¹¹ *Idem, Ibidem.*

da Instrução Pública. Convidado para abrir a sessão, o Inspector-Chefe referiu-se à consideração que esses dois governantes têm pelo professorado primário, motivo pelo qual

“(…) não pretendem criar embaraços no desenvolvimento da Lutuosa dos Professores Primários, estão sempre prontos a ouvir a voz da razão quando se trate do engrandecimento da Pátria e sempre quando venha em termos correctos e justos, dentro da disciplina e da ordem”¹².

E também ele Joaquim Cerqueira de Vasconcelos ali se declarou pessoalmente como “um amigo da Lutuosa”, manifestando até a sua intenção de se inscrever imediatamente como seu sócio, e afirmando que ela é “uma instituição utilíssima que deve existir e há-de existir”, para o que poderá sempre contar com o seu auxílio perante os poderes públicos.

Após esta intervenção inicial de Joaquim Cerqueira de Vasconcelos a sessão prosseguiu com a aprovação de uma proposta de Acácio de Gouveia de envio de telegramas de saudação ao Presidente da República, ao Ministro da Instrução Pública, ao Director Geral do Ensino Primário e Normal, ao Director do Instituto dos Seguros Sociais, e ao Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos.

Voltou, depois, a haver agitação na sala quando Mário Sedas Nunes apresentou uma proposta de que a sede da Lutuosa passasse para Coimbra durante o ano 1928-1929. A mesma não foi aceite, por ir contra o estabelecido nos Estatutos, apesar de vários professores reclamarem que não tinham ouvido ler na véspera o artigo que fixava a sede no Porto.

¹²*Idem, Ibidem.*

Gil de Oliveira Mendonça interveio, de seguida, em nome de *A Escola Primária* para saudar a Direcção da Lutuosa, declarando-lhe o seu apoio e anunciando a sua imediata inscrição como sócio.

Finalmente, a Assembleia aprovou uma proposta de reeleição dos Corpos Gerentes da Lutuosa dos Professores Primários sem o voto favorável de Mário Sedas Nunes que se declarou contrário, por princípio, a reeleições. Uma das últimas intervenções foi a do professor de Coimbra José Maria da Cunha queixando-se da existência de uma *claque* na Assembleia e de que fora preterido muitas vezes no uso da palavra enquanto “há meninos bonitos que falam muitas vezes”¹³.

Pelos relatos que a «*Página Escolar*» e *A Escola* fizeram da Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra em Abril de 1928 percebe-se muito distintamente que existem agora na classe três posições principais em relação à instituição. O primeiro grupo é o dos incondicionais e tem como figuras de topo Alves de Oliveira, Acácio de Gouveia e Gil de Oliveira Mendonça (este em nome da Direcção de *A Escola Primária*). Depois, temos o grupo dos que são também defensores da Lutuosa, mas se opõem à Direcção dominada por Alves de Oliveira – e aqui se destacam Mário Sedas Nunes (professor do Núcleo de Lisboa e director da «*Página Escolar*» de *Novidades*), Carlos Pinto de Abreu (professor do Núcleo de Coimbra) e Manuel Gonçalves Laje (professor do Núcleo de Arcos de Valdevez). Finalmente, a um terceiro grupo pertencem *A Escola* e o sector *radical* que não aceita quaisquer pactos com Alves de Oliveira e que começa até a desligar-se, por completo, da Lutuosa. Numa posição menos clara encontramos a Direcção do Núcleo de Gouveia, posicionando-se algures entre a segunda e a terceira posição que enunciámos. Por seu lado, Carlos Martins

¹³*Idem, Ibidem.*

nunca abandona a crítica à Lutuosa, continuando a fazê-la por conta própria, sem mostrar sinais de se enfeudar a qualquer dos grupos estabelecidos. Aliás, não lhe seria fácil fazê-lo, neste momento, pois a sua total identificação com a Caixa de Previdência e a absoluta desvalorização que fazia da Lutuosa não eram, para já, partilhadas por mais ninguém entre os seus colegas membros da classe do professorado primário.

5.2. *A Escola Primária*, apoiante incondicional da Direcção da Lutuosa

Tal como já dissemos, o primeiro dos indicadores acerca da forma como os diferentes sectores da classe reagem à Assembleia Geral de Coimbra é o relato que cada um deles faz da mesma. No primeiro dos grupos indicámos *A Escola Primária* como a plataforma onde se encontram todos os incondicionais da Lutuosa. O respectivo relato da Assembleia Geral é da autoria de Gil de Oliveira Mendonça, o membro da sua Direcção que esteve presente no encontro. Percebe-se aí claramente a distinção entre o tom favorável com que se refere às posições próximas da Direcção da Lutuosa e o menos favorável adoptado em relação às que lhe são adversas. Mas do seu relato sobressai, principalmente, o conteúdo da sua própria intervenção colocando a tónica nas ameaças que, em seu entender, a instituição enfrenta:

“É certo que a Lutuosa tem sido pontapeada por muitos, diz; mas quando uma instituição se mostra tão à prova de perseguições é porque tem raízes a mergulharem bem fundo no coração de uma classe.

Aproveita o ensejo de se encontrar presente o representante do Sr. M. da I. para ali reduzir às devidas proporções uma acusação feita ultimamente ao governo. Assim, tem-se feito correr que o Sr. M. da I. anda empenhado em dar cabo da Lutuosa. Nenhum professor deve acreditar em tal. Um governo filho de um movimento revolucionário feito para moralizar a justiça nunca poderá descer a

perseguir uma instituição como a Lutuosa, que até hoje se não tem metido em politiquices, que não tem custado um centavo ao Estado e que, pelo contrário, tem espalhado largamente por esse país além grandes benefícios, ajudando a enxugar muitas lágrimas a famílias de colegas mortos”¹⁴.

Gil de Oliveira Mendonça terminaria a sua intervenção “pondo à disposição dos sócios da Lutuosa as colunas de *A Escola Primária*, não só para a defesa da simpática instituição, mas até, se tanto for preciso, para o ataque encarniçado a todos os que atentam contra o seu bom nome”¹⁵. Mas, já antes da publicação do relato da Assembleia Geral a edição de 12 de Abril fora totalmente dedicada à instituição mutualista dirigida por Alves de Oliveira. É evidente o apoio incondicional do jornal à instituição que o faz enveredar por um entrosamento profundo entre *A Escola Primária* e a linha oficial representada pelo Secretário Geral da Lutuosa dos Professores Primários. A própria entrevista com o Ministro Alfredo de Magalhães que foi publicada na primeira página dessa edição escreve-se aí que foi feita aproveitando a ida ao hotel onde se hospedava em Lisboa para o convidar a assistir à Assembleia Geral da Lutuosa em Coimbra, convite que o jornal fora encarregado de fazer por parte da Direcção da Lutuosa. No entanto, decerto, frustrando as expectativas dos entrevistadores, o Ministro não foi além duma promessa vaga de se deslocar a Coimbra e de uma declaração de apoio que ficou muito aquém do que a pergunta *interessada* que lhe deu origem pretendia:

“– E o que pensa V. Ex.^a da Lutuosa, dessa instituição que tantos benefícios tem prestado às famílias de vários funcionários dependentes do Ministério da Instrução ?

– Tratá-la-ei com o carinho quer merece e não me esquecerei de que ela é muito defendida pelos funcionários do meu Ministério”¹⁶.

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁵ [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Assembleia Geral da «Lutuosa» em Coimbra”, *A Escola Primária*, 19/4/28.

¹⁶ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Uma entrevista com o Sr. Ministro da Instrução, Dr. Alfredo de Magalhães”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

Numa das páginas interiores da mesma edição de *A Escola Primária* publica-se também uma entrevista com o Director Geral do Ensino Primário e Normal. Apesar de o Tenente-Coronel Passos e Sousa ter tido de haver-se com o mesmo tipo de perguntas orientadas, de novo neste caso se não pode dizer que *A Escola Primária* tenha obtido as respostas que esperava. Assim, à pergunta sobre o que pensava das instituições de previdência dos funcionários públicos, o Director Geral respondeu:

“Acho que são absolutamente indispensáveis. A Lutuosa dos Professores Primários interessa-me pelo objectivo que procura atingir e pelo entusiasmo com que é defendida pelos funcionários deste Ministério. Pena é que não haja só uma instituição com os objectivos da Lutuosa”¹⁷.

Mesmo que o entrevistador tenha conseguido arrancar-lhe a promessa de que, pela sua parte, tudo faria para “lhe proporcionar todas as facilidades de que necessita”, fica claro que o Director Geral não é ele próprio um grande entusiasta da Lutuosa. E, na verdade, nem ele nem o Ministro estarão presentes na Assembleia Geral de Coimbra onde fazem deslocar em sua representação precisamente aquela que era talvez a figura mais odiada pelo professorado primário por causa do papel que desempenhara nas prisões de Outubro de 1927 e no fecho da União do Professorado Primário.

Este mesmo número de *A Escola Primária* – cuja publicação coincide com o primeiro dia da Assembleia Geral, e que foi, claramente, concebido como um número de propaganda¹⁸ quer da Lutuosa quer, obviamente, de *A Escola Primária* – arquiva ainda outras opiniões qualificadas sobre a Lutuosa dos Professores Primários. O próprio

¹⁷ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Uma entrevista com o Sr. Director Geral do Ensino Primário e Normal”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

¹⁸ Um número que foi, provavelmente, distribuído na própria Assembleia. Insere também o Decreto nº 14.075 que oficializara os Estatutos da Lutuosa. E isso apesar de o mesmo já ter sido suspenso e de os referidos Estatutos estarem agora em discussão para serem alterados, a fim de poderem ser oficializados de novo – assim o espera a Direcção da Lutuosa. .

Secretário Geral, Alves de Oliveira, publica aí um artigo encomiástico apresentando algumas das razões por que, em seu entender, o professorado primário se deve orgulhar da sua instituição mutualista:

“A «Lutuosa dos Professores Primários» compõe-se hoje de duzentos e cinquenta e três Núcleos, abrangendo 237 concelhos, 10 Liceus, 4 Escolas Normais, 2 Universidades e mais 1 Núcleo no Ministério da Instrução. Ao todo cerca de 5300 filiados.

Os benefícios prestados, todos os conhecem já – cerca de mil e quinhentos contos distribuídos por cento e cinquenta e quatro famílias.

Todos os seus compromissos têm sido sempre *cumpridos religiosamente*.

E, por isto, se vê, claramente, que tendo sido a nossa Lutuosa a primeira que o país conheceu, é também ainda hoje a primeira pelo avultado número dos seus associados, pela larga cópia de benefícios que tem prestado e pela vida próspera e desafogada de que goza”¹⁹.

A mesma edição de *A Escola Primária* recolhe ainda o testemunho de três professores acerca da Lutuosa dos Professores Primários todos eles muito favoráveis à instituição. Primeiro, o de Pompeu Faria de Castro:

“A criação mais importante e mais humanitária dos professores primários foi inegavelmente a da sua Lutuosa.

E porque assim é, tem ela sido invejada e perseguida.

Se eu fosse supersticioso, acreditaria que há demónios encobertos que perseguem o professorado primário em todas as suas tentativas dignas e justas”²⁰.

Depois, o do professor Manuel da Silva Araújo:

“Se à U.P.P. eu dedicava uma grande parte da minha vida e todo o meu esforço para que ela fosse cada vez mais perfeita, à Lutuosa dos P. P., à instituição querida desta infeliz classe (...) tenho de dedicar o mesmo amor que dedico a meus filhos”²¹.

¹⁹ A. Alves de Oliveira, “A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

²⁰ Pompeu Faria de Castro, “Pela Lutuosa”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

²¹ M. da Silva Araújo, “Pelo futuro dos nossos filhos”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

Finalmente, o professor João Vilares que perspectiva a criação da Lutuosa no quadro da evolução do estatuto social e económico do professor primário nas décadas anteriores. Em seu entender, é a esta instituição que a classe do professorado primário deve a sua libertação, pois ela tornou possível que a família do professor que morra não fique à mercê do “lavrador rico” que antes o podia ameaçar: “«Agora vives liberto, mas amanhã, homem sem terras, deixarás a família na miséria, quando a morte te bater à porta, enquanto que eu... Será então a minha vingança !»”²². A esta luz encara o professor João Vilares o surgimento da Lutuosa:

“Um dia, a alma idealista dum professor, lança as bases dessa bela instituição de Previdência a que deu o nome de Lutuosa. Estava frustrada a vingança do burguês; era a maior vitória ganha sobre uma sociedade hostil, velhaca e má; era a libertação duma classe, era, enfim, uma obra tão alevantada e nobre que só o cérebro dum educador a podia arquitectar.

A classe do professorado primário acolheu-a, de braços abertos, desenvolveu-a, deu-lhe toda a sua alma, acarinhou-a com todo o fervor do seu coração. E ela aí está próspera, firme, imorredoura ! Por isso, que fujam para longe as aves agoirentas que ninguém tente tocar, levemente que seja, na maior obra da nossa classe !”²³.

Logo na edição de 19 de Abril de 1928 *A Escola Primária* fez, em artigo de fundo, uma apreciação dos resultados da recente Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra. Numa síntese inteiramente favorável, referem-se aí as alterações estatutárias feitas para harmonizar os Estatutos da Lutuosa com “as leis mutualistas”, reafirma-se que *A Escola Primária* será sempre “o mais

²² Prof. João Vilares, “A obra duma classe”, *A Escola Primária*, 12/4/28.

²³ *Idem*, *Ibidem*.

humilde mas o mais devotado defensor” da Lutuosa, e recorda-se a presença do Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos no encontro:

“Presidiu o bom senso à elaboração dos novos estatutos e as discussões produzidas mantiveram aquela elevação que era necessária para que o Delegado do Governo às reuniões de Coimbra pudesse dizer que dali saía completamente satisfeito e fizesse a afirmação solene e sob palavra de honra de que defenderia a mais bela instituição de Previdência dos funcionários públicos da nossa Terra”²⁴.

No número seguinte, de 26 de Abril, *A Escola Primária* acrescentará dois dados novos ao debate associativo pós-Assembleia. Por um lado, graceja com a reclamação de Mário Sedas Nunes contra o *Diário de Notícias* por este jornal ter dado os documentos da Direcção como aprovados por unanimidade, esquecendo-se do seu voto contra, comentando *A Escola Primária* como segue, a reclamação de Mário Sedas Nunes:

“Ora vamos lá a ver se a Lutuosa, que por tanto escriba tem sido maltratada, já se aguenta ainda desta feita com a falta de um tal voto. Acautela-te ó Alves de Oliveira, porque o caso é bicudo e retorcido”²⁵.

Por outro lado, *A Escola Primária* fez um comentário à adesão de altos funcionários do Ministério da Instrução Pública à Lutuosa em termos tais que o mesmo servirá, posteriormente, de motivo para chacota por parte dos seus adversários:

“As adesões agora vêm-nos do Alto, pois acabam de se inscrever como sócios, o Ex.^{mo} Director Geral do Ensino Primário e Normal, Tenente-coronel Aníbal Valdez de Passos e Sousa e o Ex.^{mo} Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos. O Ex.^{mo} Senhor Tenente Barcelos, Director Geral do Ensino Secundário é também desde há alguns meses sócio desta prestimosa instituição.

Não precisamos de mais elementos para confiar inteiramente no futuro da nossa Lutuosa”²⁶.

²⁴ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “A «Lutuosa» vive”, *A Escola Primária*, 19/4/28.

²⁵ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Notícias e comentários”, *A Escola Primária*, 26/4/28.

Mário Sedas Nunes, obviamente, não deixaria sem resposta nem uma nem outra destas duas contribuições de *A Escola Primária* para a polémica. Começa pela apreciação feita ao seu voto solitário; critica, depois, a tardia adesão de Gil de Oliveira Mendonça à Lutuosa (anunciada na última Assembleia), e termina desancando o oportunismo da auto-propaganda de *A Escola Primária*:

“Ora, o que é certo é que aquele voto e a indiferença de muitos sócios arrelharam muito boa gente que julgava que a classe iria para a reunião dar farto vivório.

Enganaram-se e ainda se hão-de enganar mais.

E quanto à Lutuosa *aguentar-se com a falta de um tal voto* diremos que ele representa bem mais que as adesões daqueles que à ultima hora, depois de tantos anos de existência da Lutuosa, resolveram nela inscrever-se. Mas é que havia necessidade de fazer reclame ao jornal”²⁷.

O anúncio feito por *A Escola Primária* da adesão dos titulares de altos cargos no Ministério da Instrução Pública à Lutuosa servirá também para chacota por parte de *A Escola* que contrastará esse entusiasmo com o facto de a cobrança de quotas da Lutuosa continuar a ser feita muito deficientemente²⁸:

“Vários colegas nos perguntam se os descontos são feitos nas folhas. Não queremos mexer no assunto porque é sério e delicado.

²⁶ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Lutuosa dos Professores Primários”, *A Escola Primária*, 26/4/28.

²⁷ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e Impressões”, *Novidades*, 8/5/28. Mário Sedas Nunes está a dizer que a inscrição de Gil de Oliveira Mendonça foi um acto de pura propaganda de *A Escola Primária*.

²⁸ Com a suspensão do Decreto nº 14.075 as quotas deixaram de ser descontadas nas folhas de vencimento. A Direcção da Lutuosa demora a dar explicações sobre o assunto, e disso se queixará também Mário Sedas Nunes: “Já decorreu um mês e até hoje ainda os sócios não pagaram o seu débito porque a Direcção da Lutuosa emudeceu, não tendo dado até à data as devidas providências. Por que se espera? A Direcção da Lutuosa dorme. Dorme e sonha”. [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões”, *Novidades*, 16/5/28.

Relativamente a *A Escola* observe-se como também raciocina sempre como se os problemas da Lutuosa fossem exclusivamente de ordem *política*, por incapacidade de perceber a sua – determinante – dimensão *técnica*.

Entretanto, se *alguém* mandou descontar, esse mesmo *alguém* tinha de mandar suspender.

Afinal, estes assuntos, nem com a entrada dos *grandes, os maiores de todos*, ficam arrumados.

É má sina e oxalá não seja agouro”²⁹.

5.3. Mário Sedas Nunes, apoiante da Lutuosa, mas crítico da sua Direcção

Analisada a actuação do grupo dos incondicionais da Lutuosa na Assembleia Geral da Lutuosa e na sua sequência imediata, consideremos agora a posição de Mário Sedas Nunes, o mais destacado dos críticos da Direcção da Lutuosa entre os apoiantes da instituição. Obviamente que o seu relato da Assembleia constituiu a sua primeira oportunidade para se pronunciar sobre o que se passara. Mas, depois disso, continuará na «*Página Escolar*» a defender as mesmas posições que antes defendera em Coimbra e a combater os métodos da Direcção da Lutuosa ali reeleita. Não deixará escapar nenhuma das possibilidades que se lhe oferecem para atingir esses seus objectivos.

Nesta mesma edição da «*Página Escolar*» critica já o relato da Assembleia Geral entretanto publicado por *A Escola Primária*:

“Certa imprensa da classe não viu bem o que se passou na Assembleia Geral da Lutuosa. E assim viu só palmas, muitas palmas, sempre palmas, de todos os cantos da sala, naquilo que lhe convinha.

Lastima também que se perdesse tanto tempo com *ninharias*.

Sim, para essa imprensa da classe são *ninharias* o que ela não pode ver, o que ela não pode enxergar.

Que culpa temos nós da sua miopia ?”³⁰.

²⁹ *Idem, Ibidem.*

Depois, Mário Sedas Nunes acrescenta alguns comentários reprovando a forma como decorreu a própria Assembleia:

“O ilustre Colega José Maria da Cunha afirmou na assembleia em Coimbra que via existir na classe uma *claque*.

É preciso, pois, que a classe se precavenha contra a *claque*, contra os *papões*, que julgam levar sempre a classe para onde querem.

É preciso limpar a classe dos videirinhos, daqueles que se apresentam como seus defensores mas que apenas defendem os seus interesses.

É tempo já de se fazer isto”³¹.

Não termina, porém, aqui a sua cruzada contra Alves de Oliveira e a Direcção da Lutuosa. Os acontecimentos da Assembleia Geral de Coimbra continuarão a ser dissecados nas edições seguintes da «Página Escolar». Logo em 1 de Maio de 1928 publica o telegrama que Carlos Martins enviou à Assembleia, mas que nem sequer lá foi lido. Agora, o fundador da Lutuosa pede a Mário Sedas Nunes a publicação do mesmo e ele acede publicando também as explicações que Carlos Martins entende dever fazer sobre o assunto. A solidariedade entre ambos não significa, contudo, identidade de pontos de vista, mas simplesmente uma aliança no ataque ao actual Secretário Geral da Lutuosa³².

Depois, nas edições de 8 e 16 de Maio, os artigos de fundo da «Página Escolar» voltaram a ser dedicados à ruminação da última Assembleia Geral. Se o primeiro dos artigos é mais doutrinal, de rememoração da proposta que apresentou e do seu

³⁰ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões – Escrevendo a seu modo”, *Novidades*, 24/4/28.

³¹ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões – «Clagues» na classe”, *Novidades*, 24/4/28.

³² Nesse telegrama Carlos Martins “mostrava desejos de ver [transformada] a Lutuosa em caixa de assistência”. Ora, essa não é exactamente a posição de Mário Sedas Nunes. No entanto, estão solidários na oposição à Direcção da Lutuosa e ao tratamento que ela dá aos que discordam dela. Não partilham, obviamente, as mesmas ideias sobre o que deve ser o mutualismo da classe.

significado, já o segundo, embora circunscrevendo-se à crítica da forma como a Assembleia Geral foi conduzida, coloca o problema ali criado numa perspectiva associativa mais lata.

Assim, na edição de 8 de Maio de 1928 o Director da «*Página Escolar*» procura explicitar melhor o sentido da sua proposta de transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência transferindo a sua componente de Previdência para a instituição do género também criada e dirigida pela classe – o Montepio. Certamente acusado de pretender acabar com a Lutuosa, Mário Sedas Nunes insiste agora em que foi mal entendido e que as suas intenções foram desvirtuadas:

“Esta [a Lutuosa], portanto, não desapareceria, apenas mudava de finalidade. Oçam bem ó exploradores das intenções honestas”³³.

Por um lado, considera que, apesar de exigir alterações mínimas capazes de garantir os direitos de todos os sócios da Lutuosa, a transformação da Lutuosa é indispensável para a sua sobrevivência. Por outro lado, afirma que a ela se deverá proceder com urgência, discorda, portanto, totalmente, de Alves de Oliveira que na última Assembleia tinha afirmado haver ainda muito tempo para tomar uma decisão:

“Talvez que ainda mais tarde se faça [a transformação da Lutuosa], isto, se as circunstâncias aconselharem, afirmou alguém [Alves de Oliveira] na Assembleia Geral de Coimbra.

Mas várias circunstâncias aconselham já. Que outras circunstâncias esperam para fazer então a transformação ?”³⁴.

³³ Mário Sedas Nunes, “A «Lutuosa»”, *Novidades*, 8/5/28.

³⁴ *Idem*, *Ibidem*.

Também na edição de 16 de Maio de 1928, decorridas já cinco semanas sobre a realização da Assembleia, Mário Sedas Nunes voltará, de novo, a referir-se à forma como ela decorreu:

“O que se passou na Assembleia da Lutuosa, em Coimbra, não se deve repetir, é conveniente para a nossa dignificação de educadores que jamais se repita.

Que vimos ?

Alguns indivíduos que julgam ter açambarcado as melhores ideias, que se julgam super-homens, que se arvoram em mandões e que abusam simultaneamente da benevolência e da indiferença da classe, levando a assembleia para as deliberações que eles previamente em concílio ameno já tinham tomado”³⁵.

Na verdade, Mário Sedas Nunes não se limita a pôr em causa os dirigentes máximos da Lutuosa. O seu apelo é também no sentido de que todos os professores que são seus sócios fujam à cobardia que na Assembleia Geral muitos deles revelaram (exceptua Carlos Alberto e José Maria da Cunha, ambos professores de Coimbra) ao não se manifestarem lá dentro e depois, cá fora, “condenarem a continuação da Lutuosa tal como ela está e concordarem com a sua conversão em caixa de assistência”³⁶. No entanto, sem dúvida que o grosso das críticas vai para os dirigentes da Lutuosa, voltando Mário Sedas Nunes a lembrar aqui que a sua moção fora recolhida numa pasta “para ver... se dela se esqueciam”, e que também a moção apresentada pelos representantes do Núcleo de Arcos de Valdevez “porque não agradava à meia dúzia dos mandões não foi lida sequer”. Discordando das aprovações por aclamação “com as palmas da meia dúzia organizada”, da negação ou do corte da palavra a quem está a ir ou se desconfie que vá contra a opinião dessa mesma meia dúzia, Mário Sedas

³⁵ Mário Sedas Nunes, “Dignifiquemo-nos professores !”, *Novidades*, 16/5/28.

³⁶ *Idem, Ibidem.*

Nunes propõe que os professores reajam a estes comportamentos em vez de se acomodarem:

“É preciso, para nossa dignificação de educadores, que todos manifestem sempre sem tibiezas e com coragem moral o seu pensamento.

Quando todos assim fizerem, desaparecem os *papões* da classe, desmancha-se a quadrilha dos mandões !

Dignifiquemo-nos professores !”³⁷.

Outro dos sócios da Lutuosa em ruptura com a orientação da sua actual Direcção – co-autor da proposta apresentada na Assembleia Geral de Coimbra pelo Núcleo de Arcos de Valdevez e que teve a mesma sorte das restantes que se afastavam da ortodoxia dominante – é o professor Manuel Gonçalves Laje. Numa carta enviada ao Director de *A Escola*, solidarizar-se-á com a reclamação de Carlos Martins por o seu telegrama não ter sido lido “por desagradar a um certo número de criaturas empenhadas em abafar a razão e a justiça de milhares de associados que desejam que a sua «Lutuosa» enverede pelo caminho da assistência ao professor doente e inválido”³⁸. Por esta carta de Manuel Gonçalves Laje se percebe que na Assembleia Geral de Coimbra tanto ele como Mário Sedas Nunes foram apelidados de “traidores”, e também fica claro nesta carta que Alves de Oliveira já vai sendo acusado de defender a manutenção desta Lutuosa por causa da gratificação que recebe pelo exercício do cargo de Secretário Geral:

“Premiaram-nos com o epíteto de traidores, título honroso com que mimosearam aqueles que discordavam da orientação da «Lutuosa» !

(...)

Será traição desejar a transformação da «Lutuosa» numa caixa de assistência, que ainda não possuímos ?

³⁷ *Idem, Ibidem.*

³⁸ Manuel Gonçalves Laje, “Ainda a Reunião de Coimbra”, *A Escola*, 9/5/28.

Não; traição é deixá-la sucumbir em benefício de interesses particulares. O futuro dirá quem tem razão e pugna pelos interesses da classe”³⁹.

A Redacção de *A Escola*, em *Nota* aposta à carta recebida, não é menos severa ao referir as “condições miseráveis e a baixeza moral com que decorreu a última sessão de Coimbra”. Se a última sessão, marcada pela intervenção inicial de Joaquim Cerqueira de Vasconcelos foi aquela que, compreensivelmente, Justino Teixeira da Mota encarou pior, ele, no entanto, não poupa críticas ao modo como toda a reunião decorreu. Não individualiza culpados, mas detém-se na referência aos “amigos que aparecem para fazer o *frete*” – numa alusão clara a Acácio de Gouveia e, extensiva, certamente, também a Gil de Oliveira Mendonça:

“De facto havia na reunião de Coimbra uma espécie de seita ou *corte* que emparedava e abafava prontamente qualquer manifestação fosse de quem fosse, que pudesse pôr em risco a *boa ordem* dos trabalhos. E diziam eles que estava fora da ordem quem por sombras, nas suas considerações, fosse de encontro aos vários *patrões* que lá apareceram.

Se alguma reunião de professores tem decorrido com pouco entusiasmo e em condições de uma manifesta inferioridade como decorreu a de Coimbra, deve-se isso, sem dúvida nenhuma, à acção de meia dúzia de encomendados amigos dos diabos que, em ocasiões assim, sempre aparecem para fazer o *frete* que é preciso, mas que são os primeiros a dar com os pratos na cara dos parceiros quando a gamela se esvazia ou quando se acham a bom recato e bem alapardados”⁴⁰.

A Direcção da Lutuosa retaliará Mário Sedas Nunes por causa da oposição que ele lhe faz na «Página Escolar» de *Novidades*. A certa altura, queixar-se-á de

³⁹*Idem, Ibidem.*

⁴⁰[Nota da Redacção] in *Idem, Ibidem.*

que lhe não são enviadas para publicação as *Notas Oficiosas* e demais comunicados da instituição dirigidos aos seus sócios. Simplesmente comenta:

“Não lhos pedimos nem protestamos, apenas registamos a sua maneira de proceder.

E assim se vê quem são os verdadeiros amigos da Lutuosa. É que não basta dizer que se é amigo da Lutuosa; é preciso mostrar com factos”⁴¹.

5.4. A oposição mais radical: o Núcleo de Gouveia, *A Escola*, e a ruptura definitiva de A. Pereira de Carvalho

Existe, finalmente, um terceiro grupo entre a classe do professorado primário que se opõe à Direcção da Lutuosa nuns casos com mais e noutros com menos radicalismo, mas sempre se lhe opõe. Às vezes, não se opõe apenas aos seus dirigentes e opõe-se até à própria instituição. A esse grupo pertencem o Núcleo de Gouveia, *A Escola*, e, a partir de certo momento, A. Pereira de Carvalho.

Quanto ao Núcleo de Gouveia⁴² a secção semanal “Tribuna do Professorado” que mantém no jornal *Notícias de Gouveia* regista bem de que forma a Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra foi por si, primeiro, esperada e, depois, analisada. As suas edições de 15, 22 e 29 de Abril de 1928 ocupam-se do assunto com alguma profusão. É normal que, estando a União do Professorado Primário fechada e sendo o professorado primário deste Núcleo especialmente activo, o que se vai passando com a

⁴¹ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Notícias e impressões – Lutuosa”, *Novidades*, 5/6/28-7

⁴² Na verdade, Núcleo de quê? Não existindo União do Professorado Primário, não é Núcleo desta, e não existindo também legalmente oficializada a Lutuosa dos Professores Primários, não será também Núcleo seu. *Eppure si muove...* A espontaneidade não fora ainda toda asfixiada pela jurisdição absoluta. Levou tempo, vários anos.

única força associativa da classe que está em actividade atraia a sua atenção. E também é natural que, pertencendo Abílio do Amaral a este Núcleo, a oposição que ele faz a Alves de Oliveira seja tão implacável quanto fora a deste último à Delegação Executiva a que o primeiro pertencera. É até muito provável que os textos sobre a Lutuosa que a "Tribuna do Professorado" vai publicando sejam redigidos por Abílio do Amaral.

A edição de 15 de Abril insere o primeiro dos artigos que importa considerar neste contexto, um artigo redigido – di-lo o seu autor – enquanto os sócios da Lutuosa estavam já reunidos em Coimbra. A instituição é aí sempre perspectivada na sua ligação à extinta União do Professorado Primário, tomada como obra sua e de Carlos Martins, e, de qualquer modo, como obra da classe. Esse vínculo entre a União e a Lutuosa é o mais profundo de todos e, por isso, não pode desaparecer:

“O governo dissolveu a União mas deixou a filha; e esta será eternamente a glorificação daquela”⁴³.

No número seguinte o artigo de fundo ocupar-se-á dos “frutos da União”, entre os quais conta a Lutuosa “que é para nós um motivo de orgulho e deu origem, em Portugal, a um notável movimento de previdência”. O pormenor mais significativo deste texto é o elogio rasgado da Caixa de Previdência extensivo também ao próprio Carlos Martins – o que se coaduna perfeitamente com o alinhamento habitual deste Núcleo. Mais precisamente, a Caixa é aqui apresentada como um fruto indirecto da União e um fruto mais directo da Lutuosa:

“Quando o Estado reconheceu, pelo exemplo da Lutuosa, que a nossa classe podia ser o esteio duma grande obra de previdência social, criou no Ministério da Instrução Pública a chamada Caixa de Previdência que é hoje, no género, a melhor e mais científica organização. Aceitou de princípio todos os nossos pontos de vista, e para a sua organização foi chamado o professor Carlos Martins. Nós sócios

⁴³ [Anónimo], “Lutuosa”, *Notícias de Gouveia*, 15/4/28.

inscritos para o máximo, podemos garantir a quem for da nossa vontade, um subsídio de vinte contos”⁴⁴.

Finalmente, a apreciação da forma como decorreu a Assembleia Geral de Coimbra só surgirá na "Tribuna do Professorado" na sua edição de 29 de Abril de 1928. Num artigo demolidor para os vencedores da reunião o seu autor – Abílio do Amaral ? – afirma ter defendido, ainda antes do próprio Carlos Martins, aquando da criação da Caixa de Previdência com todas as regalias que a classe solicitara, que a Lutuosa se transformasse numa Caixa de Assistência. Afinal, a classe, além da Lutuosa e da Caixa de Previdência já tinha o Montepio, pelo que era “previdência demasiada para tão reduzida assistência”⁴⁵. Na altura a ideia não vingou, mas agora o articulista congratula-se por ver que, em Coimbra, outros vieram também defendê-la. Refere-se concretamente a Mário Sedas Nunes o qual, no entanto, “foi combatido e quase abafado por ter a coragem de mostrar que não queríamos a Lutuosa para meia dúzia de protegidos, mas sim para servir toda a classe”. Lamenta que também ele tenha sido vencido e vaticina que “o tempo fará justiça às intenções duns e aos processos dos outros”. Finalmente, a fechar o artigo, ataca com violência os que só recentemente se vieram colocar na defesa da Lutuosa:

“Por parte de muita gente começou a manifestar-se o amor à Lutuosa quando ela deixou de ser servida de graça e com abnegação, para ser servida por quatrocentos escudos mensais. Então é que foi alardear serviços e dedicações e pôr em relevo a beleza moral que dela irradiava”⁴⁶.

As posições da "Tribuna do Professorado" do *Notícias de Gouveia* não são, contudo, as de oposição mais radical aos actuais senhores da Lutuosa. Muito mais

⁴⁴ [Anónimo], “O nosso esforço”, *Notícias de Gouveia*, 22/4/28.

⁴⁵ [Anónimo], “A Assembleia da Lutuosa”, *Notícias de Gouveia*, 29/4/28.

⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

severa é a posição defendida pelo jornal *A Escola*, a começar logo no relato que faz nas suas edições de 14 e 18 de Abril de 1928 das sessões da Assembleia Geral de Coimbra. Nesta última, após o relato, há ainda lugar para “Notas várias” e é aqui que Justino Teixeira da Mota deixa ficar bem clara a forma como encarou a Assembleia. Já referimos que o enviado deste jornal a Coimbra, Justino Teixeira da Mota, não fez qualquer referência ao conteúdo da intervenção do Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos e que nem sequer indicou nunca o seu nome apenas se tendo referido à sua presença como a do “delegado do governo”. Na secção “Notas Várias” da edição de 18 de Abril de 1928 manifesta a sua grande preocupação com as divisões internas da classe para as quais a Lutuosa tem contribuído. Transcreve, depois, – inexplicavelmente, não se refere ao facto de ela não ter chegado a ser lida – a proposta apresentada pelo Núcleo de Arcos de Valdevez na qual eram saudados “os sócios fundadores da Lutuosa, especializando Carlos Martins, que sendo o seu fundador e o seu primeiro Secretário Geral só à sua acção deve a Lutuosa o desenvolvimento e o elevado número de sócios que hoje tem”⁴⁷.

Justino Teixeira da Mota observa, em seguida, que a assistência à última sessão da Assembleia Geral de Coimbra – na qual esteve presente o Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos e onde a Direcção foi reeleita – foi diminuta, facto explicável, na sua opinião, “em virtude de se terem já resolvido as questões de maior interesse”. Depois, o repórter de *A Escola* afirma ter constado que houve uma missa na igreja de Santa Cruz que serviu de ponto de encontro para os professores católicos, à semelhança do que ocorrera há um ano atrás em Viseu. E, agrupando a questão política

⁴⁷ “Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários - Reunião em Coimbra”, *A Escola*, 18/4/28. Esta parte do texto da Proposta do Núcleo de Arcos de Valdevez com este elogio rasgado a Carlos Martins não consta na versão publicada pela «Página Escolar» de *Novidades*, e pelo seu teor se percebe por que razão ela não foi nem sequer lida na Assembleia Geral e também por que motivo Mário Sedas Nunes a não transcreve. É que o director da «Página Escolar» não alinhava com *os de A Escola* no apoio incondicional a Carlos Martins.

e a religiosa, o articulista faz um comentário global muito depreciativo relativamente ao que se passou em Coimbra:

“Transformar a reunião de Coimbra numa parada de forças reaccionárias não era, com certeza, o fito da Direcção da Lutuosa.

E para o futuro será bom que casos assim não se repitam.

A classe, para bem poder exercer a sua missão, tem de ser completamente alheia a questões de carácter religioso e político”⁴⁸.

Mas Justino Teixeira da Mota não se fica por aqui e faz ainda outras observações criticando, por exemplo, a Direcção da Lutuosa por não ter distribuído previamente aos sócios as modificações que os Estatutos deviam sofrer e por não ter sido convidada nem a imprensa nacional nem a da classe (embora uma e outra se tenham feito representar). Por outro lado, lamenta que o Regulamento da Assembleia tenha sido cumprido apenas “quando convinha e até certo ponto”, além de não ter sido posto antes à votação.

Ainda no capítulo dos que se demarcam da Lutuosa por efeito da forma como decorreu a Assembleia Geral de Coimbra encontramos também o professor de Lisboa A. Pereira de Carvalho que, a partir deste momento, se tornará um dos publicistas da classe que mais duramente vai atacar Alves de Oliveira e a Direcção da Lutuosa. Na carta⁴⁹ com o seu pedido de demissão, embora ponha em causa o rumo da Lutuosa “desde Setembro para cá”, acha, no entanto, que em Coimbra a Direcção da Lutuosa ainda “foi mais longe porque, traindo os sentimentos que lhe deram vida, procurou espalhar flores sobre quem encheu de lama a classe inteira”. Ou seja, tal como Justino Teixeira da Mota, A. Pereira de Carvalho também não perdoa o acolhimento de braços

⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹ A. Pereira de Carvalho, “A «Página Escolar»”, *Novidades*, 12/6/28. A Direcção da Lutuosa decidiu logo na sua reunião de 13 de Maio de 1928 “atender o pedido de eliminação de sócio do Sr. Alfredo Pereira de Carvalho, associado nº 183 do Núcleo de Lisboa”. Cfr. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários [Nota Oficiosa]”, *A Escola*, 30/5/28.

abertos feito ao principal responsável governamental pela repressão de finais de Outubro de 1927 contra a União do Professorado Primário e seus dirigentes. Não foi, porém, apenas esse episódio que o levou à decisão de abandonar a Lutuosa, e sim o facto de considerar que ela “vem sendo um pomo de discórdias que malquistam e um elemento pernicioso de desagregamento colectivo”. Convencido da boa fundamentação da sua decisão, afirma deixar a Lutuosa com tanta ou maior satisfação como a que teve quando nela entrou, pois, em seu entender,

“Um sócio a menos não influirá na sua vida. Para mim, porém, esse facto tem valor porque me traz a consolação enorme de não concorrer de futuro com a minha parte de aquiescente para a obra de desinteligências da moderna Lutuosa”⁵⁰.

É certo que na sua carta de demissão A. Pereira de Carvalho admite regressar um dia se a Lutuosa “mais tarde vier a identificar-se melhor com os desígnios da classe associada”, mas não só nunca o fará como se tornará um dos principais críticos de Alves de Oliveira durante os anos seguintes até mesmo depois da fusão da Lutuosa com o Montepio⁵¹.

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵¹ São vários os textos de A. Pereira de Carvalho posteriores à fusão da Lutuosa com o Montepio e onde, não obstante, continuará a atacar Alves de Oliveira e seus correligionários acusando-os de serem os culpados da desgraça associativa da classe em termos de associativismo mutualista. Cfr. A. Pereira de Carvalho, “A Lutuosa, a Lutuosa...”, *A Federação Escolar*, 3/9/30; *Idem*, “A Lutuosa, a Lutuosa...”, *A Federação Escolar*, 17/9/30; *Idem*, “A Lutuosa, a Lutuosa... (Como ela poderia e deveria ter vivido com honra)”, *A Federação Escolar*, 3/9/30; *Idem*, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 29/7/31. Não podendo, nem devendo, analisar aqui o seu conteúdo, transcrevemos apenas deste último a sua apreciação global da vida da Lutuosa durante o período em que estivera entregue a Alves de Oliveira: “A Lutuosa poderia ter tido uma saída mais airosa, para a dignidade e interesses dos seus sócios. Enveredou-se, porém, pelo caminho do pessoalismo mesquinho, da basófia balofa e, é claro, apesar do dinheirão que ela dispendeu com os seus corpos gerentes, os interesses dos sócios foram tão bem ou tão mal salvaguardados, que aos mesmos foi agora [refere-se ao momento da transferência para o Montepio] posto o dilema de pagarem por mês uma quantia enorme, para terem direito a um subsídio, ou deixarem de ter esse direito. Nós é que não aparámos o jogo. Quando vimos que a Lutuosa estava servindo para atirar lama sobre a Classe, riscámo-nos de sócio. Aqueles que não puderam ou quiseram tomar essa atitude, deviam acompanhar mais de perto as suas célebres assembleias. Agora é tarde; ou pagam ou os eliminam. E façamos votos para que aproveitem com a lição”. A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 29/7/31.

5.5. Carlos Martins, desde o telegrama enviado à Assembleia Geral de Coimbra à publicação na imprensa da classe de uma série de artigos sobre mutualismo que reabrem a contenda

Apesar de manter a sua condição de sócio, Carlos Martins foi um dos grandes ausentes da Assembleia Geral de Coimbra. Para lá enviou, no entanto, um telegrama que – como vimos – nem sequer foi lido. Queixando-se disso, solicitará a *Educação Nacional* e à «*Página Escolar*» de *Novidades* a respectiva publicação, o que foi atendido. Não é de estranhar que o telegrama não tenha agradado à Direcção da Lutuosa: “Presente em espírito saúdo consócios Lutuosa fazendo votos seu engrandecimento integrando-a grandiosa obra Assistência. Carlos Martins”⁵². Nas suas poucas palavras, é absolutamente coerente com as posições que o seu autor vinha defendendo desde a criação da Caixa de Previdência, concretamente ao defender se não a transformação da instituição numa Caixa de Assistência, pelo menos a criação de uma Caixa de Assistência no seu seio.

O facto de o telegrama não ter sido lido na Assembleia Geral dá azo a que Carlos Martins envie aos jornais um pedido de divulgação não só do seu conteúdo, mas também de uma explicação mais longa apreciando a situação dos problemas do associativismo mutualista da classe naquele preciso momento:

“Coerente com os princípios que tenho defendido e por estar cada vez mais convencido de que o engrandecimento e triunfo da Lutuosa estaria na sua transformação em uma obra ampla de assistência que não temos e de que absolutamente necessitamos – como classe pobre que somos – é que envie o telegrama.

Temos já 2 Ltuosas, 2 Montepios e 1 Caixa de Previdência; ao todo *cinco* instituições de benefícios *post-mortem* e não temos *uma única instituição de*

⁵² [Carlos Martins], “A Lutuosa dos Professores Primários”, *Educação Nacional*, 29/4/28. Cfr. também *Novidades*, 1/5/28.

assistência capaz de nos socorrer em vida, quando nos virmos a braços com a doença ou com a miséria.

Certamente que os estranhos nos julgarão uma classe de nababos, com grande empenho em sustentar cinco instituições que servem para *amealhar*, a quem não assustam as contingências da vida que dum momento para o outro podem levar-nos ao lar a doença e com ela a miséria.

Não sei se deva chamar a isto uma crise de previdência (crise de abundância, visto termos cinco instituições mutualistas), se uma crise de imprevidência, por não termos *uma única instituição de assistência*, tão necessária a uma classe tão pobre”⁵³.

Igual a si próprio desde que a Caixa de Previdência foi criada e que se convenceu da superioridade dos seus princípios de funcionamento, é lógico, portanto, que Carlos Martins tome esta posição e que nos tempos mais próximos continue defendendo esta sua perspectiva do que deve ser o mutualismo da classe por contraposição ao que ele vai sendo.

De facto, passado pouco mais de um mês sobre a Assembleia Geral da Lutuosa, Carlos Martins iniciará, em 23 de Maio de 1928, uma nova série de artigos sobre mutualismo, artigos que terão o condão de voltar contra si Alves de Oliveira e *A Escola Primária*, mas que não terão também a concordância completa de Mário Sedas Nunes. No primeiro deles o ex-Secretário da Lutuosa recorda um outro já antes publicado em *A Federação Escolar* onde lamentou que a classe viva “esmagada entre *Caixinhas e Caixetas*”⁵⁴, com cinco instituições “que não se preocupam com a vida mas apenas com a morte!”. E, nessa sequência, Carlos Martins produz aqui um dos seus textos mais

⁵³ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴ Carlos Martins, “Mutualismo – I”, *A Escola*, 23/5/28.

veementemente irônicos contra a cegueira dos que tudo apostam nas instituições de Previdência e descaram totalmente a Assistência:

“Se a doença lhes entra em casa, como nenhuma destas instituições lhes vale, não podendo chamar o médico terão de contentar-se com o barbeiro, e em vez de remédios da farmácia recorrerá ao receituário caseiro.

O seu estado impõe-lhes por vezes um bom e cuidado tratamento, e um rigoroso repouso ?

Muito bem, aguardam a sepultura para *repousar de vez* ...

Podiam, é certo, lembrar-se da família, dos pequeninos órfãos, procurando tratar-se a tempo...

Mas, por eles chega a não valer a pena, pois cá ficam amparados pelas *Caixinhas e Caixetas* que lhes darão *mundos e fundos*, pois são verdadeiras minas de filão inesgotável, tão bem arranjadinhas que dão bons contitos a troco de algumas dezenas de escudos.

Instituições de assistência ? É coisa que não faz falta. Nem vale a pena pensar nisso.

Só os patetas, juntamente com os inimigos da classe, com os traidores, os burlões, os vendilhões (e mais palavras terminadas em *ões*), é que ainda pensam nisso”⁵⁵.

Carlos Martins aponta, então, como modelo a seguir pela classe do professorado primário português o exemplo da Casa dos Artistas do Brasil, uma vez que aí se cuida como convém não só dos herdeiros dos mortos mas também dos vivos com necessidade de auxílio, proporcionando-lhes *assistência* médica, hospitalar, dentária, jurídica, etc. É com ironia que Carlos Martins analisa o eloquente contraste:

“Não será preferível fazer como nós, professores primários, que podemos morrer na miséria, abandonados em vida, mas com a certeza, perdão, com a convicção, de que desabará sobre o nosso caixão um dilúvio de ouro ?

Pobres brasileiros, e bem aventurados colegas meus que morrem alucinados por uma chuva de ouro.

Tal qual os meninos pequeninos, quando adormecem sorrindo a um dilúvio de brinquedos...”⁵⁶.

⁵⁵*Idem, Ibidem.*

Num segundo artigo publicado dali a dois meses, Carlos Martins irá mais longe ainda na defesa da mesma ideia, indo ao ponto de afirmar que “Todas as nossas instituições juntas não valem uma simples associação de assistência”⁵⁷. E critica, de novo, a orientação ultimamente dada à Lutuosa porque “numa hora de desvairo foi desviada do caminho que desde a infância vinha trilhando”. Ora, levanta-se aqui o problema de saber como é que, afinal, Carlos Martins encarava a Lutuosa por si fundada. Na verdade, ele próprio só reconheceu ser necessário transformá-la numa instituição de assistência a partir do momento em que a Caixa de Previdência foi criada. Não se entende, portanto, como pode ele desvalorizar tanto a instituição que criou ao ponto de escrever que a classe deve envergonhar-se da sua “proclamada previdência”, da sua “sublime solidariedade”, “pois que é uma mentira, uma farsa, a não ser que a tomemos como uma solidariedade colectiva de egoísmo, de indiferença perante todos os que sofrem, perante a miséria e a dor de colegas novos que agonizam na miséria”⁵⁸. É que, decerto, estruturalmente, a Lutuosa actual está ainda muito próxima da Lutuosa por si fundada.

Porém, há muito que Carlos Martins reviu as suas posições sobre o que deve ser uma instituição de Previdência e que reconheceu o carácter tecnicamente ultrapassado da sua Lutuosa. Mas, como não logrou convencer praticamente nenhum dos seus colegas acerca das suas “descobertas”, ele continuou a preferir analisar os problemas mutualistas da classe com uma abordagem conspiracionista. Por isso, ao mesmo tempo que apela à criação duma instituição de assistência na classe, avisa desde já que ela poderá vir a ser presa de oportunistas tal como sucedeu com a Lutuosa: “Bastará dar-lhe

⁵⁶ *Idem, Ibidem*

⁵⁷ Carlos Martins, “Mutualismo – I.”, *A Escola*, 13/6/28.

⁵⁸ *Idem, Ibidem*.

vida, que não faltarão, depois dela criada, os cavaleiros andantes, os grandes beneméritos e paladinos, logo que ela chegue a dama...”⁵⁹.

Os artigos de Carlos Martins sobre o mutualismo da classe publicados em *A Escola* em Maio e Junho de 1928 não foram, no entanto, os seus artigos que mais polémica levantaram. Como Mário Sedas Nunes, na sequência da Assembleia Geral de Coimbra, abriu a «*Página Escolar*» à colaboração de quantos quisessem manifestar a sua posição sobre a Lutuosa, Carlos Martins enviou-lhe um artigo intitulado “Assistência e Previdência” no qual continuava a demonstração do erro (“ou antes, o crime”) em que a classe do professorado primário laborava por ainda não ter nenhuma instituição de Assistência. Ora, será este artigo que provocará uma reacção mais violenta de Alves de Oliveira e que acicatará ainda mais os ânimos da classe do professorado primário já tão exaltados por causa das suas problemáticas instituições mutualistas. Censura aí a classe por insistir em arranjar mais e mais “Lutuosasinhas”, por não se preocupar absolutamente nada em criar instituições de assistência e por, ao mesmo tempo, também não se interessar com a criação de verdadeiras instituições de previdência, aquelas em que “um indivíduo tem de pagar rigorosamente o que a maldita matemática indica, relativamente à sua idade”⁶⁰.

Carlos Martins não se limita a indicar os erros e aponta também os que considera serem os responsáveis por esse desvario da classe: quantos que se opõem à criação duma instituição de Assistência para servir o professorado primário – como ainda recentemente o fizeram na Assembleia de Coimbra. Alguns deles serão movidos “pelo ódio individualizado, feroz e cego”, e outros há que os secundam “não movidos pelo

⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁰ Carlos Martins, “Assistência e Previdência”, *Novidades*, 19/6/28.

ódio vil, mas pelo interesse mesquinho, pelo egoísmo deles que se traduz: primeiro nós e sempre nós; ou: para nós chegará e os que vierem atrás...”. Ora, quer uns quer outros merecem a reprovação total de Carlos Martins, e principalmente estes últimos, pois eles são “defensores das Lutuosas, não pela parte de beleza moral que elas pretenderam fomentar, mas pela exploração que delas fizeram”. Bem se empenha em desmascarar o respectivo raciocínio:

“A eles só lhes convêm as instituições que lhes garantam a probabilidade de verem na palma da mão 10 ou 20 contitos, ganhos por qualquer parente ou amigo, mais idoso, a troco de umas centenas de escudos.

(...)

E bem haja o homem que inventou as Lutuosas que nós tivemos arte de transformar em verdadeiras *minas*...

Passem, pois cá para o nosso lado os que são da nossa *panelinha* e deixem lá os da ordem de São Francisco apertar o cinto e sonhar com as *assistências*.

Se são pobres ou doentes, tenham paciência; aprendessem a ricos ou arranjassem parente ou amigo mais velho ou mais doente que eles. Adeusinho.

E lá se vai o homem a contar pelos dedos:

«Ele está doente e velho... 24\$00 mensais garantem 20 contos. Durará uns 10 anos (e que fossem 20), são 20 contos a troco de 2.880\$00. Não me enganei... está certa a conta... O pior... há raça de gente... dizem que é mais bela uma obra de assistência...

Sabem lá fazer contas... Mas é que ando apreensivo... Temos de afugentar tal peste de gente, que nos pode dar cabo do arranjinho.

Chama-se-lhes traidores, inimigos da classe, vendidos... vendilhões, (e mais palavrões) a ver se eles se acobardam e, enojados nos deixam sós em campo.

É o único meio. Não há que ver...”⁶¹.

Mário Sedas Nunes publicou o artigo que Carlos Martins lhe enviou para a “sua” «Página Escolar», mas fê-lo pensando-lhe uma *Nota* na qual afirma não concordar

⁶¹*Idem, Ibidem.*

inteiramente com certas ilações feitas pelo fundador da Lutuosa. No entanto, não esclareceu quais são elas.

Precisamente no dia seguinte à publicação deste artigo na «*Página Escolar*» do jornal *Novidades* sairá, em *A Escola*, o terceiro artigo de Carlos Martins da nova série sobre Mutualismo. Retoma aqui a maior parte do mesmo texto enviado a Mário Sedas Nunes acrescentando-lhe apenas uma nova parte final. E é aqui que define como “sórdido usurário” o sócio que defende a manutenção da Lutuosa tal como está apenas para defesa do seu próprio interesse. Ora, não é para surpreender que a vivacidade empregue nestes artigos, especialmente forte na imagem do homem que vai caminhando e calculando quanto recebe em troca do que paga na Lutuosa, tenha provocado a reacção imediata de Alves de Oliveira.

Efectivamente, na edição de 18 de Junho de 1928 de *A Escola Primária*, com início na primeira página, publicam-se duas cartas entretanto dirigidas por Alves de Oliveira à Direcção de *A Escola*⁶² a propósito dos últimos artigos de Carlos Martins. A primeira das cartas – à qual *A Escola* não chega nunca a dar publicidade – faz a crítica do polémico último artigo *na generalidade*, e a segunda analisa-o discriminando aspectos concretos da sua argumentação. Referindo-se, obviamente, a Carlos Martins, considera na primeira delas que “o atrevido escrevinhador do arrazoado era já asqueroso como Judas duma classe que vendera pelos trinta dinheiros infamantes da traição⁶³]. Agora, ficou sendo simplesmente hediondo como protervo e malcriado que acaba de se revelar”. Recorrendo a uma linguagem sumamente violenta, Alves de

⁶² Embora, como vimos, o artigo mais crítico de Carlos Martins também tivesse sido – e até previamente – publicado na «*Página Escolar*» do jornal *Novidades*, nenhuma referência é feita a essa publicação por parte de Alves de Oliveira.

⁶³ [Nota nossa] A terminar a carta, escreverá também Alves de Oliveira: “Como sabeis, há uma história a escrever - a história da maior traição à classe. Mas isso fica para ocasião oportuna (...)”. *Idem, Ibidem*.

Oliveira alude à “peçonha” do escrito de Carlos Martins e recupera, a seu respeito, a imagem utilizada em tempos por Raio X:

“Um *quidam*, mestre emérito na arte de marinhar pela lombeira da nossa inditosa classe, publicou em o n° 41 de «*A Escola*», jornal pedagógico do Porto, um artigo sob a epígrafe – Mutualismo – em que se igualam a má-criação, a velhacaria, e o ódio só próprios de quem, mergulhada a tromba em bem fornida gamela, está sempre desconfiado, mercê da sua natural avidez, de que é escassa a vianda com que se farta e engorda”⁶⁴.

Na segunda das cartas, como já dissemos, Alves de Oliveira toma alguns excertos do artigo de Carlos Martins para os contestar, especialmente as partes em que este acusa os defensores da Lutuosa de o serem apenas na mira do interesse pessoal. Contrapõe afirmando que nenhum interesse menos lícito e menos aceitável o move na sua acção em prol da Lutuosa e que também é a causa do interesse da Lutuosa que o leva a responder às insinuações de Carlos Martins:

“Em defesa de nós próprios, a V. Ex.^a garantimos, Sr. Director, que nos não daríamos ao trabalho de escrever uma só palavra, pois o nosso nome e a nossa honorabilidade estão muito acima da acção peçonhenta e má da baba de qualquer réptil. Trata-se, porém, da Lutuosa que é o alvo que se pretende atingir, fazendo-se desmerecer no conceito das outras pessoas, aqueles que, quando viram a instituição tratada *madrastamente*, tomaram sobre seus ombros o encargo de a defenderem *contra tudo e através de tudo*”⁶⁵.

Sem dúvida, Alves de Oliveira quer interpretar a actuação de Carlos Martins menos como um ataque pessoal à sua pessoa ou à actual Direcção e mais como uma tomada de posição contra a própria Lutuosa tentando dificultar o seu desenvolvimento

⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

⁶⁵ Alves de Oliveira, “Uma carta”, *A Escola Primária*, 28/6/28.

pela diminuição da confiança dos seus sócios na instituição. Por isso, volta contra Carlos Martins parte da argumentação que ele desenvolvera:

“(…) as decantadas explorações porventura feitas à sombra da Lutuosa e favorecidas pela avançada idade dos velhos, se noutro tempo realmente puderam ter lugar (e cá temos, então, esta coisa deveras pitoresca e reveladora dum carácter; *quem fez o mal, faz agora a caramunha !*), a verdade é que hoje por forma alguma são possíveis”⁶⁶.

A Direcção de *A Escola Primária* não se limita a dar acolhimento à defesa (e ataque) de Alves de Oliveira, e, obviamente, não se inibe de se pronunciar acerca desta polémica entre Carlos Martins e o actual Secretário Geral da Lutuosa. Na secção do jornal que pretende ser o barómetro da vida associativa da classe (“*Afirma-se*”) é nítida a opção da Direcção do jornal:

“[*Afirma-se*]

- Que uns videirinhos que ainda ontem se apregoavam como grandes defensores da Lutuosa, se arvoraram agora em seus encarniçados carrascos.
- Que antes de existirem os nichos da Previdência, conquistados à custa da Classe, a Lutuosa era óptima, a melhor instituição, no género, existente no país.
- Que só agora é que lhe acham tremendos defeitos avolumados aos quatro ventos em obediência à mesa posta dentro da Previdência.
- Que essa cantata de assistências e mutualismos, ainda se poderia tomar a sério em bocas menos enfeudadas ao previdente pãozinho.
- Que se a coerência e virtudes adjacentes não fossem, às vezes, palavras vãs, há, pelo menos, um professor no país que não devia, por preço algum, descer ao nefando papel de detractor da tão querida Lutuosa da classe.
- Que são uma autêntica impostura essa lágrimas de crocodilo que, a propósito do destino da Lutuosa, para aí andam sendo derramadas por certo Judas de bom estômago.
- Que, mais dia menos dia, abriremos nestas colunas as válvulas da má língua aos muitos que se nos têm dirigido, procurando despejar sobre os tais, a metralha das suas bem justificadas censuras”⁶⁷.

⁶⁶ *Idem, Ibidem.*

⁶⁷ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “*Afirma-se*”, *A Escola Primária*, 28/6/28.

A Escola publicará, entretanto, a segunda carta⁶⁸ que lhe dirigiu Alves de Oliveira, mas apondo-lhe uma *Nota da Redacção* na qual, contudo, não toma qualquer partido na disputa que teima em continuar a dividir o professorado primário por causa das suas instituições mutualistas:

“A questão toma proporções desagradáveis (...)

É certo que Carlos Martins bate num ponto que há-de triunfar – Assistência.

Quanto à Lutuosa confiemos e esperemos.

A classe fundou-a e há-de sustentá-la, mesmo sem rótulos ou muletas oficiais.

Não desejamos que Alves de Oliveira tenha o prémio do Carlos.

Ambos são trabalhadores e colegas nossos.

Acreditamos nas suas boas intenções.

O futuro julgará.

Nós havemos de falar”⁶⁹.

Da parte da «*Página Escolar*» de *Novidades* o seu contributo para o debate sobre o associativismo mutualista da classe até que Mário Sedas Nunes nela dê início à publicação da história da União do Professorado Primário e da vida associativa da classe no período que vai de Abril a Outubro de 1927 restringir-se-á à publicação de mais um outro artigo da autoria de Carlos Martins.

Publicado em 3 de Julho de 1928, este artigo não elege como tema a Lutuosa dos Professores Primários em particular, mas versa sobre as Lutuosas em geral, historiando a sua origem e evolução, e analisadas estas instituições com a indicação de importantes pormenores técnicos e legais. Ocupa-se aqui, principalmente, do problema de as quotas

⁶⁸ Ao contrário do que sucedeu com a primeira que, como já dissemos, nunca foi deu a conhecer aos seus leitores. No entanto, a publicação da segunda carta leva em apêndice uma *Nota* que parece revelar um certo arrependimento por parte de *A Escola*, por as suas páginas terem ajudado a reacender a fogueira da discórdia em matéria de mutualismo.

⁶⁹ [Nota da Redacção], “Lutuosa”, *A Escola*, 30/6/28.

serem igualitárias ou, em alternativa, variarem segundo a idade com que o sócio se inscreve. E trata também do processo de transformação e modernização técnica entretanto sofrido por algumas Ltuosas que se converteram de instituições de previdência em instituições de assistência, procurando convencer os que se opõem a que isso se faça também no caso da Ltuosa dos Professores Primários:

“As Ltuosas que algumas classes transformaram em instituições de previdência ou de assistência, desenvolvem-se dia a dia, acarinhadas por todos, com um futuro brilhante diante de si.

As Ltuosas que continuam amarradas ao erro, facilitando uma obra de exploração vergonhosa, aumentando mesmo algumas tal possibilidade^[70], com o estabelecimento de quotas e legados variáveis, estrebucham, surpreendidas e assustadas...

É a vida que elas levam, fictícia vida, – as velhas Ltuosas que algumas pessoas julgam poder salvar e rejuvenescer sem lhes insuflar sangue novo, teimam em fazer marchar por caminhos velhos, quando há caminhos novos; estradas amplas, quando se podem curar adaptando-lhes modalidades perfeitas que as levem a uma vida desafogada e mais útil do que a que ainda lhes resta. Todos nós erramos, mas nem todas as pessoas têm a coragem de o confessar”⁷¹.

E – dirigindo-se agora a Alves de Oliveira e a quantos o apoiam – acrescenta ainda:

“E causa tristeza que assim seja, e que esses tais, por terem pejo de confessar os seus erros, julgando-se uns super-homens, teimam em conservar a rigidez da sua pessoa segurando pelos cabelos as suas ideias e as suas obras, que julgam impecáveis, tocadas até por um sopro divino.

Aonde leva a vaidade humana !

É caso para exclamar: Livrai-nos Senhor, de tal gente”⁷².

[⁷⁰] Referência a uma possibilidade introduzida na Ltuosa dos Professores Primários já sob a gerência de Alves de Oliveira.

⁷¹ Carlos Martins, “Ltuosas”, *Novidades*, 3/7/28. Este mesmo artigo será publicado em *A Federação Escolar* de 8/8/28, como o quarto da série que iniciou em *A Escola*. Cfr. Carlos Martins, “Mutualismo - IV”, *A Federação Escolar*, 8/8/28.

⁷² *Idem, Ibidem*.

Alguns dias depois, na edição de 11 de Julho do reaparecido *A Federação Escolar*, Carlos Martins reagirá à segunda das cartas que Alves de Oliveira entretanto publicara em *A Escola* e em *A Escola Primária*. Embora continue a adoptar o título genérico “Mutualismo”, em lugar de tratar do assunto em abstracto trata apenas de desancar impiedosamente Alves de Oliveira a quem apelida de *gameleiro* e que considera “próximo parente de Raio X”. Prevendo como próximo o momento em que a sua máscara será retirada, julga também estar para breve o desmoronar da Lutuosa que revele, inequivocamente, Alves de Oliveira como um vulgar oportunista:

“Pois ele aí anda, entre uma parte da classe dos professores primários, só porque a sorte o tem favorecido em demorar a hora do ajuste de contas, que já tardava, mas que felizmente se aproxima.

O *gameleiro* (não a larga de entre os dentes), próximo parente do *Raio X* que ainda há uns meses tentou abocanhar os que estão colocados tão acima dele que nunca poderá atingi-los, teve a sorte de se livrar, no momento preciso em que a máscara ia ser-lhe violentamente arrancada.

Mas não perderá com a demora, e nem tão pouco a nossa classe, que deve tapar o nariz enquanto o animal não for removido para o guano.

Convém mesmo deixá-lo escoicear os astros (que as pessoas não as atinge), deixá-lo estrebuchar à vontade, para o golpe ser mais oportuno.

Deixem-no refastelar-se na gamela que lhe ofereceram bem fornecida, e que ele tem tanto receio de vir a perder que já tem alucinações, vendo gamelas por todos os cantos...”⁷³.

A partir desse momento – Julho de 1928 –, só mais outra vez Carlos Martins intervirá no debate sobre os problemas do associativismo mutualista da classe. E isso acontecerá apenas em Março de 1929, em vésperas de nova Assembleia Geral da Lutuosa. Retoma, então, – como adiante veremos – na «Tribuna do Professorado» do

⁷³ Carlos Martins, “Mutualismo”, *A Federação Escolar*, 11/7/28.

jornal *O Povo* a sua “velha” tese da necessidade de a Lutuosa se transformar numa instituição de assistência⁷⁴. Até esse momento, e depois dele, confinar-se-á à chefia da Secretaria da Caixa de Previdência, assinando nesse lugar algumas *Notas Oficiosas* com as quais, obviamente, não se limitará a informar os sócios acerca do funcionamento da instituição, mas propagandeará a sua superioridade sobre as restantes instituições mutualistas do professorado primário. No debate mutualista em geral e no enfrentamento a Alves de Oliveira e ao jornal *A Escola Primária* em particular ele será rendido, a partir de agora, por A. Pereira de Carvalho, António Augusto Martins e Abílio do Amaral.

5.6. A guerra transfere-se para as páginas de *A Federação Escolar* e de *A Escola Primária*

Com a polémica reaberta, *A Escola* bem tenta arrefecer os ânimos adoptando um tom de certa equidistância entre as partes, dizendo acreditar nas boas intenções tanto de Carlos Martins como de Alves de Oliveira, e afirmando que “ambos são trabalhadores e colegas nossos”⁷⁵. Porém, logo que *A Federação Escolar* reaparece em seu lugar, sob a direcção de António Augusto Martins, publica o artigo de Carlos Martins que ainda agora acabámos de analisar, artigo no qual se percebe pelo tipo de linguagem utilizado a que ponto se desceu de novo na inimizade e no enfrentamento

⁷⁴ [Carlos Martins], “Abrindo caminho – Uma obra de assistência – Lutuosa e Previdência”, *O Povo*, 7/3/29.

⁷⁵ Nota da Redacção, “Lutuosa”, *A Escola*, 30/6/28.

mútuo. É certo que Alves de Oliveira falara a seu respeito de “baba de réptil”, mas Carlos Martins não lhe ficou atrás:

“Vozes de burros não chegam ao céu, – sempre ouvi dizer. Demais, seria vergonha um indivíduo que apanhe uma trombada ou um coice, responder ao animal com outro coice. O homem que tal fizesse seria inferior ao irracional.

E é que há seres inferiores aos irracionais, tão moralmente chagosos e pestilentos, que só o sentir-lhes a respiração mefítica nos causa náuseas, quanto mais o ter de retalhá-los com o bisturi e observar-lhes a alma purulenta e repelente.

Esses tais usam, como disfarce, uma máscara estanhada, cuidadosamente afivelada, para assim poderem transitar entre a sociedade que chega, por vezes, a tomá-los por pessoas de bem.

Mas felizmente vem sempre a hora em que se desconcertam e se esquecem da máscara, que então lhes cai e deixa a descoberto toda a crápula pustulenta.

Já uma ocasião^[76] dei guarida no meu lar a um destes seres, tão profundamente abjecto que ainda hoje me causa náuseas o evocar a requintada hipocrisia com que ele se serviu de tal máscara”⁷⁷.

Como Alves de Oliveira tinha todo o apoio da parte da Direcção de *A Escola Primária*, a partir de agora, seria nesse jornal e entre ele e *A Federação Escolar* (já sob a Direcção de António Augusto Martins, convém recordá-lo outra vez) que decorreria a polémica associativa em matéria mutualista. Decorrerá um mês e meio entre o reaparecimento de *A Federação Escolar* e o início na «*Página Escolar*» do jornal *Novidades* da discussão em volta dos graves acontecimentos da vida associativa da classe no ano anterior. Essa discussão concentrará, praticamente, toda a atenção da classe entre os meados de Agosto de 1928 e os princípios de 1929, período durante o qual o debate decorrerá, principalmente, entre a «*Página Escolar*» e *A Escola Primária*.

[⁷⁶] Refere-se, provavelmente, a quando Alves de Oliveira foi à Chamusca buscar o Arquivo da Lutuosa, ocasião em que se terá hospedado em casa de Carlos Martins.

⁷⁷ Carlos Martins, “Mutualismo”, *A Federação Escolar*, 11/7/28.

Até meio de Agosto, porém, a polémica trava-se entre *A Federação Escolar* e *A Escola Primária* onde Alves de Oliveira tem todo o apoio da sua Direcção.

Da edição de 5 de Julho de 1928 deste jornal, da sua secção “*Afirma-se*”, transcrevemos a breve síntese de como a situação era observada pelo grupo afecto a Alves de Oliveira:

“– Que há já aflições no seio dos que, por todas as formas, se declaram inimigos da «Lutuosa», tendo sido antes tão amigos dela.

– Que o Snr. M. da I. vai dar todas as facilidades aos corpos gerentes da «Lutuosa» com o fim de se conseguir um grande desenvolvimento para esta instituição.

– Que foi aventada a hipótese duma fusão com a Caixa de Previdência.

– Que os sócios da «Lutuosa» não podem de maneira nenhuma, aprovar semelhante ligação, porque não confiam nas boas intenções de quem mais fervorosamente pretende tal fusão [Carlos Martins] !

– Que a «Lutuosa» e os *mutualismos* baratos vão dar bastante que falar.

– Que o último artigo de Alves de Oliveira produziu uma profunda impressão na Classe.

– Que a *A Escola Primária*, fiel ao compromisso tomado em Coimbra, põe todas as suas páginas à disposição dos defensores da «Lutuosa».

– Que por preço nenhum aqui se pactuará com os seus perseguidores”⁷⁸.

E na mesma rubrica, uma semana depois, a Direcção de *A Escola Primária* prosseguirá com a mais algumas observações relativas às instituições mutualistas da classe e aos seus dirigentes:

“– Que se fez correr a *blague* de uns espertos quererem casar a «Lutuosa» com a Previdência, o que equivalem a pretender meter na mesma gaiola um gato com um rato.

⁷⁸ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “*Afirma-se*”, *A Escola Primária*, 12/7/28.

- Que no dia em que, violentamente, se praticasse o crime de uma ligação tão incestuosa, forçoso era desde logo começar a tratar do divórcio.
- Que é preferível vivermos pobrezinhos em nossa casa, a deixarmo-nos pescar por certas canas que nos oferecem a felicidade com iscos, falsos como Judas.
- Que o mágico dos mutualismos baratos botou agora nova fala, sem nos dar *Novidades* nenhuma.
- Que já ninguém toma a sério a sua prosa, ditada pelas conveniências da previdente gamela.
- Que o seu procedimento levou um dos professores mais conhecidos da Classe a mandar-nos um artigo violentíssimo, que termina assim: «*Que te cuspo na cara !*»⁷⁹
- Que como este, temos recebido outros que vamos arquivando para a História⁸⁰.

Entretanto, após vários meses de silêncio forçado, também António Augusto Martins se voltou a pronunciar acerca dos problemas do associativismo mutualista da classe. Fê-lo logo num dos primeiros números após a reabertura de *A Federação Escolar* num Editorial intitulado “União e Lutuosa”. Se o título, só por si, já prometia – atendendo a que a União foi fechada há nove meses por razões e em circunstâncias nunca cabalmente esclarecidas e a que a Lutuosa, como vimos, se tornara desde então a única instituição visível da classe, mas uma instituição sempre muito polémica –, o conteúdo do artigo não decepcionará. No essencial, António Augusto Martins estabelece aqui uma clara associação entre a oficialização da Lutuosa e o encerramento da União, defendendo que este último foi obra dos mesmos que conseguiram primeiro aquela.

⁷⁹ [Nota nossa] Nunca esse artigo terá sido publicado, se é que, de facto, alguma vez existiu.

⁸⁰ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Afirma-se”, *A Escola Primária*, 5/7/28.

Começa por evidenciar quanto a União contribuiu para a Lutuosa:

“Torna-se desnecessário fixar aqui o que representou para a vida da segunda a vida da primeira.

A Lutuosa, pequenina e humilde, assistia aos Congressos e nos Congressos criou corpo e se desenvolveu.

Os Núcleos da União prestaram-lhe, com o dinheiro de todos, os serviços de cobrança e remessa de cotas, e serviço de recepção e entrega de legados.

Assim foi vivendo a Lutuosa protegida e até, muitas vezes, tutelada pela União, até que um dia...

Antes que a União baqueasse pela deslealdade dos que a serviram e se serviram, a Lutuosa disse-lhe adeus sem pudor e sem saudade.

O último acto officioso da União foi, por intermédio do C.F. e a pedido do interessado, a arbitragem da gratificação ao Secretário Geral.

Depois, garantida a oficialização e o desconto de cotas nas folhas de vencimentos, a União (fora das mãos dos que a serviram e se serviram) podia ser estrangulada”⁸¹.

Passa, depois, à crítica da actuação da Direcção da Lutuosa na última Assembleia Geral realizada em Coimbra apaparicando aqueles que foram os responsáveis políticos pelo fecho da União do Professorado Primário e pela prisão dos seus dirigentes e de outros professores:

“Como sinal de regozijo, organizaram o «Te Deum» de Coimbra onde a obra de Virgílio Santos, Manaças e Barroso foi cuspada em fumo pelos turibulários dos prepotentes.

A Lutuosa, filha da União, cantou hossanas aos assassinos da Mãe.

E que tem lá isso ?! Perguntarão !

Não tem nada ! Não tem nada ! Vamos adiante!”⁸².

Perante a insólita situação de, legalmente, não existirem, neste momento, quaisquer Núcleos nem da União do Professorado Primário nem da Lutuosa, pois a primeira está fechada e a segunda está suspensa, António Augusto Martins ironizará

⁸¹ [António Augusto Martins], “União e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 18/7/28.

⁸² *Idem, Ibidem.*

troçando da Direcção da Lutuosa forçada a voltar a recorrer aos “velhos” Núcleos da União – que também não “existiam” – para fazer as cobranças das quotas da instituição.:

“O que registamos com uma certa estranheza é que, não sendo permitido por enquanto os descontos das cotas nas folhas de vencimentos, se apela novamente para os Núcleos escolares a fim de procederem à recepção e envio de cotas, etc., etc. !

Núcleos Escolares ?! Mas os Núcleos Escolares não eram entidades da União ? Dar-se-á o caso de só ter sido dissolvida a D. Executiva e o C. Federal ?!

Mas, senhores ! Isto é o cúmulo !!! Querem ver que isto de União é uma espécie de serviço por letreiros ! «Hoje há tripas», «Agora há Núcleos», «Logo há Te Deum», «Amanhã...»

Oh ! Amanhã !!!⁸³.

A ironia é reforçada aproveitando o facto de tanto ter sido propagandeada a inscrição como sócios do Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos e do Director Geral e agora a Lutuosa acabar por ter de recorrer aos antigos Núcleos da União:

“Núcleos Escolares ?! Suprema ironia ! Então a Lutuosa não ficou salva em Coimbra com a entrada de dois novos sócios ?! Se ficou, para que ir buscar os serviços dos «Núcleos» que foram extintos com a União de que eram elemento vital ?”⁸⁴.

No final do Editorial António Augusto Martins deixa bem claro o que o move na abordagem deste problema: a consciência de que ele continua a ser central no associativismo do professorado, não só na sua componente material-mutualista mas também na sua dimensão político-associativa, pois as instituições mutualistas são as

⁸³*Idem, Ibidem.*

⁸⁴*Idem, Ibidem.*

únicas instituições da classe que se mantêm desde o fecho da União, há já quase um ano:

“Vá ! Não vades lá julgar que as nossas palavras representam má-vontade para a Lutuosa de que somos sócios e à qual temos dado auxílio moral e material !

E material ! Ouvi bem ó «jongleurs».

O que queremos, o que desejamos é que a defendais honestamente, sem jogar com a dignidade e o brio duma Classe que nem toda está na Lutuosa, na Previdência e no Montepio, mas sim espalhada por estas três instituições mutualistas.

Voltaremos ao assunto porque é de magna importância e, segundo depreendemos, estão em jogo mais uma vez os interesses dos professores.

Com o pão de Viúvas e Órfãos é imprudente caturrar”⁸⁵.

Na verdade, António Augusto Martins não é o único a sentir a centralidade que a questão mutualista continua a ter na vida associativa da classe do professorado primário. Também a Direcção de *A Escola Primária*, fará uma apreciação idêntica da sua importância, num Editorial⁸⁶ publicado exactamente no dia seguinte ao de António Augusto Martins – portanto, redigidos na ignorância um do outro. A concordância fica-se por aí, pois em *A Escola Primária* encontramos uma tomada de posição inequívoca em favor da instituição dirigida por Alves de Oliveira, apresentada como superior às restantes.

Entretanto, A. Pereira de Carvalho – cuja posição sobre a matéria ficara bem definida na carta em que pedira à Direcção da Lutuosa a anulação da sua inscrição – comentará o Editorial de António Augusto Martins manifestando o seu acordo, por considerar que ele

“(…) defende a boa doutrina, a melhor doutrina, mesmo. Devia ser lido e sentido por todos aqueles que à União deram o seu concurso. A Lutuosa de tão

⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

⁸⁶ [Anónimo (Direcção)], “Pela Lutuosa”, *A Escola Primária*, 19/7/28.

belas e ardorosas tradições, ensanguentou também no matricídio e ultimamente encheu-se de lama. Conseguirá lavar-se ?”⁸⁷.

5.7. O incidente da convocatória do Conselho de Administração da Caixa de Previdência

Um novo incidente se dá, entretanto, no seio do Conselho de Administração da Caixa de Previdência. A sua reunião de 17 de Julho de 1928 foi mais um episódio da luta entre Carlos Martins e os vogais representantes do professorado primário afectos à Lutuosa. De acordo com a respectiva Convocatória, a reunião fora convocada para tratar de três assuntos: “a) –Apreciar uma representação de funcionários de outros ministérios, que desejam ingressar na Previdência; b) – Contratar mais um empregado para a secretaria; c) – *Providência sobre ataques jornalísticos dirigidos contra a Previdência*”⁸⁸. Este terceiro ponto é grifado por *A Escola Primária*, precisamente por ter sido ele que gerou toda a discussão que se seguiu.

Escreve o autor do relato publicado em *A Escola Primária* – muito provavelmente Gil de Oliveira Mendonça – que, tratados os dois primeiros assuntos,

“Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão; mas a bem dizer, foi aqui que ela começou...

Faria Artur disse que, da circular convocatória, constava ainda outro assunto: *providências a tomar sobre ataques jornalísticos dirigidos à Previdência*”⁸⁹.

⁸⁷ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 23/7/28.

⁸⁸ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Pela Previdência. A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 26/7/28.

⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

O embaraço gerado à volta deste terceiro ponto da ordem de trabalhos deveu-se ao facto de o Dr. Santos Lucas, Presidente do Conselho de Administração, e o Dr. Teixeira de Azevedo, Administrador-delegado, terem declarado logo ali que não tinham a indicação de que o mesmo constava da Convocatória:

“Surpresa geral ! Tanto o Sr. Dr. Teixeira de Azevedo, como o Sr. Dr. Santos Lucas declararam muito peremptoriamente que não haviam autorizado a inclusão de tal assunto na ordem do dia da sessão ! Quer dizer: foi o chefe da secretaria, Carlos Martins, quem abusivamente, sem dúvida, sobrepondo-se a todo o C. Administrativo, introduzia aquele assunto na circular convocativa !”⁹⁰.

O mau ambiente no seio do Conselho de Administração atingirá, desta vez, proporções inauditas, com os desentendimentos entre as facções do professorado primário a marcarem a agenda do órgão directivo da Caixa de Previdência. De facto, já naquela mesma reunião, ao ser discutida a possibilidade de serem admitidos como sócios funcionários doutros ministérios, Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça contrariaram⁹¹ a proposta do Administrador-delegado, pois essa hipotética admissão implicaria a necessidade de reduzir a dois o número de representantes do professorado primário.

A reunião já ia, portanto, bastante adiantada em matéria de animosidade contra os vogais representantes da classe do professorado primário quando surgiu o incidente do terceiro ponto da Ordem de Trabalhos aí introduzido à revelia do presidente do Conselho de Administração. Carlos Martins – é certo que os dirigentes máximos da Caixa posteriormente vieram dar cobertura ao seu acto

⁹⁰ *Idem, Ibidem.*

⁹¹ *A Escola Primária* observa que Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça “contrariaram imediatamente” essa proposta e nisso “foram seguidos pelo grande amigo da Classe, Sr. Dr. Santos Lucas, e por todos os outros dignos vogais do Conselho”. Ou seja, pelos vistos, só o Administrador-delegado estava de acordo com a admissão de funcionários de outros Ministérios. Quanto a Carlos Martins parece que ele assistia às reuniões na sua qualidade de Chefe da Secretaria, certamente sem direito a voto.

reduzindo-o a um desculpável lapso⁹² – parece ter perdido a noção dos limites em que a sua acção se deveria conter. Como “os ataques jornalísticos dirigidos contra a Previdência” aos quais se referia o terceiro ponto da Convocatória eram feitos em *A Escola Primária*, e como dois dos responsáveis por esta publicação fazem parte do próprio Conselho de Administração e estão, por isso, presentes na reunião, Carlos Martins terá julgado possível “apertá-los” ali mesmo. A forma desajeitada como o fez e a reacção de Santos Lucas e Teixeira de Azevedo à sua iniciativa deixaram-no, no entanto, em maus lençóis:

“Esporeado na consciência pelo receio dos formidáveis ataques de que espera vir a ser alvo, em virtude de sua atitude desleal e incorrectíssima para a instituição que fundou – a Lutuosa – ele desceu ao expediente grosseiro e reles de intrigar, procurando, com uma habilidade repugnante, meter à bulha com a «*A Escola Primária*» alguns vogais do Conselho de Administração, a ver se assim o deixávamos em paz !

Enganou-se porque ninguém louvou o seu expediente pelintra”⁹³.

O assunto proposto para discussão por iniciativa de Carlos Martins acabaria por não ser abordado na sessão, visto ter sido irregularmente agendado. No entanto, o certo é que os vogais do Conselho de Administração Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça – que eram também directores de *A Escola Primária* – se sentiram na obrigação de justificar as posições que aquela publicação vinha tomando relativamente às instituições mutualistas da classe. Terá sido, provavelmente, Gil de Oliveira Mendonça o autor do artigo publicado na edição de 26 de Julho de 1928 de *A Escola Primária* no qual se dá conta de alguns

⁹² *A Escola Primária* apelidá-lo-á, por isso, “Carlinhos dos Lapsos”. Cfr. [Anónimo], “Notas e Comentários”, *A Escola Primária*, 23/8/28.

⁹³ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Pela Previdência. A Lutuosa”, *A Escola Primária*, 26/7/28.

pormenores da conversa que se desenrolou já depois de terminada a reunião do Conselho de Administração:

“Estranharam alguns vogais da *Previdência* que *A Escola Primária* venha dando os mais circunstanciados relatos de tudo que se relaciona com a *Lutuosa*, ao passo que só de má vontade publica as notas officiosas da *Previdência*.

Foi-lhes respondido que as duas instituições, embora considerando-se ambas muito simpáticas, não podiam ser acarinhadas no mesmo pé de igualdade por professores primários, porque uma é filha dilecta da Classe e a outra não. Além disso, este jornal é feito como entendemos melhor, não conhecendo padrões, fora dos nomes que o dirigem⁹⁴].

Foi também lembrada a conveniência de os assuntos da *Previdência* só serem discutidos nas reuniões do Conselho e não nas colunas dos jornais.

São opiniões, muito dentro dum critério estreito. Seria o mesmo que exigir a um deputado, simultaneamente jornalista, não poder tratar de quaisquer assuntos legislativos fora das câmaras, ou a um professor não poder discutir pedagogia fora da escola⁹⁵.

Como seria de esperar, o deslize de Carlos Martins serviu ao grupo de *A Escola Primária* para o atacarem sem dó nem piedade:

“O que importa frisar bem é que o chefe da secretaria anda de tal maneira com as estribeiras perdidas, que até desce a abusar da confiança que nele depositam, introduzindo malevolamente nas circulares convocatórias assuntos que só pessoalmente lhe respeitam.

Só isto define uma alma !

Se lhe não forem à mão, ainda havemos de ver que os seus mutualismos lhe dão um dia para querer gastar os fundos da *Previdência* em alguma *Casa de Férias*, nos altos de qualquer serra...⁹⁶.

⁹⁴ Argumento de força. Na realidade, um dos motivos – obviamente, nunca confessado – por que a pertença ao Conselho de Administração interessa a Faria Artur e a Gil de Oliveira Mendonça é porque assim podem faltar ao serviço com justificação oficial. No caso do último, professor em Santarém, isso permite-lhe deslocar-se a Lisboa para tratar dos assuntos de *A Escola Primária*.

⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

A ocasião serviu também para a Direcção de *A Escola Primária* esclarecer, mais uma vez, a sua posição acerca das instituições mutualistas da classe e, em particular, acerca da Lutuosa e da Caixa de Previdência:

“Aqui não se ataca a Previdência, que é uma instituição forte, com todos os elementos de vida. O que se não pode tolerar é que alguém, para lhe proporcionar ainda vida mais desafogada, ande a embaraçar a vida da Lutuosa, desde os gabinetes ministeriais aos conciliábulos mais escuros.

Contra isso protestaremos sempre.

Nestas colunas não se escreveu uma única palavra desprimorosa para ninguém enquanto a discussão dos mutualismos e assistências se arrastou nas colunas dos jornais, no campo dos princípios; mas desde que ela descambou, num arreganho alvar, desse campo para o da provocação e até do insulto aos que mantêm e defendem a Lutuosa, desaparecem as contemplanções e nada nos deterá na apreciação dos factos – como se torna mister.

Enquanto a Lutuosa tiver 5300 federados; enquanto a Classe a quiser conservar como está, podem todos ficar certíssimos que terão n’ *A Escola Primária* o seu melhor defensor.

Nunca nos confundiremos com alguns dos seus «defensores» que parece gozarem infinitamente com as suas desditas”⁹⁷.

O “incidente da Convocatória” não seria, no entanto, motivo de análise apenas nas páginas de *A Escola Primária*. O caso foi também abordado na edição de 4 de Agosto de 1928 de *A Federação Escolar*, assumindo-se aqui, como seria de esperar, a defesa de Carlos Martins:

“Carlos Martins é também a vítima que os raposos mentirosos emporcalham.

Sossegai, raposos ! Mesmo detrás destas grades vos hei-de desmentir.

O Dr. Santos Lucas é um homem de bem ! Será incapaz de uma deslealdade.

Ora nós afirmamos que o Dr. Santos Lucas tinha conhecimento da ordem do dia para a C. de Previdência !”⁹⁸.

⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

⁹⁸ [Anónimo (António Augusto Martins)], [“Notas”], *A Federação Escolar*, 4/8/28

O próprio Carlos Martins se referirá ao incidente num artigo publicado em 14 de Agosto de 1928 na «*Página Escolar*» do jornal *Novidades*. Aí esclarece publicamente a sua versão dos acontecimentos negando, em parte, aquela que *A Escola Primária* transmitira previamente. De acordo com as suas explicações, o officio convocatório da reunião do Conselho de Administração em causa

“(…) fora dado dactilografar e foi assinado – como de costume – pelo Administrador Delegado da Caixa, e não pelo Chefe de Secretaria como esses tais senhores para aí vêm afirmando, especulando, à falta de melhor, com um facto que nada teve de anormal.

Equívoco, se o houve, foi apenas motivado em haver diversidade de opinião quanto a dar ou não honra de uma discussão oficial a uma coisa reles que na verdade a não merecia. Apenas isto.

Demais, a acção do Chefe da Secretaria da Caixa de Previdência desenvolve-se activamente apenas adentro do seu âmbito de acção, sem exorbitâncias a que nunca esteve acostumado, servindo esta instituição e os seus associados com a mesma dedicação com que sempre serviu a «Lutuosa», até ao momento em que os seus serviços lhe foram dispensados, pois são tão sagrados os direitos e interesses dos colegas ou indivíduos que se encontram numa como na outra”⁹⁹.

Igualmente implicados no “incidente”, também o Dr. Santos Lucas e o Dr. Teixeira de Azevedo enviaram a *A Escola Primária* uma carta com a qual pretenderam corrigir o que ali fora escrito acerca da última reunião do Conselho de Administração da Caixa de Previdência no tocante ao famigerado 3º ponto da Ordem de Trabalhos:

“Ora, não é bem assim [como dissera *A Escola Primária*].

O 1º signatário [A. Santos Lucas] declarou que não tinha mandado incluir tal assunto na ordem do dia, facto que agora confirma, mas compreende que, por lapso, se tenha feito essa inclusão, visto a tal respeito ter anteriormente trocado impressões com o Sr. Chefe da Secretaria; o 2º signatário [Teixeira de Azevedo],

⁹⁹ Carlos Martins, “Lutuosa e Previdência”, *Novidades*, 14/8/28.

que assinara o aviso convocatório, feito em nome do 1º signatário, Presidente do Conselho de Administração, disse que essa parte do aviso tinha sido incluída certamente por o Sr. Carlos Martins supor que isso corresponderia ao propósito e intenção do presidente motivo porque mandou fazer os avisos convocatórios em harmonia com a minuta que para esse efeito e previamente, lhe havia sido apresentada pelo Sr. Chefe da Secretaria mostrando-se assim, acrescentou então o 2º signatário, que esse facto fora certamente devido a um lapso do Sr. Chefe da Secretaria, não havendo de forma alguma abuso ou má fé da parte deste, que merece a ambos os signatários toda a consideração”¹⁰⁰.

Os Directores de *A Escola Primária* não se deram, no entanto, por convencidos. Pelo contrário, em *Nota da Redacção*, trataram de comentar a carta recebida dos dois dirigentes da Caixa de Previdência reforçando ainda mais as afirmações que anteriormente tinham produzido acerca da actuação de Carlos Martins:

“Aí fica a carta, não só porque se apela para a nossa lealdade jornalística, mas também porque os signatários da mesma nos merecem a mais alta estima e consideração.

Mas hão-de permitir que digamos que achamos a emenda pior que o soneto. É um *esclarecimento* que não é peixe nem é carne.

Ao que aqui escrevemos sobre a última sessão da «Previdência» não temos ainda hoje que suprimir uma vírgula, nem a carta vem desmentir coisa alguma. Se quiséssemos mesmo avolumar o incidente, bastante teríamos também agora a *esclarecer* por nossa parte.

Acusámos o chefe da Secretaria de introduzir na circular convocatória dessa reunião um assunto para que não recebera indicação e os signatários da carta, duas almas benfazejas, sem dúvida, vêm agora *esclarecer* que apenas se trata de *lapsos* e mais *lapsos* do tal chefe, os quais, no entender de S. Ex.^{as}, se não podem levar à conta de «abuso ou má fé...»

Ora valha-nos Deus. Já é ter boa vontade ante uma classe que sabe ler, desculpar tantos lapsos ao pobre diabo !

A Classe já conhecia prendas várias ao «Grande Amigo da Lutuosa»; mas essa que agora se lhe atribui, de, por simples palpito ou por armar em adivinho se julgar autorizado a incluir manhosamente, à sucapa, numa circular convocatória de

¹⁰⁰ A. Santos Lucas e J. Teixeira de Azevedo, “Caixa de Previdência”, *A Escola Primária*, 16/8/28.

uma reunião, um assunto que tão de perto lhe roçava pela barriga, só porque, ao que ainda se *esclarece*, «supôs que isso corresponderia ao propósito e intenção» de quem tem por dever ser claro em suas determinações, é verdadeiramente piramidalesco !

Nada; cá em nossa aritmética, tantos *lapsos* só podem conduzir àquele somatório que se lê em o nº 38 deste jornal, *que continua a estar certíssimo*.

Por uma qualquer associação de ideias, o caso do «abuso» faz-nos lembrar aquilo de ao acto de um desgraçado que furta um pão se ficar chamando roubo, enquanto ao gesto dos protegidos da sorte, que fazem mão baixa a quantias grandes, se ficar chamando... desvio.

Pois, mal comparado, vá lá, assentemos nisto: *o Sr. Chefe não «abusou» – «desviou-se» apenas dos seus deveres de lealdade para com os seus superiores e amigos e mais nada*.

No entanto, à cautela, com certas caras, bom é de futuro não pôr assinaturas nos papéis que se não leiam.

É que cesteiro que faz um cesto, faz um cento...¹⁰¹.

Sem dúvida alguma, o “incidente da Convocatória” do Conselho de Administração tornara-se mais um peso na balança da discórdia gerada pelas polémicas originadas no seio da classe do professorado primário por causa das suas instituições mutualistas.

5.8. “Os acontecimentos internos da classe” no “soalheiro da letra redonda”

Numa altura em que o ambiente associativo estava outra vez sobreaquecido as partes em confronto lançaram mão de um novo tipo de arma: a história. Esta nova fase da luta intra-associativa iniciou-se quando Mário Sedas Nunes, director da «Página

¹⁰¹ *Idem, Ibidem.*

Escolar» de *Novidades*, começou a publicar aí, em 14 de Agosto de 1928, uma série de 10 artigos sobre a “história dos acontecimentos internos da União”¹⁰². Perturbadora¹⁰³ e poderosa história essa que faz surgir uma avalanche de versões, esclarecimentos, rectificações e comentários. Para além da «Página Escolar» do jornal *Novidades* rapidamente se envolveram também na polémica *A Federação Escolar* e *A Escola Primária*, sendo convocados para o tablado os mais engenhosos argumentos e os ódios pessoais mais arreigados¹⁰⁴. A acesa discussão do passado associativo da classe, com

¹⁰² [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. I- Os zeros da classe”, *Novidades*, 14/8/28. O título geral manter-se-á ao longo da série. Os “acontecimentos internos” em causa são os que vão do Congresso de Viseu de Abril de 1927 ao fecho da União do Professorado Primário em Outubro do mesmo ano.

¹⁰³ De ambas as partes há a perfeita consciência de que a “cartada da história” é mais uma batalha importante da guerra que é preciso vencer. Por isso, se acusam mutuamente de manipular o passado em função de interesses presentes. O grande objectivo é fazer a “contabilidade das culpas” na destruição da unidade associativa. Contraopondo-se ao Director da «Página Escolar» do jornal *Novidades* que tomara a dianteira avançando a sua interpretação dos acontecimentos, escreve *A Escola Primária*:

“Os Mário Sedas dizem que não; para eles a bisbilhoteira interna da União é que teve alto peso no desenrolar desgraçado dos acontecimentos que levaram à dissolução. Os erros tremendos dos Corpos Gerentes, as suas manifestações da mais inepta das impolíticas, os ódios do Alto que tão bem podiam ter evitado, *sem mesmo deixarem de ter prestado auxílios materiais a colegas* – tudo isso nenhum valor tem para os austeros historiadores, que só procuram desculpar as asneiras que fizeram, dando imerecidos relevos a pobres factos, às mínimas intrigas de soalheiro, que de algum modo possam vir a reflectir-se no desprestígio de pessoas que haja empenho malquistar perante a Classe...”. [Anónimo (Direcção de *A Escola Primária*)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

Como quem diz: Mário Sedas Nunes quer atacar Alves de Oliveira, visto que não conseguiu sequer incomodá-lo na Assembleia Geral da Lutuosa do último mês de Abril.

Na outra trincheira a perspectiva muda e a avaliação difere: “O Sr. Mário Sedas, com calma de verdadeiro educador, tem historiado os acontecimentos internos da União, tendo a «Federação» escarpado com justiça as afrontas que a mesma sofreu por parte de alguns colegas (...).

Não conhecemos tim tim por tim tim o que se passou com a União, mas pela história dos acontecimentos feita com desassombro pelo Sr. Mário Sedas, professor probo, vemos que certos professores tiveram o prazer pouco dignificante de a deitar por terra, só para satisfazerem a sua baixa vaidade”. Prof. Félix António, “A União”, *A Federação Escolar*, 24/11/28.

¹⁰⁴ Embora, geralmente, acusem os adversários de serem eles a deixar rédea solta ao ódio, a argumentação *ad hominem* é estratégia a que todos recorrem. Veja-se, por exemplo, o modo como Abílio do Amaral equaciona a prestação de Alves de Oliveira:

“O outro colega lá de casa [referência a *A Escola Primária*], o senhor Alves de Oliveira, continua, «etilizado» de ódio, a pretender encontrar nos outros todas as chagas da sua alma [l]azarenta. Mas havemos de responder-lhe publicando, talvez, aquele suplemento de *A Federação* que ele bem conhece mas supõe esquecido nos outros. Então a Classe lembrará casos que bem definem a personalidade do homem nojento que se atreve a ser juiz dos homens de carácter”. Abílio do Amaral, “A propósito de Previdência e União”, *A Federação Escolar*, 19/12/28. Esta é uma referência aos desentendimentos pessoais que determinaram o corte entre *A Federação Escolar* e Alves de Oliveira no já longínquo (?) ano de 1922 (Cfr. O Suplemento em causa em *A Federação Escolar*, 18/2/22)]. Como facilmente se deduz, os antagonismos do presente têm, nalguns casos pelo menos, raízes profundas no passado.

A semelhante texto responderia Alves de Oliveira com um de tom idêntico:

destaque para o período que vai do Congresso de Viseu ao fecho compulsivo da União do Professorado Primário, torna-se arma de arremesso nas discussões do presente. A Lutuosa e a Caixa de Previdência serão as peças-chave dessa história revelando-se nela quanto pesaram no passado e quanto continuam ainda a pesar no desenrolar da vida associativa do professorado primário.

No final da polémica, as partes estarão ainda mais desavindas, cada uma delas mais enquistada na respectiva posição e mais convencida do valor dos seus próprios argumentos¹⁰⁵. No seu conjunto os textos produzidos constituem um acervo documental imensamente esclarecedor acerca da complexidade da vida associativa da classe do professorado primário particularmente no período decisivo que decorreu entre Abril e Outubro de 1927, documentação especialmente ilustrativa da importância que teve a questão mutualista na desagregação da União do Professorado Primário.

Existe um desfasamento temporal entre a publicação dos artigos de Mário Sedas Nunes (seguida, logo daí a 4 ou 5 dias, pela sua transcrição em *A Federação Escolar*

“Segundo se lê num artigo que o *órgão da facada* inseriu, os pobres diabos, sem argumentos para responderem dignamente às nossas apreciações que eles e só eles provocaram, ameaçam derivar a questão para a infâmia, reeditando calúnias que já serviram noutra aperto semelhante.

Mas então a calúnia e o insulto são as únicas armas de que dispondes (...) ?

A isso se reduz a vossa tão apregoada *grandeza de alma* ?

Não vos repugna apanhar a lama das sarjetas e arremessá-la a um contendedor que vos dá em tudo o exemplo do contrário ?

Se assim é, sois bem os miseráveis porcalhões duma classe.

Mas ficai certos: se é com isso que julgais calar-nos, enganais-vos redondamente. Nada nos fará retroceder no caminho. Descei até à sarjeta se isso é do vosso gosto, mas contaí sempre connosco.

Contaí, sim, miseráveis !” Alves de Oliveira, “Cartas do Norte – Uma questão de gamela”, *A Escola Primária*, 27/12/28.

¹⁰⁵ Veja-se, por exemplo, como Mário Sedas Nunes coloca o “ponto final” na discussão que levantara:

“A «*Página Escolar*» relatou fielmente os acontecimentos internos da União. *Nenhuma das afirmações que fizemos foi desfeita*, antes, pelo contrário, algumas foram confirmadas.

A classe está, pois, habilitada a destrinçar as responsabilidades de cada um.

Tudo o que depois disto se te dito, são questões de *lana caprina*.

Os Srs. Gil e Alves de Oliveira nada têm respondido, apenas insultam, enredam.

Já que não têm argumentos para contraditar as nossas afirmações e não sabem escrever com decência, merecem o mais absoluto desprezo.

E pomos ponto final neste assunto.

Nem mais uma linha a este respeito”. [Mário Sedas Nunes], “Ponto final”, *Novidades*, 4/12/28.

com os comentários de António Augusto Martins¹⁰⁶) e as reacções de *A Escola Primária* e de Alves de Oliveira¹⁰⁷, pois estas só se iniciam quando todos os artigos que lhes dão origem já foram publicados¹⁰⁸. Assim, enquanto os artigos de Mário Sedas Nunes (e os comentários de António Augusto Martins) são publicados no período que vai de meados de Agosto a finais de Outubro de 1928, os segundos começam a responder-lhes precisamente nesta altura, demorando-se com a discussão do assunto até meados de Janeiro de 1929¹⁰⁹.

Os principais visados pelos textos de Sedas Nunes, entrincheirados em *A Escola Primária*, enquanto eles vão sendo publicados, só lhes fazem alguns comentários de

¹⁰⁶ Apenas o penúltimo e o último artigo não serão republicados – nem comentados – em *A Federação Escolar*. Acerca deste facto a «Página Escolar» inquiriu António Augusto Martins:

“– Desculpe-nos a pergunta que lhe fazemos apenas para sabermos se tem de nós algum agravo: porque não completou «*A Federação Escolar*» a transcrição dos artigos com que fizemos a história dos acontecimentos da União ?

– Nada de agravos, colega. Apenas aguardamos que os Damiões de Góis completem as suas historietas a fim de pormos um ponto final, desinfectante e necessário, num assunto que já está servindo de gáudio aos inimigos da Classe”. B.L., “Uma conversa com o professor António Martins”, *Novidades*, 4/12/28. [Transcrito também em *A Federação Escolar*, 12/12/28].

¹⁰⁷ Na primeira das “Cartas do Norte” em que entra a comentar a versão dos acontecimentos publicada por *Novidades* e comentada em *A Federação Escolar*, Alves de Oliveira explica-se:

“Não era intenção nossa escrever, uma só linha que fosse, a propósito daquela *pseudo-história* dos acontecimentos da *União do Professorado Primário*, para aí escrita, publicada e comentada conforme o sabor e as conveniências dos seus conspicuos autores.

Demais sabemos que, por um lado, aquilo tem apenas em vista um *grosseiro jogo mercantil* e, por outro, uma *inábil e grosseiríssima especulação* que visa tão somente a desacreditar certas figuras cuja sombra parece ser de mau agouro àqueles que levam os dias e as noites a sonhar com altos penachos e lugares de destaque.

(...)

(...) veio-nos a tentação de dizer da nossa justiça. Porquê, não sabemos.

Falaremos, pois, também, de *dois ou três factos apontados* e que mais de perto nos interessam, relacionando-os com outros *cautelosamente omitidos* pelos contadores de histórias, para que melhor se esclareçam atitudes e se desvendem intenções”. Alves de Oliveira, “Cartas do Norte”, *A Escola Primária*, 1/11/28.

¹⁰⁸ Mário Sedas Nunes publica o 10º e último texto da série a 23 de Outubro de 1928 e *A Escola Primária* iniciará a sua reacção logo na edição de 25 de Outubro. Ou seja, esperou que a outra parte desse o assunto por encerrado para entrar em acção. Contudo, *A Escola Primária* afirma que só entra em cena por se sentir forçada a isso:

“(…) desabridamente e sem provocação da nossa parte, entrámos de ser puxados a terreiro, com alusões grosseiras até, à laia de requerimento para irmos ao pelo aos que assim se nos dirigiam.

Pois façamo-lhes a vontade”. [Anónimo (Direcção de *A Escola Primária*)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

¹⁰⁹ Para que melhor se compreenda o debate, faremos a nossa análise juntando à versão original da “história” de Sedas Nunes todos os desenvolvimentos que ela arrastou. Por essa razão, não seguimos uma ordem cronológica estrita tratando primeiro duns e depois doutros.

ordem formal. Discutem principalmente a competência¹¹⁰ e as intenções¹¹¹ do historiador da «Página Escolar» de *Novidades* e do comentador de *A Federação Escolar* assim como a pertinência¹¹² e a conveniência¹¹³ de se estar já fazendo a história de acontecimentos ainda tão recentes.

¹¹⁰ *Competência* entendida no sentido em que não seriam Mário Sedas Nunes e António Augusto Martins os mais indicados para fazerem a história de acontecimentos nos quais estavam ambos intimamente implicados como personagens. Por isso, o seguinte reparo:

“A classe do magistério primário conta hoje cerca de oito mil professores e a União tinha para cima de quatro mil associados. Pois ainda se compreendia que, dentre tantos, alguns surgissem, dos menos achados nos acontecimentos, a fazer a história da dissolução; mas isso sim, ao contrário do que seria lícito esperar, dois professores principalmente um que fez parte da última Delegação Executiva, o Sr. Mário Sedas Nunes – e outro, que foi o professor deste país mais celebrado nos acontecimentos – o Sr. António Augusto Martins – é que entenderam por bem romper o fogo, vindo para a letra redonda tratar do caso a seu modo, como se, escrevendo a triste história dos acontecimentos, pudesse ser calmo, imparcial e desapassionado quem, como eles, anda jungido ao peso de tremendas responsabilidades !”, [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

¹¹¹ A *intenção* que em primeiro lugar é assacada a Sedas Nunes mas também a António Augusto Martins é a de alijar as responsabilidades que eles próprios tiveram no fecho da União, só isso explicando andarem “muito deslealmente procurando fazer crer à classe que nos acontecimentos foram duas pombinhas sem fel, dois inocentes torrões de açúcar (...) ao mesmo tempo que têm procurado, sem o mínimo escrúpulo, atirar para cima de alguns colegas seus, culpas que só a eles e quejandos, com verdade, se podem imputar”. *Idem, Ibidem*. Mais adiante, no mesmo texto, são, por isso, considerados como “(...) santas criaturas [que] armam em vítimas, procurando habilidosamente desculpar os erros próprios”. [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “A União – uma questão prévia”, *A Escola Primária*, 23/8/28.

Noutro ponto, fazendo um processo de intenções defende que se tratou de mais uma forma de Mário Sedas Nunes, pessoalmente, atacar em especial Alves de Oliveira: “Que, em boa verdade, não é bem de assuntos da União que se anda tratando. A União é chamada à baila simplesmente como um pretexto para, à sua sombra, se trazerem à supuração os personalismos mais irritantes, de todo alheios aos interesses da Classe, dando largas a ódios injustificados(...)”. *Idem, Ibidem*.

Finalmente, numa outra versão – mais rasteira – tudo se ficaria a dever, segundo *A Escola Primária*, “ao que parece, a uma ânsia cega de arranjar leitores, atraindo-os para o soalheiro da letra redonda: mais nada”. *Idem, Ibidem*. Explicando melhor: “É, afinal, um processo como qualquer outro de chamar leitores, pois ainda há infelizmente, quem goste desse género de fazer jornalismo”. *Idem, Ibidem*. Esta mesma tese é também perfilhada por Alves de Oliveira quando escreve que “aquilo [os textos de Mário Sedas Nunes] tem em vista um grosseiro jogo mercantil”, Alves de Oliveira, “Cartas do Norte”, *A Escola Primária*, 1/11/28.

¹¹² Em matéria de *pertinência* *A Escola Primária* defende que não era ainda agora nem desta forma que se deveria entrar a tratar o passado recente da União:

“Para escrever (...) a história completa e quanto possível imparcial dos sucessos que enxovalharam a União, julgamos ainda muito cedo; e quando quem se dedica a essa tarefa se encontra mais ou menos envolvido nos próprios acontecimentos, o inconveniente das pressas sobe de ponto, porque a paixão, actuando mais de perto, pode, sem darmos por isso, deformar a verdade, possivelmente até ao ponto de avolumar os argueiros dos olhos do vizinho, sem dar tento das tranças que afligem as vistas próprias”. [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

¹¹³ É *A Escola Primária* quem mais acentua a *inconveniência* de fazer a história de acontecimentos tão recentes e que tantas paixões levantavam, por isso poder ser muito prejudicial para a União:

“Ainda aqui se não escreveu sobre o assunto uma palavra contra ninguém, no desejo de o tempo vir a apagar paixões, na esperança de que um dia, esquecidos passados erros, poderemos vê-la ressurgir das próprias cinzas purificada pela lição dos factos.

Já dissemos que *A Escola Primária* – primeiro em texto da responsabilidade colectiva da sua Direcção e, depois, pela pena dos principais visados nos assuntos envolvendo a Lutuosa e a Previdência, Gil de Oliveira Mendonça e Alves de Oliveira – só iniciou a refutação *material* da versão da “história dos acontecimentos internos” avançada por Sedas Nunes quando chegou ao fim a publicação da sua série de 10 artigos. De facto, decorridos apenas dois dias após a publicação do último artigo de Sedas Nunes, logo *A Escola Primária*¹¹⁴ publicou um longo texto (não assinado e, por isso, presumivelmente, da autoria conjunta de Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça) sobre o assunto versado pelo director da «Página Escolar». Este primeiro artigo a si mesmo se apresenta como *prólogo* e, efectivamente, sucedem-lhe, em catadupa, artigos de Gil de Oliveira Mendonça¹¹⁵, Alves de Oliveira e

Queríamos mesmo que, até esse dia, se não remexesse no passado, para não atear a fogueira da descrença, para não enfraquecer mais a instituição. Primeiro, reconstituir, depois... irmos então, se quissem, às responsabilidades.

Mas há gente que tem pressa (...).

(...)

(...) continuamos a achar péssima a oportunidade para os jornais da classe se ocuparem de coisas da União e mais uma vez declaramos que só muito forçados resvalaremos para esse caminho”. [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “A União – uma questão prévia”, *A Escola Primária*, 23/8/28.

¹¹⁴ Não é um factor desprezível para a compreensão da polémica o facto de estarmos perante uma guerra entre publicações que disputam entre si leitores. Neste momento, a «Página Escolar» do jornal católico *Novidades* funciona como quartel general e abrigo da defesa da actuação da Delegação Executiva “avançada” que fora comandada por Carvalhão Duarte, e *A Escola Primária*, já o sabemos, como esteio da acção do sector adversário. A luta pela conquista de assinaturas e de assinantes entre o professorado primário é algumas vezes explicitamente evocada, como neste caso:

“(...) *A Escola Primária* pelo dedo do mesmo Sr. Gil, responde-nos num arrazoado com insultos que não nos atingem, causando-nos admiração que os Srs. Cruz Filipe e Faria Artur, delicados como são sempre, consintam aquilo no jornal.

Na sua prosa às três pancadas, ordinária, sem nexos, imprópria de educadores, sem tocar mesmo ao de leve no assunto que se discutia, *A Escola Primária* que tem visto fugir os seus assinantes apesar de o contrário constantemente dizer sem ninguém lho perguntar, perdendo as estribeiras, não tendo argumentação, vocífera, faz humorismo e pretende meter a ridículo aqueles que não navegam nas suas águas.

Faz caneta dum cajado e com um impudor inaudito pretende enxovalhar quem ela não pode atingir.

A classe que vá apreciando estas atitudes.” [Mário Sedas Nunes], “Ponto final”, *Novidades*, 4/12/28.

¹¹⁵ Gil de Oliveira Mendonça foi nesta fase a figura principal do ataque à ex-Delegação Executiva, com mais peso ainda do que o próprio Alves de Oliveira. Dotado de uma pena hábil, a sua arma característica é o seu inegável, embora polémico, sentido de humor – que lhe valeu ser apodado de “Gil Paródias” por Abílio do Amaral. Vingança deste de quem o professor de Santarém traçara um retrato impiedoso: “Como César, chegou, viu e julgou ter vencido, só porque, todo desguedelhado e apoplético, veio proclamar ter filado ...” [Gil de Oliveira Mendonça], “Os acontecimentos da União. Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

alguns mais da responsabilidade colectiva da Direcção de *A Escola Primária*¹¹⁶. À medida que forem sendo publicados, estes textos suscitarão, por sua vez, outros da parte de Abílio do Amaral, da ex-Delegação Executiva, e do seu último Secretário Geral, Carvalhão Duarte. A nota comum a todos estes artigos, vindos de uma e de outra parte, reside no reconhecimento do papel fundamental das polémicas originadas pelas questões mutualistas da classe no desenrolar do processo que conduziu ao fecho da União do Professorado Primário.

Mário Sedas Nunes justificou a sua iniciativa de vir historiar “os acontecimentos internos da União” precisamente com o argumento de que “a classe tem o direito de conhecer os motivos internos que conduziram à dissolução da União do Professorado Primário”¹¹⁷. A tese central de Sedas Nunes – iniciada no próprio título genérico dos seus artigos referindo-se a “acontecimentos internos” – é que a União do Professorado Primário não foi dissolvida apenas por acção externa das autoridades, mas que para isso contribuíram, decisivamente, os *motivos internos*. De facto, o apuramento dos factores determinantes na dissolução da União será o eixo à volta do qual se desenvolverá a argumentação de ambos os grupos litigantes. Aliás, *A Escola Primária*, logo no primeiro texto dedicado ao comentário aos artigos de Sedas Nunes, explicitará a referida dicotomia:

“Não foram os minúsculos casos associativos, de ordem *interna*, por aí postos a correr, mas que são de todos os tempos que a perderam; foram as faltas de tacto da D.E. principalmente, *bem externas*, que a esfrangalharam. Aí é que se

¹¹⁶ Anuncia-se logo o plano a seguir após a publicação deste primeiro artigo “em ar de prólogo”: “Vamos agora aos acontecimentos secundários, sobre os lugares da Previdência, sobre a questão da «gamela» e outras, que trataremos em artigos subscritos por quem tem o dever de dizer de sua justiça. Terminados esses poucos artigos, poremos ponto no assunto”. [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

¹¹⁷ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. I- Os zeros da classe”, *Novidades*, 14/8/28.

devem ir buscar as verdadeiras causas da dissolução e tudo o mais é fogo de vistas, algo sonoro, mas nada luminoso”¹¹⁸.

Na prática, tudo se resume, artigo após artigo, à enumeração de determinados factos e comportamentos apresentados como decisivos por parte de uns e como irrelevantes por parte de outros. Na verdade, todos os acontecimentos referidos são sempre “acontecimentos internos”, pois, afinal, as responsabilidades que são atribuídas na versão proposta por *A Escola Primária* também são de ordem *interna*. De *externo* só mesmo o boletim da Internacional dos Trabalhadores de Ensino. Tudo o resto entre as supostas causas de desagregação da União é *interno*, nuns casos considerado obra dos adversários da Delegação Executiva eleita em Viseu e noutros indicado como obra desses eleitos. Ou seja, sem sombra de dúvida, o que ambas as versões confirmam é que o fecho da União do Professorado Primário decidido pelo Conselho de Ministros em finais de Outubro de 1927 se ficou a dever tanto ou mais aos acontecimentos vividos no seio daquela instituição da classe no período que decorrera entre Abril e Outubro de 1927 quanto à iniciativa governamental e à acção policial. Todos os esclarecimentos dados nesta profusão de artigos confluem no sentido do reforço da noção de que a maioria dos acontecimentos que levaram à dissolução da União não foram de ordem política e governamental e de que terá havido da parte destas instâncias um aproveitamento circunstancial dum estado de coisas *interno* da instituição. Estado de coisas que se desenvolverá, especialmente, a partir do Congresso de Viseu de 1927, mas que já se encontrava em crescendo acelerando desde que a Caixa de Previdência fora criada em 1925, originando cisões insanáveis no interior da classe. O principal problema da União do Professorado Primário não foi, pois, nem de ordem política nem

¹¹⁸ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

de ordem religiosa¹¹⁹, e terá sido, de facto, de ordem pessoal, tendo os “pessoalismos” (como então se dizia) deitado tudo a perder, *pessoalismos* esses que se definiram sobretudo em função da opção que diferentes professores e diferentes sectores do professorado primário fizeram entre a Caixa de Previdência e a Lutuosa dos Professores Primários.

A Escola Primária defende, pois, que o fecho da União do Professorado Primário foi uma acção executada por actores externos que reagiram a motivos de origem interna. Ou seja, na sua perspectiva, tudo o que de mau sucedeu à União ter-se-á ficado a dever à forma como a Delegação Executiva conduziu as suas relações com o Governo, num crescendo de inépcia que desembocou na afronta inaceitável que constituiu a atribuição de um empréstimo ao suspenso António Augusto Martins. Na sua opinião é isso que a leitura de *O Professor Primário* do período em causa demonstra sem deixar lugar para quaisquer dúvidas: que “os Corpos Gerentes viveram sempre, de Abril até quase fins de Outubro de 1927, nas melhores relações com ministros, com o Governo, com o Sr. Presidente da República”¹²⁰. E isto assim até aos últimos tempos de funcionamento da União, pois mesmo a leitura do *fundo suculento* de uma das últimas edições de *O Professor Primário* (a de 9 de Outubro) outra conclusão não permite tirar:

“(…) lê-se o artigo de cabo a rabo e nota-se que, precisamente nas vésperas de ser dissolvida a União, ainda não era visto na Rua Damasceno Monteiro [sede da União do Professorado Primário, e da redacção de *O Professor Primário*] aquele

¹¹⁹ O facto de ser o próprio Sedas Nunes quem o afirma mais reforça esta ideia, acentuando, indiscutivelmente, o carácter *interno* da questão associativa que destruiu a União do Professorado Primário. De facto, ele tem grande cuidado em refutar as alusões anti-católicas de alguns comentários de António Augusto Martins aos seus próprios textos, e, por isso, escreverá:

“Nos personagens dos acontecimentos internos da União há-os de todos os credos políticos e religiosos.

Carvalho Duarte e os seus colaboradores da D.E. não caíram porque fossem atacados pelos seus adversários de ideias políticas ou religiosas.” [Mário Sedas Nunes], “*A Federação Escolar e o nosso artigo sobre a União*”, *Novidades*, 21/8/28.

¹²⁰ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

perigo dos tais conluios internos contra a nossa organização associativa, que só agora foram descobertos, através de lupas traiçoeiras, da infância da óptica, que ora invertem, ora avolumam, ora diminuem as maiores frivolidades associativas – à vontade do freguês”¹²¹.

A Escola Primária considera, portanto, que o que perdeu a Delegação Executiva e a União do Professorado Primário foi o que designa como “O Grande Erro” perante o qual tudo isso que corre agora no “soalheiro mais ralão” não passa de “ninharias”, de “bagatelas” destinadas a encobrir o que, de facto, mais prejudicou a União e que *realmente* a perdeu: a atitude dos membros da Delegação Executiva que “com a inconsciência de novinhos impetuosos”¹²², concitaram contra si “as iras do Poder”, ao darem protecção a António Augusto Martins desafiando, dessa forma, o poder político que o castigara.

¹²¹ *Idem, Ibidem.*

¹²² *Idem, Ibidem.* Vieram a público nesta altura – ambos publicados pela «Página Escolar» de *Novidades* – dois importantes documentos que estavam inéditos. O primeiro deles é uma carta dirigida – e efectivamente enviada – ao Presidente da República, aos Ministros da Instrução e das Finanças e ao Governador Militar de Lisboa expondo a situação económica do professorado primário e solicitando a atenção dos poderes públicos sobre os “mais mal pagos funcionários da República”. O segundo é uma outra carta – que não chegou a ser enviada “por motivo dos acontecimentos ocorridos com a dissolução da União” – dirigida aos Comandantes das Regiões Militares a quem a Delegação Executiva pedia que apoiassem as pretensões do professorado primário junto do Governo. Cfr. [Delegação Executiva], “Documentos inéditos”, *Novidades*, 20/11/28. É bem evidente em ambos os documentos a atitude de investida activa da Delegação Executiva sobre os poderes públicos. Um tipo de investida que, sem dúvida não era pacífica, embora a Delegação Executiva ficasse mal colocada de qualquer forma: se não “atacasse” era acusada de ser complacente; se “atacasse” era acusada de falta de diplomacia. Na verdade, este é um dos pontos mais acentuados pelo grupo de *A Escola Primária* que vê na agressividade desmedida da Delegação Executiva a principal causa do fecho da União do Professorado Primário e que assim pretende afastar as culpas próprias nomeadamente no quadro do dossier mutualista.

“Nem o caso da Previdência, nem o do Instituto, nem o dos Zeros da Classe influiu absolutamente nada para a dissolução. Tudo isso, quando muito, foram meros beliscões, sem valor algum fora da moeda associativa – ao lado das fortes machadadas que vocês lhe vibraram. Como já aqui vimos, o que perdeu a União foi essa política inepta de tesuras, essa falta de tacto e de previsão com que vocês, os valentes, andaram nos últimos tempos, sem se aperceberem dos perigos, brincando com o seu Senhor, assim à laia de igual para igual.

Vocês, os tesos, não davam licença que ninguém discutisse os dogmas da R. Damasceno Monteiro e, ao que vêm escrevendo, ainda se não convenceram de que as instituições como a União só podiam ser grandes menos pelo seu desprezo à morte, do que pela habilidade em conservar a vida.

As vossas faltas de ponderação é que vos pregaram miseravelmente em terra. Ninguém vos empurrou para esse abismo – foram vocês que se deixaram papalvamente escorregar”. [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

Posição idêntica tem Alves de Oliveira que, nesta hora de balanço, também assevera: “Custe o que custar e doa a quem doer, a história da dissolução da União do Professorado Primário, nisto se cifra e resume. Foi a inépcia deles que a matou”¹²³. O que esses mesmos ineptos fazem agora não é, em seu entender, mais do que tentar “desviar a água dos seus encharcadíssimos capotes...”¹²⁴. Nenhuma das pretensas causas por eles apontadas para a dissolução da União deverão ser tomadas como tal, pois – argumenta –, se uma instituição pudesse ser deitada a baixo com intrigas e ataques, então há muito que a Lutuosa estaria em terra¹²⁵. Aliás, se isso fosse o bastante, também a União já teria soçobrado¹²⁶ há muito, em resultado dos ataques que os mesmos que agora se dizem vítimas fizeram em tempos aos que agora são por eles acusados de os atacar. Concorde, portanto, inteiramente, Alves de Oliveira com os de *A Escola Primária* em que foi a falta de *tacto político*¹²⁷ que perdeu a última Delegação

¹²³ Alves de Oliveira, “Cartas do Norte – Inépcia ! Inépcia ! Inépcia ! – A causa única da morte da União”, *A Escola Primária*, 20/12/28.

¹²⁴ *Idem, Ibidem*.

¹²⁵ Nesta perspectiva, escreve Alves de Oliveira, sacudindo ele próprio a água do seu também encharcadíssimo capote: “O que fez baquear a União, não foram, não podiam ter sido as consequências que eles apontam.

Não foram quaisquer críticas verbais ou escritas, nem tão pouco pequeninas e desprezíveis intrigas, se as houve. Não foram. Não podiam ter sido, pois do contrário, a União teria desaparecido, não sob a égide deles, mas há alguns anos já, derruída pelos furiosos ataques, confessadamente sistemáticos, e pela intriga desenfreada e feroz de alguns deles.

E a Lutuosa ? Onde estaria a esta hora a Lutuosa, se intrigas e ataques, até os mais virulentos, fossem coisa capaz de, só por si, fazerem mal a alguém ?” *Idem, Ibidem*.

¹²⁶ “E, contudo, a União do P. Primário não se esfacelou naquele tempo. Antes, firmou-se, engrandeceu-se e triunfou em meio de lutas gigantescas que ainda estão na recordação de todos.

Porquê ? Ora porque havia de ser ?

Certamente porque, lá pelo Secretariado Geral, D.E., etc., havia miolos e não.... *miolo de abóbora menina, simplesmente*”. *Idem, Ibidem*.

¹²⁷ É um virulento diagnóstico o que Alves de Oliveira faz das inépcias da ex-Delegação Executiva em termos de diplomacia e política:

“Nunca na Rua Damasceno Monteiro se instalaram personagens mais senhores do seu nariz - dissemos e demonstrámos.

Hoje temos de acrescentar – nem mais desgraçadamente ineptos.

(...) de feitio autoritário e repontão, convencidos de que o desempenho de tão altos cargos, adentro da organização associativa da Classe, lhes outorgava foros de intangíveis e lhes emprestava poderes supremos (...).

Ao mesmo tempo, desprovidos inteiramente de *tacto político*, sem a menor parcela daquela inteligência clara que tem de ser a característica principal de todo o bom orientador; incapazes, portanto, de porem, perante o alto, as questões como elas sempre têm de ser postas, isto é, oportunamente, com a calma e o acatamento a que obriga a disciplina e o respeito aos superiores, mas que nunca excluem a

Executiva da União – falta de tacto gritante sobretudo no atrevimento demonstrado ao decidir-se a apoiar António Augusto Martins¹²⁸.

A iniciativa tomada por Mário Sedas Nunes de vir historiar os “acontecimentos internos” no período que vai do Congresso de Viseu de Abril de 1927 ao fecho da União do Professorado Primário em Outubro do mesmo ano só poderá ser entendida tendo presente diversas circunstâncias. Por um lado, trata-se de um professor católico¹²⁹, director da «*Página Escolar*» do principal jornal católico do país. Por outro lado, ele foi membro da última Delegação Executiva que esteve em funções precisamente no período em causa. E, no entanto, no contexto em que redige a sua história dos acontecimentos da União – quando a possibilidade da sua reabertura se perfila já no horizonte – não temos dúvidas de que Mário Sedas Nunes pretende fazer aqui mais do que um simples balanço do mandato da Delegação Executiva a que

tenacidade e a energia serenas; os homens que a Assembleia de Viseu elevou aos lugares de maior destaque e de mais alta responsabilidade da nossa associação, assim iam semeando a desunião e a guerra entre o professorado, de par e passo com as suas inabilidades e pimponices, andavam, numa inconsciência espantosa a preparar o motivo e o ensejo para o golpe fatal que nos atingiu a todos”. *Idem, Ibidem*.

¹²⁸ Alves de Oliveira, tal como *A Escola Primária* também atribui a esse derradeiro gesto da Delegação Executiva o papel de detonador da acção repressora do Governo sobre a União do Professorado Primário: “Positivamente, a morte da União foi a *inèpcia* deles. Não foi mais nada. Os seus arreganhos irritantes; as suas pimponices patetas; as suas lamentáveis faltas de cautela; enfim, a sua manifesta inferioridade que os levou a uma atitude que os poderes constituídos podiam tomar, como tomaram, à conta de atrevido desafio, é que deram com tudo em pantana”. *Idem, Ibidem*.

¹²⁹ Essa sua qualidade de católico é evocada por António Augusto Martins que ao fazê-lo aproveita para recordar que só circunstancialmente estão ambos no mesmo campo. Mas também se lhe refere, com profunda ironia, Gil de Oliveira Mendonça – o que bem mostra que o factor religioso não era ainda, nesta altura, o *eixo* em redor do qual se definiam as afinidades decisivas no seio da classe do professorado primário. Deve, aliás, atentar-se na violência verbal deste director de *A Escola Primária*:

“O Sr. Sedas continua no seu *Te-Deum* de lamúrias, procurando manter os seus fiéis em permanente lausperene de insídias sobre a «sua» União. É lógico. Depois de tanto a ajudar a conduzir a guilhotina, de ter feito de coveiro, justo era não se esquecer das exéquias que, de grande pontifical, lhe anda fazendo, segundo o ritual lá do seu credo associativo.

Para essa piedosa cerimónia, está já reclamando, como usa dizer-se, as mulas de reforço. Desta vez, acudiu ao cheiro do incenso o pregador Abílio, que chegou às *Novidades*, alçou a perna e leva de esguichar sobre a gente as prosas mais azedas”. [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

Por ocasião da sua morte A. Pereira de Carvalho recordará que Mário Sedas Nunes se apresentava como sendo monárquico e católico, mas “antes disso professor”. Cfr. A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 15/7/31.

pertenceu. Ele quer ajustar contas com o grupo da ex-Delegação Executiva vencida em Viseu e, principalmente, visa esmagar no ovo as pretensões que já se anunciam por parte do mesmo grupo de voltar a apresentar-se como candidato à condução dos destinos da associação de classe do professorado primário logo que ela reabra. Alves de Oliveira, apesar de não pertencer a essa Delegação Executiva, ocupa um lugar de destaque entre os visados pelo ataque de Mário Sedas Nunes, como convém a quem, de facto, foi a personagem mais activa em todos os combates contra a Delegação Executiva de Carvalhão Duarte. Além disso, Mário Sedas Nunes tinha também ainda bem fresca a memória da Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Abril último na qual fora maltratado pelo mesmo Alves de Oliveira por ter erguido a sua voz em defesa da transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência. Ou seja, – e esta é a terceira circunstância a ter presente – Mário Sedas Nunes redige esta “história” dos últimos seis meses de vida da União do Professorado Primário anteriores ao seu fecho tanto para defesa da União quanto com o objectivo de atacar Alves de Oliveira.

E, assim sendo, esta “história” não desmente – e acaba até por reforçar (principalmente, por ser feita com um fito bem diverso) – a nossa tese de que as instituições mutualistas são elementos fulcrais da vida associativa do professorado primário e factores determinantes do seu desenvolvimento durante o período em causa como, aliás, já vinham sendo antes a partir do momento em que a Caixa de Previdência fora criada.

Logo no primeiro dos seus dez artigos consagrados ao assunto, Mário Sedas Nunes adverte que não indicará nunca nomes para que não pareça que o movem “quaisquer rancores ou animosidades”. Observa, porém, que, mesmo assim, “os tristes

personagens desta história serão suficientemente focados para que toda a classe saiba de quem se trata”¹³⁰.

Alves de Oliveira será, obviamente, o principal visado. Sendo muitos os pormenores dos acontecimentos aduzidos na “história” de Mário Sedas Nunes, limitar-nos-emos aqui analisar aqueles que conseguem maior impacte no momento em que são evocados, voltando, dessa forma, a ser eficazes por uma segunda vez. A tal ponto que a publicação dos artigos de Mário Sedas Nunes se ter tornaria o acontecimento à volta do qual giraria toda a vida associativa da classe desde meados de Agosto de 1928 até aos princípios de 1929 quando o debate que suscitaram foi dado por concluído. É que essa dezena de textos teve a capacidade de reavivar a vida associativa da classe repondo em campo os dois grandes grupos adversários e fazendo intervir no debate que se gera todas as grandes figuras do associativismo do professorado primário na época, inclusivamente as que se mantinham em silêncio desde o fecho da União do Professorado Primário, como era o caso de Carvalhão Duarte o qual virá pela primeira vez a público desde essa altura com esclarecimentos sobre os assuntos em discussão. Também Abílio do Amaral fez o mesmo, abraçando fervorosamente o combate a partir deste momento. E António Augusto Martins desempenharia igualmente um papel de relevo ao (re)publicar em *A Federação Escolar* os artigos de Sedas Nunes acrescentando-lhes suculentos comentários com grande impacte sobre a vida associativa da classe.

Do lado oposto, em *A Escola Primária*, encontraremos todos os principais visados nos artigos de Sedas Nunes: Faria Artur, Gil de Oliveira Mendonça, e Alves de

¹³⁰ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. I- Os zeros da classe”, *Novidades*, 14/8/28.

Oliveira¹³¹. De novo, ainda e sempre, a Lutuosa e a Caixa de Previdência continuarão a ser os focos mais activos de dissensão intra-associativa.

Vejamos, então, finalmente, que aspectos da *história* feita por Mário Sedas Nunes foram mais “eficazes” na vida associativa do momento.

No primeiro dos seus artigos¹³² Mário Sedas Nunes trata dos antecedentes do Congresso de Viseu no qual Faria Artur cedeu o lugar de Secretário Geral a Carvalhão Duarte. Segundo Mário Sedas Nunes, terminado o Congresso, logo se fez sentir a animosidade contra a nova Delegação Executiva por parte do sector vencido afecto a Faria Artur e ao professor que se perfilara para lhe suceder como seu *delfim*: Acácio de Gouveia. Aliás, a pertença deste último à Delegação Executiva chefiada por Faria Artur já fora ela própria polémica. E o primeiro dos assuntos a ser objecto de discussão pública por efeito do debate aberto por Mário Sedas Nunes será, precisamente, as condições em que Acácio de Gouveia veio a pertencer a essa Delegação Executiva.

Quando Mário Sedas Nunes evocou essa polémica acerca da inclusão de Acácio de Gouveia na Delegação Executiva que dirigiu a União entre Janeiro de 1926 e Abril de 1927 Faria Artur reagiu, de imediato, explicando a sua escolha, Na verdade, foi Faria Artur – agora um dos Directores de *A Escola Primária* – quem promoveu Acácio de Gouveia no seio da União do Professorado Primário. No entanto, este professor, antes e depois disso, fez um percurso que lhe granjeou um lugar entre as figuras mais relevantes do associativismo da classe. Antes de ser o candidato de oposição a Carvalhão Duarte em Viseu ele destacara-se, sobretudo, por ter sido o primeiro a

¹³¹ Acácio de Gouveia nunca interveio – ao menos identificando-se como tal – no debate.

¹³² *Idem, Ibidem.*

enfrentar Carlos Martins pondo em causa o seu desempenho na Comissão dos Estatutos da Caixa de Previdência. Foi também ele que aplainou o caminho que conduziu Alves de Oliveira à Secretaria Geral da Lutuosa, e que, depois disso, o continuaria a apoiar, por exemplo, no processo de oficialização da instituição movendo influências no Ministério da Instrução Pública às escondidas e à revelia da Delegação Executiva dirigida pelo seu ex-rival Carvalhão Duarte. Trata-se, portanto, de uma das figuras mais importantes da classe do professorado primário na articulação entre o seu associativismo de tipo mutualista e o seu associativismo de tipo sindical. Por essa razão, Faria Artur não tem agora grandes dificuldades em explicar uma escolha que diz ter-se baseado no reconhecimento de que Acácio de Gouveia possuía “óptimas qualidades”. Além disso, afirma tê-lo convidado para seu colaborador na Delegação Executiva por ver nisso uma forma de a classe auxiliar um professor que estava em dificuldades por ter lutado em proveito dela:

“(…) eu teria muito prazer, uma vez que os membros da Delegação Executiva recebiam uma gratificação, de contribuir para que ele beneficiasse dela, visto que ao tempo se encontrava suspenso do exercício das suas funções, sem vencimento, por virtude dos seus veementes ataques ao decreto nº 10776 em que era envolvido o Sr. Director geral Dr. Costa Cabral. Ele estava, portanto, sofrendo por amor da classe”¹³³.

Foi precisamente esta justificação de Faria Artur que um grupo de professores – entre eles Abílio do Amaral – do Núcleo de Gouveia veio prontamente pôr em causa. Note-se que esse mesmo grupo já antes da escolha de Acácio de Gouveia na sequência da eleição de Janeiro de 1926 se tinha dirigido a Faria Artur explicando-lhe por que motivo não via favoravelmente a perspectiva de que ele fosse eleito para quaisquer cargos associativos. Recordam os ditos

¹³³ Prof. Faria Artur, “União”, *Novidades*, 4/9/28; também publicado em *A Escola Primária*, 30/8/28.

professores agora, novamente, a justificação que então apresentaram procurando, ao mesmo tempo, deixar bem claro que a explicação que nessa altura receberam de Faria Artur é bastante diferente da que este agora aduziu em resposta ao artigo de Mário Sedas Nunes:

“Pessoalmente, nenhuma animosidade nos movia contra este professor; porém, o facto de ele ter deixado a sua escola de Moimenta e andar pela União a dar a impressão de trabalhar pela conquista desse lugar, pôs-nos de sobreaviso, pois não nos parecia que dispusesse daquela isenção moral que nós exigíamos aos que fossem chamados a ocupar aqueles postos.

(...)

Faria Artur exprimiu-se assim:

– Agradeço a vossa cooperação. Quanto ao caso do Acácio, não posso fazer-vos a vontade, como seria meu desejo. Já prometi a alguém que por ele se interessou. O rapaz precisa, que anda aí a estudar e não estará em muito boas condições; e, parece-me, nada perderemos, pois a Delegação Executiva vai ficar com um esplêndido moço de fretes”¹³⁴.

O grupo de professores de Gouveia concluiu então – e mantém ainda essa convicção – que, “bem no fundo, não se tratava de servir a União, a Classe; deitava-se mão a um modo de vida”¹³⁵. Na sua perspectiva, Faria Artur estará, portanto, agora a esconder os verdadeiros motivos por que incluiu Acácio de Gouveia na sua Delegação Executiva.

¹³⁴ Serafim Ribeiro *et alii*, “Nós e a carta de Faria Artur”, *Novidades*, 14/9/28. Também publicado em *A Federação Escolar* com os comentários de António Augusto Martins (Cfr. [Anónimo (António Augusto Martins)], “Moço de fretes”, *A Federação Escolar*, 19/9/28-1).

Julgamos que esse alguém a quem Faria Artur prometeu ajudar Acácio de Gouveia de ter sido o seu irmão, o Dr. Jaime de Gouveia, que era o conselheiro Jurídico da União, um “avançado” em grande destaque no 1º Congresso Feminista e de Educação (Cfr. Arnaldo Brazão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Edições Spartacus, Lisboa, 1925). Quanto aos estudos referidos tratava-se de estudos de Direito. Mais tarde Acácio de Gouveia seria advogado.

Parece que Faria Artur destinava Acácio de Gouveia especialmente aos contactos entre a Delegação Executiva e o Ministério da Instrução. A designação “moço de fretes” ficou desde essa altura “colada” a Acácio de Gouveia, tornando-se um criptónimo muito utilizado nos textos em que é visado.

¹³⁵ *Idem, Ibidem.*

A evocação por Mário Sedas Nunes dos antecedentes do Congresso de Viseu leva, entretanto, Alves de Oliveira a dedicar também uma das suas *Cartas do Norte* em *A Escola Primária* à análise do processo eleitoral em que foi eleito Carvalhão Duarte e saiu derrotado Acácio de Gouveia. De tal forma lê os acontecimentos em função da oposição entre a Lutuosa e a Caixa de Previdência que acaba por afirmar que em Viseu, mais do que a eleição de uma nova Delegação Executiva da União do Professorado Primário, estava em jogo o próprio futuro da Lutuosa. É nessa perspectiva que justifica a sua decisão pessoal de intervir no processo eleitoral apoiando Acácio de Gouveia, e é também sob esse ponto de vista que entende dever ser interpretada a eleição de Carvalhão Duarte na qual vê, essencialmente, o resultado de uma manobra – bem dissimulada – de Carlos Martins. O fundador da Lutuosa e seu primeiro Secretário Geral é, portanto, a peça-chave na eleição de Carvalhão Duarte. De facto, apesar do seu empenho em esconder-se, ele estivera sempre próximo do “grupo aguerrido” que em determinada zona da plateia estava

“(…) sempre pronto a aplaudir e a secundar os *comicieiros* e a inutilizar a defesa do atacado [Acácio de Gouveia], por vezes com uma descompostura e um destrambelhamento bem deploráveis, *grupo* onde se viam o candidato Carvalhão Duarte, quase todos aqueles que depois pertenceram à Delegação Executiva e afins”¹³⁶.

Foi neste ambiente, em que “tudo foi o produto do mais desenfreado *caciquismo* inter-associativo de que há recordação”¹³⁷ que se jogou o destino da União do

¹³⁶ Alves de Oliveira, "Cartas do Norte – Um aspecto da questão", *A Escola Primária*, 22/11/28.

¹³⁷ *Idem, Ibidem*. Na sua opinião, o caciquismo dominou todo o processo que se desenrolou com vista à eleição de Carvalhão Duarte, especialmente os últimos meses que a antecederam. Atingiu o seu auge no Congresso Distrital da Guarda realizado em Março de 1927, realizado, portanto, pouco antes da Reunião Magna da classe em Viseu. Alves de Oliveira afirma que ele próprio, no entanto, quando se dirigiu ao Congresso ia completamente indiferente a tudo o que se estava a passar e totalmente compenetrado nas suas obrigações de Secretário Geral da Lutuosa que ali havia de prestar contas dos primeiros meses do seu mandato. Sendo assim, só teria decidido intervir no processo eleitoral quando percebeu que a escolha entre os dois candidatos era decisiva para o interesse da Lutuosa.

Professorado Primário em função duma escolha entre candidatos a Secretário Geral a qual era, afinal – esta é a *leitura* de Alves de Oliveira –, principalmente, uma escolha contra ou a favor da Lutuosa. Vendo as coisas por este prisma, Alves de Oliveira defende que no Congresso Carlos Martins¹³⁸ era o único que sabia perfeitamente o que queria e quem lhe interessava que ficasse aos comandos da Delegação Executiva. Foi só quando se apercebeu disso que ele, Alves de Oliveira, que ficara a maior parte do tempo “encerrado no quarto do hotel” a trabalhar com as comissões incumbidas de apreciar as Contas e de dar parecer sobre a reforma dos Estatutos da Lutuosa, decidira a vir a terreno em defesa do candidato que representava a defesa dos interesses da Lutuosa (Acácio de Gouveia). A guerra entre as duas instituições mutualistas, de acordo com a versão de Alves de Oliveira, esteve, portanto, no cerne da eleição do novo Secretário Geral da União do Professorado Primário, e os protagonistas desse momento fulcral da história da classe terão sido os pares Carvalhão Duarte - Carlos Martins e Acácio de Gouveia - Alves de Oliveira com o primeiro elemento de cada par sobre o palco e o segundo a manobrar a eleição na plateia e nos bastidores. Como se depreende desta sua evocação do Congresso:

“(…) uma sinistra figura [Carlos Martins], que hoje toda a Classe conhece de sobra, por ali se movia, sinistramente silenciosa, a custo levantando o olhar, aspecto acabrunhado, como quem vive sob o peso dum grande remorso.

Apesar, porém, do seu aspecto sombrio, e fingidamente desalentado, tal personagem era um colaborador valoroso daquele celeberrimo grupo.

¹³⁸ António Augusto Martins fará, entretanto, uma curiosa interpretação da feroz repulsa que Alves de Oliveira manifesta por Carlos Martins. A uma pergunta acerca de como aprecia a atitude de Alves de Oliveira-historiador dos acontecimentos da União (designando-o quer como “Damião de Góis” quer, simplesmente, como “Damião”) o Director de *A Federação Escolar* responderá:

“– Isso, à parte o ódio que revela, e a seriedade do assunto, podia tomar-se à conta da *ciumeira* inexplicável de homem que casa com mulher viúva e que lhe explora os bens arranjados pelo *defunto*.

O Carlos foi o primeiro marido da Lutuosa, e o *Damião* o segundo. E daqui a *ciumeira* a que me refiro”. B. L., “Uma conversa com o professor António Martins”, *Novidades*, 4/12/28. Cfr. Também *A Federação Escolar*, 12/12/28.

É que Acácio de Gouveia tinha tido a coragem e a lealdade, que mais ninguém teve, de denunciar à Classe o golpe de capoeira que se andava preparando contra a Lutuosa.

É que onde estivesse Acácio de Gouveia, estaria a melhor defesa da Lutuosa !

Acácio de Gouveia não convinha, pois, no alto lugar de Secretário Geral da União !

Quem lá convinha, era a capoeiragem ou aqueles que, pelo menos, pareciam ser capazes de... ir no embrulho.

Tudo isto nós vimos num momento.”¹³⁹

De acordo com Alves de Oliveira, Acácio de Gouveia foi tão combatido em Viseu unicamente por ser um indefectível da Lutuosa, o primeiro mesmo a denunciar a traição que Carlos Martins fizera à classe enquanto seu representante na Comissão dos Estatutos da Caixa de Previdência. Continuará, aliás, a defender esta tese noutra das suas *Cartas*¹⁴⁰ onde defende que foi por no Congresso realizado em Lisboa em Agosto de 1926 Acácio de Gouveia ter revelado ser “pela Lutuosa” e se ter decidido aí “a dar o primeiro sinal de alarme, a soltar o primeiro grito de *alerta*”¹⁴¹, que ele que era um

¹³⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁰ A. Alves de Oliveira, “Cartas do Norte”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

¹⁴¹ Alves de Oliveira considera genial a capacidade de Acácio de Gouveia ao conseguir ver *mais longe* e mais cedo o que estava em causa nas relações entre as instituições mutualistas da classe e a sua União do Professorado Primário:

“A essa altura [Agosto de 1926, Congresso da União em Lisboa], já alguma coisa de muito grave para a Classe se urdia, e que ela necessitava conhecer, a fim de tomar as precauções que a defesa dos seus interesses mais legítimos e mais sagrados urgentemente reclamava.

Já então, na sombra, com todas as reservas e as maiores cautelas, tramava-se a derrocada da Lutuosa que deveria ser sacrificada, desapiedadamente, em holocausto ao estômago duns *celebérrimos beneméritos de todos nós*.

A nobreza de um mandato [na Comissão dos Estatutos da Caixa de Previdência] estava sendo ignobilmente pervertida.

A Classe, crente em que, sinceramente, honestamente, a defendiam, estava prestes a ser vítima – como foi – do maior golpe de audácia e despejado egoísmo que poderá registar a história – que há de fazer-se um dia – da nossa vida associativa.

O futuro de nossas famílias – a Lutuosa – já a esse tempo estava secretamente talhado para ser o preço do miserável *prato de lentilhas* com que ainda agora empanturra o estômago o mais hábil *negociador*, mas também o mais descarado, que a Classe topou até hoje a atravancar-lhe o caminho.

Acácio de Gouveia, a quem não tinham escapado estes manejos subterrâneos das toupeiras da Classe, decidiu-se a dar o primeiro sinal de alarme, a soltar o primeiro grito de *alerta* naquele Congresso de Lisboa”. *Idem, Ibidem.*

candidato ao lugar de Secretário Geral da União “com todas as probabilidades de triunfar no primeiro momento” passou a ser encarado, por causa disso, como “um *perigo eminente* que urgia afastar para longe”¹⁴². Segundo Alves de Oliveira, toda a estratégia que a partir desse momento se desenhou para evitar que fosse ele o eleito em Viseu terá partido de Carlos Martins cuja actuação foi movida unicamente pela defesa dos seus interesses pessoais. Desempenhando o papel de “mestre de cerimónias”, foi ele o responsável pelo comando do desenrolar dos acontecimentos:

“Os *comilões* das tais lentilhas andavam inquietos ! Aquela *ameaça* era um pesadelo que os torturava a todo o momento, pois bem podia ser aquilo a futura tempestade que desse em *pantana com a linda vidinha que se andava a engendrar*.

E vá de arregimentar elementos, vá de conspirar, a torto e a direito, sem o menor pudor, por Lisboa, pelo Porto, por toda a parte e por todas as formas, enfim, preparando-se, deste modo, o campo para que, infalivelmente, os futuros corpos gerentes da União fossem... *o que eles quisessem*.

E a verdade é que, a boa fé de muitos e a cegueira de tantos, permitiram que elementos vários cooperassem nessa luta sem altivez, nessa bem urdida defesa das conveniências *dum* e hostilidade aos mais legítimos direitos *duma* Classe inteira !

Guerra temerosa, sem quartéis, que teve o seu bem triste epílogo naquele célebre e inesquecível comício de Viseu.

O mestre de cerimónias – e que mestre ! – lá estava no seu posto ! Todos os viram. Silencioso, sinistramente silencioso, mas atento e bem vigilante à manobra !”¹⁴³.

Contradizendo o que ele próprio escrevia – que a “guerra tenebrosa, sem quartéis” teve o seu epílogo no Congresso de Viseu – Alves de Oliveira continua a desferir golpes violentos sobre Carlos Martins, mas não há registo de qualquer reacção da parte deste. Talvez que isso se explique simplesmente porque, à data em que eles são desferidos, já Carlos Martins saboreia a aproximação da derrota *técnica* de Alves de Oliveira, não

¹⁴² *Idem, Ibidem.*

¹⁴³ *Idem, Ibidem.*

sentindo sequer a necessidade de lhe responder. Ironicamente, enquanto Carlos Martins mantém o mesmo silêncio que já guardara em Viseu, Alves de Oliveira compraz-se em declarar publicamente que ele foi moralmente derrotado no processo da eleição do Secretário Geral em que Acácio de Gouveia saiu derrotado na urna. É que este último “triunfou moralmente e os seus inimigos tiveram a certeza de que a Classe... *os conhece* e não é súcia de basbaques que vá com *as cantigas* do primeiro *habilidoso*. Honra lhe seja !”¹⁴⁴.

Mesmo admitindo que possa haver algum exagero na apreciação que Alves de Oliveira faz dos acontecimentos que rodearam a eleição de Carvalhão Duarte, mesmo que ela contenha alguma sobrevalorização¹⁴⁵ do peso da questão mutualista no desenrolar dos mesmos, teremos de aceitar que ela é, incontestavelmente, uma das propostas interpretativas a considerar quando se trata – como é o nosso caso – de avaliar o peso da questão mutualista no quadro da vida associativa do professorado primário nestes primeiros anos da Ditadura Militar. Ora, segundo Alves de Oliveira, esse foi o principal factor determinante da sua evolução.

Note-se que o facto de Carlos Martins não reagir às acusações de Alves de Oliveira não deixa este a salvo de reacções à sua acusação de que a Delegação

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁵ António Augusto Martins, na irónica entrevista que concede à «*Página Escolar*» de *Novidades*, insistirá também em denunciar as contradições de Alves de Oliveira. Por um lado, ele apresenta a todos os que colaboraram na eleição de Carvalhão Duarte “como piratas na abordagem do navio em que ele transportara o seu Moço de Fretes ao porto do Secretariado Geral”, mas, ao mesmo tempo, há que comparar “estas tardias afirmações com a circunstância de, momentos antes, num «bar» do porto de embarque, ter aceitado as aclamações da piratagem bebendo-lhe sofregamente a vinhaça de 400\$00 mensais de gratificação que eu mesmo propus!”. B. L., “Uma conversa com o professor António Martins”, *Novidades*, 4/12/28. (Cfr. também *A Federação Escolar*, 12/12/28).

Executiva de Carvalhão Duarte era inimiga da Lutuosa. Foi Mário Sedas Nunes quem primeiro, e de imediato, manifestou a sua absoluta discordância:

“Só poderá acreditar nesta sua afirmação totalmente destituída de fundamento, quem nunca tivesse lido o órgão da União, *O Professor Primário*, da última gerência.

Em todos os seus números foram publicados artigos, comunicados, notas, relatórios, balancetes, etc., sobre a *Lutuosa*.

Nunca a Delegação Executiva recusou à Lutuosa as suas colunas, antes pelo contrário, era com grande satisfação que nelas dava abrigo a tudo que fosse para seu interesse. E Raio X sabe isso perfeitamente, mas num cinismo revoltante, à falta de defesa das acusações que lhe foram formuladas, vem dizer o contrário”¹⁴⁶.

No segundo artigo¹⁴⁷ da série sobre os “acontecimentos internos” da União Mário Sedas Nunes focará as atenções sobre o comportamento que tiveram alguns membros da Delegação Executiva substituída em Viseu. Alguns deles (Acácio de Gouveia, Faria Artur e Mário Vieira), mesmo depois de a nova Delegação Executiva ter tomado posse, ainda foram fazer uma visita às instalações do Instituto do Professorado Primário, tendo até conseguido fazer-se acompanhar pelo Director Geral, pelo Inspector-Chefe e pelo próprio Ministro da Instrução Pública. António Augusto Martins comentará esta iniciativa dos membros da ex-Delegação Executiva – iniciativa que teve a cumplicidade dos responsáveis políticos do Ministério da Instrução Pública – dizendo que ela foi movida apenas pelo desejo de “exautorar a Classe”, concebida “para que o professorado *adivinhasse* que a eleição de Viseu tinha sido um erro associativo. Para provar à Classe que a União ou vivia com eles ou não viveria”¹⁴⁸. Por essa

¹⁴⁶ [Mário Sedas Nunes], “Ponto final”, *Novidades*, 4/12/28.

¹⁴⁷ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. II- A visita às instalações do Instituto”, *Novidades*, 21/8/28.

¹⁴⁸ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações] a Mário Sedas Nunes, “União – Historiando os acontecimentos internos. II- A visita às instalações do Instituto”, *A Federação Escolar*, 25/8/28.

razão, ao comentar este artigo de Mário Sedas Nunes, escreverá também o director de *A Federação Escolar*:

“Os impotentes, os derrotados de Viseu, foram os únicos que atiraram com a União de cangalhas ! O Ministro e seus auxiliares estavam no seu posto. Podendo destruir uma força social e associativa pela traição de alguns componentes, não trepidaram ! Destruíram-na”¹⁴⁹.

No terceiro artigo¹⁵⁰ da série trata Mário Sedas Nunes da célebre “moção fatal”. A sua tese a este respeito é que esta moção representou “o início do fogo contra a Delegação Executiva”. Posição idêntica tem António Augusto Martins considerando que a polémica que se levantou à sua volta não passou de um pretexto:

“O ataque não representava, para eles, discordância de doutrinas associativas (nisso faremos justiça a alguns)! O fim que tiveram em vista foi aguçar as garras reaccionárias contra a D. Executiva, foi chamar a atenção das instâncias superiores para as ideias avançadas de alguns dos seus membros a fim de lhes fecharem as portas do Ministério e da D. Geral onde eles, tais como os caciques monárquicos e democráticos, fariam a política para a futura eleição de Secretário Geral.”¹⁵¹

António Augusto Martins está convencido de que, desde o primeiro momento após a sua derrota, os vencidos de Viseu começaram a actuar no interior do Ministério da Instrução. Vai mesmo ao ponto de comentar que se eles já não estavam na sala quando a “moção fatal” foi aprovada isso se deveu a que nessa altura já tinham desaparecido “para surgirem nos corredores do Ministério, no trabalhinho de sapa”. Explicita até em que consistia o dito trabalho: “Escreviam cartas e mais cartas para

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁰ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. III- A moção fatal”, *Novidades*, 28/8/28.

¹⁵¹ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações] a Mário Sedas Nunes, “União – Historiando os acontecimentos internos. IV- A questão da “gamela” – Raio X”, *A Federação Escolar*, 8/9/28.



professores das sedes dos concelhos regaçando-lhes serviços nos... corredores do Ministério onde a D. Executiva não... tinha entrada”¹⁵².

A evocação da “moção fatal” por parte de Mário Sedas Nunes serve também de pretexto a que os de *A Escola Primária* apreciem a importância que, em seu entender, a dita *moção fatal* teve na história dos acontecimentos que antecederam de perto o fecho da União. Por um lado, o anónimo autor do texto consagrado ao assunto por *A Escola Primária* considera que o problema não esteve tanto no conteúdo da moção –cuja doutrina era “mais utopista que bolchevista” –, mas esteve principalmente no facto de a D.E., “ou antes o Sr. Manuel da Silva”, a ter trazido para a primeira página de *O Professor Primário* “evidentemente com a mira de lhe dar o relevo que merecia...”¹⁵³. “Mais ainda: – continua *A Escola Primária* – a D.E. fez dessa moção como que um programa (...)”, ao acrescentar-lhe a nota em que a faz parte de “um vasto e elevado plano de acção corporativa e pedagógica”¹⁵⁴. Foi isso e só isso que tornou inteiramente possível a articulação futura por parte das autoridades entre a dita moção e o Boletim da Internacional que foi apreendido entre os pertences de António Augusto Martins na escola de Gaia onde ele fora professor e de que fora director. *A Escola Primária* lança, então, a pergunta retórica: “... não poderia esta harmonia de doutrina dissolvente ter influído altamente para o descrédito e dissolução da União ?”¹⁵⁵.

¹⁵² *Idem, Ibidem.*

¹⁵³ [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

¹⁵⁴ *Idem, Ibidem.* Faz-se mesmo aqui uma análise mais *fina* do texto apresentando-o como um texto *estudado*.

¹⁵⁵ *Idem, Ibidem.* “(...) os considerandos vermelhos da sibilina moção, não se encontram em harmonia com as conclusões inocentes da mesma. É isto: nos considerandos dá-se a *estocada* com a «igualdade económica», etc. E nas conclusões procura curar-se a ferida com o pelo do mesmo cão, como diz o povo”. *Idem, Ibidem.*

No seu quarto artigo acerca do semestre *negro* da União Mário Sedas Nunes ocupa-se do chamado “caso dos vogais da Previdência” e também de aspectos vários relacionados com a publicação do artigo “Uma questão de ... «gamela»” que lhe está ligado. A partir deste momento, torna-se claro que o Secretário Geral da Lutuosa se vai tornando o principal visado pelos artigos de Mário Sedas Nunes e também pelos comentários de António Augusto Martins. Na verdade, o director da «Página Escolar» é a Alves de Oliveira que pretende atacar em primeiro lugar, considerando-o como o principal responsável pelos “acontecimentos internos da União” que conduziram à sua desagregação e que implicaram o seu fecho.

Quanto ao “caso dos vogais”, Mário Sedas Nunes limita-se a relatar os factos ocorridos e a citar e transcrever a documentação que lhes diz respeito. Considera que se trata simplesmente de mais um pretexto: “Bela ocasião descortinaram os adversários da Delegação Executiva para mais um ataque !”¹⁵⁶. Já em relação ao artigo de Raio X é muito estranha a interpretação que dele faz Mário Sedas Nunes sendo ele o único a entender que a «gamela» a que Alves de Oliveira se referia seria a da Delegação Executiva e não a de Carlos Martins.

Não é fácil perceber como pôde o director da «Página Escolar» ter feito uma tal leitura do artigo de Raio X. E menos ainda se compreende que a mantenha passado tanto tempo. O comentador de *A Federação Escolar* – que aqui desvela a sua identidade (é António Augusto Martins, como era suposto) –, obviamente, não concorda com a interpretação de Mário Sedas Nunes e aproveita a ocasião para atacar Alves de Oliveira pelo seu artigo assinado enquanto Raio X, sobretudo atendendo à “circunstância de o Sr. Alves de Oliveira receber uma boa gratificação (a quem

¹⁵⁶ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. IV- A questão da “gamela” – Raio X”, *Novidades*, 4/9/28.

servindo-nos da sua maneira de classificar as gratificações alheias, podíamos chamar um ... *gamelão* (...)”¹⁵⁷. Considera, portanto, António Augusto Martins inteiramente descabida a tese defendida pelo autor de “Uma questão de ... «gamela»”, para mais quando a mesma se poderia aplicar com toda a propriedade ao próprio Alves de Oliveira:

“O autor destas linhas julga que isto de “gamela” era um chasco ao Carlos Martins. Por isso tem a declarar que, nunca tendo tido interferência no fixar da gratificação ao Carlos, forrageou, no entanto o prato onde o Sr. Alves de Oliveira absorve a da Lutuosa. A actual gratificação que o Secretário da Lutuosa usufrui, foi fixada em Viseu sob proposta de A. Martins”¹⁵⁸.

Dizendo-se satisfeito por se lhe “oferecer ocasião para pôr o meu grande e horrível crime em pratos limpos”, foi Gil de Oliveira Mendonça quem primeiro veio pôr em causa a versão de Mário Sedas Nunes em relação ao “caso dos lugares da Previdência”¹⁵⁹. Embora manifeste a sua discordância em relação à conveniência do debate *histórico* em curso, redigirá um longo texto dedicado ao assunto no qual, com particular cuidado, questiona a relevância deste caso concreto dos “lugares da Previdência” no processo que conduziu ao fecho da União:

“Tem-se falado já aos farrapos sobre os malfadados lugares que a Classe tem no Conselho de Administração da Caixa de Previdência, mas muito mal pareceria se os homens que andam agora tão empenhados em fazer a grande história dos acontecimentos que deram com a União em pantana, não trouxessem para a letra redonda esse pormenor interessantíssimo, que muita luz veio derramar no caso da dissolução.

¹⁵⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁸ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações a] [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. III- A moção fatal”, *A Federação Escolar*, 1/9/28.

¹⁵⁹ Gil de Oliveira Mendonça, “Os acontecimentos da União. O caso dos lugares da Previdência”, *A Escola Primária*, 1/11/28.

(...) muito gostaríamos que nos dissessem o que tem o estafado caso dos vogais da Previdência com a dissolução da União.

(...)

Mas o menos historiador que histórico Sedas e quejandos é que lá sabem; eles é que lá entendem para que é preciso transformar os jornais em lugares de soalheiro, espremendo as mais minguadas tetas da roupa suja associativa para dentro do não menos sujo tarro, donde andam servindo aos leitores apetitosos pratinhos de boa História (...)¹⁶⁰.

Em seguida, Gil de Oliveira Mendonça transcreve no seu artigo o *Ofício* que Carvalhão Duarte lhe enviou consultando-o sobre como interpretaria a acção da Delegação Executiva no sentido de dois dos vogais do Conselho de Administração da Caixa de Previdência serem substituídos por dois membros da Delegação Executiva (ele próprio, Carvalhão Duarte, e Abílio do Amaral). Transcreve igualmente a resposta que deu ao mesmo *Ofício* e observa que, na sua interpretação, ninguém lhe pedira peremptoriamente a cedência do lugar, mas, simplesmente, lhe foi feita “«uma consulta» cheia de salamaleques”. Conclui daí que o dito *Ofício* “parecia menos um ofício do que uma cilada”, até porque “Eles, como D.E., não precisavam dos lugares da Previdência para nada e a União ainda menos (...)¹⁶¹”.

E em abono desta sua tese traz aqui a público um documento inédito: uma carta que lhe dirigira Carlos Martins em 14 de Junho de 1927 na qual o Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência escrevera: “O Carvalhão necessita ocupar o teu lugar ou o do F. Artur, pelas razões associativas que sabes. Tu resolverás, desistindo, por ofício dirigido ao Presidente do Conselho, etc.”¹⁶². Em primeiro lugar, Gil de Oliveira Mendonça observa que esta carta foi redigida cinco dias depois de o vogal José Luís Guerra ter enviado à Caixa um ofício pedindo escusa do lugar de vogal. Por

¹⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁶¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁶² *Cit. in Idem, Ibidem.*

isso, – argumenta o professor de Santarém, ex-membro da Delegação Executiva e actual co-director de *A Escola Primária* – se a demissão do vogal Guerra não foi aproveitada para colocar Abílio do Amaral no Conselho de Administração e em lugar dele foi chamado o vogal *suplente* António Augusto Martins então é porque o verdadeiro objectivo não era tanto a colocação dos dois membros da Delegação Executiva como vogais da Caixa mas, principalmente, conseguir afastar de lá os incómodos Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça, ficando, dessa forma, na Caixa uma tríade totalmente favorável aos objectivos de Carlos Martins. Daqui conclui Gil de Oliveira Mendonça que, na verdade, o Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência teria sido o verdadeiro estratega da tentada valsa da substituição dos vogais da Caixa de Previdência. Mas Gil Mendonça entende também que esta estratégia foi estudada e preparada em conjugação com a Delegação Executiva. Articulação que já existiria até quando Carlos Martins lhe enviara para Santarém, em 14 de Junho de 1927, a carta a que já aludimos. Assim desenvolve Gil de Oliveira Mendonça a sua argumentação:

“Ora eu quero fazer ainda a C. Martins e a Carvalhão esta justiça: nem o lealíssimo Carlos, sem prévio entendimento com o Carvalhão, se arvoraria tão semcerimoniosamente em seu procurador ou mentor, nem este, por mais decorativa que, por modéstia, fosse a sua figura na D. E., se prestaria a esse papel. Entre os dois não podia deixar de haver qualquer entendimento; e, sendo assim, Carlos, tão solícito em arranjar lugar para o S.G., não o deixou de informar sobre o ofício, de *9 de Maio* de J. Guerra.

Ora era nessa altura que a D.E. devia trabalhar para que o Amaral, vogal substituto da Previdência, fosse *imediatamente* chamado à efectividade, em vez de A. A. Martins, que estava longe e não era preciso à D.E. em Lisboa.

Se o S. G. já em 14 de Maio precisava o *meu lugar ou o do F. Artur*, não se compreende como ele, sem tugar nem mugir, deixou nomear um substituto, que não estava natural e associativamente indicado, para, em 30 de Junho – *quase dois meses volvidos sobre o pedido de escusa de Guerra* – me vir officiar, sobre a pretendida «necessidade» da ida para Lisboa dos tais «dois elementos da Executiva, residentes na Província».

Relacione o leitor todos estes factos; aproxime todas estas datas e diga-nos se na tal «necessidade» invocada não reside apenas uma habilidosa mentira, que andava muito fora daquelas «conveniências da mecânica associativa» a que o ofício do S. G. aludia.

Nisto tudo andavam feitos Carlos e D. E. porque era capricho do primeiro, senão de todos eles, ter na Previdência, Carvalhão, Abílio e Martins, por Carlos supor que estes melhor o podiam servir em seus arranjinhos¹⁶³.

A tese de Gil de Oliveira Mendonça é, portanto, que a substituição dos vogais interessava muito mais a Carlos Martins do que à própria Delegação Executiva. E, no entanto, ele tivera a habilidade de tratar de fazer crer que se tratava de uma manobra vantajosa para a União¹⁶⁴. Admite, é certo, que essa perspectiva também fosse atractiva para os membros da Delegação Executiva residentes na “Província” que aproveitariam a oportunidade para viverem em Lisboa¹⁶⁵. Mas considera que o único que verdadeiramente ganhava com a mudança era o Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência. E essa é outra das razões por que discorda da interpretação de Mário Sedas Nunes acerca do sentido em que se podia falar de «gamela» a este respeito¹⁶⁶.

Para além dos já referidos, Gil de Oliveira Mendonça aborda ainda outros aspectos relacionados com este mesmo caso dos “vogais da Previdência”. Por exemplo, o facto de António Augusto Martins ter sido, em seu entender, privilegiado em comparação com os restantes vogais representantes da classe no Conselho de Administração da Caixa de Previdência ao ter sido ele o único a receber guias de

¹⁶³ *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁴ “Essa coisa de os vogais da classe na Previdência serem simultaneamente os vogais da Executiva, foi uma ideia habilidosa do Carlos, para empanzinar a Classe, deixando-a babada de gozo ante essa regalia de pechisbeque e a dar palmas à Previdência, em detrimento da *Lutuosa*”. *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁵ “(...) é ainda hoje opinião minha que a D. E. não precisava dos lugares da Previdência, senão para... ser agradável a C. Martins e para se dar ao luxo de tudo viver em Lisboa”. *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁶ “O que não compreendemos é que, a propósito de tão *rendosos* lugares, se traga à baila a *questão da gamela* que, dentro da Previdência, só tem existido para o chefe da secretaria”. *Idem, Ibidem.* Gil de Oliveira Mendonça escreve até, referindo-se ao aproveitamento pessoal que Carlos Martins teria feito das circunstâncias: “É o caso: quem quer bons ofícios, aprende-os”. *Ibidem.*

transporte. Situação tanto mais criticável quanto o vogal José Luís Guerra abandonara o lugar precisamente por dificuldades económicas que lhe não permitiam suportar as despesas com viagens. Escreve, a propósito, Gil Mendonça:

“O que J. Guerra não sabe, nem a Classe, é que, nem por ele nem por mim, a Previdência nunca teve aquela amabilidade que manifestou por A. Martins, pois logo que a presença deste foi reclamada nas sessões da Previdência, foram-lhe imediatamente enviadas guias do caminho de ferro, pagas pelo Ministério da Instrução; e, como, ao que parece, essas guias não chegaram ao Porto a tempo de serem utilizadas, foi-lhe facultado servir-se delas, para... ir assistir às reuniões do C.F. – *como consta de actas da Previdência* !

Para o José Guerra, não houve guias, mesmo depois de ter alegado a sua má situação económica; comigo outro tanto se tem dado”¹⁶⁷.

Um outro pormenor abordado por Gil de Oliveira Mendonça neste contexto é o que se refere à norma dos Estatutos da Caixa de Previdência que previa que os vogais do Conselho de Administração pudessem ter dispensa das aulas, mas sem direito a vencimento¹⁶⁸. De acordo com esta norma, portanto, se os dois membros da Delegação Executiva tivessem vindo para Lisboa como vogais do Conselho de Administração, como se pretendeu, acabaria por ter de ser a União a pagar-lhes não só o vencimento mas também uma verba compensatória pelo custo de vida mais alto da capital¹⁶⁹. Ora, isso, além de ser absolutamente inútil por a União não necessitar de ter mais de três

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁸ Segundo Gil de Oliveira Mendonça outra era a expectativa da classe quando em Coimbra se resolvera que os lugares da Previdência fossem ocupados pelos membros da Delegação Executiva. É que, nessa altura, “ainda não estava publicado o decreto que veio instituir a Previdência e supunha-se que os vogais do C. Administrativo, representantes do professorado primário, viriam a ficar dispensados das aulas *mas com os seus vencimentos*. Nessa fita, porém, não foi o ministro: os professores, vogais do C. Administrativo, que não dessem aulas, *não recebiam centavo do Estado*”. *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁹ “Quer isto dizer que se Carvalhão e Amaral têm sido nomeados para a Previdência, instalando-se em Lisboa, como queriam, a União teria de lhes garantir o ordenado; e como a vida em Lisboa é bem mais cara que na Província e se não vive do ar, teria também de lhes pagar essa diferença, o que não devia ficar barato.

E tudo isso para quê? Merecia a pena um tal sacrificio? A D. E. com três membros e com três empregados na sede da União, chegava e sobrava para tratar de todos os assuntos.

Alega o Sr. Mário Sedas que estava ocupado com a administração, o António Maria com o serviço dos ministérios e M. da Silva com o jornal. Vá pregar essa doutrina a outro, porque eu sei bem o trabalho que a D.E. dava”. *Idem, Ibidem.*

membros em Lisboa, ficaria caro à classe. E, ironia suprema, Gil Mendonça atreve-se a concluir: “(...) é bem possível que, quando só três deram cabo dela em seis meses, com os cinco a operar juntos não durasse quatro !...”¹⁷⁰

Por um efeito de “bola de neve” absolutamente compreensível, cada texto que vai sendo publicado na sequência dos artigos de Mário Sedas Nunes acaba geralmente por suscitar também outros textos. Assim, estas considerações de Gil de Oliveira Mendonça acerca do caso dos vogais da Caixa de Previdência não passaram sem resposta da parte de um dos visados, Abílio do Amaral que, para o efeito, recorre à «*Página Escolar*» de *Novidades* onde Mário Sedas Nunes o acolhe por julgá-lo “com mais autoridade”¹⁷¹ para responder às inexactidões de Gil Mendonça.

O artigo¹⁷² de Abílio do Amaral entra pelo ataque pessoal – como era, aliás, já hábito de ambos os lados da barricada. Gil de Oliveira Mendonça é apelidado de saloio (“Não é em vão que se vive um ror de anos em terras de saloios”) e acusado de ter mentido “descaradamente”. À parte algumas afirmações de grande efeito mas mais ou menos vazias de conteúdo, encontramos no texto de Abílio do Amaral correcções à versão dos acontecimentos proposta por Gil Mendonça que nos fornecem novos elementos mais esclarecedores sobre o caso dos vogais da Previdência.

Em primeiro lugar, Abílio do Amaral não aceita a petulância com que o professor de Santarém se permite discutir a necessidade e a vantagem de a Delegação Executiva

¹⁷⁰ [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28. É o próprio Abílio do Amaral quem atribui o texto a Gil de Oliveira Mendonça (Cfr. Abílio do Amaral, “A propósito de Previdência e União”, *A Federação Escolar*, 19/12/28).

¹⁷¹ Mário Sedas Nunes, “Em volta dos acontecimentos da União”, *Novidades*, 13/11/28.

¹⁷² Abílio do Amaral, “A Previdência e a União – Esclarecimentos e comentários”, *Novidades*, 13/11/28.

aproveitar os lugares do Conselho de Administração para facilitar a fixação de membros seus em Lisboa:

“[Gil de Oliveira Mendonça] (...) permite-se sobrepor-se à doutrina sindical e vir afirmar ainda agora que a União não precisava daqueles lugares. Mas então, a União em todo o seu conjunto, o Conselho Federal, o Congresso que tal resolvera, valiam menos que o Gil ? Teremos, então, de aceitar que o amigo Gil é o supremo Tribunal da Classe e que mesmo sem pleitos dita acórdãos que temos de acatar ?

Até onde vai a vaidade dos homens ! Pois eu, supondo estar dentro dos bons princípios sindicais, lembro-me de que a doutrina que mandava aproveitar tais lugares servia para que o Secretário Geral pudesse ser escolhido dentre toda a classe, pois de nenhuma outra forma poderia sê-lo sem perda definitiva da escola. E antes de surgir a Previdência, já em nossas reclamações se pedia que um ano de licença sem vencimentos e sem perda da escola nos pudesse ser concedido. Vê o Gil com que fim e como a Previdência podia servir a União ?”¹⁷³.

Depois, Abílio do Amaral ataca Gil Mendonça por ter defendido que o lugar do vogal José Guerra deveria ter sido ocupado por si. Se o lugar foi preenchido por António Augusto Martins, contrapõe Abílio do Amaral, isso aconteceu apenas por contingências de ordem legal, não havendo qualquer motivo para pôr em causa o desempenho de Carlos Martins no caso:

“A organização que servíamos pretendeu ocupar a vaga deixada por Cruz Guerra, e nisso se interessou Carlos Martins que acima da Previdência, como em tempos acima da Lutuosa, pretendeu sempre servir e dignificar a União. Porém, o Administrador-delegado Sr. Dr. Teixeira de Azevedo defendeu e fez prevalecer a doutrina de que seriam chamados suplentes, enquanto os houvesse e pela ordem em que estavam. Portanto, para a vaga do Guerra não poderia ir eu, assim como o Secretário Geral não iria enquanto S. Ex.^{as} não cumprissem o compromisso assumido e pelo qual haviam sido indicados”¹⁷⁴.

¹⁷³ *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁴ *Idem, Ibidem.* Claro que os suplentes também teriam podido renunciar ao cargo deixando, dessa forma, o lugar livre. Como bem viu Gil de Oliveira Mendonça.

Em terceiro lugar, Abílio do Amaral ocupa-se das condições em que era concedida dispensa de serviço aos vogais do Conselho de Administração, salientando as vantagens que essa regalia podia representar para a Classe ao permitir que quem ocupasse o lugar da Previdência pudesse deslocar-se a Lisboa sem ter falta na sua escola:

“Ninguém supunha que a dispensa do serviço deixava o vencimento, pois nunca tal doutrina esteve em projecto de estatutos nem foi defendida pelo delegado da classe na respectiva comissão. O que a classe já sabia e tinha assente era que podia ir à província buscar o seu Secretário Geral e mandá-lo para Lisboa.

E, mesmo com o ordenado pago pela União, não viria a ficar mais barato do que ficavam as constantes viagens (...) ?”¹⁷⁵.

De seguida, Abílio do Amaral justifica a desigualdade de tratamento que favorecera António Augusto Martins entre os demais vogais do Conselho de Administração da Caixa de Previdência: “E não se diga que ao Martins forneciam guias, lá porque isso sucedeu uma ou duas vezes e talvez por atenderem à grande distância a que se encontrava”. Ele que começara por contraditar Gil de Oliveira Mendonça quanto às expectativas da classe de que houvesse dispensa com vencimento termina agora, como se vê, por admitir que fosse a União a pagar a fixação do Secretário Geral em Lisboa, dando, assim, razão às suspeitas levantadas por Gil Mendonça. Aliás, há ainda um outro ponto relativamente ao qual Abílio do Amaral – e, tal como ele, todos os outros – também não é convincente: como poderia Carvalhão Duarte vir a ocupar um lugar de vogal no Conselho de Administração da Caixa de Previdência se ele nem sequer tinha sido eleito como suplente ?

Finamente, Abílio do Amaral fecha o seu artigo com algumas acusações particulares a Gil de Oliveira Mendonça. A primeira delas, pondo em causa a

¹⁷⁵ *Idem, Ibidem.*

legitimidade da sua presença no Conselho de Administração da Caixa de Previdência por ele – até certa altura – nem sequer ser sócio da instituição¹⁷⁶, e a segunda acusando Gil Mendonça de ter, afinal, chegado a pensar em aceitar o lugar de tesoureiro da Previdência com o vencimento de 1200\$00¹⁷⁷. Acusação também de cariz pessoal faz na mesma ocasião a Faria Artur reprovando-lhe ter-se apegado ao lugar da Caixa por estritas conveniências de ordem pessoal¹⁷⁸. No entanto, não foram Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça, segundo Abílio do Amaral, os estrategas da sua actuação ao recusarem-se a abandonar o seu lugar contra todas as resoluções colectivas da classe¹⁷⁹. De acordo com Abílio do Amaral, o responsável último por essa actuação foi Alves de Oliveira (“a coluna do Norte”).

Gil de Oliveira Mendonça treplicará, dali a pouco, à réplica de Abílio do Amaral. Atribui neste novo artigo a animosidade dos ex-membros da última Delegação Executiva, Sedas Nunes e Abílio do Amaral, exclusivamente ao facto de ter sido descoberto “o jogo descarado e grosseiro que, de mãos dadas com esse impagável Carlos, vinham fazendo, para afastarem Gil e Faria da Previdência, encaixando-se lá o Carvalhão, Abílio e Martins”¹⁸⁰. Não aceita, portanto, como válida a explicação que

¹⁷⁶ “Pessoalmente nada nos movia contra Gil ou Faria Artur. Ia a dizer que, dentro da Previdência, os nossos interesses seriam também os seus; não era verdade, pois eu era sócio e o Gil não, errando por isso a administrar só o que era dos outros. O caso não tem importância, pois foi remediado com a tardia inscrição e o Gil seria nesse ponto muito honrado”. *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁷ “Para avivar a memória do Gil, eu pergunto:

Seria eu, ou algum dos da Executiva, quem chegou a admitir a possibilidade de ser tesoureiro da Previdência? Seria eu, ou algum dos da Executiva, quem desejava que tal lugar fosse remunerado com mil e duzentos escudos mensais? Seria eu, ou algum dos da Executiva, quem chegou a pensar em arrendar, por esse motivo, uma casa e garage, em Lisboa?

Parece que foi só o Gil Mendonça”. *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁸ “E a teimosia em continuar na Previdência contra toda a doutrina estabelecida, mesmo com os sacrifícios de que ora fala, não seria para que Faria Artur fosse tratando da permuta, e pudesse depois continuar professor da Casa Pia de Lisboa sem perder a escola do Alvito lá no sul do Alentejo?”. *Idem, Ibidem.* [Não conseguimos encontrar nenhum outro elemento que esclarecesse esta alusão].

¹⁷⁹ Di-lo expressamente numa referência à actuação de Gil Mendonça: “Foi arrojo, mas precisava lá [no Conselho de Administração da Caixa de Previdência] continuar, e continuou. A vitória seria deles, apregoava o do Norte, e eles lá sabiam”. *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

atribui ao Administrador Delegado da Caixa de Previdência a responsabilidade pela estratégia que mandava afastar Faria Artur e a ele próprio ficando como vogais António Augusto Martins e dois membros da Delegação Executiva. Compreende que isso também interessasse ao Administrador-delegado porque se tornaria mais fácil a administração da Caixa de Previdência a partir do momento em que se extraíssem do Conselho de Administração os elementos adversos à instituição. Por essa razão, Gil Mendonça admite – embora com alguma relutância – que tenha havido um arranjo entre Carlos Martins e o Dr. Teixeira de Azevedo determinando a defesa da doutrina que mandava que só entrassem suplentes pela ordem e na medida em que os efectivos se demitissem. No entanto, acerca desse “arranjo” nem Faria Artur nem ele próprio foram ouvidos pelo Administrador-delegado:

“Querem-na mais clara ?

Mas perante quem é que o Sr. Dr. Teixeira de Azevedo «defendeu e fez prevalecer» tal doutrina ? Certamente foi arranjo lá com o Carlos. Nem Faria nem Gil foram ouvidos no assunto; e, ao contrário de Abílio, que acha o caso muito natural, não compreendemos nem a moralidade nem o empenho que poderiam levar o Sr. T. de Azevedo a resolver sozinho um assunto que tão de perto interessava a professores primários – *sem ouvir os representantes que estes tinham na Previdência.*

É que isto fazia parte da manobra, que estava muito dentro dessa desgraçada «mecânica associativa», que os senhores não tinham escrúpulos em querer lubrificar com deslealdades como estas”¹⁸¹ .

Mantém, pois, Gil Mendonça a tese de que existiu um conluio no qual Carlos Martins foi a peça-chave, mesmo que não tenha sido o único factor. E explica o seu raciocínio:

“(…) se [de facto] a D.E. precisava dos lugares, aproveitava a vaga do Guerra para Abílio, Martins pedia, se tanto fosse preciso a demissão, eu faria o mesmo e lá

¹⁸¹ *Idem, Ibidem.*

teríamos na Previdência Faria Artur com os dois da Executiva”¹⁸². Não era forçoso, portanto, que ambos, Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça, deixassem o seu lugar, e isso só foi pretendido porque era isso que *interessava* a Carlos Martins.

Finalmente, encontramos também aqui uma resposta à revelação da parte de Abílio do Amaral de que Gil de Oliveira Mendonça teria chegado a admitir vir a ser Tesoureiro da Caixa de Previdência. Afinal, teria sido Carlos Martins quem “falou um dia nisso ao Gil, mas este é que nunca deu um passo para conseguir tal posta, *como muito bem sabem todos os vogais do Conselho Administrativo*. É que o Gil quando quiser ir viver para Lisboa, com ou sem Previdências, com ou sem garages, só vai quando quiser”¹⁸³.

Gil de Oliveira Mendonça não foi, porém, o único a reagir ao último escrito de Abílio do Amaral, pois também Alves de Oliveira procurará repor a sua própria versão do caso dos vogais da Caixa de Previdência dando, além disso, mais explicações acerca do seu artigo publicado sob o pseudónimo “Raio X”. Essa reacção encontramos-la numa das suas “Cartas do Norte” publicada já no final de Dezembro de 1928. Assim sintetiza aí o Secretário Geral da Lutuosa a sua apreciação do caso e o sentido do seu próprio envolvimento no mesmo:

“Em suma: tratava-se de, a todo o transe, fazer da União serventuária e esteio da tal «*Gamela*» produto desgraçado, duma ignóbil traição. Era demais. Era o cúmulo ! E por isso, protestando, demos o sinal de alarme para que a União se apercebesse contra o atentado, o que foi cumprir um dever.”¹⁸⁴

¹⁸² [Anónimo, (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

¹⁸³ *Idem*, *Ibidem*. Note-se que a referência na terceira pessoa “ao Gil” é um artifício literário (e não só), visto que Gil de Oliveira Mendonça já se identificou como autor do texto noutro lugar do texto.

¹⁸⁴ Alves de Oliveira, ““Cartas do Norte – Uma questão de gamela”, *A Escola Primária*, 27/12/28. O ex-“Raio X” explica-se também acerca da terminologia utilizada: “(.) tudo percebemos logo e, por isso, classificámos o acontecimento de simples questão de gamela, que é, como quem diz, uma questão de estômago que, apesar de farto, está sempre receoso que a gorda sopa, tão primorosamente cozinhada, lhe venha escassear ou de todo falte no dia imediato”. *Ibidem*. E continua, depois, num registo e com alusões

Em total consonância com Gil de Oliveira Mendonça, também Alves de Oliveira considera Carlos Martins como o único verdadeiro inimigo a abater, por ter sido ele o único que a todos – e principalmente à Delegação Executiva – manipulou em proveito pessoal. É por essa razão que o Secretário Geral da Lutuosa classifica como um mero *pecadilho* desculpável a atitude tomada pelos próprios membros desta última ao reivindicarem para si os lugares de vogais no Conselho de Administração da Caixa de Previdência :

“Mas, em tudo isto, que culpas cabem aos homens da União ? Apenas as que derivam de, por tacanhez de vistas, por inépcia, não se aperceberem do ludíbrio e deixarem-se ir, assim, tão *ingloriamente* no... *enxurro*. O que, bem pesadas as altas responsabilidades inerentes às funções que desempenhavam, ninguém dirá que não sejam *graves culpas*.

Individualmente, aos dois vogais da D. E. indigitados para substituírem na Previdência o Gil e o Faria Artur, quando muito, poderá imputar-se-lhes o pecadilho de se deixarem vencer pela fascinação que neles exerceu a *vida rica da capital, terra de muitas e desvairadas gentes*.

Mas já o poeta lamuriava:

*Eu nunca vi Lisboa e tenho pena*¹⁸⁵.

Alves de Oliveira reafirma, portanto, a mesma tese que já defendera enquanto Raio X segundo a qual Carlos Martins ludibriou a Classe unicamente para conseguir instalar-se em Lisboa e tudo e todos manipulou a fim de conseguir realizar esse seu desiderato. E fê-lo logo a partir do momento em que foi designado pela União para a Comissão dos Estatutos da Caixa de Previdência, lugar onde “vendendo-se nos

que nos parecem ser dirigidas à pertença de Carlos Martins à Maçonaria: “As toupeiras previdentes são assim – um no papo, outro no saco e outro e ainda outros já presos e bem seguros na emaranhada *teia de habilidades* por elas magistralmente tecida e preparada nos recantos escuros das alfurjas ou nas meias sombras dos seus conciliábulos tenebrosos”. *Ibidem*.

¹⁸⁵*Idem, Ibidem*.

vendeu”¹⁸⁶. Depois, conseguido o lugar almejado para si e para a sua mulher na Secretaria, continuou o seu *trabalho* tentando criar na instituição um ambiente que lhe fosse favorável e que não fizesse perigar de forma nenhuma a situação a que acedera. De acordo com esta tese, teria sido com esse objectivo que ele engendrara o plano da substituição dos vogais, unicamente para *garantir o seu futuro*¹⁸⁷. A sua actuação é perfeitamente *lógica*: “Gil Mendonça e Faria Artur não eram elementos disciplinados dentro da Previdência. Caracteres independentes, procediam conforme as suas consciências e não admitiam donos. Só por isso, tinham de ser escorraçados. Era fatal”¹⁸⁸.

Mais uma vez, portanto, Alves de Oliveira repete, incansavelmente, a sua ideia de que todos os males se devem ao “homem das lentilhas”, ao “Judas da Classe” que no caso dos vogais da Previdência conseguiu manipular a Delegação Executiva e tentou que a própria União ficasse, *serventuária*, a servir de *escora*, de *esteio* à satisfação dos seus objectivos pessoais e dos seus interesses particulares, constituindo, por esse facto,

¹⁸⁶ Cfr. o texto integral da acusação de Alves de Oliveira: “(...) o que é interessante e indispensável relembrar, é que nós de há muito descobríamos as intenções e planos maquiavélicos de quem, servindo-se duma representação de confiança para que a Classe o elegera, convencida de que, assim, teria os seus direitos e justos interesses carinhosa e lealmente defendidos, vendendo-se nos vendeu, seduzido pelas *louçanias* e vantagens duma colocação – para ele e família – adentro dos arcanos-pombalinos do Terreiro do Paço”. *Idem, Ibidem*.

¹⁸⁷ De novo, é conveniente a transcrição do texto de Alves de Oliveira:

“Foi um sonho de loucura, aquilo; visão estonteadora de grandezas, de altas culminâncias, uma espécie de novo *messianismo* na terra lusa em que o façanhudo homem seria *o maior de todos, o astro-rei duma ideia-nova* !

Mas quem assim se sentia fadado para tão *elevados destinos*, reconhecia, ao mesmo tempo, que o agir isoladamente era, talvez, perigoso para a sua *obra... monumental*. Não porque lhe faltasse *engenho e arte*; mas porque, às vezes, *o diabo tece-as* e bem poderia acontecer *ter de dar com os burrinhos na água* ou, o que vale o mesmo, ver ir-se, num momento, a *gamela por água abaixo*, irremediavelmente perdida.

Depois, o futuro ! O *futuro* que é sempre um temeroso ponto de interrogação ! Demais, no horizonte, surgiam nuvens que em si traziam sinais infalíveis de tempestades. Nem todos andavam de *olhos vendados. A coisa complicava-se*.

Era de bom aviso, pois, conseguir um elemento de soldo seguro, infalível, em qualquer emergência adversa. E, no momento, que mais se avantajaria, para o efeito, à União do Professorado Primário ?

Decidido ! A Classe seria, mais uma vez *comida*, sustentando a União ao serviço e defesa da *gamela* que era – suprema ironia ! – o fruto maldito do maior logro de que a Classe, ainda até hoje, fora vítima !!!

E daí... Daí tudo (...). *Ibidem*.

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*.

o seu lugar na Secretaria da Caixa uma autêntica Gamela. Mesmo que isso pareça estranho, aparentemente, nunca a Alves de Oliveira passou pela cabeça que Carlos Martins tivesse razões *técnicas* para pôr de lado a Lutuosa...

Temos ainda de registar um outro dado relativo às reacções e aos efeitos do quarto artigo de Mário Sedas Nunes. Efectivamente, foi nas suas notas de comentário a esse artigo publicadas em *A Federação Escolar* que foi publicamente, pela primeira vez, revelada a identidade do autor de “Uma questão de... «gamela»” com António Augusto Martins a afirmar que não foi outro senão o mesmo autor das *Pinceladas*¹⁸⁹: Alves de Oliveira. António Augusto Martins não esquece o apoio que dele recebeu aquando do castigo que lhe foi aplicado na sequência do seu Editorial criticando o “Decreto dos Emolumentos”, apoio manifestado num artigo publicado em *Escola Moderna* e numa carta pessoal, no que “deu uma lição aos que se mancomunaram no ataque”¹⁹⁰. Mas isso não o iliba pelos seus erros associativos: “Neste momento apreciamos factos relativos à campanha contra a União. E a Raio X pertence a responsabilidade dos que praticou”¹⁹¹. No entanto, curiosamente, António Augusto Martins vai ao ponto de admitir que Alves de Oliveira foi ele próprio vítima de outros que o souberam manipularam:

“Por enquanto, e até declarações em contrário, queremos crer que Raio X foi influenciado por informações refalsadas dos que, **tendo-se comprometido**, em

¹⁸⁹ Na verdade, Alves de Oliveira uma semana apenas depois da tomada de posse da nova Delegação Executiva já deixa perceber qual será a sua atitude em relação a ela. Escreveu, então, na sua coluna habitual “Pinceladas” de *Escola Moderna*: “Da actual D. Executiva não falemos hoje. Mas haveremos de fazê-lo a seguir, porque há atitudes que não passam, gestos que nos deixam de sobreaviso para sempre, feridas que jamais cicatrizam”. Alves de Oliveira, “Pinceladas – Depois do Congresso”, *Escola Moderna*, 8/5/27.

¹⁹⁰ Este apoio reforça a ideia de que o que move Alves de Oliveira é realmente a defesa da Lutuosa mais do que o ataque *em bloco* ao sector “avançado” e que, em qualquer caso, ele estava longe de ser um homem de facção.

¹⁹¹ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações a] [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. IV- A questão da «Gamela» – Raio X”, *A Federação Escolar*, 8/9/28.

Coimbra, a abandonarem os cargos da Previdência faltaram insidiosamente à sua palavra!”¹⁹².

E se assim tivesse sido ? Se Alves de Oliveira tivesse sido manipulado por Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça ambos interessados em manter o seu lugar no Conselho de Administração da Caixa de Previdência por isso lhes dar a possibilidade de estarem por perto de Lisboa... com direito a algumas dispensas de serviço que lhes permitiam ocuparem-se do seu jornal ? Sem dúvida, para ambos os directores de *A Escola Primária* os lugares de vogais representavam também uma gamelinha... Mas, sendo assim, poderíamos pensar que Alves de Oliveira também se serviu deles para defender a Lutuosa, pois enquanto eles se mantivessem no Conselho de Administração adia-se o momento em que a instituição ficaria à mercê de um grupo poderoso e homogéneo de adversários da Lutuosa.

Entre todos os artigos da série acerca dos “acontecimentos internos” da União este quarto artigo de Mário Sedas Nunes tendo como tema o problema dos vogais da classe no Conselho de Administração da Caixa de Previdência é o que mais agita o professorado primário e o que suscita mais esclarecimentos da parte dos envolvidos. Na verdade, é também ele o que melhor acentua a complexidade das contradições que minam o edifício associativo, tendo como base a questão mutualista. Por mais que Gil de Oliveira Mendonça se empenhe em desvalorizar a importância do assunto no quadro dos “acontecimentos internos da União”, o certo é que na hora da rememoração catártica fica bem claro que a vida associativa da classe está totalmente infiltrada pela grande diversidade de *interesses* em jogo nas suas instituições mutualistas.

¹⁹² *Idem, Ibidem.*

A *cartada* da “história” lançada por Mário Sedas Nunes convoca quase todos os protagonistas da vida associativa da classe do professorado primário tentando determinar quem, afinal, matou a União do Professorado Primário. Tal como no enredo de um policial, trata-se de saber não só quem foi o responsável pelos golpes fatais, mas também de saber que interesses moviam cada uma das personagens, a fim de averiguar qual foi, de facto, o móbil do crime.

Na verdade, a quem poderia interessar o fecho da União do Professorado Primário? Provavelmente, apenas ao poder político cioso de governar em ditadura. E, por isso, lhe coube a execução material do crime. Muitos outros, no entanto, contribuíram para este desfecho, mesmo que involuntariamente e sem premeditação. Alguns, certamente, até perseguindo causas nobres. Uns e outros entregaram a vítima nas mãos do carrasco, pelo que não é descabido afirmar-se que morreu, de facto, às mãos de todos eles:

- de **Carlos Martins** que, lucidamente, viu, primeiro que todos os seus colegas, que as instituições mutualistas tinham de evoluir para poderem ser sérias e credíveis. Mas que procedeu com muita falta de tacto em termos associativos, além de, pelo meio, ter cuidado de servir interesses pessoais e familiares. Por essa razão, apesar de ser ele na classe o principal conhecedor dos meandros da ciência mutualista, perdeu a autoridade que daí lhe advinha para fazer a pedagogia da transformação do mutualismo da classe. Procedendo assim, ajudou a que a classe se enredasse nas malhas da “questão mutualista” e a que a União do Professorado Primário se tornasse cada vez mais inviável.

- de **Alves de Oliveira** que queria a todo o custo salvar a Lutuosa, mas que punha idêntico empenho em atacar os amigos “avançados” de Carlos Martins – todos próximos de *A Federação Escolar* com que há anos se incompatibilizara. Alves de

Oliveira que se travestiu de Raio X para atacar o carácter interesseiro da opção de Carlos Martins pela Caixa de Previdência contra a Lutuosa, mas que também defendia a sua gamela de 400\$00 mensais (quase duplicava o salário de 600\$00) bem como o poder e o prestígio que o cargo de Secretário Geral lhe davam a ele que era um líder com carisma (sorumbático e tudo, como no momento se apreciava). Ele que tão obsessivamente cuidou da Lutuosa vendo em tudo e em todos os que o contrariavam ameaças à instituição, mas que foi incapaz de uma análise mais fria que lhe permitisse perceber que, *tecnicamente*, a instituição tinha de evoluir e de se transformar. Nunca compreendeu que o mutualismo estava em evolução e que as próprias contradições governamentais sobre a matéria exigiam clarividência e ousadia em lugar de anquilosamento em fórmulas gastas.

- de **Faria Artur** e de **Gil de Oliveira Mendonça** que acentuaram as divisões intra-associativas logo quando, membros da Delegação Executiva, permitiram que **Acácio de Gouveia** utilizasse *O Professor Primário* para combater Carlos Martins. Deram assim, um contributo enorme para a dissolução da unidade da classe e, indirectamente, para a dissolução da União que dela dependia. Na verdade, a partir de certa altura, deixam-se levar apenas pelo desejo de atacar os “avançados”, ou – mais simplesmente ainda – pelo prazer (e pelo interesse material) que encontravam em fazer o seu jornal (*A Escola Primária*) que lhes dava acesso aos corredores ministeriais e lhes garantia uma proximidade com o poder que tanto apreciavam. Gil de Oliveira Mendonça, Faria Artur e Acácio de Gouveia formaram, de facto, uma tríade com grande poder na vida associativa da classe. O primeiro, inebriado com o seu indiscutível domínio sobre a caneta e a sua graça fácil; o segundo, mais discreto, sempre diplomático (uma “diplomacia de libré” segundo os seus críticos), mas nem por isso menos solidário com os parceiros quando se tratava de farpear ferozmente o adversário

comum; e, finalmente, o terceiro, descido à capital para estudar Direito e invariavelmente disponível para frequentar os corredores ministeriais onde faz o tirocínio como simples “moço de fretes” ao serviço da Delegação Executiva de Faria Artur ou da Lutuosa de Alves de Oliveira.

- de **António Augusto Martins** cuja cumplicidade com Carlos Martins – devida a simples amizade ou também a alguma espécie de afinidade inconfessável (maçónica ?) – impede que coloque todas as suas muitas qualidades de líder possam servir a unidade da classe que tanto preza. Ele que era, sem dúvida, talvez a maior figura da classe, acabaria, por isso, de não ser capaz de fazer o que só com grande mestria teria sido possível no momento: salvar a União do Professorado Primário garantindo a unidade da classe em volta daquilo em que estava de acordo e abstraindo do que era factor de divisão. Libertário, estrénuo lutador, exímio sindicalista e o mais arreigado defensor dos interesses corporativos do professorado primário, comete o grave erro de nunca ser capaz de se decidir na escolha entre a Lutuosa da Classe e a Caixa de Previdência *oficial* do(s) seu(s) amigo(s). Falhou, assim, um objectivo que poderia ter estado inteiramente ao seu alcance qual era o de ajudar a classe a resolver o seu grande problema do momento: desenovelar o imbróglio da questão mutualista às mãos do qual pereceria a União do Professorado Primário.

- de **Carvalho Duarte e Abílio do Amaral** que, apesar do seu peso associativo e das suas qualidades pessoais, também não conseguem mais do que serem literalmente arrastados pelos acontecimentos até ao fecho da União. O segundo, mais do que o primeiro, terá mesmo graves responsabilidades no azedar das relações entre os diversos sectores ao assumir-se ele próprio como líder de facção no período que se segue ao fecho da União. Sendo ambos próximos de Carlos Martins, isso coloca-os, em termos

associativos, do lado mais frágil, pois a maioria da classe, instintivamente, recusa sempre a Caixa de Previdência¹⁹³.

- dos Núcleos e dos professores que também tiveram a sua quota de responsabilidades na desagregação da vida associativa. Os Núcleos mais activos são, indiscutivelmente, os de Gouveia, de Gaia, do Porto e de Lisboa. Espartilhados entre fidelidades várias, perdem-se também na opção entre a Lutuosa e a Caixa de Previdência, entusiasmam-se intermitentemente ora por umas causas ora por outras, e à medida que for ficando claro que a satisfação das suas necessidades em matéria de mutualismo está melhor assegurada pela instituição oficial mais estável e científica que é a Caixa de Previdência do que pelas instituições mutualistas que são da classe mas que são volúveis e incertas, acabarão por, progressivamente, se desinteressar delas. A própria Lutuosa – que entre 1923 e 1926 fora a locomotiva da União do Professorado Primário – terá, a certa altura, de se subjugar ao anódino Montepio. Nesse momento, também a União se tornara já impossível, esgotado o fôlego associativo que durante uma década movimentou e animou duas centenas e meia de Núcleos e vários milhares de professores. De certa forma, portanto, também eles mataram a União do Professorado Primário na medida em que, indiscutivelmente, aderiram a ela mais por causa das vantagens mutualistas que esperavam colher do que por razões de ordem sindical-corporativa.

Sem dúvida alguma que, mais do que Fulano ou Sicrano, foi a questão mutualista o principal factor de destruição da União do Professorado Primário. Mas a questão mutualista foi protagonizada por Fulanos e Sicranos e seguiu rumos que são explicáveis

¹⁹³ Não por motivos técnicos, é claro. Aliás, a classe também opta pela Lutuosa não com base em razões de base técnica mas por causa do seu significado em termos corporativos.

em grande parte com base nos “pessoalimos” envolvidos¹⁹⁴. Os problemas originados pela criação da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública – criação, pelos vistos, *determinada* por Abel Dias – arrastaram consigo todo o edifício associativo da classe tornando-se na principal causa das divisões internas que seriam fatais para o professorado primário. Foi, portanto, a questão mutualista que, na prática, inviabilizou o funcionamento da União do Professorado Primário. O poder político, obviamente, aproveitou a ocasião e conseguiu livrar-se de uma instituição incómoda – porque poderosa (a prontidão e a qualidade do apoio prestado ao castigado António Augusto Martins mostram-no) – que, de facto, o professorado primário também, desgraçadamente, já não era capaz de querer. A própria autorização de reabertura da União do Professorado Primário já não veio a tempo e, depressa, se dará o seu encerramento definitivo. Tal como o professorado primário, também a sociedade portuguesa no seu conjunto se tinha entregue durante aqueles quatro anos decorridos desde o golpe de 28 de Maio de 1926 a destruir pontes e a construir barricadas. País de brandos costumes, Portugal fez assim a sua guerra civil. Com poucos tiros¹⁹⁵, a guerra foi sobretudo uma guerra de palavras. Mortíferas como balas.

¹⁹⁴ Não é de ânimo leve que afluamos aqui explicitamente – já que, implicitamente, nenhum trabalho historiográfico lhe escapa – um dos grandes problemas que têm atormentado os filósofos da história: o do papel desempenhado no processo histórico pelos indivíduos e até mesmo pelo indivíduo singular. Particularmente sugestiva nos parece ser a perspectiva de Raymond Boudon que, colocando o problema em termos de análise sociológica, ou seja de determinação da “lógica da acção social”, aponta no sentido de que os indivíduos são livres e conscientes dos seus actos, mas inconscientes dos efeitos colectivos que eles conjuntamente provocam. Cfr. Raymond Boudon, *La logique du social. Introduction à l'analyse sociologique*, Hachette, Paris, 1979.

¹⁹⁵ A nível nacional a crise político-militar de Fevereiro de 1927 foi a mais violenta de todas no território continental no período da Ditadura Militar. Este período de autêntica guerra civil ficaria marcado por algumas mortes também entre o professorado primário como a de José Pinto de Campos (Carregal do Sal) – pouco antes do 28 de Maio de 1926 – ou a mais simbólica de todas ocorrida em Santa Comba Dão (a de Diolindo dos Santos). Neste caso, embrulhado numa questão do foro passional, existe, julgamos nós, uma luta também entre os dois grandes sectores da classe que seguem o caso a partir de tribunas rivais (*Sul da Beira*, dirigido pelo inspector “radical” César Anjo e *O Santacombadense*). Não é aqui ocasião para esclarecer o assunto. Este caso, porém, é emblemático. Aliás, esperemos um pouco e veremos António Figueirinhas reclamando em *Educação Nacional* contra o facto de César Anjo, dadas as suas responsabilidades enquanto inspector escolar, estar à frente de um jornal político.

Claro que está por fazer a história desta nossa “guerra civil”. Em nossa opinião, uma “guerra civil” pode ser feita no papel. Talvez sejam mesmo as mais destruidoras. Julgamos que é por se considerar

É essa mesma guerra de palavras que prossegue no quinto artigo de Mário Sedas Nunes dedicado à análise dos acontecimentos do semestre fatal para o associativismo da classe decorrido entre Abril e Outubro de 1927. Aqui identifica, já depois de António Augusto Martins o ter feito também, Alves de Oliveira como o autor do texto “Uma questão de... «gamela»”. Afirma ter até em seu poder um documento comprovativo de que essa é a identidade de Raio X, mas o segredo parecia estar já desvendado desde há muito tempo por parte de outras figuras de primeiro plano do associativismo da classe.

Mostrando ser um desses que já sabiam¹⁹⁶ quem era Raio X, Abílio do Amaral virá, decorridos apenas alguns dias, fazer os seus comentários ao novo artigo publicado por Mário Sedas Nunes. Logo no próprio título do texto que dá à estampa em *Novidades* considera que “Uma questão... de «gamela»” “foi no fundo uma questão... de cobardia”¹⁹⁷. Cobardia, em primeiro lugar, da parte do Director de *Escola Moderna* a qual “foi superior a todos os deveres” porque não se prestou a identificar Raio X nem mesmo perante os Corpos Gerentes da União. Mas o principal cobarde foi, em seu entender, Alves de Oliveira “que cometeu o máximo da cobardia para não prejudicar a sua gamela no secretariado geral da Lutuosa”¹⁹⁸.

habitualmente apenas a vertente da violência militar que se não tem sido capaz entre nós de entender que foi uma “guerra civil” aquilo que o país viveu no período que é conhecido como da Ditadura Militar (aliás, terá começado antes do 28 de Maio de 1926 – esse já é uma batalha). Obviamente que há outros “obstáculos epistemológicos” que derivam, fundamentalmente, da dificuldade em romper com a imagem que o Estado Novo construiu acerca da sua antecâmara. Ora, essa sua antecâmara foi, na realidade, como já dissemos, pelo menos em igual grau, o epígono da I República. Dai a guerra.

¹⁹⁶ Na verdade, Abílio do Amaral parece estar conhecedor da sua identidade (“O insigne Raio X é o professor Augusto Alves de Oliveira”) há já bastante tempo, sem que saibamos exactamente como a descobriu. Explica até que já a teria revelado e que só o não fez porque os acontecimentos ligados ao fecho da União do Professorado Primário “sobrevieram e nos obrigaram a calar, impediram que à classe disséssemos o nome do professor que por amor aos seus interesses não quis arrancar a máscara nem defender o homem que o encobria, como por amor à sua panelinha e ao seu ódio havia maldosa e mentirosamente tentado desprestigiar o corpo executivo da União”. Abílio do Amaral, “«Uma questão de... «gamela»» que foi no fundo uma questão... de cobardia”, *Novidades*, 18/9/28.

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

No seu sexto artigo Mário Sedas Nunes continua a remexer na história da União acrescentando outros elementos que põem também em cheque Alves de Oliveira. Como sejam os textos que escreveu a propósito da ida de Carvalhão Duarte para o Instituto do Professorado Primário. Alves de Oliveira não é, no entanto, o único dos *intriguistas* do passado. Também Faria Artur sai mal do seu exercício de reminiscência, por causa do seu comportamento na altura da prisão dos dirigentes da União do Professorado Primário. A evocação de Sedas Nunes de como Albino Pereira Magno (director do Instituto) procurara, por carta, convencer Carvalhão Duarte a aceitar o lugar para que fora nomeado (“Não faça caso das intrigas dessa gente e venha para aqui colaborar comigo nesta obra bela e santa”) arrancaria de António Augusto Martins o seguinte comentário:

“São os estranhos à Classe que lhe fazem justiça.

Intriguistas !

Foi com intrigas deste jaez que uns poucos de professores foram parar à Penitenciária.

E, suprema afronta, foi à porta da mesma Penitenciária que as esposas dos presos tiveram de ouvir os remoques de um [Faria Artur] dos *intriguistas*”¹⁹⁹.

No sétimo artigo da série que vem escrevendo desde meados de Agosto Mário Sedas Nunes continua ainda a abordar a nomeação de Carvalhão Duarte para professor do Instituto do Professorado Primário²⁰⁰, mas ocupar-se-á, principalmente, dos

¹⁹⁹ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações a] [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. VI- Um requerimento de Carvalhão Duarte sobre a sua nomeação para o Instituto – Uma carta do director do Instituto”, *A Federação Escolar*, 26/9/28.

²⁰⁰ Alves de Oliveira não volta a dedicar qualquer escrito seu a este acontecimento, deixando isso a cargo de Gil de Oliveira Mendonça que, pela certa, escarpeliza o assunto com a mesma acrimónia com que ele o seria às mãos do primeiro. Em resposta a um remoque de Abílio do Amaral acerca do que chama de “especulação” à volta da ida de Carvalhão Duarte para o Instituto, riposta o professor de Santarém, com referências às contradições do próprio Abílio do Amaral nesta matéria:

problemas levantados pelo Decreto nº 14.075 que oficializou a Lutuosa, pois ele “causou espanto a muita gente e muito principalmente à Delegação Executiva que não foi consultada”²⁰¹. António Augusto Martins²⁰², esse, censura a Alves de Oliveira sobretudo o facto de se ter decidido independentizar de forma extemporânea quando ainda há bem pouco lhe conviera submeter-se à acção dos órgãos da União do Professorado Primário e, mais concretamente, do Conselho Federal:

“Nesta nota registamos apenas o facto do Secretário da Lutuosa ter ido solicitar ao C.F. anterior a arbitragem da gratificação dos seus serviços.

Reconheceu, portanto, *competência* ao C. F. para aquilo que lhe interessava !

Mais tarde já não dava satisfações senão à Assembleia Geral da Lutuosa como se esta algum dia as tivesse realizado... à sua custa.

Como se a Lutuosa não andasse (quando *Menina e Moça*) pela mão protectora da União, a boa mamã que a amamentou aos seios dos Núcleos onde chuchou o *expediente e propaganda* para que não possuía verba !”²⁰³.

No entanto, onde António Augusto Martins encontra ainda mais forte motivo para reprovação de Alves de Oliveira é quando lembra o papel desempenhado pela Lutuosa sob a sua direcção na afronta ao brio da Classe e da União ao patrocinar um gesto de

“Não especulamos coisa alguma. O Carvalhão é competente para o lugar que ocupa, é trabalhador e honesto. O que bem desejaríamos era que ele, em vez do seu longo officio já para aí publicado, redigido *para federado ver* mas que não chegou a ser mandado – e ainda bem que pouparam essa estopada de ler lérias associativas que em nada lhe interessavam – bem desejaríamos que esse officio fosse apenas nestes termos:

«Alguns colegas meus não se importam que eu vá para o Instituto. Não aceitarei, porém, o lugar enquanto não me esquecer que pus o Boavida Canada para fora do C. Federal, por ele ter pedido um lugar de inspector sem concurso.»

São modos de ver. O que tem graça é que Abílio, tão solícito em querer avivar a memória dos outros sobre isto e aquilo, já se não lembra que foi o único da D.E. que se pronunciou contra a ida de Carvalhão para o Instituto !

Quer dizer: o que nos outros é intriga nele é simplesmente... virtude !” [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

²⁰¹ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. VII- Ainda a nomeação de Carvalhão Duarte – Palavras dum Inspector-Chefe – A questão da «Lutuosa»”, *Novidades*, 25/9/28.

²⁰² [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações a] [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “União – Historiando os acontecimentos internos. VII- Ainda a nomeação de Carvalhão Duarte – Palavras dum Inspector-Chefe – A questão da «Lutuosa»”, *A Federação Escolar*, 29/9/28.

²⁰³ *Idem, Ibidem.* Alusão ao tratamento ali dado a Joaquim Cerqueira de Vasconcelos bem como ao Ministro e ao Director Geral a quem foram enviados telegramas.

“ingratidão revoltante”: “a primeira Assembleia Geral que realiza após a morte da Mãe, foi para se rojar abjectamente aos pés dos que a deixaram órfã!”²⁰⁴. E, retomando esta mesma linha de pensamento, escreverá lapidarmente no comentário ao artigo seguinte de Mário Sedas Nunes: “Fizeram um enterro de 1ª classe à União e foram para Coimbra acocorar louvores aos que a mataram”²⁰⁵.

Alvo prioritário dos ataques de António Augusto Martins, Alves de Oliveira veio, prontamente, a terreiro apresentar a sua versão dos acontecimentos, em mais uma das suas “Cartas do Norte”²⁰⁶. Refuta totalmente as más intenções que lhe foram atribuídas e defende que se limitou a cuidar dos interesses da Lutuosa tratando de ser um “homem prevenido” (subtítulo que dá à sua *Carta*). Explica que o que se passou com o processo de oficialização da Lutuosa foi, muito simplesmente, que a Direcção da Lutuosa, analisando cautelosamente as circunstâncias, “reconheceu que, naquela questão, o *segredo* tinha de ser, como nunca, a verdadeira alma do *negócio*”²⁰⁷. E, por isso, rodeou “as suas *démarches* de certas reservas que foram de todo o ponto necessárias e convenientes”²⁰⁸. Em primeiro lugar, foi preciso conseguir que Carlos Martins, de forma nenhuma se apercebesse do que se estava a passar. Alves de Oliveira estava convencido – e percebe-se que ainda está – de que o Chefe de Secretaria da Caixa de Previdência faz tudo o que pode para prejudicar a Lutuosa, muito embora insista (com

²⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁵ [Anónimo (António Augusto Martins)], [Anotações] a Mário Sedas Nunes, “União – Historiando os acontecimentos internos. VIII- A questão da «Lutuosa» – Uma recomendação a um empregado da União – Um bilhete postal do Secretário Geral da «Lutuosa»”, *A Federação Escolar*, 6/10/28.

²⁰⁶ Alves de Oliveira, “Cartas do Norte – Homem prevenido”, *A Escola Primária*, 10/1/29.

²⁰⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁸ *Idem, Ibidem.*

razoável êxito, para grande desgosto do Secretário Geral da Lutuosa) em fazer-se passar por grande amigo da Classe:

“Era notável nessa altura, como depois continuou a ser e ainda hoje é, a actividade dos *incansáveis beneméritos* do professorado primário.

Andavam por toda a parte, como depois começaram a andar e andam ainda, numa *roda viva a farejar* ensejo para qualquer *benefício* à Lutuosa.

E quando o momento e as circunstâncias surgiam propícias, não lhes perdoavam. Era *beneficiência* certa e infalível.

A Direcção da Lutuosa sabia isto muito bem e conhecia até aos mais insignificantes pormenores a traça diabólica preparada para lhe inutilizar todos os movimentos”²⁰⁹.

Em seguida, Alves de Oliveira justifica o recurso a Acácio de Gouveia e Saturnino Neves para, em Lisboa, nos Ministérios, o ajudarem a conseguir, discreta e eficazmente, levar a oficialização da Lutuosa a bom porto. Só assim, com o apoio de colaboradores que garantissem total lealdade, “poderia contar com probabilidades de êxito e de vitória”²¹⁰.

Alves de Oliveira passa, depois, à justificação da parte mais polémica – a que diz respeito ao facto de a Direcção da Lutuosa ter mantido a Delegação Executiva da União na ignorância acerca do que se passava. Justificando a polémica opção, usará uma comparação de força extrema: “O mesmo [proceder de outro modo] seria que entregar a rez indefesa nas mãos do seu matador”²¹¹. E é ainda mais explícito: visto ser

“bem conhecida e manifesta aquela *perigosa mancebia* da Delegação Executiva com os piores inimigos da Lutuosa, com aqueles que lhe haviam jurado

²⁰⁹ *Idem, Ibidem*. O uso do plural não passa de um artifício. A referência “benemérito” é uma referência inequívoca que se aplica particularmente a Carlos Martins desde o Congresso de Agosto de 1926 onde se produziu o célebre “incidente” em que se confrontou com Acácio de Gouveia.

²¹⁰ “Em tais condições.... Quaisquer elementos seus colaboradores, tinham de ser escolhidos meticulosamente. Forçoso era, pois, que os fosse recrutar entre aqueles cuja dedicação à Lutuosa não oferecesse a menor dúvida, ao mesmo tempo que adoptaria todas as demais precauções para não ser vencida por um inimigo.... *cheio de manhas e de rancores*”. *Idem, Ibidem*.

²¹¹ *Idem, Ibidem*.

guerra de morte, seria pelo menos arriscado que a mesma Lutuosa confiasse a sua defesa e a sua sorte ao apoio de tal gente”²¹².

Uma vez mais, portanto, Alves de Oliveira procura esvaziar os argumentos dos seus opositores que o acusam de ter pretendido atacar ou melindrar a posição da Delegação Executiva por causa da forma como conseguiu a oficialização da Lutuosa. Responde-lhes que pretendeu simplesmente combater as “forças ocultas” que procuravam manipular a União do Professorado Primário controlando a Delegação Executiva e não esta por si mesma. Por isso, quer que fique definitivamente esclarecido

“que não foi para se haver com a Delegação Executiva, isoladamente, que a Direcção da Lutuosa procurou, a tempo, as melhores *posições de defesa* que lhe foi possível. Só por si, a Delegação Executiva nenhum mal faria à Lutuosa. Tornar-se-ia, pelo menos, inofensiva.

O verdadeiro perigo, o mal de recear, que poderia ser fatal, eram as *forças ocultas* que não desistiam de fazer da União do Professorado Primário um *joguete de conveniências* e a que os homens da Executiva pareciam dispostos a submeter-se – como submeteram – incondicionalmente”²¹³.

Procedendo como procedeu, a Direcção da Lutuosa, de acordo com Alves de Oliveira, não fez senão cumprir o seu dever recorrendo aos métodos que lhe garantiam esse cumprimento. Não tem, por isso, motivo algum para se envergonhar do que que seja. Pelo contrário, pode ufanar-se da sua habilidade em iludir um inimigo que lhe não perdoou o *golpe*:

“A Direcção da Lutuosa, trilhando o caminho que trilhou, cumpriu apenas o seu dever.

Não contavam com isso as *miseráveis toupeiras* que noite e dia minavam o terreno por onde supunham que havíamos de caminhar ?

Foi o nosso procedimento para os *repugnantes bicharocos* uma decepção que os irritou até ao rancor e com que ainda hoje se não conformam ?

²¹² *Idem, Ibidem.*

²¹³ *Idem, Ibidem.*

Antes assim. Mas a verdade é que *homem prevenido vale por dois*.
E casos há em que vale por uma boa dúzia deles.”²¹⁴

No seu oitavo artigo²¹⁵ Mário Sedas Nunes trata detalhadamente o caso da oficialização da Lutuosa. Agora, Alves de Oliveira é visado, principalmente com as referências ao entendimento que obtivera com o empregado dactilógrafo da União, António Saramago, a quem pedira que “não mostrasse a mingúem o que estava dactilografando” quando preparava a versão dos Estatutos que seria oficializada às escondidas dos Corpos Gerentes da União do Professorado Primário. Depois, são os proclamados serviços de Saturnino Neves e Acácio de Gouveia a quem Alves de Oliveira recorreu para conseguir que o Ministério fizesse a oficialização mais rapidamente que são postos em causa. Também António Augusto Martins comentará a este respeito:

“Registámos, em seu tempo, estes serviços que, embora solicitados e até certo ponto louváveis, representavam uma das muitas invasões daquilo que associativamente pertencia à D. Executiva

Foram estes e outros trabalhinhos que atiraram com a **União** a terra”²¹⁶.

Entretanto, a discussão levantada pelos artigos de Mário Sedas Nunes à volta do processo de oficialização da Lutuosa decidirá os membros da Delegação Executiva em exercício na altura a vir esclarecer o assunto reafirmando as suas razões e justificando os seus procedimentos, designadamente, o seu corte de relações com a Direcção da Lutuosa:

“(…) defendemos a Lutuosa dentro do máximo que nos foi possível: – apenas, pelo irregular e inesperado da sua separação da

²¹⁴ *Idem, Ibidem.*

²¹⁵ *Idem, Ibidem.*

²¹⁶ *Idem, Ibidem.*

União, que sentimos como um ataque à nossa Unidade Corporativa, tivemos de marcar, por dignidade associativa, – e bem dolorosamente o fizemos, distinguindo todavia entre a classe que a acarinhava e quem tão mal a servia, ainda que boa fé nisso pusesse, – tivemos de marcar a atitude enérgica mas calma e correcta que os nossos colegas sobejamente conhecem, porque o demonstra à evidência todo o boletim da nossa gerência”²¹⁷.

No seu nono artigo acerca dos “acontecimentos internos” da União Mário Sedas Nunes trata das implicações que a publicação do Decreto nº 14.115, de 17 de Agosto de 1927 – que ficaria conhecido como “decreto dos emolumentos” – teve sobre a vida associativa da classe. Contra esse Decreto publicou António Augusto Martins um Editorial de *A Federação Escolar*²¹⁸ que provocaria a sua suspensão como professor e como jornalista²¹⁹. Mário Sedas Nunes refere no seu artigo que, logo na sua reunião de 5 de Setembro de 1927, a Delegação Executiva apreciou a situação em que ficara o Director de *A Federação Escolar* e decidiu, “depois de ter ponderado todos os aspectos da questão, de harmonia com a letra dos Estatutos da União” prestar-lhe auxílio material. Mas a ocasião seria, de imediato, aproveitada pelos vencidos de Viseu para atacarem, mais uma vez, a Delegação Executiva:

“Era assim que a última Delegação Executiva compreendia a solidariedade e a dava fosse a quem fosse, desde que dela algum federado precisasse.

²¹⁷ Delegação Executiva da dissolvida União dos Professores Primários, “Ao Professorado Primário – Esclarecimentos necessários”, *A Federação Escolar*, 23/1/29.

²¹⁸ [Anónimo (António Augusto Martins)], [“Editorial”], *A Federação Escolar*, 24/8/27. A partir de 3 de Setembro de 1927 o jornal passa a *Tribuna Escolar* por ter sido suspenso *A Federação Escolar*.

²¹⁹ O castigo aplicado foram 90 dias de suspensão de exercício e vencimento e a transferência para Marvão. A Delegação Executiva faria, entretanto, publicar em *O Professor Primário* uma *Nota* de solidariedade para com António Augusto Martins, mas este queixar-se-á repetidamente (Cfr. *A Federação*, 19/10/27) do esquecimento a que a União do Professorado Primário o vota, certamente retribuindo a sua impenitente independência. Reza assim a referida *Nota* da Delegação Executiva: “Foi processado como professor o nosso dedicado colega e intemerato jornalista António Augusto Martins, pelo seu artigo de fundo do jornal «*A Federação Escolar*» contra o decreto que estabeleceu no Ministério da Instrução Pública o regimen de emolumentos [Dec. nº 14.115]. Que S. Ex.ª o Sr. Ministro da Instrução considere, pois, o seu desabafo como discordância dolorosa duma classe que sente com este decreto mais agravada a sua já bem precária situação económica”. A Delegação Executiva, “António Augusto Martins”, *O Professor Primário*, 7/9/27-20. Note-se que Raio X (Alves de Oliveira) é, na ocasião, um dos que protesta também contra o castigo aplicado a António Augusto Martins. Cfr. *Escola Moderna* 2/10/27; artigo transcrito por *A Federação Escolar* 5/10/27.

Mas grande cavalo de batalha foi isto para os adversários da Delegação Executiva. Era o fim do fim. Fazia-se cavalo de batalha disto porque a derrota de Viseu não estava esquecida”²²⁰.

O empréstimo concedido pela Delegação Executiva a António Augusto Martins tornara-se, como vimos, numa das justificações apontadas para a intervenção do Governo que conduziu ao fecho da União. Do ponto de vista de Mário Sedas Nunes essa interpretação não passou de um pretexto, até porque em matéria de empréstimos havia quem tivesse um *curriculum* bem mais negro, como era o caso de Faria Artur:

“Porque razão se atacou tanto a última Delegação Executiva e não se atacaram as anteriores que fizeram também empréstimos, e até a gente que não pertencia ao magistério ?

Porque não se falou também num empréstimo de 3.500\$00 concedido a um ex-secretário geral, empréstimo feito sem *qualquer documento* em pleno Rossio ?

E porque razão este mesmo secretário geral que beneficiou daquele empréstimo, tanto se insurgiu contra o concedido ao colega a que acima nos referimos ?”²²¹.

Também Gil de Oliveira Mendonça veio, entretanto, à praça dar o seu palpite acerca deste episódio do empréstimo. Na sua opinião o erro da Delegação Executiva não consistiu tanto na concessão do empréstimo a António Augusto Martins, mas principalmente “em lhe darem a mais imprudente e retumbante das publicidades”²²². Contudo, Gil Mendonça entra imediatamente em contradição ao considerar aceitável que alguns professores tenham decidido ler nos corredores do Ministério essa *publicidade* feita nas páginas do jornal da União. Discorda, portanto, da censura de

²²⁰ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. IX- O decreto dos emolumentos”, *Novidades*, 16/10/28.

²²¹ *Idem, Ibidem.*

²²² [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

Sedas Nunes aos que optaram – um acto de provocação intencional – por fazer a leitura de *O Professor Primário* nesse local. Na realidade, ambos se contradizem: Gil de Oliveira Mendonça que considerava a *publicidade* ilegítima, mas legítima a sua leitura, e Sedas Nunes que considerava legítima a *publicidade* mas ilegítima a sua leitura quando feita nos corredores do Ministério:

“É de cabo de esquadra ! Então, Sr. Sedas, onde está a gravidade: *em escrever e dar publicidade a inconveniências, ou em ir lê-las, seja onde for ?* Então o Sr. Sedas exige que a sua *Página* só seja apreciada pelos cantos, às escondidas ?

Supúnhamos nós que *O Professor Primário* era jornal para toda a gente; mas segundo os *históricos*, foi uma grossa patifaria ir lê-lo pelos corredores do Ministério, por onde tantos professores, inclusive o Sr. Sedas, têm feito bastas vezes o mesmo !”²²³.

Também a última Delegação Executiva no seu primeiro e único artigo produzido no contexto deste debate – a propósito do artigo anterior de Mário Sedas Nunes – se pronuncia sobre o comportamento do Conselho Federal e da Delegação Executiva neste caso do empréstimo a António Augusto Martins. Aí se reafirma que a Delegação Executiva se subordinou em tudo às determinações do Conselho Federal e se discorda veementemente contra os que afirmam que ela errou ao dar publicidade à concessão do referido empréstimo:

“(…) tão honestas e claras eram as nossas intenções, que publicámos em *O Professor Primário* as resoluções sobre este empréstimo, quando outros achariam melhor, ao que parece, que fizéssemos reserva sobre aquela deliberação. Ora, uma classe de educadores tem de saber encarar todos os problemas com elevação e verdade, com nobreza e isenção, sempre, portanto, com uma alta dignidade moral, para que o seu apostolado possa ser modelarmente progressivo”²²⁴.

²²³ *Idem, Ibidem.*

²²⁴ Delegação Executiva da dissolvida União dos Professores Primários, “Ao Professorado Primário – Esclarecimentos necessários”, *A Federação Escolar*, 23/1/29.

Finalmente, em 23 de Outubro de 1928, no décimo e último artigo²²⁵ da série consagrada à história dos acontecimentos que precederam e prepararam o fecho da União do Professorado Primário um ano antes, Mário Sedas Nunes sintetiza a sua explicação dos mesmos: as intrigas e as calúnias dos inimigos da Delegação Executiva presidida por Carvalhão Duarte foram os únicos responsáveis por esse trágico desenlace. Em abono da sua tese e para ilustrar o tipo de intrigas que circularam entre a classe, refere que o empréstimo (de 2 contos) feito pela Delegação Executiva a António Augusto Martins, concedido com autorização do Conselho Federal, “garantido por letra e caucionado pela Livraria Progrédior”, não passava na boca de “um professor de Lisboa” de um pagamento da Delegação Executiva que tinha comprado por esse preço os artigos que ele (António Augusto Martins) escrevera em *A Federação Escolar* contra o decreto dos emolumentos²²⁶.

²²⁵ [Mário Sedas Nunes], “União – Historiando os acontecimentos internos. X- Ainda a questão dos emolumentos – Afirmacões graves”, *Novidades*, 23/10/28.

²²⁶ Apesar de em *A Escola Primária* a análise do processo que rodeou a atribuição do empréstimo ser bem mais complexa certo é que tem aí também acolhimento esta tese de que a Delegação Executiva emprestou o dinheiro a António Augusto Martins como forma de sossegar a sua própria consciência, visto que ele tinha sido castigado ao fazer o que a ela lhe competia ter feito e não fizera. A legitimidade dessa interpretação da atitude da Delegação Executiva baseia-se em *A Escola Primária* no facto de na reunião de Agosto de 1927 o Conselho Federal se ter recusado a atender a proposta do Núcleo de Coimbra de concessão de um empréstimo a uma professora doente, federada, e ter vindo pouco depois caucionar a atribuição de um subsídio a um professor que nem federado era. Discorre assim, a propósito, *A Escola Primária*:

“Confronte-se, pois: a uma professora federada, sem meios para se tratar em uma doença grave, de que veio a falecer, negou-se-lhe um empréstimo, caucionado por um núcleo importante; para inutilizar o castigo de um ministro e acudir a um colega que nem federado era, fez-se dos Estatutos um farrapo de papel !

Mas talvez a D.E. tivesse razões fortes, em sua consciência, para assim proceder, pois enquanto Martins se atirava desalmadamente, à doida, ao Decreto insustentável dos emolumentos, ela, a D.E. contava as estrelas e ia dizendo à gente, como pode ler-se em *O Professor Primário* de 7 de Setembro, que ainda não tinha feito comentários sobre tal decreto no Boletim, porque esse não era o melhor processo para se conseguir justiça !...” [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

A Delegação Executiva irá ainda mais longe nos seus ataques estabelecendo até uma certa ligação entre alguns dos actos de Faria Artur e o fecho da própria União do Professorado Primário:

“(…) [um professor, nos corredores do Ministério] mostrava a vários colegas e comentava em voz alta para que toda a gente ouvisse bem, a notícia que a Delegação Executiva publicara em «*O Professor Primário*», nº 410, de 23 de Outubro de 1927 sobre a solidariedade dada ao director de «*A Federação Escolar*». O ex-secretário geral [Faria Artur], o que havia recebido os 3.500\$00 da União, fazia coro também nos protestos !!! «Que não estava bem. Que não podia ser. Que a Delegação Executiva procedia mal». (...) isto passou-se no Ministério da Instrução como dissemos. Foi em fins de Outubro de 1927. Pouco depois dava-se a «dissolução da União»²²⁷.

A tese da conspiração que o texto da Delegação Executiva adopta e que é também a dos dez artigos de Mário Sedas Nunes (afinal, um dos seus membros) tinha, no entanto, múltiplas versões como a referida pelo ex-professor primário e actual jornalista Armando Boaventura que teria afirmado “numa reunião de professores em Gouveia, que determinado professor – um dos que trabalharam com Faria Artur – era o principal responsável pelos acontecimentos da União”²²⁸.

Quem, obviamente, não aceita esta versão é *A Escola Primária* que, sem perda de tempo, riposta com outra explicação para a dissolução da União: ela caiu vítima dos “erros tremendos” da última Delegação Executiva. Erros que se iniciam com a cobertura e publicidade que deram à “moção fatal” e que culminaram no apoio irreflectido a António Augusto Martins. O próprio Boletim da Internacional que foi encontrado na escola de Gaia não deverá, nessa perspectiva, ser olhado senão como

²²⁷ *Idem, Ibidem.*

²²⁸ *Idem, Ibidem.* Referência a Acácio de Gouveia ?

mais uma “acha para a fogueira”, uma acha especial, sem dúvida, mas que só teve a importância que teve na medida em que foi possível que a doutrina desse Boletim tenha sido “posta numa relação estreita com a atitude da D.E. e que foi o somatório de tudo isso que permitiu chegar ao resultado de o Conselho de Ministros dissolver a União”²²⁹. A machadada final esteve, portanto, na opinião de *A Escola Primária*, relacionada com o empréstimo. É essa, definitivamente, a sua explicação do ocorrido:

“O leitor viu que até 23 de Outubro de 1927 – data do último número de *O Professor Primário* – os Corpos Gerentes, segundo a sua própria confissão, viveram em satisfatórias relações com os ministérios. Foi preciso, em esse número, tomarem a atitude a que já nos referimos; oficialmente classificada, como é notório, de declarada rebeldia, para os acontecimentos, que conduziram à dissolução, se precipitarem.

A União, desde esse momento, passou a ter pés de barro, como a estátua de Nabucodonosor; deixou de ser um organismo capaz de se desenvolver e de produzir bons frutos, para ficar a constituir um abcesso que apenas esperava a hora de ser estripado ou de se dissolver, pelos germens pestilentos que trazia em si”²³⁰.

Também em seu nome próprio Gil de Oliveira Mendonça defende esta mesma posição acerca das responsabilidades da Delegação Executiva na dissolução da União. Considera, por isso, absolutamente descabida a forma como Mário Sedas Nunes apresentou a sua “história” centrada em determinados casos da vida associativa nos quais, pretensamente, um certo grupo de professores adversários da Delegação Executiva presidida por Carvalhão Duarte teriam sido os culpados por todos os males da União do Professorado Primário:

“Os senhores, os que deram cabo da União, escusam de para aí andar a chamar nomes feios aos outros e a quererem sacudir do seu capote a água das

²²⁹ [Direcção], “Os acontecimentos da União. A sua história e os seus historiadores. Duas palavras em ar de prólogo”, *A Escola Primária*, 25/10/28.

²³⁰ *Idem, Ibidem.*

culpas, pois, para o grosso da Classe, isso não pega. Se além dos senhores há outros culpados, demais sabem vocês que não são colegas vossos.

(...)

(...) E agora leva de quererem responsabilizar os outros pelos males *que só* vocês procuraram por suas mãos, o que é desleal e revoltante”²³¹.

Em tom policial e com a dose de ironia que lhe era característica, Gil de Oliveira Mendonça não tem piedade alguma para com os *históricos* da Delegação Executiva:

“Mas notem que lhes fazemos esta justiça: **Vocês mataram a União, mas não foi por maldade.**

São **percalços**. Julgaram que à valentona a serviriam melhor; enganaram-se, caíram. Tem acontecido dessas a muito boa gente.

O que vocês podiam, no entanto, era ter a nobreza da **confissão do delito** que praticaram... **sem intenção de matar**. E isso seria uma **atenuante aceitável, honesta**; não desunia, antes, pelo contrário nos traria, nesta altura, todos de mãos dadas, a congregar e nunca a repelir.

Mas vocês adoptam outra tática: fizeram o mal e agora fazem a caramunha, que é como quem diz – em cima de queda... o aperto de mão !”²³².

Na hora de fazer o balanço final do significado e do impacte associativo deste debate histórico através do qual a classe ajustou contas com o seu passado recente *A Escola Primária* despede-se²³³ acusando quem lançou a discussão (a «Página Escolar»

²³¹ [Anónimo (Gil de Oliveira Mendonça)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

²³² *Idem, Ibidem.*

²³³ “Estas questões sobre União têm de acabar nestas colunas, onde o assunto já está suficientemente esclarecido. Inúmeros colegas nos têm pedido para não escorregarmos mais para o soalheiro, que só interessa a um escasso cento de professores. A nós não nos faltam nem os melhores elementos nem a boa disposição de espírito para irmos dando sota e ás a tudo e todos; mas não vale a pena e, por isso, daqui em diante, sobre soalheiro associativo, *o menos possível*. Quem nos vem lendo sabe mesmo que não fomos nós que provocámos estes conflitos, que a parte sã da Classe vê com maus olhos.

Desculpem-nos; mas bem vêem que nós, sendo atacados, sem razão absolutamente nenhuma, e tendo jornal nosso, não podíamos ficar calados.

Vão lá, pois, os Mários; continuando com os ralhos de comadres. Pode ser até que esteja *nisso* o *isso* para serem lidos.

A Escola Primária não precisa desses expedientes, para todos os dias ver aumentado o número dos seus leitores. E é isso que mais alto diz quem tem razão !

do jornal *Novidades*) de nada de bom ter trazido com isso à classe e de só ter, eventualmente, colhido ela própria proveito ao nível da angariação de leitores. Sem dúvida, como já notámos, esta disputa foi também uma luta travada entre jornais por motivos de ordem comercial.

Prestes a encerrar o debate, Gil de Oliveira Mendonça dirá que o assunto já só interessava a pouquíssimos professores. Isso, no entanto, não se fica a dever ao facto de os problemas debatidos não serem, realmente, os grandes problemas que tinham deitado abaixo a União do Professorado Primário. Mas a classe mostrou já não estar em condições de rememorar devidamente o seu passado e de fazer a catarse necessária que a pudesse catapultar para poder entrar num novo fôlego, mais saudável, da sua vida associativa. Pelo contrário, como acabamos de ver, o exercício retrospectivo apenas serviu para confirmar e agravar ainda mais as divisões que determinarão a morte, doravante, inevitável, da União do Professorado Primário²³⁴.

Curiosamente, Carlos Martins não interveio uma única vez sequer nesta polémica. E estes meses em que o “debate histórico” ocupa o primeiro plano serão também de

Passaremos, pois, quanto possível, a seguir, contra certa má língua invejosa, o conselho que o Virgílio dava ao Dante, a propósito dos condenados à obscuridade: – *não façamos caso deles, olhemo-los compassivamente e continuemos o nosso caminho.*” [Anónimo (Direcção de A Escola Primária)], “Os acontecimentos da União – Ainda o caso da Previdência”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

²³⁴ Ainda antes de o debate gerado por Mário Sedas Nunes ter chegado ao seu termo, já a União do Professorado Primário fora reaberta. Mas, depressa, se verificaria que era insustentável mantê-la em funcionamento, a nosso ver, principalmente, porque, *de facto*, não havia na classe *união* bastante que suportasse a instituição. Papel muito importante no agravamento da divisão entre o professorado primário teve nesta fase a discussão acerca da necessidade ou não de criação de um “subsídio de família”, extremando-se as posições, particularmente devido à disputa entre Rodrigues Pepino e Abílio do Amaral com este último a assumir uma posição radical que o comprometeria irremediavelmente a ele e a todos os “avançados” numa época em que, oficiosamente, já iam tendo cotação as designações de “bom português” e de “bom professor”, sempre articuladas com o factor confessional cuja importância se agigantara nos últimos tempos. O Decreto nº 17.983, de 20 de Fevereiro de 1930, acabará, por isso, por ser, principalmente, um pretexto aproveitado pela classe para justificar o fecho da União do Professorado Primário indicando-o como determinante da impossibilidade real de o professorado primário continuar mantendo a instituição representativa de toda a classe. Na verdade, foi a mesma falta de unidade interna que impediu que a Casa dos Professores tenha alguma vez conseguido ser mais do que o projecto de um dos sectores da classe – o sector “avançado” –, projecto que, por isso, não teve asas para voar.

relativo apagamento em termos de produção de *Notas Oficiosas* tanto da parte da Lutuosa como da parte da Caixa de Previdência. O hiato é tal que quando, logo a partir de inícios de 1929, a questão da situação das instituições mutualistas se voltar a pôr seremos surpreendidos pelo facto de já ser dominante a doutrina segundo a qual a Lutuosa se deve fundir com o Montepio. A Caixa de Previdência estabilizara, indiferente às guerras intestinas da classe do professorado primário, com Carlos Martins descansando no seu posto. A Lutuosa, pelo contrário, vive uma situação cada vez mais complicada mesmo se na Assembleia Geral de Abril de 1929 Alves de Oliveira ainda repudia firmemente tal ideia e apesar de o crescendo das tomadas de posição pró-fusão enfrentar ainda nessa altura sucessivas auto-proclamações de boa saúde da Lutuosa. Certo é, porém, que, um ano depois, a mesma Assembleia Geral acabará por aceitar a fusão com o Montepio.

5.9. A ideia da fusão da Lutuosa com o Montepio em *crescendo*

A ideia da fusão entre a Lutuosa dos Professores Primários e o Montepio Oficial do Professorado Primário – já o vimos – fora lançada em Julho de 1927 pelo professor Artur Tabora Morais²³⁵ que, no contexto da discussão do projecto de alteração de Estatutos desta instituição no qual vinha contemplada a criação duma Lutuosa, sugeriu, para combater o “delírio das Lutuosas”, “uma aproximação entre a Lutuosa e o Montepio dos Professores Primários”. Apesar de estar convencido das vantagens dessa “aproximação”, clarividente, confessou também ter a perfeita noção de que “interesses, orgulhos de meia dúzia” poderiam impedir o sucesso dessa operação. Note-se, porém,

²³⁵ Prof. Artur Tabora de Morais, “Previdência”, *Escola Moderna*, 3/7/27.

que o professor Taborda de Moraes não concretiza os termos em que se daria a pretendida “aproximação”.

Quem, de facto, pela primeira vez avançou com a ideia de *fusão* entre a duas instituição mutualistas foi, pouco tempo depois – já o referimos também –, o Professor Costa e Silva. Só assim se evitaria, em seu entender, que a Lutuosa morresse na luta desigual que travava contra a Caixa de Previdência de inscrição obrigatória. Aliás, na sua opinião, também o Montepio sairia beneficiado, ganhando ambas as instituições em eficácia, força e poderio. Para que a sua proposta pudesse avançar seria, no entanto, necessário que os Corpos Gerentes da União do Professorado Primário, os entendidos e todos os professores começassem por estudar o modo de a pôr em prática, a fim de a mesma ser, posteriormente, apreciada em Congresso. Como já observámos, o professor Costa e Silva pensa que esta é a única forma de a classe conseguir manter uma instituição de Previdência sólida que seja *sua* e que proporcione também Assistência aos sócios²³⁶.

Em carta dirigida a António Augusto Martins, Costa e Silva discordou do pessimismo do Director de *A Federação Escolar* que o acusava de ingenuidade, e admitia que, pelo contrário, os Corpos Gerentes do Montepio e da Lutuosa, decerto, acolheriam favoravelmente a sua proposta²³⁷. Tanto mais que a integração da Lutuosa no Montepio não seria desprestigiada para a classe, pois o Montepio era também uma instituição criada e sustentada exclusivamente por professores primários²³⁸.

Contrariamente às suas expectativas, e confirmando as de António Augusto Martins, na verdade, os alvitre de Costa e Silva não obtiveram resposta alguma – nem mesmo desfavorável – quer da parte dos Corpos

²³⁶ Prof. Costa e Silva, “Lutuosa e Montepio”, *A Federação Escolar* , 20/7/27.

²³⁷ *Idem, Ibidem.*

²³⁸ *Idem, Ibidem.*

Gerentes da União do Professorado Primário quer da parte dos Corpos Gerentes das duas instituições mutualistas visadas. Foi preciso esperar por Janeiro de 1928 – quando foram oficialmente aprovados os novos Estatutos do Montepio Oficial do Professorado Primário que efectivamente criaram nesta instituição uma secção tipo “Lutuosa” – para encontrarmos outra vez algumas reacções à superabundância de instituições mutualistas na classe do professorado primário. O articulista de *Educação Nacional* José de Queirós, retomando as críticas que já fizera logo quando a ideia da criação duma Lutuosa no Montepio foi lançada, é o primeiro a atacar a opção dos sócios que tal decidiram em Assembleia Geral:

“Se a classe já tem duas associações com carácter de *lutuosa* – a Caixa de Previdência e a Lutuosa dos Professores Primários – para que se inventou mais um meio de pequenizar o ordenado que já de si é demasiadamente pequeno ?

Positivamente, nós vivemos todos no reino da lua.

Não se faz outra coisa senão trabalhar para deixar dinheiro à hora da morte”²³⁹.

Quem também reage opondo-se encaloradamente à oficialização da “Lutuosa do Montepio” é o professor Leónidas, de Aveiro, com um sarcástico artigo sobre o assunto intitulado “O foot-ball e as lutuosas”²⁴⁰. Cáustico, declara não compreender como pode o professorado primário ser “uma classe que diz passar fome e que brinca com as lutuosas como os fedelhos brincam com a bola nas ruas !”²⁴¹. Irónico, escreve que, por a criação de Lutuosas ter desabado sobre o país como a moda do “foot-ball”, a Sociedade das Nações

²³⁹ José de Queirós, “Carta”, *Educação Nacional*, 26/2/28.

²⁴⁰ Prof. Leónidas, “O foot-ball e as lutuosas”, *Novidades*, 6/3/28.

²⁴¹ *Idem*, *Ibidem*.

até já pensa em designar a época que Portugal atravessa como “*a era das ltuosas*”:

“E mais consta que esta resolução foi tomada pelo alto organismo internacional depois que o Montepio Oficial, sito no Porto, – o que nunca pôde com uma gata pelo rabo, a despeito das fanfarrices com que sempre se manifestou – vai tomar a liberdade de nos descontar, a nós sócios, quanto lhe apetercer, nos nossos ordenados pelintras, para que possamos legar a nossos filhos à fina força, aquilo que ele, Montepio, muito bem entender. E nem aos sócios antigos se pede licença para tal”²⁴².

Desiludido com a sua classe que padece dum autêntico “entusiasmo fúnebre”²⁴³, o professor Leónidas protesta “contra a brincadeira”: “É zelo demasiado pela sorte dos meus depois da minha morte. E quem se importa com eles durante a minha vida ?”²⁴⁴ A terminar, em desespero de causa, declara-se ele próprio pronto a aderir à moda criando em Aveiro a “*lutuosa dos mexilhões e ovos moles*”²⁴⁵.

Estas foram apenas algumas das reacções da classe, no imediato, à criação da Lutuosa do Montepio. Estranhamente, apesar de já anteriormente os professores Artur Taborda de Morais e, principalmente, Costa e Silva terem apresentado propostas no sentido da fusão entre a Lutuosa e o Montepio, elas não são evocadas no momento em que a Lutuosa do Montepio passa a ser uma realidade. A ideia da fusão da Lutuosa com o Montepio só voltará a ser defendida na Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra em Abril de 1928. O professor Mário Sedas Nunes apresentou aí uma proposta – já tivemos ocasião de a analisar – que não se limitou à fusão entre as duas instituições, pois defendia que a componente de Previdência da Lutuosa deveria ser

²⁴² *Idem, Ibidem.*

²⁴³ “E pronto ! Agora deu a esta gatinha para nos obrigarem apenas a pensar... na morte. Não há que ver: estamos outra vez no tempo lacrimante do noivado do sepulcro... desta vez com imposto e tudo”. *Idem, Ibidem.*

²⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁵ *Idem, Ibidem.*

transferida – juntamente com os fundos existentes – para o Montepio Oficial do Professorado Primário, mantendo-se, no entanto, a Lutuosa transformada em Caixa de Assistência²⁴⁶. É certo que a sua proposta não passa duma vaga intenção, e que ela não inclui desde logo qualquer estudo acerca de como se procederia à transferência dos sócios de uma instituição para a outra sem perda de regalias – limitação que, prontamente, fora apontada por Acácio de Gouveia²⁴⁷. Ainda assim, e apesar do fracasso de Mário Sedas Nunes na Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1928, pode dizer-se que foi a partir dessa data que a ideia de fusão entre a Lutuosa e o Montepio não mais parou de se desenvolver. No entanto, se é verdade que ela se torna imparável, é igualmente certo que sempre Alves de Oliveira e o grupo de *A Escola Primária* se lhe oporão, razão pela qual será apenas em *A Federação Escolar* e em *O Povo* que ela continuará a ser defendida e aprofundada. De tal maneira que, à data da Assembleia Geral da Lutuosa que se realizará em Abril de 1929, a ideia da fusão e os pormenores da sua concretização tornar-se-ão já, claramente, o principal assunto em discussão no campo do associativismo mutualista da classe do professorado primário.

Poderá, assim, afirmar-se, sem quaisquer reservas, que a criação da “Lutuosa do Montepio” constituiu o fermento responsável por que o processo que levou à fusão da Lutuosa dos Professores Primários com o Montepio Oficial do Professorado Primário se tenha continuado a desenvolver no sentido em que se desenvolveu. Como vimos, a criação da secção de “subsídio único” (Lutuosa) no Montepio foi problemática. Mas também logo houve quem visse aí a solução que permitiria transformar a Lutuosa dos

²⁴⁶ Mário Sedas Nunes retoma a ideia de transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência defendida por Carlos Martins logo na altura da criação da Caixa de Previdência. A diferença entre ambas as propostas é que enquanto Carlos Martins defendia a transferência dos sócios da Lutuosa para a instituição mutualista que o Ministério acabava então de criar, Mário Sedas Nunes era adepto de que eles ingressassem na outra instituição mutualista criada e gerida pelo professorado – e também oficializada – que era o Montepio Oficial do Professorado Primário.

²⁴⁷ Cfr. [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Em Coimbra realizou-se com grande entusiasmo e regular concorrência a assembleia geral da «Lutuosa dos Professores Primários», *Novidades*, 17/4/28.

Professores Primários numa Caixa de Assistência destinada a todos os professores, especialmente aos mais velhos que não podem aderir à Caixa de Previdência. Um dos que entreviu este caminho foi Manuel Gonçalves Laje que, numa carta dirigida, em finais de Julho de 1928, ao Director de *A Federação Escolar*, considera essa solução não só como desejável, mas também como inteiramente possível “contanto que haja alguma boa vontade e desde que muitos *meninos bonitos* queiram desprover-se dalgumas penas com que se empavonam”²⁴⁸. Se a adoptasse, a classe passaria a manter duas em lugar de três instituições de previdência e a sua Lutuososa poderia ser transformada na Caixa de Assistência de que não dispunha e que lhe fazia tanta falta como as instituições de Previdência:

“Considero, Snr. Director, que não somente há fome nos lares dos órfãos, mas também nos dos semi-órfãos que vêem os pais debater-se na agonia da morte e cujos proventos não chegam sequer para pagar ao médico e ao farmacêutico”²⁴⁹.

Manuel Gonçalves Laje desafia até António Augusto Martins para que lance no seu jornal uma campanha em prol desta ideia, de forma que ela fosse estudada e num próximo Congresso ou Reunião da classe o assunto pudesse já ser abordado com seriedade. Insiste tanto nesta necessidade quanto discorda do argumento usado por Alves de Oliveira na Assembleia Geral de Coimbra ao defender que é preciso conservar a Lutuososa para salvaguardar o prestígio da classe:

“Confesso que não diviso o desprestígio que possa advir-nos da integração da «Lutuososa» no «Montepio» tanto mais que esta instituição foi criada e é sustentada exclusivamente por professores primários”²⁵⁰.

²⁴⁸ Manuel Gonçalves Laje, “Questões mutualistas”, *A Federação Escolar*, 1/8/28-9

²⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

O professor Gonçalves Lage depressa seria secundado pelo seu colega Costa e Silva que, também em *A Federação Escolar*, retoma a defesa da ideia da fusão de que fora o primeiro subscritor. Consciente de que ninguém lhe deu atenção da primeira vez, espera ser agora mais feliz, visto o assunto estar na ordem do dia das discussões da classe:

“Há aproximadamente um ano tratei (...) do assunto (...). E agora que a luta vai *acesa*, extremado-se cada vez mais os campos, luta inglória e desprestigiante para a classe, apareço na *terra de ninguém* a lutar também, qual magriço pela sua dama.

(...) Prevendo o que será a Lutuosa daqui a dez, a vinte anos e para evitar os dissabores, as amarguras próximas ou remotas, aconselhava eu a fusão do Montepio com a Lutuosa, formando a Mutualidade mais forte, mais segura, mais sustentável do país.

Chamei a atenção da classe e a minha voz clamou no deserto.

Ninguém fez caso das minhas apreensões, só o ilustre director de então e que o é actualmente veio com a anedota do sacristão e da capela, dando-me a entender que não valia a pena tratar do assunto, tais os interesses que feria. Recolhi-me ao silêncio, mas a minha convicção subsistiu cada vez mais esperançosa, mais persuadida, mais *teimosa*”²⁵¹.

Na verdade, este artigo do professor Costa e Silva será apenas o primeiro de vários nos quais, ao longo dos meses que se seguem, se tornará o mais estrénuo e sistemático defensor da fusão entre o Montepio e a Lutuosa. O seu optimismo é agora evidente. Tendo exposto as suas ideias a diversos colegas seus conhecidos sabe que eles fizeram o mesmo e, por isso, julga que elas estarão prestes a ser adoptadas por todo o professorado primário “lançando ao ar certos preconceitos e conveniências”. Aliás, outra coisa não seria de esperar de uma classe decidida a dar estabilidade a ambas as instituições que “muito ama e estremece” e que, por

²⁵¹ Costa e Silva, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 10/10/28.

esta via, encontrará a melhor solução para as suas necessidades quer de Previdência quer de Assistência:

“Sim, a fusão do Montepio com a Lutuosa é de uma grande urgência para não assistirmos ao desabar de um monumento que tanto custou a criar e é sustentado pelos nossos estóicos sacrifícios. Limemos as arestas que colidem das duas associações, juntemo-las e ficaremos com perto de oitocentos contos de fundo de reserva, e cujo produto de cotização satisfaz plenamente aos encargos dos legados, dando ainda lucro. Além de decidir definitivamente este assunto, poder-se-ia resolver com vantagem o que agora se está debatendo: a concessão de subsídios para doenças, invalidez e funerais dos associados e das suas famílias”²⁵².

Convidando os colegas a tomarem a palavra e a exporem também publicamente a sua posição, Costa e Silva quer relançar o debate sobre o assunto: “Pensemos nisto a sério e livres de quaisquer peias. De contrário, uma associação viverá vegetativamente e a outra morrerá pelo decorrer do tempo”²⁵³.

Em desacordo com a solução apontada por Costa e Silva manifesta-se, entretanto, Mário Sedas Nunes. Embora concorde com a necessidade de se resolver urgentemente o problema (“Protelar a questão é mostrar estar cego de todo”), retomará a sua proposta apresentada na última Assembleia Geral da Lutuosa, e discordará do projecto de Costa e Silva, principalmente, por não contemplar a possibilidade de sobrevivência da Lutuosa. Ele, pelo contrário, pretende salvá-la:

“O que se torna necessário fazer – se não quisermos ficar num futuro mais ou menos distante sem a instituição que tantos sacrifícios nos tem custado – é passarem os sócios da Lutuosa para o «Montepio Oficial» *com todos os direitos adquiridos* e converter a «Lutuosa» em instituição de assistência de que tanto necessita o professor primário mas de que bem poucos se lembram enquanto estão sãos e escorreitos”²⁵⁴.

²⁵² *Idem, Ibidem.*

²⁵³ Costa e Silva, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 10/10/28.

²⁵⁴ [Anónimo (Mário Sedas Nunes)], “Lutuosa”, *Novidades*, 16/10/28.

Posição próxima de Costa e Silva tem Álvaro Botelho que em *A Federação Escolar* apoiará incondicionalmente a sua proposta de fusão: “Não temos precisão de tantas mutualidades. Duas bastam-nos bem – o Montepio e a Caixa”²⁵⁵. Pede, por isso, ao professor de Favaios que comece, desde já, a estudar as bases em que ela se deve realizar, para que as mesmas possam ser discutidas ainda antes da próxima Assembleia Geral da Lutuosa. Em seu entender, a grande vantagem da fusão é que ela permitirá à classe “tratar a sério da Assistência” como se impõe, “já que do Estado-Providência nada podemos esperar”²⁵⁶.

A Federação Escolar publicará nesta mesma edição também um artigo enviado de Cabo Verde pelo professor Joaquim Sapinho que discute o problema levando a ideia da fusão ainda mais longe ao propor uma única instituição mutualista que substitua todas as existentes, inclusive a Caixa de Previdência. Cita em apoio da sua tese o *Parecer* do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios condenando as Lutuosas e insiste na necessidade de a classe, sem perda de tempo, dar uma solução ao problema da Lutuosa antes que o mesmo se manifeste. Em seu entender, no entanto, para isso é necessário estar disposto a ir muito mais longe do que têm ido todos quantos até à data trataram o assunto:

“O que a eles ainda não lembrou foi de se reduzirem as mutualidades da Classe, incluindo mesmo a Caixa de Previdência do M. da Instrução Pública, a uma, que ficasse com as atribuições do Montepio, das Lutuosas e Assistência”²⁵⁷.

Confia, portanto, em que se o problema for colocado de forma radical e estudado por quem tiver conhecimentos bastantes, poderá ser resolvido com grande vantagem

²⁵⁵ Álvaro Botelho, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 24/11/28.

²⁵⁶ *Idem*, *Ibidem*.

²⁵⁷ Joaquim Sapinho, “Uma carta”, *A Federação Escolar*, 24/11/28.

para a classe que passará, então, a dispor não só da Previdência de que já dispõe mas também da Assistência de que carece – e tudo isso por um custo semelhante ou até mesmo inferior ao que presentemente paga. Economia que, obviamente, convém à classe, tendo em conta as dificuldades que atravessa.

Costa e Silva reagirá entusiasticamente aos dois últimos artigos a que acabamos de nos referir, visto que eles acolhem bem a sua proposta:

“Ainda bem que a fusão do Montepio e da Lutuosa vai-se tornando ideia, ganhando corpo – prova-o o facto de alguns colegas, respondendo ao meu apelo, terem vindo à estacada pugnando por tal alvitre”²⁵⁸.

Entretanto, publicará um novo artigo no qual repesca os argumentos já anteriormente adiantados e avança entrando na análise de alguns pormenores mais complexos da concretização da pretendida fusão entre as duas instituições mutualistas, especialmente dos que, à partida, parecem poder complicar a operação. Em primeiro lugar, indica o facto de os sócios do Montepio serem todos professores primários, complementares e normais, enquanto que a Lutuosa, “a bem dos mesmos professores alberga inspectores, professores dos liceus, universidades, escolas comerciais, industriais, etc.; funcionários dos Ministérios da Instrução e das Finanças, das secretarias dos liceus, das faculdades e escolas normais e empregados menores dos diversos estabelecimentos de ensino”²⁵⁹. É seu entendimento, no entanto, que esta diferença não criará nenhuma espécie de dificuldade insolúvel – desde que a instituição resultante da fusão garanta a todos os sócios, *qualquer que seja a sua categoria*, os subsídios que as anteriores assumiam²⁶⁰. Em segundo lugar, evidencia quanto a classe

²⁵⁸ Costa e Silva, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 28/12/28

²⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

poderá beneficiar ao nível da Assistência com o apoio no custeio de funerais, na doença e na inactividade forçada. Convencido de que, tecnicamente, nada obsta a que a operação se realize, termina prometendo elaborar as *Bases* da projectada fusão e insiste no seu desejo de que nunca razões de ordem corporativa e pessoalista a inviabilizem:

“Ninguém abdica, ninguém se humilha, ninguém é suplantado com a fusão do Montepio e da Lutuosa. São duas associações grandes que se querem tornar maiores, que querem ampliar, abrir mais longe os seus horizontes para que em vez de lágrimas, misérias, infortúnios, desgraças haja sorrisos, bem estar, alegrias, encantos, exemplos vivos de uma prosperidade geral que demonstrará o quanto a união faz a força”²⁶¹.

O entusiasmo de Costa e Silva continua, contudo, a não ser compartilhado por todos. Agora é António Augusto Martins que observa, sardónico, comentando os vários artigos recentemente publicados em *A Federação Escolar* defendendo todos a fusão da Lutuosa com o Montepio:

“Esfalfam-se alguns dos nossos colaboradores a demonstrar a necessidade de reunir numa só as organizações mutualistas: Lutuosa e Montepio !

Pelo nosso amigo Dr. João Gomes de Oliveira, a união está feita, visto ser presidente das duas !

Porém, na reunião das Secretarias, mais que na das finalidades, é que a grande porca torce o apêndice”²⁶².

Apesar da descrença de alguns, é muito claro que a ideia da fusão vai ganhando cada vez mais adeptos. Em Fevereiro de 1929, na página semanal do jornal *O Povo* intitulada “Tribuna do Professor” e dirigida pelo ex-membro da última Delegação Executiva Abílio do Amaral, será a vez de o professor Lalanda, ainda que de forma indirecta, vir também defender a unificação das instituições mutualistas da classe.

²⁶¹ *Idem, Ibidem.*

²⁶² [Anónimo (António Augusto Martins)], [“Notas”], *A Federação Escolar*, 28/12/28.

Saúda a ideia da criação de uma instituição que garanta assistência na doença, visto que, apesar de, presentemente, já ter três caixas de socorros, nenhuma delas auxilia os professores na doença, pois todas os “socorrem... depois de mortos”²⁶³.

Na edição de *A Federação Escolar* de 6 de Fevereiro de 1929 publicam-se as *Bases* de cuja elaboração Costa e Silva se encarregara²⁶⁴. Não pretendendo que sejam a última palavra sobre o assunto, espera apenas que elas incitem outros colegas ao estudo de um problema que, se não for resolvido a tempo, fará “derruir fragorosamente os castelos dos nossos anseios que as intempéries da nossa imprevidência apodreceram e desfizeram”²⁶⁵. O documento, apresentado como “*Bases para a fusão do Montepio Oficial do Professorado Primário e da Lutuosa dos Professores Primários*”, prevê a criação duma nova instituição resultante da fusão das duas que lhe dão origem, a qual se passaria a designar como Montepio Oficial do Professorado Primário Português. No capítulo das finalidades conjuga-se a atribuição de pensões de sobrevivência (que o actual Montepio concede), com a de subsídios por morte (tal como acontece agora na Lutuosa dos Professores Primários e na “Lutuosa do Montepio”). Além disso, de acordo com o que Costa e Silva sempre advogara nos diversos textos em que alvitrou a fusão das duas instituições, o autor das *Bases* acrescenta às finalidades da nova instituição também a concessão de subsídios para funeral bem como de subsídios por doença e por invalidez.

²⁶³ Lalanda, “Quando o mal é fatal – I”, *O Povo*, 2/2/29.

²⁶⁴ António Augusto Martins não parece muito receptivo à sua publicação. De facto, o pedido do seu autor para que fossem integralmente publicadas num mesmo número, apesar de serem um pouco extensas, recebe o comentário seguinte do Director de *A Federação Escolar*: “Só o facto deste nosso colega e ilustre colaborador ter abordado aqui o assunto agora desenvolvido nos leva a satisfazer-lhe o pedido de publicação. É que já nos enfadaram tantas Lutuosas”. [Anónimo (António Augusto Martins)], “Lutuosas, Montepios & C.^{as}”, *A Federação Escolar*, 6/2/29.

²⁶⁵ Costa e Silva, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 6/2/29.

A necessidade deste último subsídio tinha sido, repetidas vezes, tema de artigos publicados na imprensa da classe, já que, na época, muitos professores se inutilizavam para o exercício da profissão antes de terem legalmente direito à aposentação. A proposta de Costa e Silva previa pensões mensais de invalidez de 270\$00 para as quais cada sócio contribuiria com uma cota mensal de 1\$00. No caso de doença, o pagamento desta mesma importância garantiria 300\$00 por mês. Quanto ao Subsídio de Funeral, no valor de 1000\$00, seria suportado pelo pagamento por cada sócio de \$50 por cada falecimento. As *Bases* de Costa e Silva previam as diversas situações de ingresso de sócios na nova instituição consoante a posição que tinham naquela ou naquelas instituições a que anteriormente pertenciam, isto é, de acordo com o tipo de legado e/ou pensão em que estavam inscritos. Propunha, depois, que no geral e no que estas *Bases* fossem omissas se aplicaríamos as normas legais em vigor no Montepio. Ou seja, para além de o nome da nova instituição ser praticamente igual ao do actual Montepio, também no resto era claro que esta era a instituição dominante no processo de fusão.

Independentemente de concordar ou não com as *Bases* adiantadas por Costa e Silva, o professorado primário tinha, de facto, na ordem do dia da vida associativa da classe o assunto da fusão da Lutuosa com o Montepio. Bom exemplo disso é a forma como a mesma tecla da necessidade da fusão volta a ser tangida na "Tribuna do Professor" de *O Povo* atacando o número excessivo de instituições de Previdência de que a classe dispõe:

“Os professores tuberculosos batem à porta da Lutuosa e o Sr. Secretário informa que subtraiu do Estatuto esse artigo de assistência, e que lá estava desde Janeiro de 1926; a Previdência está simplesmente nessa função para que o Estado a criara; o Montepio entendeu que só dois caixões não chegariam e força-nos a outra Lutuosa; a assistência do decreto acima [Decreto nº 14.192, criando a Assistência

aos funcionários tuberculosos, a propósito do qual este comentário surge], só lá quer as quotas que nos vai cobrando; e o professor... tuberculiza-se para ter depois muitos caixões”²⁶⁶.

Na realidade, o que Costa e Silva prevê é a *dissolução* da Lutuosa no Montepio e não a *fusão* da Lutuosa com o Montepio, ou seja, é evidente que na sua perspectiva a Lutuosa é a instituição a abater. Isto e o facto de os seus artigos serem publicados em *A Federação Escolar* colocam o autor das *Bases* no terreno inimigo vistas as coisas do ponto de vista de Alves de Oliveira. Nesse mesmo campo se coloca o confesso adversário da Direcção da Lutuosa, A. Pereira de Carvalho que, entretanto, também em *A Federação Escolar*, comentará a publicação das *Bases* de Costa e Silva aproveitando para um novo ataque ao *interesse* com que os dirigentes da Lutuosa ocupam os seus lugares na condução dos destinos da instituição:

“Traz a «Federação» umas bases que procuram dar melhores dias à Lutuosa. Não é isso, porém, o que mais interessa os seus dirigentes. Proponham-lhes, acima dos *novecentos*, mais umas gratificações e verão como o futuro da Lutuosa fica salvaguardado...”²⁶⁷.

A. Pereira de Carvalho não se ficará, porém, por esta curta reacção e explanará, uma semana depois²⁶⁸, com maior detalhe, as suas próprias ideias acerca da projectada fusão, lançando novas invectivas contra o rumo transviado ultimamente seguido pela Lutuosa dos Professores Primários. Exemplifica com o facto de Alves de Oliveira ter eliminado dos Estatutos a parte que neles se referia à Assistência. Na opinião de A. Pereira de Carvalho, se esta existisse ainda a Lutuosa poderia interessar ao professorado primário, mas sem ela a morte é a melhor saída quando um professor tiver

²⁶⁶ [Anónimo (Abílio do Amaral ?)], “Pão Nosso”, *O Povo*, 21/2/29.

²⁶⁷ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 27/2/29.

²⁶⁸ A. Pereira de Carvalho, “Lutuosa e Montepio”, *A Federação Escolar*, 6/3/29.

a infelicidade de uma doença ou de um qualquer contratempo grave frente ao qual a Lutuosa de nada lhe pode servir. Aliás, é toda a situação estatutária da Lutuosa que é merecedora da sua crítica, pois “o estatuto é uma lenda, ou nem isso, porque não existe”²⁶⁹.

Por outro lado, A. Pereira de Carvalho põe em causa a Lutuosa também por causa da *falta de garantias* que faz dela uma instituição condenada à falência:

“Há pois, uma só garantia, *morrer cedo*, morrer para não perder. A Lutuosa, tal como está é por isso mesmo um jogo de azar em que só lucram os *banqueiros*. Os inscritos querem a Lutuosa, como é óbvio, querem que ela viva, mas á desgraçada má vida lhe dão, arranjam-lhe expedientes para a enganar.

Essa vida é, portanto, uma vida fictícia, uma vida mentirosa que há-de ter um fim, *a falência*”²⁷⁰.

Não perde também a ocasião para acusar a Direcção de estar cuidando apenas do seu *interesse* e de não se preocupar sequer em que a instituição esteja ainda a servir para aumentar a divisão no seio da classe, e por isso lança a pergunta:

“Sem assistência, que tinha e agora não tem, canalizando para si ódios que ainda paga a *novecentos* escudos por mês, lançando discórdias, promovendo dissidências, dando lama em troca de carinhos, para onde quer ir a Lutuosa ?”²⁷¹.

Embora o acolhimento que foi feito na última Assembleia Geral da Lutuosa ao Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos tenha sido a causa próxima da anulação da inscrição de A. Pereira de Carvalho na Lutuosa, neste artigo é óbvio que ele já não combate a instituição apenas por causa da sua cumplicidade com os inimigos da classe. Ele acrescenta agora às razões de ordem associativa outras referentes aos aspectos técnico-financeiros do seu funcionamento. Porém, isso não obsta a que ele

²⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁷¹ *Idem, Ibidem.*

mantenha a posição de que se a Lutuosa *valesse* do ponto de vista associativo, ela poderia sobreviver apesar das suas debilidades teóricas. Ou seja, A. Pereira de Carvalho acaba por confessar que a fusão com o Montepio também não é a solução ideal para uma instituição que vale – pode valer – muito mais do que como mera instituição que garante um legado. Lamenta, portanto, que esta Lutuosa não seja a Lutuosa de que a classe tanto necessitaria no momento:

“Para aguentar a Lutuosa alvitra-se o seu integramento no Montepio. Razão têm aqueles que não querem uma Lutuosa para hoje apenas, mas para o futuro, para sempre.

Posto de parte o sentimentalismo que a ideou, divorciada do brio colectivo que sempre enalteceu e posteriormente enlameou, à Lutuosa só resta, para aguentar-se, a função restrita de um legado.

Vejam-la assim. A Lutuosa, que foi dos Professores Primários, e hoje é não sabemos de quem, compõe-se de sócios que na sua maioria se podem considerar de idade superior à mediana. Como as circunstâncias os favorecem aquelas criaturas procuram a Lutuosa na certeza de que adquirem uma cautela premiada.

Fazem bem ? Indubitavelmente, porque ninguém deita o dinheiro pela janela fora. Mas, poderá a Lutuosa aguentar-se, viver com esse estado de coisas ?

Não, pensamos nós. Se a Lutuosa oferecesse garantia de futuro, se procurasse ligar a Classe a ela, se dela se fizesse um incentivo de colectivismo, se lhe ampliasse o capítulo assistência, em vez de o suprimir por mero capricho, a Lutuosa seria o que a Classe quisesse que ela fosse.

Mas, nada disso se faz; e, assim, a Lutuosa, para viver, tem de contar apenas consigo. Os que lá estão com probabilidades de não ver tão cedo andar a roda, estão como que acorrentados, vivendo horas de sobressalto, na expectativa de num dado momento ficarem sem o seu pecúlio”²⁷².

A discussão acerca do futuro da Lutuosa, designadamente acerca da hipótese da sua fusão com o Montepio continuava, pois, acesa no momento em que se aproximava já a realização de mais uma Assembleia Geral da instituição. A guerra de propaganda

²⁷² *Idem, Ibidem.*

alimentada pela Direcção suscita, entretanto, a António Augusto Martins o seguinte comentário:

“É preciso alimentar a fé e tansice dos beócios !

Eia ! Avante, augustos sacripantas do desinteresse ! Cantai-lhe os salmos da vossa virtuosidade, que os beócios vos acompanharão em coro.

Depois da recondução... falai-lhes de cima da *burra* !²⁷³.

Adoptando uma posição ainda mais radical sobre o assunto, a “Tribuna do Professorado” de *O Povo*, dirigida por Abílio do Amaral, volta, também por aqueles dias, a defender a ideia da fusão entre as duas instituições, Montepio e Lutuosa. Fá-lo num artigo²⁷⁴ intitulado “Liga Fraternal dos Professores Primários” onde propõe uma solução para o problema do associativismo mutualista da classe significativamente diferente da indicada por Costa e Silva. Considera o seu projecto “insuficiente e um pouco contraditório com o que se deseja, pois fundir a Lutuosa com a Lutuosa do Montepio é deixar da mesma forma duas instituições de previdência e continuar absolutamente sem nada no capítulo de assistência”²⁷⁵.

Esta análise das propostas de Costa e Silva parece-nos injusta. Nas *Bases* da instituição cuja criação é aqui proposta não se vai muito mais longe do que ele em matéria de Assistência. A diferença reside, principalmente, em que a proposta de Costa e Silva mantém no associativismo mutualista *da classe* – à parte da estatal – uma única e grande instituição com as duas vertentes de Previdência e Assistência enquanto a proposta agora advogada pela “Tribuna do Professor” de *O Povo* implica a morte da Lutuosa e do Montepio partindo do princípio de que os seus sócios aceitarão abdicar

²⁷³ [Anónimo (António Augusto Martins)], [“Notas”], *A Federação Escolar*, 6/3/29.

²⁷⁴ Artigo não assinado que, portanto, é da responsabilidade do Director desta *Página* de *O Povo*, Abílio do Amaral. Admitimos, no entanto, como provável que tenha sido redigido com o apoio de Carlos Martins ou até por ele próprio.

²⁷⁵ [Anónimo], “Liga Fraternal dos Professores Primários”, *O Povo*, 7/3/29.

dos “direitos adquiridos” e passar a confiar à Caixa de Previdência tudo o que possam esperar em termos de Previdência. Ora, esta perspectiva não tem absolutamente nada em conta que na Lutuosa se agrupava uma facção do professorado totalmente oposta à que se aquartelava na Caixa de Previdência, e que a Lutuosa – como bem assinalaria A. Pereira de Carvalho – funcionava como um escudo e um reduto nas lutas intestinas da classe. A ideia da “Liga Fraternal dos Professores Primários” era, aliás, tão onírica que, tanto quanto apurámos, não há notícia de quaisquer reacções a tão mirabolante proposta.

Percebe-se que a grande preocupação do autor das *Bases* da “Liga” é que a função assistencial seja finalmente contemplada por parte do associativismo mutualista da classe. A nova instituição seria constituída pelos actuais sócios da Lutuosa dos Professores Primários e por novos sócios que nela se vierem a filiar, devendo estes, contudo, ser, obrigatoriamente, professores primários. Denominada “Liga Fraternal dos Professores Primários”, de acordo com a *Base I*, “tem por fim prestar assistência médica, social e económica aos associados, cônjuges e filhos”. As *Bases* seguintes especificam como serão atribuídos os subsídios por motivo de doença e como se fará a comparticipação no pagamento de internamentos hospitalares e exames médicos. Garante-se também um subsídio por morte no valor de 1000\$00 ou valor superior contra o pagamento de uma quota mais elevada. Em todo o caso, a finalidade principal da instituição será a Assistência e não a Previdência. Só assim, entende o autor das *Bases*, a nova instituição mutualista pode funcionar como o coroamento do desenvolvimento do mutualismo no seio da classe:

“Torna-se necessário que a Lutuosa complete o seu desdobramento e nos dê essa obra de que tanto carecemos. Quando assim tiver completada a sua missão, erguendo e pondo em frente da Previdência aquela instituição de Assistência preconizada neste nosso estudo a que colegas mais competentes trarão o seu concurso, então bendiremos todos a memória da Instituição-Mãe que, seguindo

uma trajectória honrosa, destruiu a sua vida para gerar e criar duas vidas, as quais, para louvor e orgulho da classe, devem caminhar paralelamente – cada uma para o seu fim e ambas em nosso auxílio”²⁷⁶.

Na mesma edição da “Tribuna do Professorado” de *O Povo*, como resposta ao pedido de muitos colegas para que a “palpitante questão «Lutuosa e Assistência»” ali fosse tratada, vem reproduzida a exposição que sobre o assunto fez Carlos Martins numa conversa que teve, presumivelmente, com o Director desta *Página*, Abílio do Amaral. Esta é a última vez que o ex-Secretário Geral intervém na imprensa da classe no debate das questões mutualistas. Evoca a forma como fundou a Lutuosa, insiste na articulação exemplar que manteve com os Corpos Gerentes da União, e recorda a defesa que fez de que ela se transformasse em Caixa de Assistência quando a Caixa de Previdência foi criada. Porque a Assembleia de Outubro de 1926 não concordou com isso a Lutuosa manteve-se como instituição de Previdência. Embora nunca se envolva na discussão presente acerca da fusão com o Montepio, percebe-se que Carlos Martins é totalmente favorável à ideia. Por um lado, porque apoia a transformação da Lutuosa dado considerar que os seus actuais dirigentes se limitam a explorar a classe. Por outro lado, a criação de uma instituição mutualista com função assistencial continua a parecer-lhe uma solução acertada.

Já dissemos que, apesar de terem aparecido com um aspecto sólido e estruturado, as *Bases* da “Liga Fraternal dos Professores Primários” não tiveram qualquer eco na imprensa da classe nem de aprovação nem de desacordo. Ao contrário das *Bases* de Costa e Silva que provocaram, entretanto, a publicação de um artigo do professor Adriano Borges. Apoia a fusão prevista com o argumento de que a instituição resultante terá condições para viver “uma vida desafogada e independente” mesmo conferindo

²⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

protecção aos associados em situações que antes não estavam contempladas como é o caso da doença e da invalidez²⁷⁷.

A mesma edição de *A Federação Escolar* em que se publica este artigo do professor Adriano Borges publica também uma carta endereçada ao seu Director pelo professor Manuel Gonçalves Laje, manifestando-se também de acordo com as *Bases* de Costa e Silva. Recorda as ocasiões em que ele próprio já confrontou Alves de Oliveira com a proposta de fusão entre a Lutuosa e o Montepio, primeiro em nome do Núcleo de Arcos de Valdevez, na Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra, e, mais recentemente, numa Conferência que Alves de Oliveira foi fazer em Viana do Castelo.

Nesta última ocasião leu mesmo um questionário que depois entregou ao Secretário Geral sem que este, apesar do prometido, alguma vez lhe tenha respondido. É precisamente esse questionário – centrado nos diversos aspectos mais relevantes do ponto de vista da fundamentação das vantagens da fusão – que Manuel Gonçalves Laje se decide agora a dar a conhecer à classe inteira. São várias as perguntas lançadas às quais pretende que Alves de Oliveira dê, finalmente, uma resposta, em lugar de fugir ao problema como fuge desde a Assembleia Geral do ano anterior²⁷⁸:

“Que prejuízo sofrerá a classe, respeitando-se os direitos de todos, novos e velhos, com a fusão da Lutuosa e do Montepio ?

O prestígio e dignidade do professorado diminuirá com a fusão de duas instituições criadas e sustentadas por nós ?

Poderá a Lutuosa contar com a inscrição de novos sócios, que antecipadamente foram obrigados a inscrever-se na C. P. M. I. P. e no Montepio ?

Qual o número de inscrições feitas na Lutuosa, desde que foram criadas e tornadas obrigatórias as outras instituições congéneres ?

²⁷⁷ Adriano de C. Borges, “Fusão da Lutuosa e Montepio – Para todos lerem”, *A Federação Escolar*, 13/3/29.

²⁷⁸ “Que fez, o ilustre conferente à proposta em que, em nome do Núcleo de Arcos de Valdevez, apresentei à Assembleia Geral da Lutuosa de Coimbra, em que preconizava a fusão da Lutuosa e Montepio e pedia a nomeação duma comissão para estudar as bases duma caixa de assistência a criar ?” Manuel Gonçalves Laje, “Fusões”, *A Federação Escolar*, 13/3/29.

E qual o número de associados inscritos na C. P. e no Montepio no mesmo período ?

Os 900\$00 (novecentos escudos) de gratificação, além do expediente, que a Lutuosa paga e que seria economizados com a sua fusão, não poderiam minorar a sorte de alguns colegas infelizes ?

Com os fundos reunidos na Lutuosa e Montepio, não poderia montar-se uma casa de saúde onde muitos colegas fossem recuperar as forças perdidas num labor quotidiano ?

Conhece o Sr. Alves de Oliveira um relatório sobre “Lutuosas” que uma comissão oficial elaborou e em que são condenadas estas instituições de previdência ?²⁷⁹.

Conforme lembra Manuel Gonçalves Laje, foi principalmente a partir da Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Abril de 1928 em Coimbra que a ideia da fusão entre a Lutuosa e o Montepio não mais parou de ser defendida. A partir dessa data formou-se um coro de vozes proclamando a fusão como a solução ideal para os problemas do associativismo mutualista da classe do professorado primário. É significativo que não encontremos até às vésperas da realização de nova Assembleia Geral nenhuma apreciação dessa mesma ideia por parte de Alves de Oliveira ou dos seus correligionários de *A Escola Primária*. Efectivamente, neste jornal só na edição de 21 de Março de 1929 é que o assunto foi abordado pela primeira vez. E o fenómeno da multiplicação dos artigos de apoio à fusão no resto da imprensa é aí explicado como mero efeito do ódio pessoal contra os dirigentes de uma instituição que está próspera e

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*. De facto, não podemos deixar de nos perguntarmos por que motivo não se decidiu nunca Alves de Oliveira a converter a Lutuosa numa Caixa de Assistência ou pelo menos a criar tal caixa na Lutuosa. Simplesmente por orgulho, porque essa era uma ideia de Carlos Martins ? Ou porque queria provar a todo o custo que a Lutuosa podia viver em concorrência com a Caixa de Previdência sem ter de alterar nada. O problema é tanto mais interessante quanto essa possibilidade chegou a estar prevista nos Estatutos de 1926 e acabou por cair, posteriormente, por sua iniciativa. É zurzido a rigor por esse motivo: “Os professores tuberculosos batem à porta da Lutuosa e o Sr. Secretário informa que subtraiu do Estatuto esse artigo de assistência, e que lá estava desde Janeiro de 1926(...)”, [Anónimo], “Pão nosso...”, *O Povo*, 21/2/29.

não padece de qualquer tipo de problema que exija que se funda com o Montepio. O ou²⁸⁰ os articulistas anónimos de *A Escola Primária* não têm, portanto, dúvidas de que a defesa da fusão é fruto apenas de “estreitos pessoalismos” e da vontade de favorecer a Caixa de Previdência atacando a Lutuosa:

“Foi já anunciada para a primeira semana de Abril a Assembleia Geral da Lutuosa e, vindo ao encontro desse acontecimento, andam por aí umas boas almas aproveitando a oportunidade para criar à volta da simpática instituição da Classe uma atmosfera de desconfiança, tendente, ao que mais parece, a dificultar-lhe a vida, a não a deixar prosperar.

O caso já não é novo: em se avizinhando a assembleia geral, surgem as aves agoirentas a proclamar a necessidade de fazer descarrilar a *Lutuosa* para assistências a soltar balões de ensaio anunciando fusões com montepios, em que só pensam os que, fingindo-se muito interessados no bem estar dos associados da Lutuosa, tudo leva a crer que o seu alvo predilecto está apenas em diminuir, senão anular, a importância da bela instituição em favor da Previdência.

Temos mesmo a impressão de que à Lutuosa se faz também a mais feroz das oposições *sistemáticas*, atacando-a em homenagem a estreitos pessoalismos, descendo-se a tudo para a comprometer. Pelos relatórios da direcção da Lutuosa, amiúde publicados neste jornal e noutros, mostra-se que a instituição está próspera, possuindo todos os elementos para uma vida regularmente desafogada. Sendo assim, para quê pensar em assistências, em fusões ?”²⁸¹.

Não aceitando qualquer fundamentação objectiva para a necessidade da fusão o ou os autores do artigo consideram que se está perante uma manobra destinada a enfraquecer a Lutuosa em proveito do Montepio. No entanto, estaríamos muito mais esclarecidos acerca dos pontos de vista do ou dos seus autores caso alguém da parte de *A Escola Primária* nos tivesse explicado por que motivo este jornal acolherá, um ano

²⁸⁰ Provavelmente, Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça ou só este. Não o podemos saber ao certo neste caso.

²⁸¹ [Anónimo], “Lutuosa”, *A Escola Primária*, 21/3/29.

depois, em total silêncio a operação de fusão, como se não tivesse tido qualquer envolvimento na luta que se travara a seu respeito.

Finalmente, a discussão da fusão da Lutuosa com o Montepio recebe um novo contributo²⁸² de Costa e Silva mesmo nas vésperas da Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1929. Fazendo o ponto da situação, considera que a maior parte dos professores já estão agora convencidos de que impõe esta solução. Chama depois a atenção para o facto de o problema em causa sempre ser tratado de tal forma que os argumentos “giram à volta da Lutuosa e quase ninguém se tem referido ao Montepio”²⁸³. Como se só houvesse problemas na Lutuosa, o que não julga ser o caso, destacando entre os problemas do Montepio o “facto incongruente e vergonhoso” de gastar mais com os seus funcionários do que com as pensões que atribui. Relativamente à Lutuosa, lembra que ela é “a nossa instituição mutualista que maiores benefícios tem prestado aos seus associados”, e que já procedeu à distribuição de 2400 contos a 208 famílias. Mas isso “nada prova para o seu futuro”, sendo “incontestável que ela nas condições em que se encontra tem os seus dias contados”.

É por isso que a única solução para os problemas que as duas instituições mutualistas da classe enfrentam só pode ser a sua fusão. E essa solução – insiste – não representa nem humilhação nem exaltação para ninguém, visto que ambas as instituições têm os seus pontos fracos e que ao optar pela fusão será todo o professorado que sairá a ganhar.

²⁸² Costa e Silva, “A fusão”, *A Federação Escolar*, 27/3/29.

²⁸³ *Idem, Ibidem.*

5.10. A preparação da Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1929

No intervalo que separa a Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1928 da de Abril de 1929 a Direcção da instituição reparte os seus esforços essencialmente por duas frentes de luta. A primeira delas diz respeito à reconquista do estatuto de instituição oficial que perdera em Março de 1928, e a segunda é o combate a quantos defendem a fusão com o Montepio e a transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência. Na verdade, como acabámos de ver, Alves de Oliveira praticamente não se ocupa desta última a não ser já muito próximo da Assembleia de Abril de 1929 nas Conferências que proferiu em Barcelos e em Viana do Castelo. A maior parte do ano decorreu, portanto, quase inteiramente entregue à primeira das preocupações referidas. Por outro lado, convém observar que as tarefas foram repartidas com *A Escola Primária* a cargo de quem ficou o acompanhamento da vida interna da Caixa de Previdência e a contrapropaganda ao seu desenvolvimento.

Sem dúvida alguma, portanto, que o ano ficou marcado a nível interno por parte da Lutuosa dos Professores Primários pelas dificuldades em relação à pretendida reposição da oficialização da instituição conseguida em Agosto de 1927 e suspensa desde Março de 1928. Só durante um curto período, como vimos, a cobrança das quotas chegou a ser feita directamente nas folhas de vencimento. O facto de a Direcção da Lutuosa ter levado bastante tempo a readaptar-se à situação pré-oficialização pensamos que se ficou a dever, principalmente, a ter julgado que o problema se resolveria muito rapidamente a partir do momento em que foram aprovadas na Assembleia Geral de Abril de 1928 as alterações aos Estatutos que os organismos oficiais competentes tinham indicado como necessárias.

De facto, foi só mais de metade de meio ano após a Assembleia Geral de Coimbra que, na sua edição de 29 de Novembro de 1928, *A Escola Primária* informou, com agrado, ter tido conhecimento de que o Ministro da Instrução Pública

“acaba de determinar que as quotas a pagar pelos professores primários à Lutuosa voltem a ser descontadas nas folhas de vencimentos. Mais consta que S.Ex.^a deu o seu «concordo» aos Estatutos saídos da Assembleia de Coimbra, bem como nos informam que S. Ex.^a já assinou ou vai assinar um decreto anulando o que suspendeu os antigos Estatutos”²⁸⁴.

Depois, em 5 de Janeiro de 1929 foi, finalmente, publicado o almejado Decreto no *Diário do Governo*, com o número 16.328. Porém, frustrando as expectativas criadas, o novo Decreto apenas promete acerca dos novos Estatutos – apesar de referir que já foram modificados “de harmonia com a legislação em vigor sobre instituição de previdência” – que eles deverão entrar em execução “logo que sejam aprovados pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral”²⁸⁵. Por isso, o novo Decreto determina simplesmente “que seja revogado o Decreto nº 15.208, de 16 de Março de 1928, que suspendeu o decreto nº 14.075, de 8 de Agosto de 1927, ficando este em vigor até que pela estação competente sejam aprovados os referidos Estatutos da Lutuosa dos Professores Primários”²⁸⁶.

Alves de Oliveira, compreensivelmente, recebeu com satisfação o novo Decreto e logo informou²⁸⁷ os sócios da Lutuosa de que o pagamento das quotas passaria novamente a ser feito nas folhas de vencimento a partir do mês seguinte. Novidade era o facto de as quotas dos sócios aposentados também passarem a ser descontadas pelo

²⁸⁴ [Anónimo], “Lutuosa”, *A Escola Primária*, 29/11/28.

²⁸⁵ “Decreto nº 16.328”, *Diário do Governo*, I Série, 5/1/1929.

²⁸⁶ *Idem, Ibidem*. Entre a imprensa da classe quem primeiro deu a notícia da publicação deste Decreto foi a «Página Escolar» de *Novidades*, logo na sua edição de 8 de Janeiro de 1929.

²⁸⁷ Cfr. A. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários”, *A Escola Primária*, 10/1/29.

mesmo processo e não através dos Núcleos. Igualmente favorável foi a reacção de *A Escola Primária*: “É, inquestionavelmente, mais um triunfo para a simpática instituição, que assim vai resistindo aos ataques traiçoeiros que certos Judas lhe têm movido”²⁸⁸. E acrescenta: “*A Escola Primária*, como grande amiga da Lutuosa, congratula-se com o facto. Parabéns, pois, à Classe e ao Alves de Oliveira”²⁸⁹.

Por seu lado, o Secretário Geral da Lutuosa voltou ao assunto dali a dias numa das suas "Cartas do Norte" publicadas no mesmo periódico:

“Tanto o Sr. Ministro da Instrução Pública, como quantos, de qualquer forma favoreceram ou auxiliaram a publicação daquele diploma, são dignos dos agradecimentos e louvores da classe. Foi a maior garantia que se poderia obter para a instituição. E só assim o não entende quem... *o não quer entender*.”

Mas já se afirma há muito que *os piores cegos são os que não querem ver*”²⁹⁰.

E uma semana mais tarde, voltará a referir-se ao tema do desconto das quotas da Lutuosa nas folhas de vencimento dando a entender que com essa medida aumentou a confiança na instituição, razão pela qual “tem sido considerável o número de professores que vêm solicitando a sua inscrição como sócios. *Ça marche*”²⁹¹.

Por parte da Caixa de Previdência nenhuma reacção ao novo Decreto relativo à Lutuosa. Para a instituição mutualista oficial o acontecimento do ano foi, sem dúvida, a eleição em Assembleia Geral dos novos representantes do professorado primário no seu Conselho de Administração. Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça foram, finalmente, substituídos e para o seu lugar foram eleitos Manuel Barroso dos Reis e Silva

²⁸⁸ [Anónimo], “Notícias e Comentários”, *A Escola Primária*, 17/1/29.

²⁸⁹ *Idem, Ibidem*.

²⁹⁰ A. Alves de Oliveira, “Cartas do Norte”, *A Escola Primária*, 17/1/29.

²⁹¹ A. Alves de Oliveira, “Cartas do Norte”, *A Escola Primária*, 24/1/29.

(o Secretário Geral da União do Professorado Primário anterior a Faria Artur) e Abílio do Amaral, e reeleito António Augusto Martins. Foi precisamente a permanência deste último que levantou alguma polémica. *A Federação Escolar* escreverá, a propósito, que na Assembleia Geral, “a pedir para cortarem o nome do nosso camarada Martins andou certo tartufo”²⁹². Julgamos que se trata de uma referência a Faria Artur ou a Gil de Oliveira Mendonça, pois o autor do comentário publicado em *A Escola Primária* às eleições dos representantes da classe no Conselho de Administração da Caixa de Previdência também considera que o professor de Gaia foi mal escolhido “principalmente porque vive longe da capital”²⁹³.

Mais uma vez se confirma, portanto, que quem mais se continua a destacar nas críticas à Caixa de Previdência é *A Escola Primária*. Assim, em Janeiro de 1929, esta publicação desvaloriza as *Notas Oficiosas* publicadas pela instituição informando a classe acerca da sua próspera situação financeira ao recordar que a mesma se deve ao facto de na Caixa de Previdência só há pouco tempo os primeiros sócios inscritos terem terminado o período de dois anos durante os quais ninguém teve direito ao pagamento de legados:

“Não há dúvida que a instituição está próspera, com o que sinceramente nos congratulamos; mas para a notícia ser completa, devia acrescentar que até há pouco só tem recebido jóias e quotas, sem a ninguém ter de pagar legados”²⁹⁴.

A Escola Primária aproveita a ocasião também para pôr em causa a anunciada opção da Caixa de Previdência de vir a construir casas económicas para os seus

²⁹² [Anónimo], “Caixa de Previdência”, *A Federação Escolar*, 27/10/28.

²⁹³ [Anónimo], “Notícias e comentários”, *A Escola Primária*, 8/11/28. As referências à forma como a Assembleia decorreu servem para lançar várias farpas à Caixa de Previdência. Em sentido contrário actua *A Federação Escolar* que na edição seguinte à realização da Assembleia Geral da Caixa de Previdência insere a seguinte *Nota*: “Afiml, aqui na Previdência, só estão rapazes a votar !!! Comentário do lado: – Olha a grande novidade !... Os velhotes estão na Lutuosa com cautela premiada !!!”. [Anónimo (António Augusto Martins)], “Notas”, *A Federação Escolar*, 7/11/28.

²⁹⁴ [Anónimo], “Notícias e comentários”, *A Escola Primária*, 24/1/29.

associados – opção que a última Assembleia Geral decidira que fosse estudada e que o Conselho de Administração já ia discutindo nas suas reuniões²⁹⁵:

“Pois vão estudando; e se chegarem à conclusão de que o nosso rico dinheirinho da Caixa deve ir para casas, vejam se é possível levar ainda outras achegas aos associados de Lisboa, por exemplo: roupa lavada e engomada...

(...)

Pelo amor de Deus, ponham lá ponto quanto antes nessa mirabolância, que a nossa classe não está vendo com bons olhos”²⁹⁶.

Deixando agora de parte a Caixa de Previdência e regressando à Lutuosa dos Professores Primários, refiramos apenas que – como já adiantámos – só nos dois meses que antecederam a realização da Assembleia Geral de Abril de 1929 é que Alves de Oliveira pareceu seriamente empenhado em propagandar a instituição, combatendo, ao mesmo tempo, a ideia da superioridade da Caixa de Previdência e a pretensa necessidade de fusão da Lutuosa com o Montepio.

Realizou, com essa finalidade, uma primeira Conferência em Viana do Castelo, em 7 de Fevereiro de 1929. Segundo o relato publicado em *A Escola Primária* foi perante “numerosíssima assistência” reunida na sede da Associação Comercial que o Secretário Geral da Lutuosa apresentou, com grande êxito, as suas ideias sobre a matéria:

“Ilumina muitos pontos obscuros, leva o calor do seu entusiasmo aos timoratos, consegue electrizar a assembleia que durante hora e meia o escuta com religiosa atenção. Fundamenta as suas afirmações claras e concludentes em documentação registada nos livros respectivos e depois de vários, mas sempre muito interessantes esclarecimentos, entre outros dados estatísticos apresenta o seguinte: «Basta que cada concelho federado na Lutuosa consiga anualmente uma nova inscrição, para que a Lutuosa dos Professores Primários de Portugal, seja

²⁹⁵ Cfr. a respeito destas diligências, por exemplo, a *Nota oficiosa* da Caixa de Previdência publicada em *A Escola Primária*, 24/1/29.

²⁹⁶ [Anónimo], “Notícias e comentários”, *A Escola Primária*, 24/1/29.

como há de ser sempre a primeira das Associações do género, onde todas as outras se inspiraram».

Faz mais algumas sintéticas declarações e termina [a sessão] com uma calorosa manifestação a Alves de Oliveira, que por minutos se faz ouvir estridentemente, sendo no final muitíssimo felicitado e abraçado²⁹⁷.

Não surpreende que *A Escola Primária* não faça qualquer referência à participação dos professores presentes, designadamente ao facto de Manuel Gonçalves Laje ter aí confrontado Alves de Oliveira e a Assembleia com uma série de perguntas todas elas apontando no sentido de que a fusão da Lutuosa com o Montepio é a única solução para a sobrevivência da primeira e, ao mesmo tempo, a melhor solução para o problema mutualista da classe derivado do facto de não possuir qualquer instituição de Assistência. Essas perguntas tê-las-á entregue o professor de Núcleo de Arcos de Valdevez ao Secretário Geral da Lutuosa que lhe prometeu responder mais tarde, mas – como já vimos – nunca deu qualquer resposta ao referido questionário.

Não foi, porém, apenas na Conferência de Viana do Castelo que Alves de Oliveira escamoteou as eventuais dificuldades financeiras da Lutuosa, insistindo até, pelo contrário, nas excelentes perspectivas de futuro da instituição. Isso se verifica, por exemplo, também nas *Notas Oficiosas* publicadas na imprensa da classe no período que antecede de perto a nova Assembleia Geral, como sucede nesta de 9 de Fevereiro de 1929 em que informa:

“Foi de trinta e seis o número de novos sócios admitidos pela Direcção nas suas últimas sessões.

Todos os dias chegam à Secretaria Geral pedidos de impressos para inscrições novas. Vê-se que a Lutuosa é cada vez mais acarinhada da Classe.

Tinha de ser assim²⁹⁸.

²⁹⁷ [Anónimo], “Conferência sobre a «Lutuosa» em Viana do Castelo”, *A Escola Primária*, 14/2/29.

²⁹⁸ A. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários”, *A Escola Primária*, 14/2/29. Cfr. também *Novidades*, 19/2/29. Uma outra *Nota oficiosa* publicada dali a alguns dias informava que na sua última reunião a Direcção tinha admitido quinze novos sócios (Cfr. A. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos

Alves de Oliveira realizou, entretanto, uma segunda Conferência – desta vez em Barcelos –, no dia 21 de Fevereiro de 1929. O relato da mesma, publicado tanto por *A Escola Primária* como por *A Federação Escolar*, não poupa elogios ao conferencista²⁹⁹. Perante uma assistência composta por todos os associados da Lutuosa do concelho de Barcelos e por alguns do de Esposende, o conferencista enalteceu o facto de a instituição já ter subsidiado 208 famílias por quem distribuiu a soma de dois mil e quatrocentos contos. Depois disso, “alongou-se (...) em interessantes considerações acerca da vitalidade da Lutuosa, demonstrando com inexecidível clareza, que a Lutuosa é uma instituição de cujo futuro nada há a recear, merecendo, por isso, o carinho e dedicação da classe”³⁰⁰. Curiosamente, a única diferença entre os relatos publicados nos dois jornais – que representam duas tendências opostas relativamente à questão mutualista da classe – reside no facto de *A Federação Escolar* ter apostado ao relato uma *Nota da Redacção* observando: “Com certeza que não esqueceram o nome de Carlos Martins, seu fundador [da Lutuosa], para o relembrar com gratidão”³⁰¹. Uma grande diferença, claro.

Aproximava-se, então, rapidamente, a Assembleia Geral da Lutuosa de 4 de Abril de 1929. Para além de continuar a publicar as *Notas Oficiosas* que, a propósito, são enviadas pela Direcção da Lutuosa, a imprensa da classe dá conta das expectativas que

Professores Primários”, *A Escola Primária*, 21/2/29). E noutra *Nota* eram cinco os novos sócios admitidos numa outra sessão da Direcção, havendo mais sete admissões que só aguardavam alguns documentos para se efectivarem. (Cfr. A. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários”, *A Escola Primária*, 7/3/29).

²⁹⁹ O texto é rigorosamente o mesmo, mas *A Escola Primária* indica como fonte “informações que nos foram fornecidas pelo respectivo Núcleo” e *A Federação Escolar* publica o texto assinado por “C.”.

³⁰⁰ [Anónimo], “Lutuosa dos Professores Primários – Conferência em Barcelos”, *A Escola Primária*, 28/2/29.

³⁰¹ C., “Conferência em Barcelos”, *A Federação Escolar*, 13/3/29.

os seus colaboradores têm em relação ao acontecimento. Decerto que as últimas tomadas de posição a serem publicadas são as de maior impacte sobre os delegados dos Núcleos presentes na Assembleia. *A Escola Primária* mantém o seu apoio incondicional à instituição, mas encontramos na «Página Escolar» do jornal *Novidades* e em *A Federação Escolar* algumas tomadas de posição menos favoráveis à Lutuosa e à sua Direcção. Na «Página Escolar», por exemplo, dois dias apenas antes da Assembleia, o professor Manuel Mendes dos Santos, de Coimbra, coloca o problema da Lutuosa exactamente no mesmo ponto em que ele tinha ficado colocado na Assembleia Geral do ano anterior. Em sua opinião, era chegado o tempo de a instituição encarar de frente os seus sérios problemas. O seu diagnóstico da situação é bem diferente do conferencista de Viana do Castelo e Barcelos, pelo que pede aos seus colegas no professorado que levem o assunto a peito:

“Desejaria ver tratado este assunto da Lutuosa por pessoas competente e por isso chamo a atenção dos meus ilustres colegas para ele, a ver se surgem alvitres. Digo isto, porque a julgo cada vez mais diminuída, pois que é – tal como está – inteiramente impossível perdurar: é que não se podem efectuar novas entradas por parte dos colegas que agora entram no magistério primário. Por muito que simpatizem com ela – e, na verdade, é talvez a mais simpática das instituições de previdência dentro da classe. O certo é que eles não podem nela inscrever-se, visto serem obrigados a fazê-lo noutras. E as coisas mudariam, se tornassem facultativa a entrada, sim, mas em uma qualquer, à escolha do interessado.

Acho absolutamente necessário o estudo sério deste assunto. Não valem fantasias, argumentos sem base, retóricas balofas. Factos, factos e não palavras, eis o que todos queremos”³⁰².

Apesar de na mesma edição de *Novidades* Manuel Rego, actual director da «Página Escolar», fazer votos por que da reunião da Lutuosa “a prestante e valiosa instituição de Previdência saia mais engrandecida e mais consolidada”, não restam

³⁰² Prof. Manuel Mendes dos Santos, “A Lutuosa dos professores”, *Novidades*, 2/4/29.

dúvidas de que o artigo que acabámos de referir, publicado ali ao lado, lança um véu sombrio sobre a instituição.

Quem, naturalmente, se referia à nova Assembleia da Lutuosa com maior apreensão era *A Federação Escolar*:

“Estrénuos defensores dos interesses da Classe, olhando sempre a forma de a engrandecer e prestigiar, auguramos uma discussão nobre e alevantada, leal e desassombrada, que marque pelo interesse colectivo e nanja por caprichos ou opiniões tendenciosos”³⁰³.

E o seu colaborador A. Pereira de Carvalho, fundamentando os seus receios na recordação de como tinha decorrido a anterior Assembleia, declarava: “fazemos votos bem sinceros para que esta reunião prestigie mais a Classe e a própria instituição que aquela que outro ano, foi fazer a Coimbra”³⁰⁴.

Foi, então, nestas condições e após um ano de acesa controvérsia que a classe do professorado primário enviou os seus delegados à Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários de Abril de 1929. Dum lado e do outro as posições parecem inflexíveis, mas é indesmentível que a ideia da fusão da Lutuosa com o Montepio já fizera um longo caminho e que a Lutuosa vacilava a um passo (um ano apenas) de cair.

³⁰³ [Anónimo], [“Notas”], *A Federação Escolar*, 3/4/29.

³⁰⁴ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 3/4/29.

6. DA ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA DE ABRIL DE 1929 AOS EXTRAORDINÁRIOS ACONTECIMENTOS ASSOCIATIVOS DE ABRIL DE 1930: A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO E A FUSÃO DA LUTUOSA COM O MONTEPIO

6.1. A Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1929

Na imprensa da classe são três os relatos da Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários que se realizou no Porto em 4 de Abril de 1929: o da «Página Escolar» do jornal *Novidades*, o de *A Federação Escolar* e o de *A Escola Primária*. Obviamente, diferem separados pelo que decorre do alinhamento de cada uma destas publicações em matéria de associativismo mutualista da classe. Assim, a «Página Escolar» – que já não está sob a Direcção de Mário Sedas Nunes – faz uma cobertura do acontecimento na qual não se encontra qualquer tomada de posição relativamente às matérias em discussão, dando destaque, em subtítulo, ao facto de a «Página Escolar» ter sido “muito saudada” pelos delegados. Pelo contrário, os relatos de *A Federação Escolar* e de *A Escola Primária* são caracterizados pela posição desfavorável do primeiro e favorável do segundo em relação aos rumos seguidos pela Lutuosa. Tendo presente o *parti pris* de cada um dos relatos, poderemos deduzir pela sua leitura conjunta o que, de facto, esta Assembleia Geral representou no quadro da vida da Lutuosa e qual o seu papel no âmbito do associativismo da classe do professorado primário.

Antes de mais, note-se que quem presidiu à reunião foi Acácio de Gouveia, eleito, em Coimbra, no ano anterior, como Presidente da Assembleia Geral da instituição. Observe-se, depois, que na Ordem de Trabalhos apenas estava prevista a aprovação dos documentos da gerência do ano que terminava e a eleição dos novos

Corpos Gerentes. Mesmo assim, como veremos, acabaria por haver alguma margem para que fossem discutidas as questões gerais do mutualismo da classe e o papel da Lutuosa, em particular.

No período antes da Ordem de Trabalhos a reunião começou pela aprovação do envio de telegramas ao Ministro da Instrução Pública e ao Inspector Geral do Ensino Primário agradecendo a publicação do Decreto nº 16.328 que repusera a “oficialização”, ao Director Geral do Ensino Primário agradecendo as facilidades para a realização da Assembleia, e ao Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos¹. Foi feita, depois, a leitura do expediente, entre o qual se destacava uma carta do professor Costa e Silva que não tinha podido estar presente, advogando a sua conhecida tese da necessidade e das vantagens da fusão da Lutuosa com o Montepio.

A aprovação do Relatório da Direcção e das Contas decorreu com normalidade. Aliás, logo na saudação inicial, Acácio de Gouveia afirma que “a Lutuosa se encontra, mais do que nunca, com meios de vida assegurados, podendo dizer-se, sem receio de desmentido, que ela continuará, com triunfo, a marcar a sua obra de solidariedade”². Agora será o Presidente da Direcção, o Dr. João Gomes de Oliveira, Director da Escola Normal do Porto, que considera que “a Lutuosa encontra-se florescente e nada haverá que a possa fazer descer no ânimo e no carinho de todos os professores”³.

Passou-se, depois, à eleição dos Corpos Gerentes para o novo ano e a lista única apresentada por Acácio de Gouveia foi aprovada por aclamação. Alves de Oliveira, reconduzido no cargo de Secretário Geral, traçou, então, um quadro optimista para o futuro da instituição, conforme relata *A Federação Escolar*:

¹ Joaquim Cerqueira de Vasconcelos comunicara por carta a impossibilidade de estar presente. Relativamente ao envio de um telegrama para o Inspector-Chefe a proposta foi a única do género a não ser aprovada por unanimidade, tendo-o sido com o voto contra de um dos presentes (o professor Rodrigues de Oliveira). Não há, porém, nenhum registo acerca do motivo invocado. Presumimos que fosse ainda a memória da sua actuação no fecho da União do Professorado Primário em Outubro de 1927.

² [Anónimo], “Lutuosa dos Professores Primários – Assembleia Geral”, *A Federação Escolar*, 10/4/29.

“Referindo-se à parte financeira da Lutuosa, espraia-se em considerações todas elas tendentes a provar que esta Associação de Previdência nunca poderá correr o risco de desaparecer por faltas de novas entradas que cubram o número de baixas por falecimento”⁴.

Finalmente, esgotada a Ordem de Trabalhos, intervieram alguns dos delegados presentes. O professor Rodrigues Pepino, que no ano anterior presidira à Assembleia Geral, leu a proposta então apresentada pelo Núcleo de Arcos de Valdevez afirmando que a mesma “não fora então lida, não por ter sido sonogada, como alguns jornais afirmaram, mas por uma questão de simples esquecimento”⁵. O professor Manuel da Silva Araújo apresentou uma proposta de modificação dos Estatutos cujo conteúdo nenhum dos relatos refere, mas que sabemos que nem sequer foi apreciada. De seguida, o professor Rodrigues Pepino voltou a intervir para propor que “se represente ao governo no sentido de o professor escolher a instituição mutualista que desejar, colocando-as assim em igualdade de circunstâncias”⁶, proposta que foi aprovada por aclamação. A Alves de Oliveira coube encerrar a reunião, sempre optimista, confessando-se possuidor de “uma grande fé no futuro da Lutuosa, que há-de cumprir sempre a missão que se impôs. (...) Basta que cada Núcleo da Lutuosa por ano inscreva um novo sócio, para que a instituição viva desafogadamente e prospere”⁷.

A julgar pelas palavras finais de Alves de Oliveira dir-se-ia que a Lutuosa dos Professores Primários, finalmente, encontrara o seu oásis. Aliás, ninguém, pela simples leitura destes relatos, mas sobretudo pelo de *A Escola Primária*, poderia imaginar que o fim desta instituição estava tão próximo, pois a sua próxima Assembleia Geral, daqui a um ano, viria a decidir a sua fusão com o Montepio Oficial do Professorado Primário.

³ *Idem, Ibidem.*

⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶ *Idem, Ibidem.*

No balanço final que faz do evento *A Escola Primária* insiste até na forma inusitadamente cordata como decorreu a reunião e na ausência de toda e qualquer dissonância entre os associados presentes:

“Ao contrário do que se vinha anunciando, a sessão decorreu com a maior calma, sem uma única nota discordante, sendo até opinião de muitos professores que têm assistido a todos os Congressos da Lutuosa que a assembleia deste ano foi aquela em que predominou mais ordem e mais fé.

Não apareceram ali os oradores inquietos que, esporeados quase sempre por estreitas relações pessoais, pretendem, com a cunha da sua dialéctica inflamada, meter o Rossio dos interesses gerais da Classe, na Betesga dos próprios caprichos individuais; não se falou para a galeria; numa palavra: não se cultivou o discurso. Cada um disse do seu lugar o que tinha a dizer, sem gestos largos, sem a preocupação das palavras rabudas.

Naquele ambiente de paz, sem miasmas importunos respirava-se francamente, e todos se sentiam ali uma Família muito amiga, que lealmente se dava as mãos no cultivo dessa flor puríssima que mergulha suas raízes no coração da Classe e que se chama Lutuosa dos Professores Primários.

Entraram todos para a assembleia satisfeitos e saíram confiantes.

Confiantes em que a Lutuosa viverá desafogadamente; confiantes em que ela se encontra em boas mãos; confiantes em que, indiferente aos vendavais da maldade e até do ódio, ela continuará ovante a espalhar o Bem entre a grande família do Professorado Primário”⁸.

No entanto, *A Escola Primária* conseguiu transformar o seu entusiasmo pelo grande sucesso da Assembleia Geral da Lutuosa em detonador de uma nova fase de confronto aberto entre os dois grandes grupos que se tinham claramente definido como adversários a partir do Congresso da União do Professorado Primário de Abril de 1927. Visceralmente dividida, principalmente com base na *questão mutualista*, a classe rapidamente porá fim ao interregno pacífico de meio ano e voltará com toda a força à luta interna entre as suas diferentes facções.

⁷ [Anónimo], “Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários”, *A Escola Primária*, 11/4/29.

6.2. Nova polémica: Abílio do Amaral *versus* *A Escola Primária*, e um ponto da situação do mutualismo da classe

A polémica renasce com *A Escola Primária* – onde se encontram Faria Artur e Gil de Oliveira Mendonça, membros da ex-Delegação Executiva que terminou o seu mandato em Viseu – funcionando como trincheira onde se acolhe um dos exércitos e a “Tribuna do Professor” do jornal *O Povo*, dirigida por Abílio do Amaral – um dos membros da Delegação Executiva eleita em Viseu – a dar abrigo ao grupo adversário. De um lado os apoiantes da Lutuosa e do outro os seus inimigos⁹ e os partidários da Caixa de Previdência.

Na verdade, *A Escola Primária* fez do relato da Assembleia Geral da Lutuosa realizada no Porto mais uma forma de manifestar o seu apoio à Lutuosa, de acordo, aliás, com a linha editorial adoptada por esta publicação desde o seu início. Um apoio que não se faz às cegas, por princípio, mas se pretende baseado na convicção de que o melhor para a classe é a manutenção da Lutuosa com o seu actual figurino. Por esse motivo, o relato da Assembleia Geral conclui com as seguintes afirmações:

“Nestas colunas não se publicará uma palavra contra a Lutuosa, até ao dia em que nos convençamos de que ela segue por caminho tortuoso.

Até lá, repelimos fusões com montepios e assistências, etc., porque preferimos viver pequenos, *mas independentes*, a fazer figura de poderosos, *mas subalternizados*”¹⁰.

⁸ *Idem, Ibidem.*

⁹ Nem todos os seus inimigos eram apoiantes da Caixa de Previdência. Na maior parte dos casos, o problema não era com a Lutuosa mas com a sua Direcção e com Alves de Oliveira em particular. Aliás, como já dissemos, a Caixa de Previdência teve sempre grande dificuldade de implantação entre o professorado primário. Enquanto a Lutuosa existir, ela terá, no máximo, metade dos sócios que esta tem entre os membros desta classe.

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

A própria publicação do relato é encarada por *A Escola Primária* como um desafio a todos quantos se situam *do outro lado*. É esse o sentido de uma *Nota* apenas ao mesmo:

“Causou muita estranheza e foi largamente comentado o caso de nem um só dos tais que vinham apregoando a bancarrota da Lutuosa ter a coragem de se apresentar na assembleia”¹¹.

Ou seja, *A Escola Primária* acaba por destruir o tal ambiente de paz que encontrou no Porto e, ao referir-se-lhe com fanfarronices, não faz senão juntar as achas com que se incendiará de novo a fogueira da luta interna da classe. Rapidamente ressuscitará grande parte da velha animosidade entre os adeptos da Lutuosa e os defensores da superioridade da Caixa de Previdência, animosidade essa que já parecia ultrapassada com os sócios de cada uma das instituições acantonados em posições opostas sem se agredirem mutuamente. Revelar-se-á desastrosa para a paz associativa a iniciativa de embandeirar em arco publicando em dois números consecutivos uma razoável quantidade de depoimentos¹² recolhidos no Porto acerca da Lutuosa. É que eles registam, sem dúvida, o apoio dos que os subscrevem relativamente à Lutuosa, mas também são um desafio e uma afronta a todos os que têm – e alguns de há muito – opinião diferente sobre a instituição.

Claro que as responsabilidades pelo reacender da batalha não devem ser atribuídas apenas a *A Escola Primária*, pois a “Tribuna do Professor” de *O Povo*

¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹² Depoimentos de António José de Oliveira, Director de *Escola Moderna*, dos professores Gil de Oliveira Mendonça, Pedro de Almeida, E. de Oliveira, Sebastião Soares da Cunha, Manuel Bismark (pai), José de Oliveira Cabral, Acácio de Gouveia, Joaquim Barreto Mendes, Feliciano de Almeida, Aníbal Sepúlveda, Saturnino Neves, A. Soares David, Manuel José Patrício, Manuel Boaventura, Cardoso Júnior, Silva Araújo, e do Dr. João Gomes de Oliveira. Cfr. “Um ligeiro inquérito”, *A Escola Primária*, 18/4/29. Num número posterior de *A Escola Primária* são publicados mais três depoimentos: de Joana da Consolação Correia, de Silva Parracho e de Faria Artur. Cfr. “Um ligeiro inquérito”, *A Escola Primária*, 2/5/29.

também deu o seu contributo ao permitir-se comentar, a propósito da realização da Assembleia Geral da Lutuosa, o seguinte:

“Bem sabemos que enquanto ela [a Lutuosa] tiver dinheiro não a largam nem «*A Escola Primária*» nem o Alves de Oliveira. Vão-se governando muito embora, mas não lancem poeira nos olhos de toda a gente; tratem da vidinha, façam lá como as carraças nas orelhas dos cães, mas não insultem quem não está disposto a aturá-los”¹³.

Perante o golpe recebido *A Escola Primária* exigiu que a “caluniosa insinuação” fosse provada, e intimou Abílio do Amaral para que explicasse bem o seu sentido.

Este não se faz rogado, tendo iniciado na edição de 2 de Maio de 1929 a publicação de uma série de artigos sob a epígrafe “Lesões internas” – uma designação particularmente feliz para os estragos produzidos no associativismo da classe do professorado primário pelos problemas derivados do seu associativismo mutualista.

O primeiro dos artigos desta série – que julgamos serem da autoria do próprio Abílio do Amaral, director da “Tribuna do Professor”¹⁴ – lança uma série de perguntas a *A Escola Primária* e aos defensores do *status quo* da Lutuosa, perguntas nas quais fica bem clara a sua oposição aos caminhos que a instituição vem trilhando e uma descrença total quanto à sua viabilidade nos moldes em que funciona:

“Qual o Estatuto da Lutuosa, visto que o dec. de 5 de Janeiro último diz – até que pela estação competente sejam aprovados os referidos Estatutos ?

Admitindo que tem Estatuto, quando e quem lhe subtraiu o artigo 36º ?

Porque serão só 8 os sócios eliminados, se há tantos que devem estar e querem estar eliminados ?

Para que vai a importância dessas cotas aumentar o saldo provável, dando a ilusão de um capital que não existe ?

¹³ Cit. in [Anónimo], “A «Tribuna do Professor» do «Povo»”, *A Escola Primária*, 25/4/29.

¹⁴ Essa também é a presunção de *A Escola Primária* (Cfr. [Anónimo], “Em volta da «Lutuosa»”, *A Escola Primária*, 9/5/29).

Se a mortalidade aumentar – e já ultrapassou a média normal – onde vão buscar o dinheiro ?

Para que reclamam a igualdade de direitos, se o Estado não aceita instituições nessas bases por as considerar uma burla ?

E mais:

Porque será que a entrada de um ou dois sócios por cada concelho garante a vida da instituição ?

Porque terão falido ou sentido a necessidade de se reorganizarem noutras bases algumas instituições género Lutuosa ?

Que levaria o M. F. [Ministério das Finanças] a exigir a uma lutuosa há pouco fundada em Coimbra a adopção da tábuá H M ?”¹⁵.

Por aqui se vê como é grande o contraste entre esta tomada de posição e o optimismo de *A Escola Primária* e de quantos na última Assembleia Geral defenderam a Lutuosa com base numa prosperidade que aqui é denunciada como ilusória e até mesmo como engendrada propositadamente pelos que dirigem a Lutuosa e pelos que os apoiam, a fim de evitar que os sócios possam ter a percepção exacta da crise que afecta a instituição. Ora, é precisamente acerca de alguns aspectos concretos respeitantes a essa crise que Abílio do Amaral quer ver *A Escola Primária* a prestar os esclarecimentos devidos:

“Os sócios da Lutuosa, duma forma geral, pagarão de cota o que deveriam pagar ?

Com que idade é que um sócio deixa de ser, para a instituição, um capital e passa a ser um elemento deficitário ?

Porque batem as palmas ao anunciarem que morreram 61 associados ? E se morressem, ou morrerem no próximo ano, o que bem pode suceder, 71 ou 81 ? Ainda batem palmas ?

Se depois de uma certa idade cada sócio é um elemento deficitário, entendem que quantos mais entram melhor ?

¹⁵ [Anónimo (Abílio do Amaral)], “Lesões internas”, *O Povo*, 2/5/29.

Vá, senhores da «Escola Primária», respondam. Esclareçamos os seus leitores e estudemos as questões. Deixem a poeira – essa «Poeira de Lisboa» [16] que lhes pode trazer proventos mas que é uma burla !

A Lutuosa defende-se assim, pensamos nós. E então, talvez as circunstâncias obriguem os nossos colegas por vós inquiridos [alusão aos depoimentos favoráveis à Lutuosa publicados em *A Escola Primária*], a modificar os seus juízos.

No entanto, e apesar de tudo, bem desejaríamos que neste caso fôsseis vós a ter razão”¹⁷.

Acusando *A Escola Primária* de charlatanismo por querer encobrir a verdade acerca da Lutuosa, Abílio do Amaral entende que essa sua atitude não se deve a ignorância mas a pura maldade, visto que é movida por estrito interesse de ordem material:

“[Em *A Escola Primária*] Em aparecendo um professor que pretenda, por meio do estudo, mostrar que se torna mister transformar a Lutuosa, imediatamente é coberto de chufas e apontado à ira colectiva como sendo dos «*tais dos inimigos, dos almas sinistras*».

(...)

Ora os tais somos nós – nós, o Costa e Silva, o Lage, etc., – os que apresentámos estudos e trabalhos para evitar uma catástrofe que se nos afigura certa. E esses nossos estudos visam o bem colectivo, pois mesmo que o perigo de que falamos não existisse, poderíamos resolver o problema da assistência visto que o da previdência está arrumado; queríamos que a Lutuosa seguisse a lei da evolução e se encontrasse em condições de poder continuar, no futuro, uma obra de altruísmo e benemerência.

Para isso, claro, esquecemos os vossos interesses e os do Alves de Oliveira; e esse foi o nosso crime ! É que nós temos vivido para ela; os senhores têm vivido dela !”¹⁸.

Embora sem dar resposta a nenhuma das perguntas concretas colocadas na “Tribuna do Professor”, *A Escola Primária* veio na sua edição de 9 de Maio de 1929

¹⁶ [Nota nossa]. Referência a uma rubrica assinada por Faria Artur em *A Escola Primária*.

¹⁷ *Idem, Ibidem*.

defender-se das acusações que Abílio do Amaral fez aos seus directores de defenderem a Lutuosa por mero interesse material. Como a linguagem empregue por *A Escola Primária* baixa de nível, as “lesões internas” agravar-se-ão ainda mais:

“Porque temos defendido a Lutuosa de muitos maus olhares, o Sr. Abílio, o da *Página*, saltou de lá e, por entre os palavrões da praxe, afirmou que «*A Escola Primária*» não larga a Lutuosa enquanto lhe sentir dinheiro».

Reptado por nós a explicar como e quando é que este jornal já se utilizou de um centavo sequer dessa instituição; a dizer que vantagens especiais dentro dela disfrutam os directores deste jornal que não concorram em todos os associados, atirou-nos, à míngua de melhor resposta, uma cabazada de insultos, em que avultam os palavrões: *intrujice, burla, cães, carraças* e outros mimos de igual jaez.

Ora, com tais garotos, que só se equilibram em questões jornalísticas quando postas ao nível de carrejões, não se discute.

Devolvemos, por isso, a Abílio, todos os mimos com que nos distinguiu. Com bem mais razão lhe podíamos chamar coisas piores. Mas não chamamos, porque seríamos dois malcriados à compita e assim, até ver, fica um sem competidor”¹⁹.

Tal como já dissemos, esta nova fase da contenda entre o sector pró-Lutuosa e o outro que pretende transformá-la numa Caixa de Assistência por considerar que em matéria de previdência a classe já está bem servida pela Caixa de Previdência vai colocar novamente em confronto as duas principais instituições mutualistas da classe. A explosão detonará e o conflito aberto torna-se irreversível com a publicação por *A Escola Primária*, em lugar destacado, – no espaço do Editorial da edição de 16 de Maio de 1929 – de um curto artigo dizendo ter informações segundo as quais na Caixa de Previdência se continuava a pretender avançar com a construção em Lisboa de casas para os seus sócios. *A Escola Primária* – que já em tempos se pronunciara sobre o assunto – opõe-se a “essa mirabolância” argumentando que um tal dispêndio de dinheiro certamente seria considerado imoral principalmente pelos milhares de sócios

¹⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁹ [Anónimo], “Em volta da «Lutuosa»”, *A Escola Primária*, 9/5/29.

que a instituição tem fora de Lisboa e que “dispensam o luxo de ter habitações na capital”. Dá-lhes toda a razão:

“Gastar dos cofres da Previdência, um centavo que seja em casas, faria levantar as pedras das calçadas. Não foi para isso que se fundou a Instituição; não é para tais luxos que a gente todos os meses desconta com língua de palmo uma boa quantia dos minguados vencimentos”²⁰.

Acicatando a polémica que fareja no ar e, ao mesmo tempo, alimenta, *A Escola Primária* declara ter também a informação de que um dos representantes da Classe no Conselho de Administração, “indignado com o que se passa, pediu já ou vai pedir a demissão”²¹. Na realidade, não temos nenhuma indicação nem aqui nem em qualquer outro lugar na imprensa da classe acerca do fundamento desta atoarda, e nem sabemos qual dos três representantes do professorado primário no Conselho de Administração da Caixa de Previdência estaria em desacordo com os restantes, ou se tudo isto não passa de um boato sem fundamento, eventualmente lançado apenas para gerar a confusão²².

Em todo o caso, depressa Abílio do Amaral reagiu enviando ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. Santos Lucas, uma carta na qual apresentava o seu pedido de demissão. Conhecemos o seu teor porque ele a publicou, na íntegra, na *Página* de *O Povo* por si dirigida, mas a sua leitura não nos permite perceber claramente quais os motivos invocados por Abílio do Amaral. É certo que considera uma calúnia o artigo de *A Escola Primária*, mas não adianta qualquer explicação precisa para a sua atitude. Dir-se-ia que pretende apenas aproveitar a ocasião para

²⁰ [Anónimo], “Caixa de Previdência”, *A Escola Primária*, 16/5/29.

²¹ *Idem, Ibidem*.

²² *A Federação Escolar* apesar de prometer publicar uma carta de Abílio do Amaral e uma outra de António Augusto Martins dirigidas ao Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Previdência, não chega nunca a fazê-lo. Porém, pelo teor do seu comentário, chega a parecer que este último terá igualmente posto o seu lugar à disposição: “Devíamos transcrever neste número a carta que o nosso amigo e companheiro (no aguentar de reaccionários pandilhas), Abílio do Amaral publicou e que foi dirigida ao Presidente do C/ A/ da C. de Previdência. Não o fazemos por enquanto, uma vez que também queremos

enxovalhar a Direcção de *A Escola Primária* e “lavar a honra da Classe” junto dos seus colegas do Conselho de Administração da Caixa de Previdência. Dispõe-se, por isso, a sacrificar o seu lugar como representante da classe:

“(…) a local publicada no jornal ou revista citada é uma infâmia que repudio e que só é própria de indivíduos que não sabendo prezar a dignidade própria, em nenhuma conta têm a dignidade alheia. Os directores de «*A Escola Primária*» mentiram conscientemente, e foi sempre assim que eles orientaram – melhor diria desorientaram – a minha Classe, de quem, quer queira quer não, se andam constantemente a dizer representantes. Estranhará, V. Ex.^a que ela consinta nessa vergonha.

Eu explico. Os directores da tal revista – de quem V. Ex.^a pode, agora, avaliar o carácter – são traficantes de carreira, dando a impressão de usarem o vitriolo ou o clorofórmio, pela aplicação e uso que fazem da mentira.

Envenenam a minha Classe que, no estado de narcotizada, lhes entrega a carteira – para pagamento da assinatura – e a dignidade – que eles lhe põem, para aí, em leilão.

Não vendo eu, senhor presidente, outra forma de afirmar a V. Ex.^a que aquilo que vem em *A Escola Primária* não caracteriza a Classe a que me orgulho de pertencer, mas é simplesmente a definição do carácter de três exploradores dela, nas mãos de V. Ex.^a venho depor o cargo que a Assembleia me confiou”²³.

Nesta mesma edição da “Tribuna do Professor”, em novo artigo da série “Lesões internas”, Abílio do Amaral espicaça a polémica com *A Escola Primária* reclamando por não ter tido ainda a resposta que pediu às perguntas que formulou nos números anteriores. Ironizando, afirma que o atraso de *A Escola Primária* deverá ficar a dever-se ao facto de os seus directores andarem muito atarefados com a organização do grupo de Educação Nova. Essa é, em seu entender, mais uma das burlas em que o grupo é perito, pois – escreve – “A «Escola Primária» à frente, ou a fazer parte dum grupo de Educação

publicar a carta que o nosso Martins escreveu. Publicaremos as duas para provarmos que não estamos agarrados à *gamela* como disseram os *iconoclastas*”. [Anónimo], “Notas”, *A Federação Escolar*, 29/5/29.

²³ Abílio do Amaral, “Caixa de Previdência”, *O Povo*, 23/5/29.

Nova, é coisa tão caricata como o seria a entrada dos dentistas de feira, na Academia das Ciências”²⁴.

Na segunda parte do artigo em causa, Abílio do Amaral explicará as razões por que vem defendendo “um novo rumo” para a Lutuosa baseado no abandono da sua base empírica que deverá ser substituído por uma fundamentação científica, como é próprio do mutualismo moderno:

“É princípio assente, e reconhecido por toda a gente, que a base em que se firmam as instituições género Lutuosa, não tem nem oferece segurança alguma. Por isso mesmo, no meio mutualista português vai um pouco de azáfama no arrear do caminho; e isto enquanto é tempo.

São os ingleses os mestres do assunto. E a tábua Hm está regendo e solucionando o delicado problema da previdência em todos os países”²⁵.

É, aliás, com base nessa tabela que, de seguida, Abílio do Amaral demonstra que todos os sócios da Lutuosa com mais de 27 anos são elementos deficitários da instituição, visto a quota que pagam ser inferior àquela que deviam pagar de acordo com a respectiva idade. Sendo assim, e ao contrário do que os dirigentes da Lutuosa ainda há pouco vieram proclamar na Assembleia Geral, quantos mais sócios entrarem pior para ela, “porque maior será o déficit geral”. Não percebe, por isso, em que baseiam o seu contentamento por só terem morrido 61 sócios, “nem onde vão buscar o dinheiro se lhes morrerem 70 ou 80”²⁶.

O entusiasmo com que Abílio do Amaral vem combatendo o grupo de *A Escola Primária* é, entretanto, objecto do comentário de A. Pereira de Carvalho, agora colaborador principal de *A Federação Escolar*, e, como vimos, figura de primeiro plano da oposição à Direcção de Alves de Oliveira a partir da Assembleia Geral realizada no

²⁴ [Anónimo (Abílio do Amaral)], “Lesões internas”, *O Povo*, 23/5/29.

²⁵ *Idem, Ibidem.*

ano anterior. Insiste, como já fizera antes e voltará a fazer depois, em que todos quantos se movem à volta da Lutuosa, a começar pelos directores de *A Escola Primária*, o fazem por interesse:

“Vem o colega Abílio do Amaral pedindo com insistência para que lhe respondam a umas perguntas há muito formuladas sobre a vida da Lutuosa, para poder informar depois os sócios dela, que se julgam com o dinheiro a arder na malfadada instituição. Ora sucede que o jornal, que dela se declarou amigo para compartilhar dos lucros do grande negócio, sem responder ao que mais interessa, apressou-se a dizer que não, que não fareja os fundos da Lutuosa !

Credo, que ofensa !! Criaturas com folha, de semelhantes serviços, tão limpinha não há...

Aquilo é gente de honra e meia !”²⁷.

O mesmo juízo alarga a todos os que estão próximos da instituição com uma alusão clara a Acácio de Gouveia [o “moço de fretes” de outros tempos] e uma outra a Alves de Oliveira e às Conferências que ele foi fazer a Viana do Castelo e Barcelos:

“Quanto à Lutuosa, deixe-a lá, colega, com os fretes de novos e os tubarões. Proponha-lhes, você, alguma coisa acima dos novecentos, umas viajatas seguidas, umas festanças renhidas e verá como o põem nas palminhas. Agora averiguar da sua vida, no interesse dos sócios, isso é crime. Deixe-os tomar a indigestão primeiro, para lhe responderem; agora estão com a boca cheia”²⁸.

Na continuação da sua luta contra *A Escola Primária* Abílio do Amaral lança, então, mão de um trunfo importante: insere na “Tribuna do Professor” o artigo que Faria Artur publicara, há quase três anos, em *O Professor Primário* em defesa da adesão da classe à Caixa de Previdência²⁹. Agora, Abílio do Amaral *repeca-o* com o intuito de

²⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁷ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 22/5/29.

²⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁹ Cfr. Prof. Faria Artur, “Lutuosa e Previdência”, *O Professor Primário*, 19/9/26. Republicado agora por Abílio do Amaral num novo artigo da série “Lesões internas”, com a seguinte introdução: “Quando o sr. Faria Artur era Secretário Geral da União e director de *O Professor Primário*, escrevia como vai ler-se,

desmascarar a incoerência de Faria Artur, pois “a doutrina [que defendeu nesse artigo] é precisamente a que nos é incriminada !”³⁰. E remata, impiedosamente, o director da "Tribuna do Professor":

“Desta forma vêem os nossos leitores o que é jogar e negociar com a vida e o brio de uma classe. No último número, os do sindicato [*A Escola Primária*] dizem que usam luvas. Olhem a novidade ! Será para se não ficarem a perceber as impressões digitais ?”³¹.

Foi ainda sem qualquer referência explícita a este ataque de Abílio do Amaral contra Faria Artur que *A Escola Primária*, na sua edição de 6 de Junho de 1929, deu mais um passo no caminho da degradação do ambiente associativo, contra-atacando o director da "Tribuna do Professor" que é agora o seu principal adversário:

“Atrevida e malcriadamente, Abílio do Amaral continua a distinguir-nos com aqueles insultos da praxe, que se não dispensa de entremear em todas as discussões em que se mete. Podíamos pagar-lhe na mesma moeda, chamando-lhe tudo o que ele nos chama a nós – e mais alguma coisa.

Mas não: limitamo-nos a devolver-lhe todo esse esterco da sua pena, para adubo do seu corpo e do seu espírito”³².

Esta mesma edição de *A Escola Primária* publica a reacção do Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Previdência ao seu artigo de fundo de 16 de Maio último. O Dr. Santos Lucas desmente, uma a uma, as afirmações que aí foram feitas, mas uma *Nota da Redacção* considera que, afinal, “tudo o que afirmámos não está longe da verdade dos factos”³³. Mais: num apêndice à referida *Nota*, publica-se

talvez por julgar que o lugar era vitalício. Depois... aberta a tenda onde hoje a mesma parceria explora com a classe, começou aquela acrobacia contra a qual protestamos, porque atinge o brio colectivo”. [Anónimo (Abílio do Amaral)], “Lesões internas”, *O Povo*, 30/5/29.

³⁰ *Idem, Ibidem.*

³¹ *Idem, Ibidem.*

³² Os directores de *A Escola Primária*, “A única resposta”, *A Escola Primária*, 6/6/29.

³³ “Caixa de Previdência”, *A Escola Primária*, 6/6/29.

uma carta de “um sócio da Previdência” questionando o facto de o tesoureiro da Caixa de Previdência ter uma caução baixa e de a mesma não ter sequer sido ainda prestada.

É precisamente este assunto da caução do Tesoureiro da Caixa de Previdência que Abílio do Amaral elege para a curta secção “Lesões internas” do número da “Tribuna do Professor” de 13 de Junho de 1929, o primeiro que vem a público desde que os directores de *A Escola Primária* trataram o caso em termos de “esterco” e de “adubo”:

“Ficam retidas mais umas pazadas de cloreto de cálcio que destinávamos ao WC dos Filipes. Mas diremos ainda, ao seu «Um assinante» que o actual tesoureiro da Caixa de Previdência foi contratado pelo Conselho de que faziam parte os directores do WC, e que foi ainda o mesmo Conselho que lhe arbitrou a caução.

É mais uma burla que a classe lhes deve (...).

Grandes directores !”³⁴.

Estas palavras de Abílio do Amaral mereceram da parte da redacção de *A Federação Escolar* um comentário publicado na sua edição de 19 de Junho de 1929:

“Ó Abílio ! Deixe-os lá ! Os deformados morais, os desvergonhados não vão a chicote como não vão a repreensões.

Se não fossem uns deformados, às perguntas do seu anónimo inquisidor respondiam logo declarando lealmente que foram eles os que aprovaram e aceitaram a escolha e a caução do Tesoureiro da C. de Previdência.

Olhe lá ! Ou senão, não, deixe ! Publique, para gáudio dos honestos, a declaração do vogal A. A. Martins, na primeira sessão a que compareceu depois do seu forçado e por eles provocado exílio.

Ande ! Já agora besunte-lhes aquelas máscaras com os dejectos que eles mesmos largaram lá pela Caixa”³⁵.

A polémica entre Abílio do Amaral / “Tribuna do Professor” de *O Povo* e *A Escola Primária* encerra-se, finalmente, quando este último jornal, na sua edição de

³⁴ [Anónimo (Abílio do Amaral)], “Lesões internas”, *O Povo*, 13/6/29.

³⁵ [Anónimo], “Lesões internas”, *A Federação Escolar*, 19/6/29.

13 de Junho de 1929, publica uma explicação mais longa das posições por si assumidas, à qual respondeu Abílio do Amaral com um último artigo da série “Lesões internas”, publicado na “Tribuna do Professor” em 20 de Junho de 1929.

Da parte de *A Escola Primária* este será também o seu derradeiro artigo abordando globalmente o problema do associativismo mutualista da classe do professorado primário e fazendo, inclusive, uma retrospectiva histórica da sua evolução desde a criação da Caixa de Previdência.

Começa por explicar a sua opção pela defesa da Lutuosa:

“Em primeiro lugar, uma declaração: *A Escola Primária*, ao contrário do que, malevolamente se tem chegado a insinuar, não é, nem pretende ser órgão oficial da Lutuosa. Lá que de quando em vez, temo-la defendido desinteressadamente e nessa tarefa continuaremos, enquanto ela tiver para cima de 5.000 sócios que a amem e só meia dúzia, se tantos, a quererem vê-la transformada em assistências, quando não em coisas piores...

Dela não queremos nem pastas, nem postas”³⁶.

Passa, depois, à apreciação do problema levantado por Abílio do Amaral em relação ao artigo onde, em tempos, Faria Artur advogou a conveniência de a Lutuosa ser transformada em Caixa de Assistência. O autor do o texto – que não é assinado³⁷ – defende, inteiramente, o ex-Secretário Geral da União reafirmando até que ele bem poderia continuar ainda, *pessoalmente*, a defender o mesmo ponto de vista:

“Era, como frisou, a sua opinião pessoal, e ainda ninguém nos disse que arrepiou caminho, como ninguém pode afirmar que o pouco que aqui se tem escrito

³⁶ [Anónimo], “Notícias e comentários”, *A Escola Primária*, 13/6/29.

³⁷ Parece-nos que, de facto, não terão sido Faria Artur nem José Cruz Filipe os autores dos textos pró-Lutuosa que *A Escola Primária* vem publicando desde a sua criação. O seu autor deve ter sido Gil de Oliveira Mendonça e os restantes elementos da Direcção do jornal anuíam tacitamente às suas tomadas de posição por partilharem com ele a vontade de combater o grupo de Carvalhão Duarte, Abílio do Amaral, António Augusto Martins e Carlos Martins. Gil de Oliveira Mendonça seria, então, “o homem da Lutuosa” em *A Escola Primária*, sempre solidário com a orientação imprimida à instituição por Alves de Oliveira.

sobre o assunto seja da sua pena. Bom é assim ir calafetando as gretas às más interpretações.

(...)

Faria Artur, pelas inúmeras censuras que, por defender assistências, de todos os pontos do país recebeu, convenceu-se de que a maioria da Classe não desejava a instituição assim modificada na sua essência primitiva, apercebeu-se que remava contra a maré e, por isso, ninguém mais o viu tratar do assunto nem na imprensa, nem nos congressos da Lutuosa³⁸. Por mais que cada um presuma de si, não há, cremos, o direito de impor uma opinião aos outros.

O que há nisto de censurável³⁹.

Depois de salvar Faria Artur da acusação de incoerência, o autor do texto aproveita para devolver a mesma acusação aos adversários, lembrando-lhes que também eles modificaram as suas posições sobre a Lutuosa:

“O que nem todos sabem é que sobre Faria Artur, ao tempo S. Geral, choveram então as mais ásperas censuras por ter expendido tal doutrina – quem sabe se da parte até dos mesmos que agora lhe andam a explorar as prosas !

Mas, já que isso vale, é possível que também aqui venhamos a fazer transcrição das coisas lindas com que noutros tempos, a Lutuosa era incensada, até por alguns que agora a detestam⁴⁰.

Empenhado, principalmente, em justificar as opções de *A Escola Primária*, o articulista trata, de seguida, de explicar que elas, no fundo, alinham pela posição da maior parte dos sócios da Lutuosa que também não considera sedutora a ideia da transformação da instituição numa Caixa de Assistência:

“A Lutuosa tem para cima de 5.000 sócios, mas contam-se pelos dedos os que se têm ocupado de assistências. Todos os outros ou vão ou mandam os seus delegados às assembleias gerais, e os senhores sabem o que por lá se tem passado.

³⁸ [Nota nossa] Aqui parece ficar estabelecido que, de facto, os artigos sobre a Lutuosa não assinados e, em princípio, da responsabilidade conjunta da Direcção não foram nunca da autoria de Faria Artur. Como é ainda menos provável que haja neles qualquer intervenção de Cruz Filipe, julgamos – como já dissemos na nota precedente – que Gil de Oliveira Mendonça deve ter sido o seu autor.

³⁹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

Na última assembleia de Coimbra e até há dias na do Porto, houve quem tratasse do problema da assistência, mas a assembleia em peso não deu ouvidos a isso.

Quer dizer: os 5.000 e tantos sócios da Lutuosa preferem viver pobres, mas fora da influência dos que, com novas modalidades, pretendem fazer a sua *felicidade*”⁴¹.

A convicção de que a maioria repudia qualquer transformação de fundo da Lutuosa leva o articulista a defender que se ela se fizesse contra a sua vontade a Classe acabaria por ficar sem Lutuosa e sem Assistência:

“Claro que se novos professores não forem fazendo a sua inscrição na Lutuosa, ela não se poderá aguentar; mas, em boa verdade, o mesmo lhe aconteceria, se o facto se repetisse com ela já transformada em Assistência.

Mais: temos elementos para afirmar que se amanhã nisso se pensasse a valer, a maior parte dos actuais sócios da Lutuosa a abandonariam, ficando a Classe sem Assistência e sem essa Lutuosa com que tantos durante alguns anos encheram a boca, chamando-lhe *a maior glória da Classe, a melhor pedra de toque do seu altruísmo, todo o seu orgulho, todo o seu prestígio*”⁴².

Longe de defender que todos os que defendem a transformação da Lutuosa são mal intencionados, entende, contudo, que na história do associativismo mutualista da classe do professorado primário há a considerar duas fases bem distintas. Uma primeira, “no tempo em que o Deus da paz ainda andava pelo mundo”, durou até ao momento em que, no Verão de 1927, a Lutuosa “apareceu *oficializada* sem o tempero da influência da D.E. de então” – acontecimento esse que julga decisivo mais do que todos os outros para que a classe se passasse a dividir em dois grupos rivais que se odeiam com base na questão mutualista. Foi só a partir desse momento, escreve, que se passou

“(…) da discussão serena à guerra feroz à Instituição, como natural reflexo de desentendimento entre meia dúzia de homens, mas a que mais de cinco mil associados eram alheios.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁴² *Idem, Ibidem.*

Começou então uma nova era, baralhando-se amiúde as tabelas H.M. por entre fusões com Montepios e as confusões com assistências, tudo sempre adubado com variada ciência mutualista, desenfreadamente saída das encolhas em que até ali tinha vivido”⁴³.

Abílio do Amaral está, obviamente, na mira dos comentários dirigidos ao grupo que, na sequência da oficialização da Lutuosa, passou a combater a orientação imprimida por Alves de Oliveira a esta instituição mutualista. Na realidade, o articulista de *A Escola Primária* distingue os que defendem seriamente a introdução de novas modalidades na Lutuosa daqueles que apenas o fazem como pretexto. Ora, quando a maioria dos sócios não se interessa pela criação de instituições de assistência⁴⁴ defender a transformação da Lutuosa numa delas significa o mesmo que “pensar numa coisa que tem bastantes probabilidades de não frutificar”. E, sendo assim,

“Não seria preferível introduzir algumas modificações no Estatuto da Lutuosa, de modo a deixá-la, melhorado, o mais possível a contento de todos ?

Não é isso, por certo, o que convém aos que só querem o desaparecimento puro e simples da Lutuosa; mas com essa gente não se conta; deixá-los pregar no deserto !...”⁴⁵.

Em apoio da sua tese de que Abílio do Amaral pertence ao número dos que, de facto, querem a destruição da Lutuosa aduz o facto de ele ter defendido, há anos atrás, na “Tribuna do Professorado” do jornal *Notícias de Gouveia*, a utilização dos fundos

⁴³ *Idem, Ibidem.*

⁴⁴ Retoma aqui o argumento já antes utilizado de que o desinteresse da classe pela Assistência implica que se se fosse a transformar a Lutuosa numa Caixa de Assistência ela acabaria por desaparecer e a classe ficaria sem Lutuosa e sem Assistência: “Mas já esses [os defensores da transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência] alguma vez pensaram em que a grande maioria de sócios da Lutuosa, não sendo obrigada a transitar para Assistência, acabaria por não pertencer a nenhuma das instituições ? Lutuosas e assistências são muito diferentes nos seus fins e são infinitamente em bem maior número os que pensam no futuro das esposas e filhos do que os que pensam em si próprios. Até por isso a Lutuosa é bendita”. *Idem, Ibidem.* Em apoio desta tese evoca o facto de até na Caixa de Previdência ter também saído frustrada a tentativa de criar uma modalidade de assistência: “Na primeira ou na segunda assembleia geral da C. de Previdência propôs alguém que a Caixa passasse a fazer empréstimos aos sócios. Era já uma forma de assistência, como outra qualquer. Pois aquilo não resistiu a umas historietas contadas com graça pelo contínuo Soares, do M. da I., e até o Sr. Dr. Santos Lucas aplaudiu o homem”. *Idem, Ibidem.*

da Lutuosa na construção de uma Casa de Férias para a Classe na Serra da Estrela. Na verdade, no passado como agora, Abílio do Amaral nunca teria pretendido nada a não ser a destruição da principal instituição mutualista da classe.

Prestes a concluir o seu longo artigo de esclarecimento definitivo das posições de *A Escola Primária* acerca do associativismo mutualista da classe, vem o nosso autor dar ainda mais duas explicações. A primeira referente ao motivo por que, em seu entender, os adversários da Lutuosa tomam *A Escola Primária* como seu principal adversário, e a segunda relativamente à razão por que *A Escola Primária* deve ser vista como o órgão da imprensa da classe que melhor defende a sua instituição mutualista mais genuína. Quanto à primeira, simplesmente, ironiza:

“O mais engraçado do caso é que não sendo nós nada dentro da Lutuosa; tendo esta uma Direcção; havendo milhares de sócios espalhados pelo país, só connosco é que embirram ! A gente é que tem obrigação de lhes aturar as más criações, respondendo a perguntas que nos dirigem sobre coisas da Lutuosa, feitas de má fé, de mais a mais a dois dias da última Assembleia Geral, do Porto, que era o lugar azado para se irem tirar de dúvidas. Nós, que só lá de longe em longe aqui nos referimos à Lutuosa, temos, em seu dizer, o poder mágico de «desorientar» a Classe; eles que todos os dias deitam os bofes pela boca a pôr nos bicos dos pés os seus estudos sobre o assunto, a empurrá-la para variadas Casas, queixam-se de que ninguém os ouve...”⁴⁶.

Sobre a segunda, explica que *A Escola Primária* continua convencida de estar do lado da maioria estatística dos associados da Lutuosa ao invés de Abílio do Amaral e seus correligionários na defesa da fusão com o Montepio que se encontrarão em clara minoria:

“Mas, bem feitas as contas, os sócios da Lutuosa estão connosco, simplesmente porque, como diria o amigo Banana, nós estamos com eles. Quer dizer: nós calando mesmo opiniões pessoais, é que continuamos com todo o brilhante passado da

⁴⁵ *Idem, Ibidem.*

⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

Instituição, quando por estas colunas espalhamos os contra-venenos. E, se vivemos em erro; se, com tal proceder, «exploramos» a Classe, orgulhamo-nos de andar bem acompanhados. Ainda há dias o leitor viu como nestas colunas, num libérrimo inquérito que abrimos sobre o valor da Lutuosa, se pronunciaram figuras marcantes em o nosso meio escolar, de quem os *endireitas* não valem um osso (...)⁴⁷.

A terminar, o articulista de *A Escola Primária* resumirá a sua apreciação do momento vivido pela Lutuosa e reconfirmará a opção editorial do jornal:

“A Lutuosa dispensa ainda bem as muletas de assistências, de fusões, que à viva força lhe querem meter em casa. E assim pode continuar por largos anos se, como até aqui, longe de lhe fugirem os melhores elementos de vida, eles continuarem a favorecê-la. Não se aflijam tanto.

Ela tem para cima de cinco mil sócios; em Abril último contava mais 140 sobre os existentes em igual mês do ano anterior e durante o último ano de gerência teve um aumento de fundos na importância de 167.324\$66, transitando para a nova gerência um saldo positivo de cerca de 400 contos. Isto diz muito, e tudo o mais é paisagem.

Quando um dia, pois, verdadeiramente reconhecermos que ela precisa de entrar em novas modalidades, nenhuma dúvida teremos em isso aconselhar, sem inquirir se entre os seus gerentes estão amigos ou inimigos nossos.

E até lá, cada um segue sua rotina: nós «vivendo da Lutuosa», continuaremos a acarinhá-la, sem mira noutra recompensa que não seja o cumprimento de um dever perante a Classe; outros *vivendo para ela*, continuarão a desacreditá-la, a diminuí-la.

E o tempo, que é um grande juiz, um dia nos julgará a todos”⁴⁸.

Abílio do Amaral reagiu, tal como dissemos, às explicações vindas da parte de *A Escola Primária* através do último dos seus artigos sob a epígrafe “Lesões internas”. A maior parte deste artigo é, aliás, a transcrição de um

⁴⁷ *Idem, Ibidem.*

⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

outro que fora publicado dias antes na "Tribuna do Professorado" do jornal *Notícias de Gouveia*, *Página* da responsabilidade do Núcleo de Gouveia ao qual o próprio Abílio do Amaral pertencera até à pouco. O ataque aos seus adversários começa, desta vez, com uma referência ao lucrativo negócio dos directores de *A Escola Primária* afirmando que o seu jornal *sugará* “à pobre da Classe qualquer coisa como cem contos anuais”⁴⁹. Depois, Abílio do Amaral, com humor negro, acusa o grupo de *A Escola Primária* – aqui designado por “*Tendinha Paródias, Burlas & Traições*” – de ter tido grandes responsabilidades na prisão dos membros da Delegação Executiva em Outubro de 1927:

“E se não conseguimos a Casa de Repouso na Serra da Estrela, nem por isso ficámos sem ela – que vós vos encarregastes de ajudar a conseguir aquela de que viemos a servir-nos e que fica ali para o Parque Eduardo VII”⁵⁰.

Ao publicarem este artigo na "Tribuna do Professorado" do *Notícias de Gouveia* os responsáveis pela *Página* a cargo do Núcleo local pedem que o seu gesto não seja interpretado como uma manobra de auxílio a Abílio do Amaral, pois “ele, só por si, chega para se defender e atacar”, e lançam também um violento ataque à “trindade jornalística dos directores da «Escola Primária»”. Contrapondo-se à acusação de má-criação que os “sabões” e “curandeiros” da classe fazem ao ex-membro da Delegação Executiva “fornecido” pelo Núcleo de Gouveia a que ele também pertence, o articulista

⁴⁹ [Anónimo (Abílio do Amaral)], “Lesões internas”, *O Povo*, 20/6/29. Importando cada assinatura anual em 20\$00, esta facturação total significa que elas seriam mais de cinco mil, ou seja, que mais de metade dos professores primários seriam assinantes de *A Escola Primária*.

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

vê na atitude dos seus adversários o falso desdém característico de quem, por se sentir acossado, pretende apenas disfarçar o seu próprio mal-estar:

“Não, histriões da nossa classe ! Abílio do Amaral não foi malcriado, nem a sua caneta escreveu porcarias.

O que ele tem feito é desnudar sem reticências a vossa alma aleijada.

A sua caneta tem sido um látego que bate certo nas vossas mazelas.

O azorrague com que Abílio do Amaral tem vergastado as vossas pústulas possui pontas de aço que penetram na vossa sensibilidade, apesar de embotada. Queríeis uma prosa alambicada e choramingas ? Ora, meus caros directores, deixai-vos desses ares beatíficos, ponde de parte essa superioridade tola com que ludibriais os ingénuos.

Diplomatas de chapéu alto e fundilhos nas calças ! A prosa de Abílio do Amaral fere-vos porque é certa, e como não podeis defender-vos, aparentais um desdém que estais longe de sentir”⁵¹.

E, tal como Abílio do Amaral, também o seu colega do Núcleo de Gouveia acusa os directores de *A Escola Primária* de terem sido responsáveis pelo fecho da União do Professorado Primário em Outubro de 1927. Esta acusação é-lhes feita na ocasião em que reprova o facto de os mesmos Directores terem convidado o director da "Tribuna do Professor" de *O Povo* para integrar uma comissão da imprensa da classe, encabeçada por *A Escola Primária*, que deveria apresentar uma petição ao Ministro das Finanças. Foi um grande erro esse o de avaliarem pela sua “a craveira moral do adversário”:

“como se Abílio do Amaral pudesse pactuar com o grupo que foi o coveiro da União e de que faz parte o «caluniador cobarde Raio X !».

Tivesse a nossa classe a consciência plena das maquinações do sombrio grupo e correria de vez com *A Escola Primária* e seus sequazes.

Os X abutres da União teriam que recolher-se à sombra dos seus feitos, com o desprezo unânime da classe”⁵².

⁵¹ *Idem, Ibidem.* (Cfr. a edição original do texto in [Anónimo], “Os directores de «*A Escola Primária*»”, *Notícias de Gouveia*, 16/6/29).

⁵² *Idem, Ibidem.*

Curiosamente, durante todo o tempo em que durou a disputa entre *A Escola Primária* e a "Tribuna do Professor" de *O Povo* nunca Alves de Oliveira se intrometeu na discussão em curso. Só quando ela terminou enviou, então, um comentário à mesma *Página*. Reconhecendo que "vai ainda ateadada" a peleja, afirma não vir, no entanto, pela sua parte

"(...) como à primeira vista poderá parecer, lançar mais achas nesta fogueira para que tome maior vulto a labareda das paixões que em torno da primeira instituição mutualista da classe se têm agitado, por vezes com uma violência e uma ferocidade de que jamais deveriam sentir-se capazes aqueles que prezam o seu nome e a sua qualidade de educadores"⁵³.

Alves de Oliveira limitar-se-á, de facto, a comentar alguns excertos do longo artigo publicado, dias antes, por *A Escola Primária*. Só pretende esclarecer a sua posição sobre a questão mutualista que tão fortemente voltou ultimamente a agitar o professorado primário. Adoptando um tom conciliador, afirma desejar apenas

"(...) contribuir para a maior quietude e serenidade dos espíritos, de modo que as pessoas e as coisas possam ser julgadas com inteira justiça e as questões de magno interesse para a Classe possam ser observadas e estudadas sempre à luz clara e serena da razão e nunca arrastadas para o campo torvo das simpatias ou antipatias pessoais, como tantas vezes, para desdouro de todos, tem acontecido"⁵⁴.

Na verdade, o Secretário Geral da Lutuosa, desta vez, não parte para o ataque e limita-se a adiantar diversos dados e elementos que corroboram as

⁵³ Alves de Oliveira, "Lutuosa", *A Escola Primária*, 4/7/29. Por aqui se vê, mais uma vez – e ainda agora analisámos o artigo da "Tribuna do Professorado" do *Notícias de Gouveia*, imbuído do mesmo espírito –, que ambos os lados continuam a reclamar-se dos mais elevados princípios de ordem moral e associativa.

posições recentemente expendidas por *A Escola Primária*. Insiste também ele na indispensabilidade de haver um certo número mínimo de novas inscrições de professores na Lutuosa, no facto de a Classe preferir a Lutuosa tal qual ela existe, e no correlativo desprezo pela Assistência.

Quanto ao primeiro destes temas Alves de Oliveira repete a sua afirmação da última Assembleia Geral segundo a qual se os 263 Núcleos da Lutuosa inscreverem em média um ou dois sócios em cada ano isso será o suficiente para cobrir, “com vantagem, as baixas que forem ocorrendo”. Nem sequer vê nenhum problema maior no facto de a maioria desses novos inscritos terem idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos⁵⁵. Conclui, portanto, que o futuro da Lutuosa dependerá apenas do zelo e da dedicação dos seus membros, e, concretamente, da sua capacidade de angariarem novos sócios para a instituição. Ou seja, nunca nesta sua derradeira análise à situação e ao funcionamento da Lutuosa Alves de Oliveira faz qualquer referência ou abordagem dos problemas da instituição com base nos princípios matemático-estatístico-demográficos próprios do mutualismo moderno.

Relativamente às hipóteses de transformação da Lutuosa numa Caixa de Assistência ou da simples criação de uma instituição deste tipo para o professorado primário, Alves de Oliveira concorda totalmente com o ponto de vista defendido por *A Escola Primária* segundo o qual a Classe não revela qualquer interesse pela criação duma instituição mutualista própria no campo da Assistência:

⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵⁵ Para melhor prova da saúde da Lutuosa insere no artigo a relação completa das inscrições feitas durante os últimos dois meses e meio, num total de 35 inscritos. Fizemos o cálculo e obtivemos uma idade média de 34 anos.

“Ou se mantém a Lutuosa, ou mais coisa alguma vingará, porque a Classe então, desiludida, não se resignaria a ser, mais uma vez, ludibriada.

É realmente assim que temos ouvido muitos manifestarem-se”⁵⁶.

Este foi o último artigo de Alves de Oliveira acerca do lugar da Lutuosa no quadro do associativismo mutualista da classe e no âmbito do seu associativismo em geral a ser publicado antes de ser decidida a fusão desta instituição com o Montepio. Reafirma aqui o seu reconhecimento a *A Escola Primária* por ser “um dos jornais da Classe que mais e melhor tem sabido defender a Lutuosa” e afirma ser seu desejo que os dirigentes da instituição sempre vão revelando *a marcha da Lutuosa com clareza* em cada Assembleia Geral para que os associados possam decidir como entenderem “julgando pela realidade dos factos e nunca por sugestões ou por quaisquer outras influências menos dignas de ser consideradas”⁵⁷. Estranhamente, a apenas seis meses da Assembleia Geral em que será tomada a decisão da fusão da Lutuosa com o Montepio, no final de um artigo em que todos os dados que apresentou indiciam boas perspectivas de futuro para a instituição que dirige, o Secretário Geral da Lutuosa parece não ter qualquer consciência de que se aproxima o seu fim. Se a tem, então, consegue dissimular muito bem as suas apreensões:

“Por nossa parte defendemos a Lutuosa, não só porque isso nos cumpre, por dever, mas ainda pelo interesse de todos, pelo prestígio colectivo que, na vida duma classe, não é coisa destituída de valor.

Cremos que a Classe nos fará sempre essa justiça”⁵⁸.

⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷ *Idem, Ibidem.*

⁵⁸ *Idem, Ibidem.*

Não foi, no entanto, Alves de Oliveira o único a não dar qualquer sinal claro anunciando a aproximação do fim do período áureo da história do mutualismo da classe do professorado primário oficial português. A vida das três instituições mutualistas da classe continua o seu rumo sem alterações visíveis. Só o Montepio – habitualmente a mais discreta de todas elas – é agora alvo de reclamações por causa da forma irregular como cobra aos seus associados as quotas relativas à sua secção de subsídio único (a chamada “Lutuosa do Montepio”)⁵⁹. De resto, a Lutuosa dos Professores Primários e a Caixa de Previdência, especialmente esta, limitam-se informar os sócios através de *Notas Oficiosas* que divulgam dados referentes à inscrição de novos sócios e à situação financeira de cada uma das instituições. Sucede, porém, que, pela primeira vez, da parte da Lutuosa estas informações não são muito favoráveis no que respeita às contas de Receita e Despesa apresentadas no Balancete referente a 6 de Julho de 1929⁶⁰.

Na verdade, no primeiro trimestre decorrido após a Assembleia Geral de Abril de 1929 a receita obtida com a cobrança de quotas e jórias só atingiu uma verba de 173.420\$00 enquanto os subsídios (legados) pagos no mesmo período ascenderam a 180.000\$00. No entanto, para além deste *déficit* há ainda um outro dado do Balancete que deve ser salientado: a referência a uma “importância aproximada de 100.000\$00 de quotas descontadas e ainda não levantada”. É possível que este seja o primeiro sintoma visível do fenómeno a

⁵⁹ Cfr. [Anónimo], “Descontos para o Montepio”, *Educação Nacional*, 21/7/29.

⁶⁰ A. Alves de Oliveira, “Lutuosa dos Professores Primários – Reunião do Conselho Fiscal. Contas”, *Novidades*, 23/7/29.

que Abílio do Amaral anteriormente aludira ao afirmar existirem muitos sócios que, *de facto*, já tinham abandonado a Lutuosa mas que continuavam a ser ilusoriamente contabilizados como sócios pela Direcção que considerava as respectivas quotas em atraso como um crédito a favor da instituição. O documento em apreço – subscrito por Alves de Oliveira, como sempre – não fornece qualquer esclarecimento que confirme ou infirme esta nossa hipótese, mas é possível que esta tenha sido, de facto, a primeira ocasião em que a instituição não pôde evitar confrontar-se com a ameaça da sua morte. Nesta perspectiva poderíamos também interpretar o facto de o artigo publicado em 4 de Julho em *A Escola Primária* (mas assinado com a data de 23 de Junho de 1929) ser – como dissemos – o último texto em que Alves de Oliveira se pronuncia publicamente sobre a situação da Lutuosa. Isto é, a partir da publicação do Balancete referente a 6 de Julho de 1929 não era mais possível ao Secretário Geral esconder as dificuldades que a emblemática instituição mutualista da classe do professorado primário atravessava.

Na verdade, as “nuvens negras” pareciam, finalmente, ensombrar não só a Lutuosa dos Professores Primários mas todas as instituições mutualistas do género, fundadas no “sistema do Deus dará” – tal como as designava, por aqueles dias, num artigo publicado no jornal *O Século* (e transcrito em *Educação Nacional*), o então Administrador Delegado da Caixa de Previdência, Manuel de Vasconcelos⁶¹. Denunciando a fragilidade destes “arremedos de Previdência”, defende aí a pronta intervenção do Estado, a fim

⁶¹ Em *Educação Nacional*, desde sempre céptica relativamente a estas instituições mutualistas, o artigo é reproduzido para conhecimento da classe com a seguinte apresentação: “Hoje que as *Lutuosas* pululam por toda a parte como tortulhos em terras húmidas, é para ponderar maduramente o seguinte artigo que do *Século* extractamos”. [Anónimo], “Sobre Previdência”, *Educação Nacional*, 28/7/29.

de evitar que continue havendo quem nelas confie e empregue assim, baldadamente, o seu dinheiro:

“O Estado, a quem compete zelar pelo bem dos seus cidadãos, não deve permitir que um tal estado de coisas continue, que as sociedades de seguros e caixas de previdência, organizadas segundo os devidos preceitos, se desprestigiem e se vejam desacreditadas por instituições levemente constituídas e sem condições de vida; deve, quanto antes, mandar proceder a uma sindicância às sociedades de seguros; às caixas de previdência e às ltuosas, obrigando-as a cingir-se inteiramente à lei geral das sociedades de seguros, de forma que os segurados estejam devidamente garantidos”⁶².

Entretanto em *A Federação Escolar* também A. Pereira de Carvalho comentará a nova legislação sobre o comércio de seguros com a habitual crítica à Lutuosa, à forma como vinha sendo gerida, e aos seus responsáveis:

“A Lutuosa que a Classe criou para minorar a miséria de viúvas e órfãos de professores e que mãos sem escrúpulos conseguiram transformar em negócio rendoso e por conta própria, deve ser abrangida pela suas disposições rígidas [da nova legislação].

Estará ela em condições de as atender ?

Não sabemos. O que sabemos é que os seus donatários lhe vão extorquindo aí os seus QUINZE CONTOS anuais e se ocupam em mandar, para todos os cantos, postais insultuosos para a Classe, mas postais que, por um logro muito bem urdido, essa mesma Classe paga da sua algibeira.

Hão-de sugar-lhe quanto puderem, como fizeram à União e depois preparar-lhe o competente golpe, para arrebanharem as migalhas.

Esperem e verão”⁶³.

⁶² Manuel de Vasconcelos, “Sobre Previdência”, *O Século*, 8/7/29.

⁶³ A. Pereira de Carvalho, “Da aldeia”, *A Federação Escolar*, 11/9/29.

6.3. Da Assembleia Geral da Caixa de Previdência em Outubro de 1929 à Assembleia Geral da Lutuosa em Abril de 1930

Com a realização da Assembleia Geral da Caixa de Previdência em 29 de Outubro de 1929 a atenção da classe do professorado primário voltou-se para esta instituição na qual a questão mutualista continua ainda a agitar as reuniões mesmo ao fim de vários anos de funcionamento, e apesar de Carlos Martins estar agora discretíssimo, de pedra e cal, no seu posto de chefe de Secretaria. Essa agitação fica a dever-se ao facto de o grupo de *A Escola Primária* não ter nunca dado descanso à instituição rival da Lutuosa, primeiro quando dois dos seus directores faziam parte do seu Conselho de Administração, mas também depois como ainda mais recentemente se verificou a propósito da discussão de uma proposta de construção de casas em Lisboa para os sócios da instituição.

Este voltaria a ser o assunto que maior polémica levantou nesta Assembleia Geral de Outubro de 1919 onde Gil de Oliveira Mendonça protagonizou a contestação. Segundo o relato feito, provavelmente por ele próprio, em *A Escola Primária*, manifestou-se

“em completo desacordo com a aspiração de tal proposta, por entender que a Previdência é uma instituição menos para dar frutos em vida do que para enxugar lágrimas depois da morte. Havia de ser bonito, disse, amanhã a Previdência ter uns centos de contos empregados em casas arrendadas, uma nova peste pneumónica dizimando sócios, o Conselho de Administração a precisar de converter esses prédios em dinheiro e com os inquilinos, à sombra da lei do inquilinato, criando-lhe toda a sorte de dificuldades. Além disso, há ainda a considerar que tanto a propriedade



propriedade rústica como a urbana se estão desvalorizando, o que tudo mostra a invalidade de a Previdência possuir prédios urbanos”⁶⁴.

Outro dos assuntos que se destacou nas discussões havidas na Assembleia Geral – tal como o anterior, também levantado por sócios da Caixa de Previdência que são membros da classe do professorado primário e por causa da dinâmica do seu próprio associativismo mutualista – foi o que levantou o professor Artur Taborda de Morais referindo-se ao “contra-senso de obrigarem os professores novos a subscrever com dez contos no Montepio, o que só lhes permite, na maior parte dos casos, entrar com três contos para a Previdência”⁶⁵. Propôs, por isso, este professor que o Conselho de Administração levasse o caso ao Ministro. Mas contra essa ideia logo ali se manifestou o Administrador Delegado que aconselhou os professores interessados a fazerem-no directamente, até porque, em seu entender, nada obriga a que se inscrevam na Lutuosa do Montepio. Artur Taborda de Morais ainda discordou, mas acabou por não se chegar a qualquer consenso sobre o assunto.

Uma vez que nesta Assembleia Geral não se tinha conseguido juntar um número de sócios suficiente para que se pudesse proceder a alterações nos Estatutos, foi marcada nova Assembleia para 28 de Novembro de 1929. Estando previstas alterações de Estatutos, compreende-se que a classe do professorado primário se tenha mobilizado de forma especial com o fim de tentar evitar a perda das regalias conseguidas quando a instituição foi criada. Por isso, a sua imprensa animou-se na fase que precedeu a realização da Assembleia. O primeiro a tomar a palavra foi Abílio do Amaral em *A Federação Escolar* acentuando a necessidade de a Classe evitar surpresas e, por isso, estar presente em massa na reunião. Existindo o grande perigo de uma eventual perda de privilégios Abílio do Amaral defende que, como são a maioria, desde que estejam

⁶⁴ [Anónimo], “Caixa de Previdência”, *A Escola Primária*, 31/10/29.

presentes, os professores primários nada têm a recear, pois poderiam até, se o quisessem, assumir o controlo total da instituição através da aprovação de uma alteração estatutária acabando com a eleição dos membros do Conselho de Administração por grupos e conseguindo, assim, que nenhum dos outros graus e ramos de ensino ali estivessem representados. Obviamente, esclarece, trata-se apenas de uma hipótese.

Na nova Assembleia, realizada na data prevista (28 de Novembro de 1929), tudo decorreu tão bem para o professorado primário que os apoiantes das propostas de um sócio funcionário do Ministério da Instrução Pública acabaram por ter de abandonar a sala em resultado da aprovação, por maioria, de um requerimento apresentado pelo professor primário Rui Martins no sentido de que a Assembleia não aprovasse nenhuma alteração que proviesse daquele funcionário que ali tinha feito “insinuações tendenciosas contra a classe do professorado primário”. Após a saída da sala de parte dos presentes, a Assembleia ficou sem *quorum* e sem poder, portanto, tomar qualquer deliberação, pelo que nenhuma alteração aos Estatutos se puderam fazer ainda desta vez. *A Federação Escolar* comentará favoravelmente este desenlace da reunião, salientando que “entre os professores primários assistentes houve a máxima solidariedade, o que fez aniquilar os desígnios daqueles que antecipadamente contavam com a vitória, em benefício dos seus interesses”⁶⁶, e regista, com orgulho, que o requerimento do professor Rui Martins tenha recebido, inclusivamente, o apoio do Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública, de vários outros altos funcionários ministeriais e também do Dr. Bernardimo Lage, professor da *Escola Normal Primária de Coimbra*.

⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶⁶ [Anónimo], “Caixa de Previdência do Ministério da Instrução”, *A Federação Escolar*, 4/12/29.

Abílio do Amaral fez igualmente publicar em *A Federação Escolar* a sua apreciação pessoal da forma como a Assembleia Geral decorrera, destacando a confirmação das suspeitas que o tinham levado a lançar um alerta à classe. Agora não tem dúvidas de que só mesmo a “ditadura da maioria” – como ali foi chamada a atitude do professorado primário – permitiu evitar a vitória da proposta apresentada por um funcionário do Ministério da Instrução Pública de que o professorado primário tivesse apenas um representante no Conselho de Administração, de que desaparecesse o ponto dos Estatutos que manda recrutar o pessoal da Secretaria entre os professores primários, e defendendo também que os contratos dos que lá estavam fossem findados e substituídos por pessoal adido. Comenta assim Abílio do Amaral a referida proposta:

“Tudo isto equivalia nem mais nem menos do que a voltarmos àquela Previdência que um dia quiseram impor-nos. Era absorvida pela burocracia do Ministério, e nós, que tínhamos em 25-11-929 – 2335 associados^[67] contra 74, que nos subscrevemos com um mínimo que deve estar dentro da mesma proporção, ficávamos a vê-la de longe”⁶⁸.

Na verdade, observa Abílio do Amaral, nem foi preciso na Assembleia Geral a afirmação da “ditadura do número” para rejeitar na discussão as propostas que lesavam a classe, uma vez que o comportamento do proponente que andara pedindo delegacias com o fundamento de que os professores primários queriam assaltar a Caixa lhe valeu a

⁶⁷ Esta é mais uma das situações que nos leva a dar pouco crédito aos números referentes ao movimento de sócios e de capitais das instituições de Previdência fornecidos pelas suas *Notas Oficiosas*. Abílio do Amaral aponta para uns 2400 sócios em finais de Novembro de 1929. Mas na *Nota Oficiosa* emitida pela Secretaria da Caixa de Previdência (e assinada por Carlos Martins) em 13 de Dezembro seguinte, ou seja, apenas duas semanas mais tarde, encontramos, a abrir, o bordão da praxe: “(...) acentua-se em cada dia o desenvolvimento desta importante instituição de Previdência, que conta cerca de 4000 associados, e na qual se inscreveram no mês findo 105 funcionários (...)”. Carlos Martins, “Caixa de Previdência”, *A Federação Escolar*, 18/12/29. Existe, portanto, entre as duas indicações uma discrepância de 1600 sócios, equivalente a mais de um terço dos números envolvidos, ou, no mínimo – admitindo uma gralha que tivesse reduzido a 2335 hipotéticos 3335 sócios que são professores primários nas contas de Abílio do Amaral – uma divergência de 600. A única conclusão possível de extrair com segurança é de que estes números não são creíveis e valem apenas como indicadores da necessidade de propaganda existente em cada momento. E essa era sempre muita.

⁶⁸ Abílio do Amaral, “Caixa de Previdência”, *A Federação Escolar*, 11/12/29.

apresentação de uma moção rejeitando a admissão não só desta proposta sua mas de qualquer outra vinda da sua parte. Como “o tal associado continua iracundo a fazer a sua propaganda” e Abílio do Amaral ouviu de alguém que ele ameaçara “*os seus supostos inimigos*, prometendo ir escrever artigos em *A Escola Primária*”, o ex-membro da Delegação Executiva de Carvalhão Duarte recomenda a todos que continuem “na vigilância dos nossos direitos”, certos que, como ficou provado, “as surpresas virão no dia em que nos esquecermos”⁶⁹.

Quem também aprecia positivamente o desempenho dos membros da classe presentes na Assembleia Geral da Caixa de Previdência é A. Pereira de Carvalho, considerando que estiveram à altura das dificuldades que se lhe apresentaram:

“Reuniu a assembleia da Caixa de Previdência. Tinha já na imprensa da Classe transpirado qualquer coisa sobre as intenções de certo grupo de sócios, intenções essas que iam até ao arrojo de tomar aquilo, esfrangalhando a obra carinhosa do Dr. Santos Lucas e em prejuízo, é claro, de todos, mas muito principalmente dos professores primários. Estes, porém, souberam ocupar o seu lugar, marcando unidos uma atitude de defesa e desafronta. De nada valeram os conluios do grupo e a lição foi das melhores.

É assim que se faz União”⁷⁰.

Este comentário final de A. Pereira de Carvalho – (“É assim que se faz União”) – deve, obviamente, ser enquadrado no momento esperançoso que a Classe vive desde que foi autorizada a reabertura da União do Professorado Primário em finais de Outubro de 1929, precisamente dois anos passados sobre o seu fecho. De imediato, reapareceu também *O Professor Primário*. Mas só muito dificilmente poderiam ser esquecidas as divisões antigas, alimentadas por tantos e tão variados exercícios bélicos

⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁰ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 11/12/29.

– nos quais as questões mutualistas não tiveram a parte mais pequena. São essas dificuldades internas que se podem confirmar logo a partir de Dezembro de 1929. Num artigo comentando um outro entretanto publicado por Acácio de Gouveia em *O Professor Primário* (logo no segundo número publicado após o reaparecimento do Boletim da União) A. Pereira de Carvalho não poupa nas suas críticas o antigo candidato a Secretário Geral no Congresso de Viseu. E entre o extenso rol dos seus pecados recorda o seu comportamento na Assembleia Geral da Lutuosa realizada em Coimbra em Abril de 1928. Então, escassos meses após a prisão dos dirigentes da União,

“(…) aproveitando a reunião da Lutuosa, flor de beleza que salpicaram de lama, [Acácio de Gouveia] quase ia enrouquecendo e desconjuntando as mãos a louvar e apreciar aquele que metera colegas seus na prisão [o Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos], que lançara tanta lágrima em lares de professores e que preparara a orfandade para os filhos do nosso desditoso Martins”⁷¹.

Reaberta a União do Professorado Primário voltam a reunir-se os seus Núcleos e *O Professor Primário*, como anteriormente, publicará breves apanhados de algumas das suas sessões. Por aí se vê que a questão mutualista continua ainda sobre a mesa como uma das mais importantes questões associativas da classe. Assim, por exemplo, numa reunião do Núcleo Escolar da Régua sabemos que, por unanimidade, foi declarado que a Lutuosa tinha os dias contados. Comentará este facto *Educação Nacional*, dando, a propósito, também o seu próprio palpite sobre o futuro do associativismo mutualista do professorado primário:

“Quando o nosso José de Queirós, neste jornal, fez, há anos, essa afirmativa, tremeu o Carmo e a Trindade, e quase tivemos necessidade de chamar os

⁷¹ A. Pereira de Carvalho, “A contradança das máscaras – I”, *A Federação Escolar*, 11/12/29. Note-se esta referência final à morte de António Augusto Martins ocorrida pouco antes da reabertura da União do Professorado Primário. Repare-se também na tese do martírio.

bombeiros voluntários. Agora são os Núcleos Escolares que, acalmando, raciocinam.

A vingança histórica ! Prouvera a Deus que ela não se desse, mas no livro negro do Destino estão traçadas as directrizes fatais da marcha humana !

Outra instituição que há-de seguir o mesmo caminho é o Montepio.

Se é verdade que os vencimentos dos empregados são superiores à totalidade das pensões, aquilo também tomba como as rosas do poeta. E temos pena. Fomos também fundador daquela instituição, e sócio até quando vimos que tínhamos de fugir.

A verdade é que há apenas uma instituição, a Previdência, que garante os seguros feitos. Podia ela conglobar todas as outras, dar mais garantias aos sócios, tornando-se uma potência da classe.

Quem trabalhasse nesse sentido não perdia o tempo, garantindo capitais despendidos que amanhã farão chorar lágrimas de sangue às vítimas”⁷².

Estas observações de *Educação Nacional* não caíram bem em alguns dos seus próprios leitores e logo à cabeça da secção de *Notas* do número seguinte encontraremos referência a esses reparos. Obviamente, António Figueirinhas justifica-se: “Não quisemos defender interesses particularistas de ninguém. Fizemo-nos eco do que disse *O Professor Primário* e do que os jornais disseram do Montepio, sem que este contrapusesse argumentos a seu favor. Mas, não há-de ser por nós, no lance, que há-de vir mal ao mundo”⁷³. No entanto, apesar destas explicações, o certo é que, como se poderá ver ainda na mesma edição, não há arrependimento algum da parte do director de *Educação Nacional* que continua a não apostar um centavo sequer no futuro das instituições mutualistas criadas pela classe. É que ao publicar o Balancete da Lutuosa referente a 5 de Dezembro de 1929 coloca em apêndice a tão curta quanto mordaz *Nota da Redacção*: “Este balanço é lisonjeiro”⁷⁴.

⁷² [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 15/12/29.

⁷³ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 22/12/29.

⁷⁴ Redacção, “Lutuosa dos Professores Primários – Contas”, *Ibidem, Ibidem*.

Regressando à situação associativa vivida no âmbito da União do Professorado Primário esta instituição, uma vez reaberta, começou quase logo a preparar o seu próximo Congresso que marcou para 3 e 4 de Janeiro de 1930. Estranhando que no respectivo programa não houvesse qualquer referência à Lutuosa dos Professores Primários, o professor Parente Júnior veio propor na «Página Escolar» do jornal *Novidades* que a Classe aproveitasse a ocasião para dar um novo fôlego àquela instituição através da marcação de uma reunião extraordinária destinada a tratar exclusivamente dos seus interesses. O grande objectivo a atingir, segundo Parente Júnior, seria o conseguir que ela pudesse passar a ser escolhida pelos novos professores em alternativa às restantes instituições de previdência. E percebe-se que Parente Júnior está, de facto, esperançado em que a reunião de Coimbra possa relançar a Lutuosa:

“Sim ! A classe em Coimbra fará um acto de fé profunda na continuidade da Lutuosa dos Professores Primários e elegerá uma comissão de sócios da Lutuosa que virão perante os poderes públicos solicitar que aos professores novos seja dada a faculdade de preferirem a Lutuosa dos Professores Primários, o Montepio ou a Caixa de Previdência.

Não se compreende o absurdo de estas três organizações estarem todas oficializadas e os novos professores serem obrigados a entrar para as duas últimas, com exclusão da primeira que é a que mais lenitivo tem prestado aos filhos e à viúvas dos professores.

Estou certo de que o digno Governo Português atenderá esta nossa reclamação, pois, sendo ele composto de homens honrados e muito inteligentes, está pronto a atender a tudo o que for justo.

A Coimbra, pois, pela Lutuosa dos Professores Primários e que de lá saia uma fé profunda nos destinos da nossa querida Lutuosa.

São as almas dos professores mortos que nos pedem que não deixemos morrer tão benemérita organização.

Acabem para sempre alguns sinais de descrença que se apresentam”⁷⁵.

⁷⁵ Prof. Parente Júnior, “Ao Congresso!... – Pela Lutuosa dos Professores Primários”, *Novidades*, 24/12/29.

Convencido das grandes possibilidades de sobrevivência da instituição, Parente Júnior aproveita o momento para considerar como um “terrível engano” a afirmação do Núcleo da Régua de que a Lutuosa caminha para a falência. No entanto, não contradiz essa posição com quaisquer argumentos de ordem factual e baseia-se apenas na história da relação afectuosa existente entre a classe e a instituição:

“A Lutuosa dos Professores Primários que tem distribuído milhares de contos na assistência aos tenros filhinhos dos professores primários, só terminará quando a classe já não tiver alma, pois atendendo às lágrimas de sofrimento que ela tem secado ela é a verdadeira alma de assistência do professorado primário.

Foi a Lutuosa dos Professores Primários que primeiro ocorreu a prestar socorro aos filhinhos de António Augusto Martins e de tantos outros que, ao morrer, levaram para o outro mundo o doce lenitivo de que os seus não sofreriam privações nos seus primeiros tempos após a sua morte, pois aí ficava a nossa Lutuosa para os amparar”⁷⁶.

A preparação do próximo Congresso da União do Professorado Primário foi também o principal assunto da reunião que efectuou em 19 de Dezembro de 1929 o Grémio do Professorado Primário do Porto⁷⁷. Entre as propostas apresentadas destaca-se uma no sentido de os seus delegados zelarem em Coimbra os interesses da Lutuosa . Não temos quaisquer dados acerca do conteúdo exacto desta proposta, mas com base nos comentários feitos por A. Pereira de Carvalho a esta reunião ficamos elucidados de que se mantinha a divisão do professorado primário relativamente a esta matéria. A. Pereira de Carvalho refere que “a meia dúzia” de professores presentes decidiu “defender a gamela da Lutuosa” e comenta o facto de o *lobby* pró-Lutuosa da cidade invicta vir propor que no Congresso da União se trate da Lutuosa, ao arpejo do que os

⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

mesmos defenderam aquando da oficialização da Lutuosa: “Isto deve estar fora da ordem, porque a Lutuosa é autónoma, como lá pelo Porto se entende”⁷⁸.

Na realidade, apesar dos que se manifestaram nesse sentido, o certo é que o Congresso da União do Professorado Primário acabaria por não tratar de quaisquer problemas relativos ao associativismo mutualista da classe. Porém, nem assim a imprensa da classe deixou cair o assunto e encontramos mesmo, por esta altura, em *Educação Nacional*, um seu leitor, o professor João de Pinho Brandão, de Eixo (Aveiro), pedindo a António Figueirinhas para que não deixe nunca de tratar no seu jornal dos três assuntos mais importantes para a classe do professorado primário, à cabeça dos quais indica “a questão da Lutuosa”. Não sabemos como encarava o professor João Brandão essa questão, mas a resposta que obtive do velho Director de *Educação Nacional* é significativa de como a instituição ainda consegue recolher a simpatia da maior parte do professorado primário e, inclusivamente, por parte de alguns dos que a acham condenada:

“Sobre a Lutuosa bom é que os sócios façam o que melhor lhes parecer. Já dissemos que *Montepio*, *Lutuosa* e *Previdente* são demais para a pobre classe.

A *Lutuosa* é que deveria ter supremacia, porque foi fundada pela classe, administrada por ela, como muito bem quer e entende, sem imposições de ninguém. A *Previdente* é que veio com a força oficial ferir aquela. Enfim, os interessados é que devem de clamar; e, como há diferentes correntes, a maioria determinará. Devemos dizer, porém, que a *Lutuosa* é que mais simpatias tem na classe”⁷⁹.

Talvez por o resto da imprensa andar demasiado ocupada com a restaurada União do Professorado Primário, foi no Jornal de António Figueirinhas que o problema mutualista da classe teve maior discussão nos meses que antecederam a Assembleia

⁷⁷ Cf. [Anónimo], “Reunião depois Professorado Primário do Porto”, *A Federação Escolar*, 26/12/29.

⁷⁸ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 2/1/30.

Geral da Lutuosa de Abril de 1930 na qual se decidiu a sua fusão com o Montepio. Curiosamente, esta decisão foi tomada numa altura em que tinham subido de tom as críticas ao Montepio por causa do método utilizado na cobrança das quotas. Como cada professor sócio desta instituição, desde que fora criada a secção de subsídio único (Lutuosa), tinha de descontar 5\$00 por mês durante um semestre em cada ano civil para o fundo permanente do subsídio único e mais 5\$00 por cada sócio que falecesse, a quantia total descontada era nalguns meses elevada. Mais ainda porque, em lugar de as cobranças relativas aos falecimentos irem sendo feitas à medida que eles ocorriam, deixava-se acumular vários óbitos e, assim, às vezes eram descontadas nos vencimentos quantias muito altas em proporção ao valor total dos mesmos.

Em *Educação Nacional* sempre tinham abundado⁸⁰, é certo, as chamadas de atenção para as desvantagens desta forma de funcionamento do Montepio. Na edição de 2 de Fevereiro de 1930 António Figueirinhas regista novas queixas, como a de um professor de Parada queixando-se de ainda em Janeiro ter descontado “30 e tal escudos, não chegando a receber 500\$00 !”, ou o lamento de um outro seu colega:

“«O dinheiro que recebemos não chega para a terça parte da festa. Além da Lutuosa e Previdente com taxa certa, há a surpresa do Montepio. Às vezes leva coiro e cabelo. Veja se não esquece este assunto, porque, dentro em breve, do ordenado nada nos fica. E como ele é chorudo, é um regalo»”⁸¹.

⁷⁹ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 12/1/30.

⁸⁰ [Anónimo], “A Lutuosa do Montepio”, *Educação Nacional*, 29/12/29. Referindo que no vencimento de Dezembro os sócios do Montepio descontaram 25\$00, o articulista defende a criação de uma quota fixa, para acabar com a surpresa mensal da “profundeza da fouçada que lhes assentaram” nos vencimentos. E conclui: “Achamos justo que se olhe pela famílias dos que morrem, mas também julgamos injusto o sacrificio dos que vivem”. Sobre outras ocasiões em que o mesmo problema foi ventilado Cfr. *Educação Nacional*, 28/4/29; *A Escola Primária*, 30/5/29; *Educação Nacional*, 21/7/29; *As Novidades*, 24/12/29; *Educação Nacional*, 29/12/29; *Educação Nacional*, 2/2/30; *Educação Nacional*, 23/2/30.

⁸¹ Cit. in [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 2/2/30.

António Figueirinhas limita-se a comentar: “Registamos as queixas, para ver se alguém esclarece esta violência insólita”⁸². Porém, não encontrámos na imprensa da classe nenhuma referência a que a Direcção do Montepio se tenha alguma vez manifestado sobre o problema. Talvez por isso o Director de *Educação Nacional* se tenha decidido a encontrar uma solução:

“Continuam-nos bater-nos ao ferrolho para tomarmos uma posição firme e perseverante sobre a questão do Montepio, Previdência e Lutuosa. Pedimos aos nossos estimáveis professores que aguardem pouco mais ou menos um mês, pois estamos a estudar um plano que deve satisfazer a todos e que será de agrado geral”⁸³.

Ironicamente, a Lutuosa acabaria por ser entregue a uma instituição com muitos mais problemas do que ela própria e cuja superioridade era apenas de ordem legal, já que, animicamente, era uma instituição que não valia quase nada na bolsa dos afectos do associativismo da classe do professorado primário. A vitória de Pirro do Montepio seria, portanto, uma tragédia para o associativismo da classe. Este, graças à sua extraordinária tendência autofágica, tinha evoluído, de equívoco em equívoco, de inépcia em inépcia, de *peçoalismo* em *peçoalismo* até à absoluta exaustão da sua capacidade aglutinadora de *toda* a classe. Restavam facções, as quais – vimo-lo com todo o detalhe que pudemos – se foram estruturando a *pretexto*⁸⁴ da “questão mutualista” e ao sabor da sua evolução específica.

⁸² *Idem, Ibidem.*

⁸³ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 23/2/30.

⁸⁴ Quando uma sociedade se decide pelo conflito não importa tanto a validade dos motivos quanto a luminosidade dos pretextos. Esse era o estado da sociedade portuguesa naquela segunda metade dos anos vinte. Febrilmente, avançava pelo caminho da exclusão e da redução aniquiladora. As *nuanças* políticas que o fenómeno enverga são apenas a expressão de estados de alma e de modos humanos de ser e viver que nenhuma época esgota.

6.4. Epílogo: Abril de 1930 – a dissolução da União do Professorado Primário e a fusão da Lutuosa com o Montepio

Estranhamente, António Figueirinhas que fora dos primeiros a declarar condenadas as instituições mutualistas da classe acaba por ser agora quem encabeça as preocupações com uma saída airosa para elas. Não sabemos ao certo que proposta tinha ele em mente para solucionar a “questão do Montepio, Previdência e Lutuosa”. Julgamos, no entanto, o seu “plano” passava pela fusão entre a Lutuosa e o Montepio, ideia que virá explicitamente defender dali a pouco tempo, já a menos de um mês da realização da Assembleia Geral da Lutuosa. Apesar de esta ideia não ser nem um pouco original, o certo é que o texto de António Figueirinhas sobre o assunto publicado na edição de 30 de Março de 1930 de *Educação Nacional* teve o condão de funcionar como o pontapé que marcou o início da jogada que culminou na aceitação pelos sócios da Lutuosa do princípio da fusão com o Montepio. E, tal como a ideia, assim também os argumentos do Director de *Educação Nacional* não tinham qualquer espécie de novidade:

“Já, por mais duma vez, aqui temos salientado que o professorado primário tem instituições de previdência demais. Só no Porto possui duas – Lutuosa e Montepio – ambas com o mesmo fim. Não ganha o professor o suficiente para poder suportar os encargos que para ele representa a manutenção de tantas associações.

Porque não hão-de pensar, pois, os interessados, a sério, na junção de algumas delas ? Pelo que temos observado, existe uma bem acentuada corrente a favor da fusão da Lutuosa com o Montepio. Parece-nos não ser isto desacertado e, como estamos em vésperas de Assembleia Geral, fazemos votos por que o assunto ali seja posto e resolvido.

Com isto todos terão a lucrar.

Ninguém, pois, deve faltar à reunião, para depois não haver razão de queixas

O mal, o grande mal, é muitos se desinteressarem destas reuniões e depois deitarem as mãos à cabeça quando as resoluções tomadas não se harmonizam com o seu modo de pensar.

Em assunto de tamanha magnitude, todos os associados devem aparecer, fazendo triunfar a ideia da junção dessas duas instituições, que é o mais sensato que se pode fazer.

Os próprios corpos gerentes são os primeiros a concordar com isso, visto não olharem senão para os altos interesses da classe”⁸⁵.

António Figueirinhas está, como se pode ver, esperançado em que na Assembleia Geral que se aproxima a fusão da Lutuosa com o Montepio venha a ser discutida e aprovada. Vivendo no Porto, cidade onde ambas as instituições tinham sede, certamente que António Figueirinhas estaria bem informado acerca do que se passava ao nível dos seus Corpos Gerentes. Parece-nos mesmo que o seu artigo foi escrito já com alguma noção acerca da existência de um acordo prévio que tornará possível que o desfecho da Assembleia Geral da Lutuosa seja favorável à ideia da fusão.

O que mudou relativamente ao passado – algum ainda recente – é que agora todos parecem estar de acordo na defesa da fusão entre as duas instituições mutualistas da classe. Também a Direcção da «Página Escolar» do jornal *Novidades* apoia a ideia e transcreve na íntegra o artigo de António Figueirinhas⁸⁶, declarando estar totalmente de acordo com a sua posição. Nesta mesma *Página* do diário católico o professor Rodrigues Leónidas, afirmando-se como um dos primeiros entusiastas da Lutuosa e historiando como coube ao professorado primário a honra da introdução das instituições de Previdência no nosso país, qualifica o decreto que determinou a “fundação” da Caixa de Previdência como uma verdadeira sentença de morte (injusta) para a Lutuosa dos Professores Primários. Diz-se até convencido de que “se ela não morreu ainda, se ela se encontra próspera e feliz, ao esforço inaudito, à fé inquebrantável de Alves de Oliveira [isso] se deve, bem como ao altruísmo e muito amor dos sócios fundadores”⁸⁷.

⁸⁵ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Lutuosa dos Professores Primários”, *Educação Nacional*, 23/3/30.

⁸⁶ [Anónimo], “Notas e comentários”, *Novidades*, 8/4/30.

⁸⁷ Prof. Rodrigues Leónidas, “A Nossa Lutuosa”, *Novidades*, 22/4/30.

Em seu entender, desde que a Caixa de Previdência fora fundada com carácter de obrigatoriedade que a única solução para salvar a Lutuosa só podia ser a fusão com o Montepio ou com a Caixa de Previdência: “ou se conseguia a liberdade de inscrição em qualquer das previdências oficiais do professorado, ou se devia procurar a fusão da lutuosa com qualquer delas”⁸⁸. Afirma, depois, Rodrigues Pepino que foi sempre essa também a sua posição, da a conhecer na Assembleia Geral de 1928, repetida na de 1929, e que manifestará mais uma vez na de 1930 se lá for. Finalmente, aconselha os associados a pensarem maduramente no problema e a não recearem tomar decisões que ponham em causa a situação estabelecida porque nisso não há “desaire moral de espécie alguma”. Julga mesmo, pelo contrário, que, depois de ter resistido de forma honrada, desistir pode ser uma solução honesta:

“Não só de idealismo e de poesias se vive, porém, neste mundo; e, quando a honra e a dignidade de uma classe ou de um individuo não se encontram em jogo, nem sempre vale a pena resistir contra a força ou contra a ironia dos fados.

(...)

Não acho justo nem útil fazer viver a maior parte dos associados – mesmo os mais dedicados – num sobressalto constante pelo futuro duvidoso daquilo que lhes custou, muito embora, sacrificios e abnegações grandes a criar”⁸⁹.

Aproxima-se, entretanto, já a data da Assembleia Geral marcada para 24 de Abril de 1930. A sua Convocatória admite explicitamente que, além da apresentação do Relatório e das Contas da Direcção e da eleição dos novos Corpos Gerentes, “poderão ser ainda tratados outros assuntos que interessem à instituição”⁹⁰. Ou seja, deixa aberta a possibilidade de ser discutida qualquer proposta, inclusive a da fusão. Proposta que, decerto, vinha já sendo estudada pelas Direcções de ambas as instituições, pois, embora não tenhamos quaisquer dados concretos acerca dessa reuniões conjuntas de preparação

⁸⁸ *Idem, Ibidem.*

⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

para a Assembleia Geral da Lutuosa, as mesmas são referidas por *A Federação Escolar* de 9 de Abril de 1930. Acusando a recepção de uma carta do professor Joaquim Augusto Sapinho, de Cabo Verde, em defesa da “necessidade e alta conveniência de se fusionarem estas duas instituições”, a Redacção do jornal alega falta de espaço para a publicar, mas informa o seu autor que lhe consta que “o assunto tem sido estudado pelas direcções de uma e outra colectividade, encaminhando-se para uma solução que talvez satisfaça os seus desejos”⁹¹. O facto de ambas as instituições terem a sua sede no Porto terá, obviamente, facilitado também os progressos no sentido de acertarem os pormenores da operação.

Este mesmo jornal publicaria também, já muito próximo da realização da Assembleia Geral, um artigo do paladino da fusão da Lutuosa com o Montepio, o professor de Favaios, Costa e Silva, claramente satisfeito por ver ressuscitar agora a ideia que lançara há um ano atrás e que já lhe parecia esquecida. O pormenor mais interessante deste artigo⁹² – porque contraria a ideia de uma Lutuosa desesperada, embora a explicação também possa ser o orgulho – é a informação dada pelo seu autor de que enquanto no Montepio haveria uma corrente favorável à fusão, “mesmo nos corpos dirigentes”, o mesmo não parecia suceder do lado da Lutuosa. É, pois, a estes últimos que Costa e Silva lança o repto : “Snrs. da Lutuosa, porque esperam ? Mãos à obra, porque acima de tudo somos professores e devemos cuidar apenas neste caso dos nossos interesses colectivos e necessidades”⁹³. Um outro pormenor interessante é quando no artigo Costa e Silva afirma que não pode falar da situação financeira da Lutuosa porque não sabe “da sua evolução”. Trata-se, muito provavelmente, de um gesto de pudor calculado para não irritar os seus dirigentes. Quanto ao Montepio todos

⁹⁰ *A Federação Escolar*, 9/4/30.

⁹¹ [Anónimo (Redacção)], “Lutuosa e Montepio”, *A Federação Escolar*, 9/4/30.

⁹² Costa e Silva, “Montepio e Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 23/4/30.

⁹³ *Idem, Ibidem*.

os números fornecidos pela instituição, escreve Costa e Silva, denunciam o seu falhanço. Em seu entender, o Montepio só sobrevive mesmo – e, ainda assim, a custo – graças à Lutuosa que ultimamente criou. Esse “enxerto” é o “balão de oxigénio” graças ao qual o Montepio “se pode ainda sustentar num equilíbrio verdadeiramente instável”. É peremptório: “O Montepio unicamente deve a sua vida à Lutuosa que criou”⁹⁴.

Estranhamente, Costa e Silva parece mais inseguro agora que as suas posições estão prestes a vingar. De facto, considera que a Assembleia Geral que se aproxima deverá ser aproveitada pela classe para pensar sobre os problemas das suas instituições mutualistas, mas, ao mesmo tempo, admite que a Lutuosa, apesar de tudo, poderia ainda sobreviver durante bastante tempo tal como existia: “(...) há-de viver mais uns anos (dez, vinte ?), mas não pode suportar o choque que a Previdência lhe deu”⁹⁵. A antevisão dessa inevitável derrocada leva-o a pensar que o melhor é tratar, desde já, de *fusionar* as duas instituições que, conjuntamente, devem dispor de um saldo de pelo menos 400.000\$00. Utilizando-o, a classe poderá, na instituição que for criada para as substituir, ter direito não só a subsídios por morte mas também a pensões de sobrevivência, subsídios para funerais, pensões de invalidez, socorro na doença, etc. Costa e Silva advoga, portanto, – como sempre advogou – uma fusão da Lutuosa com o Montepio que não seja uma mera dissolução da Lutuosa no Montepio. Ele defende, de facto, a criação de uma nova instituição mutualista que vá mais longe do que as duas que lhe deram origem. Essa não será, no entanto, como veremos, a solução que a Assembleia Geral da Lutuosa vai aprovar.

⁹⁴ A provável razão da melhor saúde do Montepio é que a sua Lutuosa se organizara já com base em tabelas HM e num sistema de quotas diferentes consoante a idade do sócio. No entanto, quando aglutinou a si a Lutuosa, mesmo que aplique aos novos sócios as mesmas regras, isso não bastará para garantir a sua sobrevivência.

⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

Eminente crítico do rumo que a Lutuosa vem seguindo nos últimos anos, A. Pereira de Carvalho começa já a divertir-se com as notícias que anunciam a sua morte próxima. É indisfarçável a sua satisfação na crónica que publica em *A Federação Escolar* precisamente na véspera da Assembleia Geral da instituição:

“ Vão reunir-se os sócios da Lutuosa. Coitada da Lutuosa e dos sócios !... A sua última fase até me faz lembrar aquela história do macaco juiz, que dois bichanos haviam convidado para decidir um pleito. O snr. Alves de Oliveira procedeu semelhantemente com a Lutuosa, faltando-lhe apenas meter pela boca dentro os bocadinhos que restam e... sim, encerrar a audiência. E verão que ainda há-de vir depois fazer a caramunha...”⁹⁶.

Na data marcada, em 24 de Abril de 1930, realizou-se, finalmente, a tão ansiosamente esperada Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários. Segundo informa *Educação Nacional*⁹⁷, a reunião foi muito concorrida por professores vindos de todos os pontos do país⁹⁸.

⁹⁶ A. Pereira de Carvalho, “De Lisboa”, *A Federação Escolar*, 23/4/30.

⁹⁷ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 27/4/30.

⁹⁸ Curiosamente, Costa e Silva foi um dos ausentes. Acusado de cobardia por *A Escola Primária*, explicará, depois, que a sua ausência foi involuntária e se deveu apenas a motivos de ordem familiar. Aliás, enviou uma carta ao Presidente da Assembleia Geral – que nenhum dos relatos indica que tenha sido lida – que parece ter sido tida em conta, como se pode deduzir da leitura da sua parte final: “(...) se a Assembleia assentar no princípio da fusão, por muitas razões necessária e digna de ser aprovada, sou de parecer que a Assembleia nada mais resolva antes de um acordo preliminar entre as duas Associações, acordo que pode assentar nas bases que publiquei ou noutras que melhor solucionem o assunto. Sincero e bem intencionado apenas me move o interesse geral da classe que com a fusão muito tem a lucrar e não pessoalimos facciosos que nunca discuti”. Cfr. Costa e Silva, “Saibam quantos... – A propósito da Assembleia Geral da Lutuosa”, *A Federação Escolar*, 5/6/29. Defendendo-se das acusações de *A Escola Primária*, insiste na afirmação da independência com que tem discutido o problema: “O secretário geral da Lutuosa, que me conhece e sabe quais as minhas intenções, sabe também que eu não estou enfeudado a qualquer grupo ou grupelho, se é que os há. Na minha já longa discussão do assunto nunca ataquei pessoas, nunca desci ao *dize tu, digo eu*. Ora esta circunstância significa tudo para quem quer ver a questão pelo seu verdadeiro prisma. Não confundamos, não deturpemos o que é sincero e honesto”. *Idem*, *Ibidem*.

Temos notícia do modo como decorreu através dos relatos publicados por *Educação Nacional*⁹⁹ e por *A Federação Escolar*¹⁰⁰, sendo este último bastante mais pormenorizado. O primeiro aspecto que deve ser notado é que foi o professor do Porto, Eduardo Soares de Moura¹⁰¹, professor do círculo de *A Federação Escolar*, quem apresentou a proposta de que a fusão fosse votada *em princípio* nesta reunião. Outro pormenor importante diz respeito à informação que nos é agora fornecida de que a proposta de fusão já tinha sido apresentada por Cardoso Júnior na última Assembleia Geral do Montepio¹⁰².

Era natural que sucedesse e sucedeu: levantou-se entre os presentes a discussão acerca de saber quem é que, afinal, pedia a fusão. Acácio de Gouveia, embora admitindo que “A Lutuosa tem estado em má situação”, entende que “não pode isto [a fusão] ser considerado como uma saída menos honrosa” e quer que fique exarado na acta que “é o Montepio que solicita a fusão”¹⁰³. Cardoso Júnior, porém, apressa-se a precisar e a esclarecer que “o Montepio não pede a fusão, mas aceita-a em princípio”¹⁰⁴. Percebe-se em ambos os relatos que houve, naturalmente, grande preocupação com este aspecto do problema. De tal forma que Acácio de Gouveia, obrigado a rectificar a sua anterior afirmação, “insiste na conveniência da fusão, que ambas as partes desejam”. E a mesma preocupação de que a fusão não fosse vista por ninguém como uma derrota

⁹⁹ [Anónimo], “Lutuosa dos Professores Primários – Assembleia Geral. É votada, em princípio, a fusão da «Lutuosa» com o Montepio”, *Educação Nacional*, 27/4/30.

¹⁰⁰ [Anónimo], “Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários”, *A Federação Escolar*, 30/4/30.

¹⁰¹ Amigo pessoal do seu Director, assumiu as funções de Redactor Principal de *A Federação Escolar* entre 6 de Março e 22 de Junho de 1929 quando ele adoeceu e foi, depois, o primeiro Director do jornal após a morte de António Augusto Martins (entre 23 de Outubro e 2 de Janeiro de 1930).

¹⁰² Não pudemos apurar quando se realizou, nem o que lá foi debatido e em que termos relativamente à fusão da Lutuosa com o Montepio.

levou à aprovação de uma adenda à proposta de fusão garantindo “que a Lutuosa aceita a fusão sem prejuízo dos sócios”¹⁰⁵.

A reunião não decorreu tão pacificamente quanto alguns desejariam, mas também não foi tão conflituosa quanto outros teriam esperado ou até desejado. É certo que o professor representante do Núcleo de Coimbra, Carlos Alberto, fez ali várias acusações a Alves de Oliveira e à sua gestão dos destinos da Lutuosa, mas não consta que este lhe tenha replicado defendendo-se. Por isso, de acordo com o relato de que dispomos, a intervenção do professor de Coimbra deve ter sido mesmo o momento mais tenso da discussão:

“*Carlos Alberto*, apoia a ideia da fusão. Já há 3 anos - diz, afirmou que as palavras de Alves de Oliveira eram pura fantasia. A Lutuosa não pode viver porque é escusado contar com o sacrifício dos novos. Manifesta-se a favor da fusão, mas deseja que aqueles que vão estudar as bases em que ela deve fazer-se, atendam à grande vantagem de lhe serem dadas, de futuro, funções de assistência. Diz que Alves de Oliveira o contrariou e à classe, fazendo cortes nos Estatutos para conseguir a aprovação oficial, sem a qual, afinal, se tem vivido”¹⁰⁶.

Interveio também na sessão um outro professor, Rodrigues da Silva, cujas afirmações são de grande importância para compreendermos o momento que vivem as instituições mutualistas da classe entendido no contexto da situação geral do seu associativismo. Na verdade, para bem entendermos o ambiente que se vivia nesta Assembleia Geral da Lutuosa é necessário ter presente que, pouco mais de uma semana antes, a 15 de Abril de 1930, o Conselho Federal tinha decidido, por unanimidade, aprovar a

¹⁰³ [Anónimo], “Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários”, *A Federação Escolar*, 30/4/30.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

dissolução da União do Professorado Primário. O argumento utilizado para justificar esta medida foi a publicação do Decreto nº 17.983, novo instrumento legislativo regulador do associativismo das diversas classes profissionais. O que deve ser destacado na intervenção do professor Rodrigues da Silva a respeito da situação associativa da classe só se entende neste contexto. De facto, afirmou ali que a morte da *Mãe* União e a da *Filha* Lutuosa têm ambas a mesma origem e não se ficam a dever, nem uma nem outra, principalmente, à má vontade dos poderes públicos. A intervenção do professor Rodrigues da Silva é clara a este respeito e aponta para um caldo de causas entre as quais a evolução do Mutualismo e desorientação da classe por causa das suas instituições mutualistas não são as de menor peso:

“[Rodrigues da Silva] Diz que a Lutuosa não pode viver, não pela má vontade dos poderes constituídos, mas por causa da obrigatoriedade de inscrição na Caixa de Previdência. Devíamos ter apenas uma instituição de Previdência, até para maior facilidade da organização das folhas de vencimentos.

Acha que, apesar do que se tem dito, nunca existiu a União do Professorado Primário; também entende que é preciso pensar na assistência em caso de invalidez, de forma que a Previdência não seja só para as famílias, depois da morte. Pergunta por isso se os Estatutos do Montepio comportam essa modalidade, ao menos para

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem.*

que os sócios possam continuar a receber o seu ordenado por inteiro. A Lutuosa, como está, não pode sustentar-se por falta de sócios; por isso, é pela fusão”¹⁰⁷.

Naturalmente que nos seria muito útil saber qual o teor exacto das intervenções de Alves de Oliveira na Assembleia Geral, mas acerca disso pouco sabemos e o que sabemos leva-nos a pensar que, provavelmente, terá feito apenas uma intervenção e que mesmo essa foi vaga e evasiva. De acordo com o relato telegráfico de *A Federação Escolar* – que é aqui a nossa principal fonte –, a determinada altura o Secretário Geral da Lutuosa ”Afirma que o Montepio não precisando da fusão para viver, coloca acima de tudo o interesse colectivo. A Lutuosa, com o mesmo objectivo, aceita de bom grado a fusão”¹⁰⁸. E é tudo.

Ora, como devemos nós interpretar estas duas afirmações ? Depreende-se delas que a Lutuosa precisa da fusão ? Se sim, como conciliar isso com o facto de Acácio de Gouveia ter chegado a afirmar que tinha sido o Montepio a solicitá-la, mesmo sendo certo que foi depois obrigado a corrigir o que tinha dito antes ? Se não, não se percebe nem por que a aceita nem porque é que o Montepio a pretende se também ele não precisa dela. Isto é, se ninguém precisa dela, por que razão é que ambas as instituições a aceitam ? Julgamos que, de facto, ambas precisariam, embora nenhuma o quisesse confessar. No entanto, só dispondo de mais elementos poderíamos chegar a conclusões mais seguras¹⁰⁹.

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*. O sublinhado é nosso. Esta é a expressão mais crua do desencanto de Rodrigues da Silva com o passado associativo da sua classe. Por mais exagerada que possa ser, ela tem, contudo, a virtude de interpretar as dificuldades do associativismo do professorado primário oficial português no período em causa como dificuldades cuja origem é, em grande parte, de ordem interna. Essa é também a nossa tese. É significativo que esta afirmação seja produzida precisamente neste contexto: pouco mais de uma semana após o fim da União do Professorado Primário e no decorrer da reunião em que se decide também o fim da Lutuosa.

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem*.

¹⁰⁹ Seria certamente muito proveitosa a leitura das Actas das reuniões dos Corpos Gerentes de ambas as instituições nas quais prepararam – não sabemos sequer se em separado se em conjunto – esta Assembleia Geral da Lutuosa em que a fusão com o Montepio foi aceite *em princípio*. Da parte da «Página Escolar» do jornal *Novidades* temos apenas uma alusão breve à reunião louvando em Alves de Oliveira a “isenção, a

A Assembleia Geral terminaria com a aprovação das duas propostas apresentadas¹¹⁰ pelo professor Eduardo Soares de Moura, a primeira votando *em princípio* a fusão da Lutuosa com o Montepio, e a segunda reconduzindo os Corpos Gerentes até que seja presente a uma nova Assembleia Geral da instituição – a realizar nas próximas férias de Verão – o estudo a que se vai proceder para a fusão entre as duas instituições mutualistas.

Chegados a este ponto teremos, obviamente, de nos perguntarmos por que motivo, sendo a Lutuosa a instituição que recolhia maior simpatia da parte da classe, foi ela a desaparecer e a ceder perante um Montepio desde sempre mais fraco. A resposta óbvia é que os seus sócios julgaram que era esta a única forma de salvar ao menos uma das instituições mutualistas da classe frente à Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública. E neste aspecto o Montepio estava em vantagem sobre a Lutuosa: por um lado, era – tal como a Caixa de Previdência – de inscrição obrigatória para os novos professores, razão pela qual nunca ficaria sem sócios; por outro lado, tinha os seus Estatutos oficialmente aprovados ao contrário da Lutuosa que em matéria de oficialização se encontrava num problemático limbo.

A aprovação *em princípio* da fusão da Lutuosa com o Montepio foi recebida pela classe com aceitação geral. Não encontramos na sua imprensa o menor indício de reprovação. António Figueirinhas é o primeiro a saudar a decisão tomada na Assembleia Geral vendo nela a confirmação de que os seus antigos reparos tinham

lealdade e inteligência com que ele contribuiu para a fusão da Lutuosa com o Montepio, apenas se convenceu da improficuidade dos seus esforços em prol da manutenção da Lutuosa”. [Anónimo], “Notas e comentários”, *As Novidades*, 6/5/30.

¹¹⁰ Não sabemos se por unanimidade ou não (e, neste caso, com quantos votos a favor e contra, e com quantas abstenções). Relativamente à posição dos diversos Núcleos apenas temos a indicação de que os

justificação. Endossa às Direcções de ambas as instituições os seus parabéns e elogia, especialmente, a administração de Alves de Oliveira por ter tido a lucidez de aceitar a fusão das duas instituições e “por, muito a tempo, ir ao encontro da aspiração de muitos entendendo que assim se fazia dessas duas agremiações um verdadeiro monumento de regalias para a classe”¹¹¹.

A Direcção da «Página Escolar» do jornal *Novidades* elogia Alves de Oliveira em termos semelhantes e pelas mesmas razões. Por um lado, considera que ao “seu optimismo impulsionador, à sua pena enérgica e correcta, à sua acção acentuadamente combativa, se deve, até hoje a manutenção da Lutuosa dos Professores Primários”¹¹².

Por outro, põe em destaque

“um facto que sobremaneira o dignifica e o avulta mais aos olhos da classe: a isenção, a lealdade e inteligência com que ele contribuiu para a fusão da Lutuosa com o Montepio, apenas se convenceu da improficuidade dos seus esforços em prol da manutenção da Lutuosa.

Um homem destes, num tempo destes, dignifica-se e dignifica-nos”¹¹³.

A *Página* do jornal católico alarga o brinde aos sócios da Lutuosa e, na mesma oportunidade, endereça algumas farpas ao sector do professorado primário que, dissolvida a União do Professorado Primário, começou já a tratar do lançamento da instituição substituta que será a Casa dos Professores Primários. Lembra, por exemplo, que um dos seus mais destacados membros até já tinha previsto um futuro para a Lutuosa bem diferente da fusão com o Montepio:

“Os sócios da Lutuosa mostraram-se inteligentes e à altura das suas responsabilidades, não ligando importância alguma às loas cantadas por Manuel da

sócios do concelho de Gouveia enviaram à Assembleia Geral um telegrama manifestando o seu desejo de fusão entre a Lutuosa e o Montepio. Cfr. *Noticias de Gouveia*, 11/5/30.

¹¹¹ [Anónimo (António Figueirinhas)], “Notas”, *Educação Nacional*, 27/4/30.

¹¹² [Anónimo], “Notas e comentários”, *Novidades*, 6/5/30.

¹¹³ *Idem, Ibidem.*

Silva nas «*Novidades*» quanto à integração da Lutuosa na projectada *casa do professor*.

Realmente, pretender libertar a Lutuosa de contingências desagradáveis e amarrá-la às contingências de uma associação de futuro duvidoso e de duvidosas directrizes, seria o mais incongruente dos abusos”¹¹⁴.

Já dissemos que houve unanimidade por parte da imprensa da classe no apoio à decisão tomada na Assembleia Geral da Lutuosa. Houve até quem viesse a terreiro defender que a fusão das associações mutualistas da classe deveria alargar-se às três existentes e não dizer respeito apenas a duas delas: “Mais cedo ou mais tarde têm de se fundir – escreve Dias Tavares, professor de Almalaguês (Coimbra), em *Novidades* –, para que uma só exista em condições estáveis”¹¹⁵. Na perspectiva deste professor o futuro do Montepio deverá acabar por ser também a sua dissolução em proveito da Caixa de Previdência¹¹⁶. E a razão da superioridade da Caixa de Previdência está na sua superior organização “em bases científicas e modernas” face a um Montepio que faz descontos que constituem sempre uma surpresa, por dependerem do número de sócios falecidos.

Depois da aprovação *em princípio* da fusão entre a Lutuosa e o Montepio era preciso agora que as Direcções das duas instituições mutualistas estudassem a forma como ela se deveria processar *em concreto*. Aos seus sócios e ao professorado primário em geral bastaria aguardar pelas Assembleias Gerais onde esse estudo seria sujeito à apreciação de todos. No caso da Lutuosa, em 14 de Julho de 1930 foi, de facto,

¹¹⁴ *Idem, Ibidem*. É óbvio, já nesta altura, que a Casa dos Professores Primários não conseguirá ser senão a casa dos professores primários “avançados”. Claro que isso se fica a dever também a novas e sucessivas polémicas entre as quais sobressai a que se trava entre o sector católico e o sector “avançado” por causa do “subsídio de família”, polémica na qual Abílio do Amaral, sem dúvida, teve uma prestação infeliz porque gratuitamente crispou o debate comprometendo assim, radicalmente, a possibilidade de um diálogo aberto entre os membros da classe. Mas esse é outro assunto que não cabe aqui abordar.

¹¹⁵ Dias Tavares, “Caixa de Previdência e Montepio do Professorado”, *As Novidades*, 20/5/30.

convocada¹¹⁷ uma *Assembleia Geral* extraordinária da Lutuosa para 4 de Agosto seguinte, destinada a votar definitivamente a fusão com o Montepio.

No intervalo de tempo que decorre entre a aprovação *genérica* e a realização desta Assembleia Geral, o professor Costa e Silva publicaria mais três artigos¹¹⁸ procurando esclarecer neles quais os aspectos que considerava fundamentais para o funcionamento da nova instituição e, obviamente, pondo sempre a tónica na criação de uma componente de Assistência capaz de garantir a atribuição de subsídios de funeral, por invalidez e por doença.

Da leitura do relato da Assembleia Geral Extraordinária da Lutuosa publicado em *A Federação Escolar*¹¹⁹ depreende-se que foi pacífica a aprovação das “*Bases de ingresso da Lutuosa no Montepio*”. Curiosamente, foi o professor Carlos Alberto, de Coimbra, quem formulou a proposta que seria votada e aprovada por unanimidade. Também por unanimidade foi aprovado um voto de louvor à Direcção da Lutuosa e igualmente por unanimidade foram reconduzidos os Corpos Gerentes até ao ingresso definitivo da Lutuosa no Montepio.

Para podermos apreciar devidamente o comentário que A. Pereira de Carvalho fez, poucos dias depois, à aprovação em definitivo da fusão entre a Lutuosa e o Montepio seria necessário que tivéssemos (e não temos) acesso ao texto das *Bases*

¹¹⁶ O que, efectivamente, o futuro confirmará.

¹¹⁷ Cfr. [Anónimo], “Lutuosa dos Professores Primários – Assembleia Geral”, *Educação Nacional*, 20/7/30. Aqui se publica também a convocatória assinada pelo Presidente da Assembleia Geral (Cfr. Pedro de Almeida, Assembleia Geral – Convocação”, *Ibidem*.

¹¹⁸ Costa e Silva, “A fusão – I”, *A Federação Escolar*, 2/7/30; Costa e Silva, “A fusão – II”, *A Federação Escolar*, 9/7/30; Costa e Silva, “A fusão – III”, *A Federação Escolar* 16/7/30.

aprovadas. De qualquer modo, mais uma vez, Alves de Oliveira é o alvo predilecto das suas críticas. Tanto assim que a sua interpretação deste desfecho apresenta a fusão entre as duas instituições como uma vitória dos “avançados” ou, pelo menos, como uma derrota colectiva do sector adversário que se tinha entrincheirado na Lutuosa. E, claro, como uma derrota pessoal do Secretário Geral da Lutuosa:

“Deliberou-se, enfim, fundir a Lutuosa com o Montepio.

Pelo que nos consta, as condições dessa fusão, para os sócios da Lutuosa, são simplesmente desastrosas.

Há um ano, se bem nos lembramos, apoiámos a ideia da fusão e é lícito julgar que se ela nessa altura se fizesse, seria em condições mais vantajosas para a Lutuosa.

Mas, nessa altura, quem assim pensou, foi apodado de inimigo da instituição; e como se devem classificar agora os negociadores desta desastrosa fusão ?

Naturalmente de beneméritos, com direito a penduricalho”¹²⁰.

Os Estatutos do Montepio Oficial do Professorado Primário tiveram, entretanto, também de ser alterados de acordo com o exigido pelo que ficara determinado na Assembleia Geral acerca das condições de ingresso nesta instituição dos sócios provenientes da Lutuosa. Foi, portanto, preciso esperar pela aprovação destas alterações e, só então, em 11 de Dezembro de 1930, se procedeu, em reunião conjunta das Direcções de ambas as instituições, à entrega ao Montepio de todo o Arquivo e haveres da Lutuosa, dando cumprimento ao que, sobre isso, determinavam também os novos Estatutos do Montepio¹²¹.

¹¹⁹ Curiosamente, o relato publicado por *Educação Nacional* é o mesmo *ipsis verbis*. *Novidades* transcreverá, depois, de *Educação Nacional* (Cfr. “Lutuosa dos Professores Primários”, *Novidades*, 26/8/30).

¹²⁰ A. Pereira de Carvalho, “Da aldeia”, *A Federação Escolar*, 13/8/30.

¹²¹ A «Página Escolar» do jornal *Novidades* anunciará em 23 de Dezembro de 1930 que todos os assuntos de interesse para os sócios da Lutuosa passam a ser tratados com a Direcção e a Secretaria do Montepio, visto terem cessado definitivamente funções a Direcção da Lutuosa e a respectiva Secretaria. Cfr. Anónimo], “Lutuosa e Montepio”, *Novidades*, 23/12/30.

A 18 de Dezembro de 1930, ou seja, apenas uma semana depois, surgiu no Porto um novo título da imprensa da classe. O seu Director é Alves de Oliveira. Logo no primeiro número publica uma *Nota Oficiosa* do Montepio Oficial do Professorado Primário informando acerca da reunião de 11 de Dezembro e também um texto um pouco mais longo, não assinado, mas decerto da autoria do agora ex-Secretário Geral da Lutuosa. Trata-se de um escrito de circunstância que nada adianta acerca do processo de fusão que chegou ao fim. O que sobressai é a convicção do seu autor de que foi gloriosa a fase da vida da Lutuosa enquanto esteve sedeadada no Porto. Mas Alves de Oliveira julga que foi também com toda a dignidade que se lhe pôs termo, cuidando de garantir que todos os seus sócios pudessem ingressar no Montepio sem perda alguma de direitos. Não se tratou, portanto, de nenhuma espécie de derrota para a classe do professorado primário:

“Assim se pode dizer e deve dizer, que a Lutuosa não morreu. Criação genuína da nossa classe, foi apenas juntar-se a outra associação que à classe também pertencia puramente, que a classe, por si sozinha, fundou há trinta e um anos e tem sabido amparar e manter cada vez mais próspera e mais digna de todos nós.

(...)

Era a Lutuosa o grande orgulho do professorado primário.

Continuará a sê-lo, de hoje em diante, felizmente e com bem mais razão ainda, porque, unida ao Montepio como está, o seu futuro surge-nos a distância, pleno de força e de grandeza, como obra do carinho e do amor do professorado primário português”¹²².

Depois, Alves de Oliveira promete ainda vir a tratar de *relatar alguma coisa* sobre a vida da Lutuosa sob o seu comando, “porque há passagens dessa *história* que merecem ser divulgadas e conhecidas”¹²³. Não o fez, porém, nos oito números que o seu

¹²² [Anónimo (Alves de Oliveira)], “A Lutuosa dos Professores Primários”, *Acção Escolar*, 18/12/30.

¹²³ *Idem, Ibidem*. Fornece aqui alguns dados sobre a situação financeira e o movimento de sócios da instituição à data da “entrega ao Montepio”: “Sócios no gozo de direitos: 5.332; Saldo em caixa: 451.957\$37; Importância de descontos a receber: 230.000\$00; Haveres: 9.460\$00; Saldo Geral:

jornal publicou até se extinguir em 5 de Fevereiro de 1931. E não nos consta também que o tenha feito em qualquer outro lugar.

O silêncio cai sobre a Lutuosa e, a partir deste momento, cai sobre todo o associativismo mutualista da classe do professorado primário. Ele que tinha sido o factor decisivo da evolução da sua vida associativa ao longo do último lustro.

791.417\$37; Importância dos subsidios pagos no Porto: 2.520.000\$00". *Idem, Ibidem*. E, passando uma esponja sobre as dissensões, escreve ainda: "Depois disto, só temos a dizer que foram *quatro* anos dum trabalho intensissimo, complexo, sem que houvesse a menor reclamação. Eis o que vale. Quanto ao resto... Mas já dizia o outro: nem há resto". *Idem, Ibidem*.

À guisa de conclusão

Cinco anos foram suficientes para o associativismo mutualista do professorado primário português dar com a unidade associativa da classe em terra. Não duvidamos de que esta não tenha sido a única causa, mas damo-nos por satisfeitos se nas páginas que precedem tivermos conseguido esclarecer o contributo das polémicas em redor das instituições mutualistas da classe para a destruição da União do Professorado Primário.

É certo que na própria Assembleia Geral da Lutuosa dos Professores Primários em que se decide o seu fim, duas semanas após se ter tomado idêntica decisão em relação à União do Professorado Primário, alguém afirmou que esta nunca tinha existido... Mas esses são outros problemas que aqui não podemos senão enunciar: o que é uma classe, e, concretamente, o que é uma classe profissional? O que representam e *valem* os organismos que ela cria? Na verdade, temos de confessar que acabámos por dar a estas perguntas alguma espécie de resposta ao evidenciarmos o papel desempenhado por um punhado de protagonistas individuais que com os seus *peçoalismos* marcam o destino do grupo a que pertencem e as suas instituições.

Qual foi, então, o equívoco desta classe que poderia ser tudo e, pelas suas próprias mãos, conseguiu até destruir o que tinha granjeado à conta de muitos sacrifícios? Por que se devotou tanto ao culto da morte – dividida entre Montepio, Lutuosa e Caixa de Previdência – em lugar de construir instituições de apoio aos que tão duramente se tuberculizavam? A morte, sem dúvida, espreitava nesse tempo de forma ainda mais arbitrária do que hoje em dia tanto os mais jovens como os mais encanecidos. Em poucos anos vimos desaparecer alguns dos principais vultos da classe, todos eles ainda jovens: Gomes Belo, António Augusto Martins e Mário Sedas Nunes, mas essa é apenas a ponta do *iceberg*. Foi esse contacto próximo com a surpresa da

orfandade dos filhos pequenos que seduziu esta classe fundadora da primeira das Lutuosas de Portugal ?

Para melhor entendermos as polémicas e as inimizades que dilaceraram o corpo da classe até à morte muito nos teria aproveitado algum estudo minucioso e sistemático sobre a história do associativismo do professorado primário português ao menos no período que vai da criação da União do Professorado Primário à sua dissolução. Esse estudo não existe, e julgamos que mais uma vez ficou claro que é imperioso fazê-lo. Pensamos ter conseguido dar aqui um modesto contributo para o mesmo.

Uma compreensão aprofundada dos avanços e retrocessos dos poderes instituídos em matéria de mutualismo – com implicações óbvias sobre as instituições mutualistas da classe do professorado primário – ter-nos-ia sido imensamente útil. Mas também aqui falta ainda fazer muita investigação no campo da história do mutualismo em Portugal.

Finalmente, mesmo que, por opção metodológica, tenhamos feito questão de não sujeitar a história da educação e da pedagogia – inclusivamente ao nível dos factos e das instituições educativas – à tutela exclusiva da história política, não podemos deixar de confessar como nos teria sido útil podermos compulsar estudos de história política da Ditadura Militar que não existem. Assim perceberíamos, certamente, bem melhor as infinitas alterações de humor dos Governos com as quais o associativismo da classe do professorado primário foi sendo bafejado.

Não é, porém, altura para lamentarmos o que não fizemos porque não pudemos ou não soubemos.

É, sim, ocasião para esclarecer um pouco melhor o leitor acerca do que julgamos ter feito. Anunciámos na *Introdução* que a nossa grande preocupação

metodológica era evitar cair nas armadilhas da petição de princípio. Foi nossa máxima o dito de Boileau “Le vrai peut quelquefois n’être pas vraisemblable”, não porque cultivemos o paradoxo, mas porque estamos convencidos de que, no fundo, todo o investigador vive seduzido pela ambição de ser surpreendido pela verdade. Essa verdade que se nos impõe será, porque é uma *verdade difícil*, a mais genuína, a única que dá sentido e autenticidade ao nosso trabalho de pesquisa. Indo por aí, procuraremos com tanta seriedade que encontraremos o que nem supúnhamos existir ou que sabíamos existir mas que julgávamos ter outra natureza. E quando isso acontece sentimos que realizámos o nosso trabalho. Felizmente, é essa a nossa sensação ao encerrarmos estas centenas de páginas em que trouxemos à claridade acontecimentos, problemas e pessoas a que, em nosso entender, não se tinha ainda prestado a devida atenção. Talvez nos tenhamos, contudo, entusiasmado em demasia com eles e lhes tenhamos dado um relevo que não tiveram, ou os tenhamos apreciado injustamente. Se assim foi, penitenciamo-nos.

Finalmente, esta é uma história sem moral ou, pelo menos, de uma moral não maniqueísta, colocando o bem dum lado e o mal do outro. Mesmo que não tenhamos conseguido rejeitar completamente a explicação instituída segundo a qual as lutas intestinas da classe do professorado primário – particularmente visíveis no Congresso de Viseu de 1927 – são obra da cisão dessa classe em duas facções, uma composta por “avançados” e outra por “conservadores”, julgamos que essa tese ficou já um pouco mais fragilizada, e intuimos que, com mais alguma investigação, ela acabará mesmo por ruir.

Talvez que, no final dos anos 50, Carvalhão Duarte – ao tempo Director insigne do jornal *República* – tenha visitado em Caxias o preso político Acácio de Gouveia e

ambos tenham conversado sobre as ironias da história. As mesmas que fizeram de Alfredo de Magalhães o Ministro sidonista instigador da criação da União do Professorado Primário e, depois, o Ministro de um Governo da Ditadura Militar na altura do seu encerramento compulsivo e da prisão dos seus dirigentes; as mesmas que deram a um dos pais fundadores da União, Leonídio de Vasconcelos, um filho carcereiro da mesma – o Inspector-Chefe Joaquim Cerqueira de Vasconcelos; as mesmas que colocaram a maior parte dos “avançados” do lado da sobrevivente e oficialmente abençoada Caixa de Previdência e deixaram soçobrar alguns efectivamente “conservadores” na defesa da condenada Lutuosa; as mesmas ainda que fizeram de Alves de Oliveira primeiro Raio X e depois *gameleiro* vitalício com lugar na Secretaria do Montepio após a fusão da Lutuosa com este; e, enfim, as mesmas que permitiram que em 1937 o Montepio entregasse a alma e os sócios à Caixa de Previdência – a qual, porém, – outra ironia – já em 1935 tinha deixado de ser de inscrição obrigatória para os novos funcionários do Ministério da Instrução Pública, e que, depressa, perdera, portanto, o fulgor próprio de uma instituição criada para ser eterna.

Ah, a eternidade, eterna ilusão do ser humano. Por isso, *é lógico* que pense em Lutuosas ! Ou seja, a história não tem moral, porque não tem lógica. No entanto, tudo sendo eterno enquanto dura, precisamos, ao menos, de uma moral provisória. E de uma História, provisória também, para sua instrução.

BIBLIOGRAFIA¹

- AA.VV., *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia 1926-1965*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1986
- AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982
- ADÃO, Áurea, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984
- BENTO, Gomes, *O Movimento Sindical dos Professores (finais da Monarquia e I República)*, Ed. Caminho, Lisboa, 1978
- BOUDON, Raymond, *La logique du social*, Paris, Hachette, 1979
- CAMPINOS, Jorge, *A Ditadura Militar 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986
- CASTELHANO, Mário, *Quatro anos de deportação*, Lisboa, Seara Nova, 1975
- CLAUSSE, Arnould, *A relatividade educativa*, Liv. Almedina, Coimbra, 1976
- COSTA, Eduardo Freitas da, *História do 28 de Maio*, Lisboa, Edições do Templo, 1979.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença/G.I.S., 1980.
- DÓRIA, Joaquim, *A vida dum professor primário*, Lisboa, Ed. Gama, 1948.
- FELICE, Renzo de, *Explicar o fascismo*, Lisboa, Edições 70, 1978.

¹ Indicam-se apenas as principais obras de que nos servimos para o enquadramento metodológico e historiográfico da nossa investigação no âmbito da História da Pedagogia e da Educação e no da História de Portugal. Relativamente às Fontes Primárias entendemos que seria redundante referi-las, uma vez que *todas* as que localizámos e analisámos vão indicadas nas Notas de Rodapé apostas ao texto, inclusivamente as que não são objecto de citação, por exemplo, no caso em que um mesmo documento é publicado por diferentes títulos da imprensa da classe do professorado primário.

FERNANDES, Rogério, *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979

“Combates pela educação e pela escola: Carvalhão Duarte (1897-1972)”, In AA.VV., *Carvalhão Duarte – Uma vida de combate*, Lisboa, Pelouro da Educação e da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

FERREIRA, José Medeiros, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992.

FERRO, António, *Viagem à volta das ditaduras*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1927

FRANÇA, José-Augusto, *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Presença, 1992

“Sondagem nos anos 20 – cultura, sociedade, cidade”, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983, pp. 823-844.

GEORGEL, Jacques, *O salazarismo*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1985.

GUYOMARD, Georges, *La dictature Militaire au Portugal – Impressions d'un français retour de Lisbonne*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1927

HUGHES, H. Stuart, *La historia como arte y como ciencia*, Madrid, Aguilar, 1967.

JESUS PABÓN, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Aster, 1961.

MADUREIRA, Arnaldo, «O 28 de Maio». *Elementos para a sua compreensão*, I. *Na génese do Estado Novo*, Lisboa, Presença, 1978; II. *Na hora do corporativismo*, Lisboa, Presença, 1982.

MAFFESOLI, Michel, *O conhecimento do quotidiano*, Lisboa, Vega, s./d..

MAGNO, David J. G., *A situação portuguesa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1926.

MARQUES, A. H. de, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1973.

Guia de história da 1ª República Portuguesa, Lisboa, Ed. Estampa, 1981.

(coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.

(org. e notas) *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A questão do empréstimo externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

- MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vols. X, XI, XII, Lisboa, Clube Internacional do Livro, 1995.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978
- MONTEPIO OFICIAL DO PROFESSORADO PRIMÁRIO, *Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos aos anos de 1935, 1936 e 1937*, Porto, Tip. Civilização, [1938]
- MORAIS, João, e Luís VIOLANTE, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- NÓVOA, António, *Le temps des professeurs*, 2 vols., Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- "A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades", In *Reformas do Ensino em Portugal - Reforma de 1911*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto De Inovação Educacional, 1989
- (dir.), *A imprensa de educação e ensino – Repertório analítico (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar: dois anos de história política contemporânea*, Lisboa, 1928
- OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991.
- PAYNE, Stanley G., *El fascismo*, Madrid, Ediciones del Prado, 1995
- PEREIRA, José Pacheco, *A preparação ideológica da intervenção militar de 28 de Maio de 1926*, Afrontamento, Porto, 1978.
- PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Vol. VII, Porto, Portucalense Editora, 1935.
- História de Portugal*, I Suplemento, Porto, Portucalense Editora, 1954
- PINTO, António Costa, "Ditadura Militar", In AA.VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, Publicações Alfa, s.l., 1985, pp. 191-192.
- O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa, 1992.
- ROCHA, Filipe, *Fins e objectivos do sistema escolar português I. Período de 1820 a 1926*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo económico e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986.
- (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Presença, 1991.

(dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Venda Nova, Bertrand, 1996

SAMPAIO, José Salvado, *O Ensino Primário 1911-1969. Vol. I. 1º Período - 1911-1926; Vol. II. 2º Período - 1926-1955*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, vol. XI, s.l., Verbo, 1992.

STERNHELL, Zee, et alii, (dir), *Nascimento da ideologia fascista*, Venda Nova, Bertrand, 1995.

TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Vol. II, A Regra do Jogo, Lisboa, 1984.

UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO, *Congresso Corporativo e Pedagógico de 1930 (Relatório financeiro, pedagógico e social dos Corpos Gerentes)*, Coimbra, Tip. da Coimbra Editora, 1930.

WHEELER, Douglas, *História política de Portugal 1910-1916*, Mem Martins, Publicações Europa-América, [1985]

A Ditadura Militar portuguesa (1926-1933), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988

ÍNDICE

I VOLUME

I. Da criação da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública (Novembro de 1925) ao fecho da União do Professorado Primário (Outubro de 1927)

Agradecimentos

INTRODUÇÃO

A) Objectivos	1
B) Metodologia	3
C) Escola, Sociedade e política sob a Ditadura Militar.....	10

1. O ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO OFICIAL PORTUGUÊS À DATA DA CRIAÇÃO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.....16

1.1. O Montepio Oficial do Professorado Primário.....	22
1.2. A Lutuosa dos Professores Primários.....	25
1.3. A criação da Caixa de Previdência dos Funcionários do Ministério da Instrução Pública	52

2. DA CRIAÇÃO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA AO CONGRESSO DE VISEU (ABRIL DE 1927)

2.1. O Congresso da União do Professorado Primário de Agosto de 1926.....	67
2.2. Do Congresso de 1926 à “Reunião de Coimbra”.....	91
2.3. Da “Reunião de Coimbra” ao Decreto nº 12.695.....	126
2.4. Do Decreto nº 12.695 ao Congresso de Viseu.....	147
2.5. O Congresso de Viseu (Abril de 1927).....	198

3. DO CONGRESSO DE VISEU AO FECHO DA UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO (OUTUBRO DE 1927)

3.1. A Lutuosa e a Caixa de Previdência no pós-Congresso de Viseu	224
3.2. Uma <i>Nota Oficiosa</i> de Carlos Martins e o “caso dos lugares da Previdência”	235
3.3. A criação da “Lutuosa do Montepio”	262
3.4. “Os «tarets» da União” e “Uma questão de ... «gamela»”	273
3.5. A oficialização da Lutuosa dos Professores Primários (Decreto nº 14075)	289
3.6. A caminho do fecho da União do Professorado Primário	346
3.6.1. A nomeação de Carvalhão Duarte para o Instituto do Professorado Primário	349
3.6.2. As polémicas mutualistas do fim de Verão entram pelo Outono	363
3.6.3. À beira do fecho da União do Professorado Primário (Outubro de 1927)	374

II VOLUME

II. Do fecho da União do Professorado Primário (Outubro de 1927) ao seu encerramento definitivo e à fusão da Lutuosa dos Professores Primários com o Montepio Oficial do Professorado Primário (Abril de 1930)

4. DO FECHO DA UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO À ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA EM ABRIL DE 1928

4.1. A <i>filha</i> Lutuosa sobrevive à morte da <i>mãe</i> União	381
4.2. O Decreto nº 15.208 e a suspensão do Decreto que oficializara a Lutuosa	401
4.3. <i>A Escola</i> e a criação de um Fundo de Reserva na Lutuosa	417

5. DA ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA DE ABRIL DE 1928 À DE ABRIL DE 1929

5.1. A Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1928	423
5.2. <i>A Escola Primária</i> , apoiante incondicional da Direcção da Lutuosa	433

5.3. Mário Sedas Nunes, apoiante da Lutuosa, mas crítico da sua Direcção	440
5.4. A oposição mais radical: o Núcleo de Gouveia, <i>A Escola</i> , e a ruptura definitiva de A. Pereira de Carvalho	446
5.5. Carlos Martins, desde o telegrama enviado à Assembleia Geral de Coimbra à publicação na imprensa da classe de uma série de artigos sobre mutualismo que reabrem a contenda	452
5.6. A guerra transfere-se para as páginas de <i>A Federação Escolar</i> e de <i>A Escola Primária</i>	464
5.7. O incidente da convocatória do Conselho de Administração da Caixa de Previdência	471
5.8. “Os acontecimentos internos da classe” no “soalheiro da letra redonda”	478
5.9. A ideia da fusão da Lutuosa com o Montepio em <i>crescendo</i>	539
5.10. A preparação da Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1929	562
 6. DA ASSEMBLEIA GERAL DA LUTUOSA DE ABRIL DE 1929 AOS EXTRAORDINÁRIOS ACONTECIMENTOS ASSOCIATIVOS DE ABRIL DE 1930: A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO E A FUSÃO DA LUTUOSA COM O MONTEPIO	
6.1. A Assembleia Geral da Lutuosa de Abril de 1929	571
6.2. Nova polémica: Abílio do Amaral <i>versus A Escola Primária</i> , e um ponto da situação do mutualismo da classe	575
6.3. Da Assembleia Geral da Caixa de Previdência em Outubro de 1929 à Assembleia Geral da Lutuosa em Abril de 1930.....	601
6.4. Epílogo: Abril de 1930 – a dissolução da União do Professorado Primário e a fusão da Lutuosa com o Montepio	613
 À guisa de conclusão	630
 Bibliografia	634
 Índice	638